



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

RELATÓRIO
DA COOPERAÇÃO

SUL SUL

NA IBERO-AMÉRICA
2016



Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Paseo Recoletos, 8
28001-Madrid

Copyright SEGIB
Setembro de 2016

AUTORAS DO RELATÓRIO:

Cristina Xalma, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)
Silvia López, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

DIREÇÃO:

Salvador Arriola, Secretário para a Cooperação Ibero-Americana (SEGIB)
Martín Rivero, Coordenador da Área de Coesão Social e Cooperação Sul-Sul (SEGIB)

COLABORAÇÕES:

Maria Dutto, responsável pela base de dados e indicadores da
Agência Uruguaia de Cooperação de Internacional (AUCI)
Viridiana Barriga, Subdiretora de Registo e Análise de Informação
de Cooperação Internacional, Agência Mexicana de Cooperação
Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)

PIFCSS:

Jaime Alfredo Miranda, Secretário Executivo do Programa
Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)
Jaime Andrés Garrón, Gerente da Unidade Técnica do Programa
Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS)

O uso do género masculino nesta publicação não tem um propósito discriminatório
e justifica-se unicamente como meio para tornar o texto mais fluído

A fotografia da capa pertence ao projeto Desenvolvimento de Cooperativas,
realizado entre a Argentina e São Vicente e Granadinas

DESIGN E PRODUÇÃO: wearebold.es

Depósito Legal: M-33477-2016

RELATÓRIO
DA COOPERAÇÃO
SUL
SUL
NA IBERO-AMÉRICA
2016



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

Apresentação	12
Resumo executivo	16
Acrónimos	24

CAPÍTULO I

A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR DA IBERO-AMÉRICA PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26
--	-----------

*A cargo dos Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana

I.0 Introdução	28
I.1 Dos ODM aos ODS	29
I.2 Importância crescente da CSS	33
I.3 E a Cooperação Triangular?	34
I.4 Papel da CSS e CT no cumprimento dos ODM e a sua eventual contribuição para a Agenda 2030	35
I.5 Desafios para a CSS e CT Ibero-Americana na Agenda 2030	38
I.6 Para um roteiro da CSS e CT na Ibero-América na consecução dos ODS	39
I.7 Conclusões	41

CAPÍTULO II

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL	42
--	-----------

II.1 Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2014	46
II.2 A Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2014: uma perspectiva geográfica	50
II.3 Os fluxos do intercâmbio de cooperação entre os países: uma caracterização	59
II.3.1. Acerca do total dos fluxos intercambiados	59
II.3.2. Acerca das relações entre os países	61
II.4 Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2014	67
II.4.1. Perfil dos projetos e ações de cooperação	70
II.4.2. Perfil de capacidades e necessidades dos países	75
II.5 Outras características da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral	85
II.5.1. Dimensão	85
II.5.2. Eficiência	91
II.5.3. Responsabilidade partilhada	94
Anexo II	96

CAPÍTULO III

A COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA 128

III.1	Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular em 2014	133
III.2	Participação dos países da Cooperação Sul-Sul Triangular da Ibero-América	136
	III.2.1. Países, organismos e papéis na CSS Triangular em 2014	136
	III.2.2. Parceiros e principais alianças	141
III.3	Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular em 2014	146
	III.3.1. O perfil setorial dos projetos e das ações	147
	III.3.2. O perfil setorial dos países conforme o papel	150
III.4	Outros aspectos da Cooperação Sul-Sul Triangular	153
	III.4.1. Duração e custo dos projetos de CSS Triangular	153
	III.4.2. O funcionamento da CSS Triangular	158
	III.4.2.1. A origem dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular	159
	III.4.2.2. Os quadros jurídicos e a participação dos agentes na CSS Triangular	162
	Anexo III	166

CAPÍTULO IV

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL 178

IV.1	Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2014	181
IV.2	Participação dos países na CHSS Regional em 2014	183
IV.3	Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2014	189
IV.4	Participação e papel dos organismos multilaterais na CHSS Regional em 2014	194
	IV.4.1. Os organismos multilaterais na CHSS Regional em 2014	194
	IV.4.2. Os organismos multilaterais como quadro institucional e regulamentar	198
	Anexo IV	203

CAPÍTULO V

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO SUL-SUL COM OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO 212

V.1	A Ibero-América e outras regiões na CHSS Bilateral em 2014	215
	V.1.1. O Caribe não Ibero-Americano	215
	V.1.2. África e Ásia	220
V.2	A Ibero-América e outras regiões na CSS Triangular em 2014	226
V.3	A Ibero-América e outras regiões na CHSS Regional em 2014	228
	Anexo V	230

Bibliografía		234
---------------------	--	------------

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA II.1	Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais ofertantes, conforme o recetor. 2014	65
DIAGRAMA II.2	Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais recetores, conforme o ofertante. 2014	66
DIAGRAMA II.3	Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral, por dimensão e por setor de atividade. 2014	68
DIAGRAMA III.1	Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular do Chile, no papel de primeiro ofertante. 2014	144
DIAGRAMA III.2	Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular de Espanha, no papel de segundo ofertante. 2014	145
DIAGRAMA III.3	Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular da Alemanha, no papel de segundo ofertante. 2014	145
DIAGRAMA III.4	Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular de El Salvador, no papel recetor. 2014	146
DIAGRAMA III.5	Distribuição setorial do total de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular. 2014	149
DIAGRAMA V.1	Fluxos de projetos de CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com o Caribe não Ibero-Americano (papel recetor). 2014	217
DIAGRAMA V.2	Projetos de CHSS Bilateral da Argentina (papel ofertante) com África (papel recetor). 2014	221
DIAGRAMA V.3	Projetos de CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com a Ásia (papel recetor). 2014	224
DIAGRAMA V.4	Projetos de CSS Triangular da Ibero-América (papel ofertante) com outras regiões em desenvolvimento (papel recetor). 2014	227

ÍNDICE DE ESQUEMAS

ESQUEMA I.1	Evolução da Agenda do Desenvolvimento	32
ESQUEMA A.II.1	Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme as datas e o uso potencial	123
ESQUEMA A.II.2	Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme os custos e o uso	123
ESQUEMA A.II.3	Informação disponível sobre datas para projetos e ações registadas em 2014	124
ESQUEMA III.1	Origem dos projetos e ações de CSS Triangular	161
ESQUEMA A.III.1	Informação disponível sobre as datas	177
ESQUEMA IV.1	Órgãos de gestão e de governação do Programa ARCAL-OIEA	199
ESQUEMA IV.2	Ciclo de um projeto ARCAL	201

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO II.1	Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral. 2010-2014	49
GRÁFICO II.2	Distribuição de projetos, conforme os anos de aprovação, início e finalização 2014	51
GRÁFICO II.3	Distribuição dos projetos de CHSSR, conforme a sub-região e o papel. 2014	55
GRÁFICO II.4	Grau de concentração de projetos e ações oferecidos e recebidos. 2014	60
GRÁFICO II.5	Grau de concentração das relações de intercâmbio, conforme o país e o papel. 2014	62
GRÁFICO II.6	Perfil de capacidades da Argentina, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014	76
GRÁFICO II.7	Perfil de necessidades de El Salvador, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014	79
GRÁFICO II.8	Distribuição de projetos, conforme o Custo Total Orçamentado e os Custo Executado em 2014 pelo país que exerce o papel de ofertante. 2014	88
GRÁFICO II.9	Distribuição de projetos e ações conforme a média de duração medida a partir do tempo decorrido entre as datas de início e finalização da atividade. 2014	90
GRÁFICO II.10	Distribuição dos projetos conforme o grau de execução do Custo Orçamentado pelo ofertante para o ano 2014	91
GRÁFICO II.11	Distribuição de projetos e ações conforme o tempo decorrido entre a data de aprovação e a de início de atividade. 2014	93
GRÁFICO II.12	Distribuição do Custo Total Orçamentado entre os dois parceiros do projeto. 2014	95
GRÁFICO A.II.1	Distribuição das ações de CHSSR, conforme a sub-região e o papel. 2014	98
GRÁFICO A.II.2	Distribuição das ações de CHSS Bilateral, por dimensão e por setor de atividade. 2014	112
GRÁFICO A.II.3	Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014	113

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO A.II.4	Perfil de necessidades dos principais recetores, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014	118
GRÁFICO A.II.5	Projetos e ações que têm a informação dos custos, conforme a tipologia (orçamentados/executados), período (2014 ou total) e papel do país (ofertante/recetor)	125
GRÁFICO A.II.6	Distribuição de ações, conforme o Custo Executado em 2014 pelo país que exerce o papel de ofertante. 2014	127
GRÁFICO III.1	Distribuição de projetos de CSS Triangular conforme os anos de aprovação, início e finalização. 2014	134
GRÁFICO III.2	Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular que estiveram em execução (2006 - 2014)	135
GRÁFICO III.3	Principais agentes no exercício dos diferentes papéis da Cooperação Sul-Sul Triangular (2014)	138
GRÁFICO III.4	Grau de concentração de projetos e ações conforme os papéis. 2014	140
GRÁFICO III.5	Dimensão setorial dos projetos de CSS Triangular, principais intervenientes. 2014	151
GRÁFICO III.6	Distribuição de projetos e ações conforme o custo assumido pelo segundo ofertante	155
GRÁFICO III.7	Distribuição dos projetos e ações de CSS Triangular conforme a sua duração	157
GRÁFICO III.8	Origem dos projetos e ações de CSS Triangular, conforme o papel que tomou a iniciativa. 2014	159
GRÁFICO III.9	Existência de mecanismos reguladores da triangulação	162
GRÁFICO III.10	Agentes que participaram nas fases dos projetos de CSS Triangular	164

GRÁFICO A.III.1	Distribuição das ações de CSS Triangular, conforme a dimensão e o setor. 2014	175
GRÁFICO IV.1	Distribuição dos programas e projetos de CHSS Regional, conforme o tempo decorrido entre o ano de início da atividade e 2014	182
GRÁFICO IV.2	Participação dos países na CHSS Regional em 2014	184
GRÁFICO IV.3	Distribuição dos programas e projetos de CHSS Regional, por dimensão e por setor de atividade. 2014	190
GRÁFICO IV.4	Participação dos organismos nos Programas e Projetos de CHSSR 2014	195
GRÁFICO V.1	Distribuição da CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e do Caribe não Ibero-Americano (papel recetor), por dimensão e por setor de atividade. 2014	218
GRÁFICO V.2	Distribuição da CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e de África (papel recetor), por dimensão e por setor de atividade. 2014	222
GRÁFICO V.3	Distribuição da CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e da Ásia (papel recetor), por dimensão e por setor de atividade. 2014	225

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA II.1	Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme o papel. 2014	52
MAPA A.II.1	Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme o papel. 2014	96
MAPA IV.1	Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014	186
MAPA A.IV.1	Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014	207

ÍNDICE DE MATRIZES

MATRIZ II.1	Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2014	47
MATRIZ II.2	Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral 2014	48
MATRIZ A.II.1	Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme as dimensões de atividade. 2014	100
MATRIZ A.II.2	Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme as dimensões de atividade. 2014	106

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO II.1	O SIDICSS: primeira plataforma regional de dados sobre Cooperação Sul-Sul	45
QUADRO II.2	Outra forma de caracterizar a participação dos países na Cooperação Sul-Sul	58
QUADRO II.3	A Cooperação Sul-Sul em 2014: um olhar a partir da sua possível contribuição para os ODS	73
QUADRO II.4	A Bolívia e a importância de fortalecer os sistemas nacionais de alfândegas	81
QUADRO II.5	Custo e valor da Cooperação Sul-Sul: a experiência ibero-americana	87
QUADRO III.1	Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América	131
QUADRO III.2	Promoção e apoio ao empreendedorismo através de uma iniciativa triangular: a experiência de El Salvador, Espanha e República Dominicana	143
QUADRO IV.1	Acerca do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe: o Programa ARCAL-OIEA	192
QUADRO IV.2	Sinergias e fortalecimento da Cooperação Sul-Sul: o caso da SEGIB-OPS	197
QUADRO V.1	O apoio de Portugal à Cooperação Sul-Sul realizada no quadro da CPLP	229

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA A.II.1	Classificação dos setores de atividade utilizada no espaço ibero-americano	99
TABELA A.III.1	Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2014	166
TABELA A.III.2	Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2014	170
TABELA A.III.3	Principais países/organismos no exercício dos diferentes papéis dos Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular (2010-2014)	174
TABELA A.III.4	Disponibilidade dos dados de custos para os projetos e ações de CSS Triangular	176
TABELA A.IV.1	Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional 2014	203
TABELA A.IV.2	Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2014	204
TABELA A.IV.3	Programas e Projetos de CHSS Regional, com disponibilidade de dados relativos a datas e anos 2014	206
TABELA A.IV.4	Participação dos países juntamente com organismos nos Programas e Projetos de CHSSR, conforme seleção. 2014	211
TABELA A.IV.5	Edições do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América que abordaram em profundidade o funcionamento da CHSS Regional associada a alguns organismos multilaterais	211
TABELA A.V.1	Projetos de CHSS Bilateral da Ibero-América com outras regiões em desenvolvimento. 2014	230
TABELA A.V.2	Ações de CHSS Bilateral da Ibero-América com outras regiões em desenvolvimento. 2014	231
TABELA A.V.3	CSS Triangular em que a Ibero-América participou em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. 2014	232
TABELA A.V.4	CSS Regional em que a Ibero-América participou em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. 2014	233



APRESENTAÇÃO

A Cooperação Sul-Sul tem já um rico acervo de mais de seis décadas. Foi uma história de progresso constante, de evolução marcada pelas transformações do debate e da aprendizagem em torno do desenvolvimento. A Ibero-América contribuiu com um novo marco para essa evolução, ao introduzir a primeira plataforma integral de dados online sobre a Cooperação Sul-Sul. Os resultados do levantamento, processamento e análise da informação nessa plataforma são o que este **Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2016** apresenta à comunidade internacional.

O Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDICSS), operacional a partir de setembro de 2015, é o resultado do esforço conjunto dos países ibero-americanos, do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). Após quase uma década de trabalho de apoio aos países ibero-americanos no seu esforço para desenvolver mais e melhor Cooperação Sul-Sul, é para a SEGIB um grande orgulho, e simultaneamente uma enorme responsabilidade, ter sido mandatada pelos países ibero-americanos para receber e garantir o bom funcionamento desta plataforma, de acordo com os melhores interesses dos seus Estados membros.

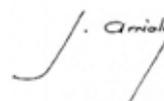
Com esta inovação significativa, abrem-se oportunidades estimulantes para fortalecer a base de conhecimento sobre as características e potencialidades da Cooperação Sul-Sul da nossa região. Entre outras, contam-se a incorporação no SIDICSS do acervo das atividades e projetos de Cooperação Sul-Sul registados pela SEGIB a partir de 2007, algo que permitirá elaborar, também pela primeira vez, séries históricas sobre a Cooperação Sul-Sul da região; bem como o processamento e a análise aprofundada por setores de atividade, ou a re-categorização de iniciativas à luz dos objetivos e metas definidos na nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável. Nestas linhas, a SEGIB iniciou um esforço significativo a médio e longo prazo, mas que começa já a dar os primeiros frutos, incorporados neste relatório.

Outra novidade significativa deste Relatório 2016 é a inclusão de um Capítulo (o número V) sobre a Cooperação Sul-Sul da Ibero-América com outras Regiões em Desenvolvimento. Este expõe uma primeira abordagem das iniciativas apresentadas por vários países que desenvolvem ações de cooperação com nações irmãs de outras regiões do mundo. Estamos certos de que este capítulo se tornará num ponto fulcral, dada a crescente capacidade que os países ibero-americanos têm para criar soluções concretas face aos dilemas de desenvolvimento sustentável que se colocam aos países do Sul em diferentes partes do mundo.

Completam-se este ano 25 anos das Cúpulas Ibero-americanas, tempo de balanço e valorização dos resultados e produtos concretos de um processo de trabalho conjunto, com uma enorme diversidade e riqueza, dos países ibero-americanos. Trata-se de um processo que reflete uma virtuosa combinação de acumulação histórica com capacidade de renovação e inovação permanente; de articulação política com capacidade técnica; de passado com futuro. O Relatório da Cooperação Sul-Sul é o fiel reflexo desta marca de identidade da nossa Ibero-América.



Rebeca Grynspan
Secretária-Geral
Ibero-Americana



Salvador Arriola
Secretário para a Cooperação
Ibero-Americana

RESPONSÁVEIS DA COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA

À data 1 de setembro de 2016

País	Nome	Instituição
Andorra	Gemma Cano	Direção de Assuntos Multilaterais e Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
Argentina	Ana Ciuti	Direção-Geral da Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores, Comércio internacional e Culto.
Bolívia	Harley Rodríguez	Vice-Ministério do Investimento Público e Financiamento Externo do Ministério da Planificação e do Desenvolvimento
Brasil	João Almino	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
Chile	Juan Pablo Lira Bianchi	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID)
Colômbia	María Andrea Albán	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
Costa Rica	Irinia María Elizondo	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
Cuba	Ileana Núñez	Direção-Geral de Colaboração Económica do Ministério do Comércio Externo e Investimento Estrangeiro
Equador	Rubén Flores	Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI)
El Salvador	Ryna Elizabeth Garay Araniva	Direção-Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores
Espanha	Mónica Colomer	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
Guatemala	Víctor Leonel Ayala Orellana	Subsecretaria de Cooperação Internacional da Secretaria de Planificação e Programação da Presidência (SEGEPLAN)
Honduras	María del Carmen Nasser de Ramos	Subsecretaria de Estado de Cooperação Internacional e Relações Económicas da Secretaria de Estado das Relações Económicas e Cooperação Internacional
México	Noel González Segura	Coordenação de Fóruns e Mecanismos Multilaterais e Regionais da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
Nicarágua	Arlette Marengo	Secretaria de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
Panamá	Selina Baños	Direção-Geral de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores
Paraguai	Cynthia Filártiga Lacroix	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
Peru	Rosa Herrera Costa	Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)
Portugal	Ana Paula Laborinho	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
República Dominicana	Inocencio García Javier	Vice-Ministério de Cooperação Internacional do Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento
Uruguai	Andrea Vignolo	Agencia Uruguia de Cooperação Internacional (AUCI)



RESUMO EXECUTIVO

Fortalecimento da Colômbia ao Suriname em termos de mesas setoriais,
normalização e certificação de competências da atividade mineira



RESUMO EXECUTIVO

O Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2016 desenvolve-se em torno de cinco capítulos:

- a) O primeiro apresenta a reflexão que os máximos responsáveis das Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos realizaram quanto à contribuição que a Cooperação Sul-Sul e Triangular da nossa região pode fazer para a nova Agenda 2030 e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- b) Os capítulos dois, três e quatro sistematizam e analisam a Cooperação Sul-Sul na qual os países ibero-americanos participaram ao longo de 2014 em cada uma das modalidades consideradas no nosso espaço: a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral (CHSSB), a Sul-Sul Triangular (CSST) e a Horizontal Sul-Sul Regional (CHSSR), respetivamente.

- c) O último é uma novidade deste Relatório de 2016. Em resposta a um mandato dos Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, o quinto capítulo efetua uma primeira aproximação à Cooperação Sul-Sul que os países da Ibero-América promoveram em 2014 em conjunto com outras regiões em desenvolvimento, destacando-se o Caribe não Ibero-Americano, a África e a Ásia.

Neste sentido, o **CAPÍTULO I** centra a sua reflexão em duas grandes questões. Por um lado, analisa o que foi conquistado pela região no respeitante à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e destaca o papel ativo desempenhado pelos Estados, especialmente através dos orçamentos nacionais como principais fontes de recursos, para os progressos alcançados na consecução

Iniciativas de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América. 2014

Em unidades

		MODALIDADES			Total
		CHSS Bilateral	CSS Triangular	CHSS Regional	
Instrumentos	Programas	n.a.	n.a.	39	39
	Projetos	552	90	59	701
	Ações	333	93	n.a.	426
Total		885	183	98	1.166

Nota: n.a. Não se aplica. Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

destas metas. Por outro lado, e tendo em conta este ponto de partida, a região reivindica a contribuição que a Cooperação Sul-Sul e Triangular podem ter para as novas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois considera que ambas as modalidades se tornaram instrumentos eficazes para responder aos desafios de desenvolvimento que os países do Sul irão enfrentar na implementação da Agenda de Desenvolvimento 2030.

Os três capítulos seguintes sistematizam e analisam a Cooperação Sul-Sul que os países ibero-americanos executaram ao longo de 2014. A tabela supra resume o total dos programas, projetos e ações intercambiados em cada uma das três modalidades consideradas no nosso espaço. Tal como se pode observar, a soma agregada de iniciativas de Cooperação Sul-Sul promovidas na região em 2014 ascende a um total de 1.166.

O **CAPÍTULO II** sistematiza os 552 projetos e as 333 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que os países ibero-americanos permutaram durante o ano 2014. A partir da análise realizada a estar cerca de 900 iniciativas, importa referir o seguinte:

a) No exercício do papel de ofertantes, sete países, Argentina, Brasil e México, juntamente com a Colômbia, Uruguai, Chile e Cuba, foram responsáveis por praticamente 92% dos 552 projetos registados em 2014. No entanto, o peso relativo mantido por cada um deles oscilou entre os máximos de 24,5% e 23,6% da Argentina e do Brasil (primeiro e segundo principais ofertantes de 2014), e o mínimo de 5,4% correspondente a Cuba. Os restantes 8,2% dos projetos intercambiados (num total de 45) foram executados por oito países, cujos graus de participação individual foram também muito diferentes. Destacaram-se a Costa Rica, Equador e Peru (7,0% dos projetos totais); bem como a Bolívia, El Salvador, Guatemala e República Dominicana, cujas intervenções pontuais

somaram outros 1,2%. Entretanto, em 2014 e no exercício deste papel, as Honduras, Nicarágua, Paraguai e Venezuela não registaram atividade.

b) Por sua vez, entre os principais recetores de CHSS Bilateral de 2014, destacaram-se El Salvador e Bolívia (16% e 12% dos 552 projetos, respetivamente). Seguiram-se, por ordem de importância relativa e com participações individuais próximas, entre 6% e 7%, a Costa Rica, Peru, Uruguai e Equador. Quando se acrescentam Cuba, Argentina e Honduras (outros 15% do total), verifica-se que estes 9 países significam 70% dos projetos. Os outros dez países da América Latina que participaram nesta modalidade expressam os restantes 30%: em concreto, a Nicarágua, México e Paraguai (com participações individuais iguais ou algo superiores a 4%), juntamente com a Colômbia, República Dominicana e Chile que representaram 25% dos 552 projetos recebidos. Os últimos 5% explicam-se pela soma dos 12, 11 e 1 projetos correspondentes ao Panamá, Brasil e Venezuela.

“ A soma agregada de iniciativas de Cooperação Sul-Sul promovidas na região em 2014 ascende a um total de 1.166 ”

c) De forma complementar, importa ainda realçar o perfil das capacidades que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2014 ajudou a fortalecer na região. Na verdade, a maior parte (70%) dos 552 projetos promovidos pelos países ibero-americanos correspondem a objetivos de orientação Económica (40%) e Social (30%). Esse perfil viu-se influenciado pelo apoio que os países deram, por um lado, aos setores Agropecuário (15,3%) e da Indústria de Transformação (7,0%) e, por outro, à Saúde (14,3%), Educação (5,6%) e Outros Serviços e Políticas Sociais (5,2%). Dos 30% restantes, um pouco mais de metade foram dedicados ao Fortalecimento Institucional dos Governos, e os restantes, em proporções

semelhantes, ao Ambiente (6,6% do total) e Outras Dimensões de Atividade (cultura, género e modelos de desenvolvimento) (5,2%).

“ A maior parte (70%) dos 552 projetos promovidos pelos países ibero-americanos correspondem a objetivos de orientação Económica e Social ”

Por sua vez o **CAPÍTULO III** centra-se na análise dos 90 projetos e das 93 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular nos quais a Ibero-América participou em 2014. Relativamente a estas 183 iniciativas (10,2% mais do que no exercício anterior), importa salientar o seguinte:

- a) Doze dos 19 países da América Latina assumiram o papel de primeiros ofertantes de projetos de CSS Triangular. Destacou-se o Chile, que assumiu a transferência de capacidades em praticamente 4 de cada 10 projetos; bem como o Brasil (em 16,7% das ocasiões); e a Argentina (em 11,1%); e o México e a Colômbia, os quais em conjunto agregaram outros 15%.
- b) Vinte e três países e/ou organismos participaram na CSS Triangular em 2014 exercendo o papel de segundo oferente. Espanha e Alemanha foram os países que se envolveram em maior número de projetos (17 cada um), seguidos do Japão (outros 15). A participação destes três países representou, de forma agregada, cerca de 55% dos 90 projetos finais. Destacaram-se também, no exercício deste mesmo papel, e por ordem de maior a menor importância relativa, países como os Estados Unidos, Canadá, Coreia, Itália, México, Noruega e Uruguai, bem como vários organismos multilaterais, alguns relacionados ou fazendo parte do sistema das Nações Unidas (FAO, OPS, PMA e UNICEF) e outros de carácter regional (IICA, BID e CAF).
- c) No caso dos recetores, os países que em maior número de ocasiões exerceram este papel foram El Salvador (presente em 15,6% dos 90 projetos), Peru e Paraguai (em 8,9%, em cada caso), juntamente com a Bolívia (7,8%). Tratou-se de quatro países que, de forma agregada, ascenderam a 41,2% dos registos. No entanto, o mais habitual foi a participação simultaneamente de vários países na receção da Cooperação Sul-Sul Triangular, algo que ocorreu em 2014 em mais de um terço das ocasiões (34,4% dos projetos).
- d) No que se refere às capacidades fortalecidas a partir da Cooperação Sul-Sul Triangular promovida em 2014 com a participação de países ibero-americanos, cerca de 95% dos projetos distribuíram-se em proporções muito parecidas entre o âmbito Social, os Setores produtivos, o Fortalecimento institucional e a área Ambiental. Os restantes projetos (apenas 6,6% do total) distribuíram-se entre a criação de Infraestruturas e serviços económicos (2,2% do total) e o apoio às denominadas Outras dimensões (4,4%).
- e) Desagregando sectorialmente, a maior parte dos projetos de CSS Triangular no âmbito Social tiveram por objetivo fortalecer os serviços e as políticas públicas nesta matéria (44% dessa dimensão), bem como o que respeita à Saúde (outros 32%). Igualmente, praticamente dois de cada três projetos que apoiaram os setores produtivos, fizeram-no através da Agropecuária (segundo setor de maior importância relativa no conjunto dos 90 projetos de CSS Triangular de 2014). Por sua vez, 22,2% do total dos projetos orientaram-se para o desenvolvimento institucional dos Governos, especialmente nas áreas da gestão, administração e segurança nacional. Noutro âmbito, destacaram-se os projetos que atenderam à defesa e proteção do Ambiente, bem como alguns de carácter mais pontual que atenderam à melhoria dos sistemas de trabalho, promoção de Micro e PME e desenvolvimento territorial.

O **CAPÍTULO IV** é dedicado aos 39 Programas e 59 Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional nos quais os países ibero-americanos declararam ter participado ao longo do ano 2014. A sua análise oferece resultados notáveis sobre os seus participantes e o tipo de problemas que a região atende de forma coletiva através desta modalidade de CSS. Em concreto:

- a) Em 2014, o Brasil foi o país que participou num maior número de programas e projetos de CHSS Regional (61). Seguiram-se, por ordem de importância relativa, cinco países próximos dos cinquenta programas e projetos: México (58), Argentina (56), Peru (52), Colômbia (51) e Chile (49). Por sua vez, o Uruguai, Paraguai, Equador e Bolívia, juntamente com a Costa Rica e o Panamá, participaram num conjunto de programas e projetos cujo intervalo se situou em torno das 30 ou 40 iniciativas. Entretanto, quatro países centro-americanos (Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua), acompanhados pela República Dominicana a partir do Caribe e de Espanha a partir da Península Ibérica, formaram um bloco cuja participação se situou num intervalo dos 21 aos 25 programas e projetos de CHSS Regional. Finalmente, os países que registaram uma menor participação no conjunto das 98 iniciativas de CHSS Regional de 2014 foram Andorra (presente num programa); Portugal (em 7 programas); e Cuba e Venezuela (em 11 e 18 iniciativas, respetivamente).
- b) Os organismos multilaterais também agentes foram importantes da CHSS Regional de 2014, tendo acompanhado os países em 78,6% das iniciativas registadas. Neste sentido, a SEGIB, em conjunto com outros organismos do espaço ibero-americano, tais como a COMJIB, o próprio Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) ou a OEI, apenas para citar alguns, esteve presente e/ou acompanhou a atividade promovida por 21 dos 39 programas de CHSS Regional de 2014. Entretanto, outros dois organismos de diferente natureza como o MERCOSUL e a Organização Internacional para a Energia Atómica (OIEA), estiveram presentes, cada um em 12 projetos de CHSS Regional. Por seu lado, a Organização de Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acompanharam 7 iniciativas cada, em ambos os casos instrumentalizadas através de 1 programa e 6 projetos. Finalmente, a Aliança do Pacífico e a CEPAL, foram parte integrante de 4 e 3 programas de CHSS Regional, respetivamente.

“ Os países participaram em 90 projetos e 93 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular ”

- c) Por outro lado, os 98 Programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional promovidos pelos países ibero-americanos durante o ano 2014 atenderam a capacidades setoriais muito diferentes. De facto, cerca de metade dessas 98 iniciativas (52,0%) responderam a uma orientação socioeconómica que deu primazia, por um lado, ao fortalecimento de capacidades no âmbito Social (27,6% do total) e, por outro lado, à geração de Infraestruturas e serviços económicos (24,5%). Dentro de ambos os contextos destacaram-se, por sua vez, os cuidados de Saúde e o fomento da aplicação dos progressos de Ciência e tecnologia à atividade

económica, social e inclusivamente ambiental. Entretanto, praticamente outra metade das iniciativas (48,0%) atendeu a quatro objetivos de diferente natureza: o apoio às Outras dimensões de atividade (um de cada cinco programas e projetos); o Fortalecimento institucional (15,3%); o Ambiente (8,2%); e, uma vez mais no âmbito económico, o desenvolvimento dos Setores produtivos (os últimos 5,1%).

Finalmente, a presente edição do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América completa-se com um **CAPÍTULO V** que, pela primeira vez, efetua uma aproximação à Cooperação Sul-Sul na qual a Ibero-América participou em 2014 com outras regiões em desenvolvimento, entre as quais se destacaram o Caribe não Ibero-Americano, África e Ásia. Tal como se observa na tabela infra elaborada a este respeito e contando ainda com informação parcial e incompleta, pode assegurar-se que o total das iniciativas nas quais a Ibero-América participou em conjunto com o resto das regiões, agregando as três modalidades contempladas no nosso espaço, ascendeu a um total de 229.

Do estudo desagregado destas 229 iniciativas por modalidades, importa destacar que:

Iniciativas de Cooperação Sul-Sul da Ibero-América em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. 2014

Em unidades

		MODALIDADES			Total
		CHSS Bilateral	CSS Triangular	CHSS Regional	
Instrumentos	Programas	n.a.	n.a.	11	11
	Projetos	122	12	7	141
	Ações	70	7	n.a.	77
Total		192	19	18	229

Nota: n.a. Não se aplica. **Fonte:** SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- a) No que se refere à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, os países da região participaram, juntamente com o Caribe não Ibero-Americano e sempre a partir do papel de ofertante, num total de 57 projetos e 30 ações. Com a África, também promoveram um total de 29 projetos e 10 ações, a partir do papel de ofertantes e 1 projeto no papel de receptor. Com a Ásia fizeram-no através da oferta de 26 projetos e 13 ações que foram acompanhados pela recepção de outras 21 iniciativas. Pontualmente, registaram-se também uma e quatro ações intercambiadas, respetivamente, com países da Oceânia e do Médio Oriente.
- b) Por sua vez, em 2014 a Ibero-América em conjunto com outras regiões em desenvolvimento participou em 12 projetos e 7 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular. Em 16 das 19 iniciativas, o seu principal parceiro foi o Caribe não ibero-americano. Além disso, em todas elas, exceto numa, os países ibero-americanos foram os principais responsáveis pela transferência de capacidades através do exercício do papel de primeiro ofertante. Completaram as iniciativas três intercâmbios com outras regiões em desenvolvimento (dois com África e um com um país asiático).
- c) Por último, os países ibero-americanos em conjunto com outras regiões em desenvolvimento participaram em 2014, em 11 programas e 7 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Registaram-se dois projetos em conjunto com África e Ásia, mas na sua maioria (16 das 18 iniciativas), os parceiros foram países caribenhos que participaram nestes programas e projetos através da sua filiação às cooperações Meso-Americana (Belize) e Ibero-Americana (caso do Haiti) ou ao CARICOM, CEPAL e OEA, organismos de que são membros plenos.

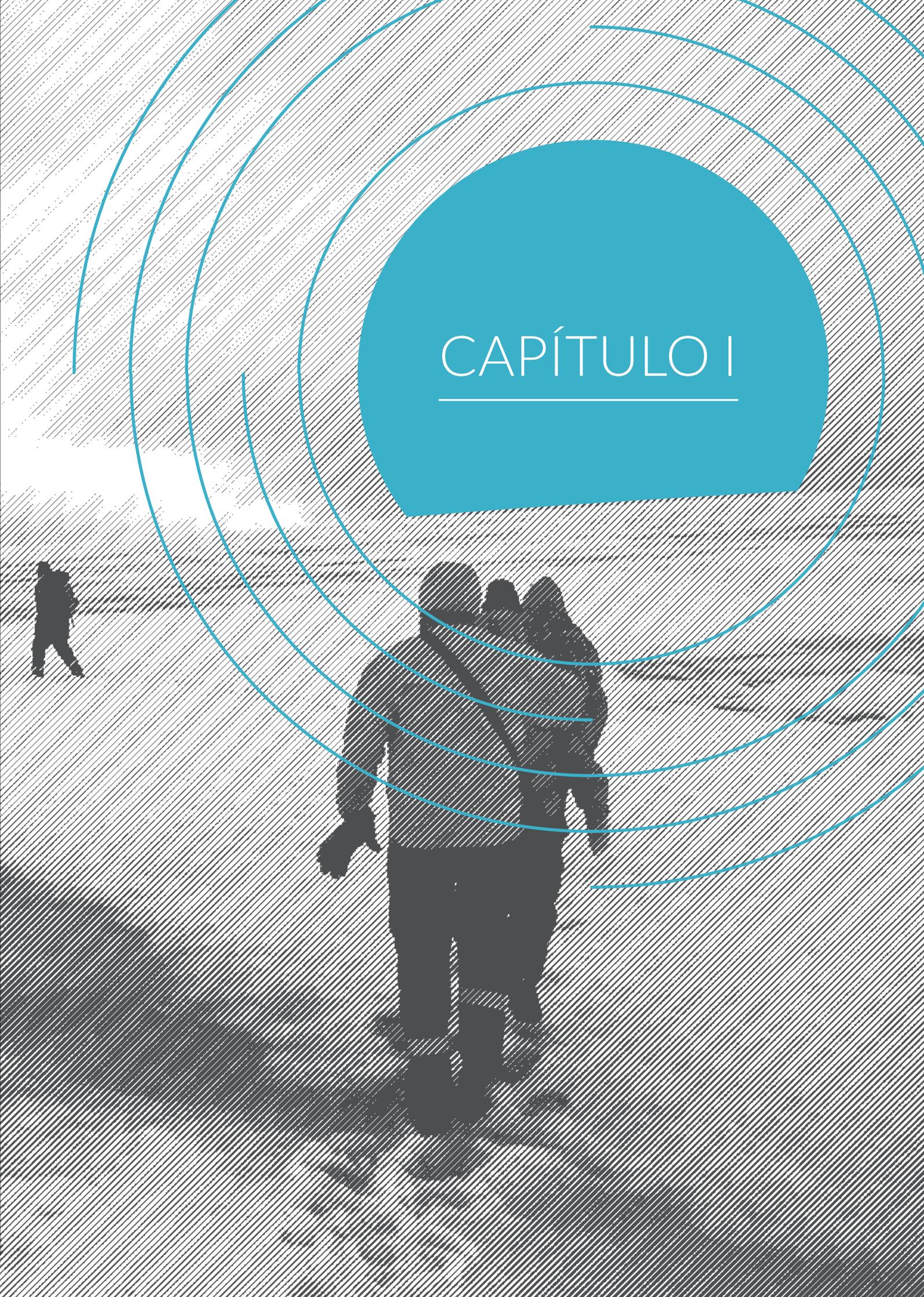
“ Pela primeira vez, é efetuada uma aproximação à Cooperação Sul-Sul na qual a Ibero-América participou com outras regiões em desenvolvimento, entre as quais se destacaram o Caribe não Ibero-Americano, África e Ásia ”

ACRÓNIMOS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AGCID	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
AMEXCID	Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
APCI	Agência Peruana de Cooperação Internacional
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ARCAL	Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Comunidade do Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CENPROMYPE	Centro Regional de Promoção das Micro e PME
CEPAL	Comissão Económica para América Latina e o Caribe
CHSSB	Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral
CHSSR	Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
CIAT	Centro Interamericano de Administrações Tributárias
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CLAD	Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
COMJIB	Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSS	Cooperação Sul-Sul
CT	Cooperação Triangular
ECOSOC	Conselho Económico e Social
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCALAE	Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste
IICA	Instituto Interamericano de Agricultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MGDF	Fundo para a Consequência dos ODM

MIPYME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OIEA	Organismo Internacional de Energia Atómica
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
OISS	Organização Ibero-Americana de Segurança Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLACEFS	Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazónica
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PIFCSS	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
PMA	Programa Mundial de Alimentação
RNB	Rendimento Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	País de Rendimento Médio
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SIDICSS	Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular
SMSP	Sistema Mesoamericano de Saúde Pública
SNU	Sistema das Nações Unidas
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UE	União Europeia
UNESCO	União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância





CAPÍTULO I



A CONTRIBUIÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR DA IBERO-AMÉRICA PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

I.0 INTRODUÇÃO

No âmbito do 70º Aniversário da Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral da Organização aprovou por consenso o documento “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (a seguir designado por “Agenda 2030”). Assim, ao concluir o prazo fixado na Cúpula do Milénio para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os 193 Estados membro da Organização das Nações Unidas acordaram 17 novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as suas 169 metas associadas, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, como roteiro para, entre outros objetivos, erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e proteger o ambiente.

A implementação dos ODM e o grande avanço na consecução das suas metas nos países da nossa região foram possíveis, principalmente, graças ao ativo trabalho realizado pelos Estados, tendo os orçamentos nacionais sido a principal fonte de recursos. Adicionalmente, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e, de forma particular, a Cooperação Sul-Sul (CSS) e a Cooperação Triangular (CT), foram instrumentos relevantes para acelerar o processo de cumprimento dos Objetivos e maximizar os seus resultados. Estes instrumentos foram centrais nos fóruns e debates em torno da agenda de desenvolvimento e estão novamente chamados a ser fundamentais para o processo de consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta as aprendizagens adquiridas no processo dos ODM.

Ao chegar ao ano meta da Declaração do Milénio, embora se tenham verificado grandes progressos em muitos aspetos, ainda há muitos desafios para enfrentar. De forma particular, os ODM contemplaram, no objetivo 8, “Fomentar uma Aliança Mundial para o Desenvolvimento”, que sublinhou a importância da cooperação e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para os alcançar. No entanto, devido à profunda crise económico-financeira suscitada a partir de 2008, a APD estagnou nos últimos anos, depois de ter aumentado substancialmente na primeira década do milénio. Em 2014, só cinco países tinham alcançado a meta da APD de 0,7% do rendimento nacional bruto,² enquanto a APD total dos países membros do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD-OCDE) representou 0,29% do seu rendimento nacional bruto. Regionalmente, estima-se que, apenas, menos de 7% do total da APD tem por destino a região da América Latina e do Caribe.³

No entanto, a CID enfrentou e continuará a enfrentar desafios ainda em vigor na nova agenda de desenvolvimento. Neste sentido, é imprescindível que, a partir do espaço ibero-americano, se continue a promover a CSS e CT, intensificando esforços para alargar o seu alcance e melhorar a sua eficácia.

¹Capítulo acordado e desenvolvido pelos países ibero-americanos membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), através das figuras dos seus Responsáveis de Cooperação e a partir de uma versão inicial preparada pela Argentina, Chile, Espanha, México e República Dominicana.

²Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido. Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Relatório de 2015 (Nações Unidas: 2015), p. 7.

³Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Aid at a glance charts, OCDE, <http://www.oecd.org/dac/stats/aid-at-a-glance.htm> (consultada em dezembro de 2015).

I.1 DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2000, foi inaugurado o 55º período de sessões da Assembleia Geral da ONU, subordinado ao tema “A Assembleia do Milénio das Nações Unidas”, na qual os então 189 membros da Organização assinaram a Declaração do Milénio onde foram aprovados os 8 Objetivos de Desenvolvimento, com a data de concretização de 2015. Os ODM foram inovadores, pois estabeleceram pela primeira vez uma agenda de desenvolvimento acordada de caráter global, com uma orientação e uma linguagem comum dirigida às metas globais, e contando com claros mecanismos de medição e acompanhamento. Com esses objetivos, a comunidade internacional expressou a sua preocupação generalizada sobre os desafios globais incluindo, entre outros, a pobreza, a fome, a reduzida escolarização, a desigualdade de género e a acelerada degradação ambiental.

“ A implementação dos ODM e o grande avanço na consecução das suas metas nos países da nossa região foram possíveis, principalmente, graças ao ativo trabalho realizado pelos Estados, tendo os orçamentos nacionais sido a principal fonte de recursos ”

Para a sua medição, as Nações Unidas, o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE estabeleceram um sistema de monitorização dos progressos no cumprimento dos ODM por país, o qual incluiu 21 metas e 48 indicadores quantitativos, que posteriormente

foram incrementados para 70. Estes indicadores representaram apenas uma base, para que cada país os adequasse às suas prioridades nacionais.

A responsabilidade pela implementação dos ODM recaiu principalmente sobre os Estados Nacionais, especialmente nos países em vias de desenvolvimento,⁴ acrescentando-se o apoio da comunidade internacional e dos Organismos Multilaterais. 15 anos volvidos sobre a implementação dos ODM, os países em desenvolvimento realizaram progressos significativos na sua consecução, embora o alcance dessas realizações tenha sido heterogéneo entre objetivos, regiões e países.

As principais realizações à escala global nos países em desenvolvimento, e por ODM, foram as seguintes:⁵

- 1) A pobreza extrema reduziu-se de forma significativa de 1,751 milhões de pessoas em 1999 para 836 milhões em 2015; e a percentagem de pessoas com nutrição insuficiente nas regiões em desenvolvimento reduziu-se para quase metade (ODM 1).
- 2) A taxa líquida das matrículas ao nível da primária nas regiões em desenvolvimento, alcançou 91% em 2015, tendo sido de 83% no ano 2000; e a taxa de alfabetização dos jovens aumentou globalmente na mesma proporção (ODM 2).

⁴ O único ODM que referia especificamente responsabilidades para os países desenvolvidos foi o ODM 8.

⁵ Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Relatório de 2015 (Nações Unidas: 2015).

⁶ Relação das matrículas escolares femininas brutas relativamente às matrículas escolares masculinas brutas.

- 3) O índice de paridade de gênero⁶ no ensino primário, secundário e superior ultrapassou a meta prevista chegando a níveis mínimos aceitáveis (entre 0,97 e 1,03). Além disso, a proporção de mandatos decididos por eleição popular e ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais aumentou, passando de 15% em 2000 para 27% em 2015 (ODM 3).
 - 4) A taxa mundial de mortalidade de crianças com menos de 5 anos diminuiu para mais de metade, passando de 12,7 milhões em 1990 para quase 6 milhões em 2015 (ODM 4).
 - 5) A taxa de mortalidade materna diminuiu 45% a nível mundial e, em 2014, mais de 71% dos nascimentos em todo o mundo foram atendidos por profissionais de saúde capacitados, relativamente aos 59% de 1990 (ODM 5).
 - 6) Entre 2000 e 2013, as novas infeções por VIH diminuíram em aproximadamente 40%, passando de uma estimativa de 3,5 milhões de casos para 2,1 milhões (ODM 6).
 - 7) Foram praticamente eliminadas as substâncias que empobrecem a camada de ozono e espera-se que esta se recupere em meados deste século; por sua vez, em 2015, 91% da população mundial utiliza uma fonte de água mais saudável, comparativamente com os 76% de 1990 (ODM 7).
 - 8) Promoveu-se a cooperação internacional para o desenvolvimento como um elemento central da Aliança Global para o Desenvolvimento. A APD por parte dos países desenvolvidos, embora estancada nos últimos anos, aumentou 66% em termos reais entre os anos 2000 e 2014, tendo alcançado o valor de 135.200 milhões de dólares (ODM 8).
- 1) A percentagem de pessoas que vive com menos de 1,25 dólares de EUA diários, reduziu-se para um terço; este valor diminuiu de 13% em 1990 para 4% em 2015;
 - 2) Conseguiu-se que praticamente a totalidade (94%) dos meninos e meninas pudessem terminar um ciclo completo do ensino primário; em 2015, a região alcançou coberturas de 66% no pré-primário, de 94% no primário e de 73% no secundário;
 - 3) Em matéria de igualdade de género, a região avançou notavelmente nas suas taxas de matrículas femininas brutas (relativamente às masculinas) no ensino superior e ligeiramente no ensino secundário, mas retrocedeu no primário;
 - 4) Entre 1990 e 2015, a mortalidade infantil reduziu-se em 69%; contudo, ainda há enormes desafios, pois continua a morrer uma criança a cada 3 minutos;
 - 5) A taxa de mortalidade materna reduziu-se em 40% entre 1990 e 2015, tendo passado de 130 mortes de mães por cada 10 mil crianças nadas vivas, para 77;
 - 6) As novas infeções por VIH/SIDA mantiveram-se estáveis entre 2000 e 2013, mas continuam concentradas em grupos específicos da população que têm dificuldades de acesso aos cuidados médicos adequados;
 - 7) Apesar de se terem alcançado as metas de saneamento e acesso a água potável, a economia da região aumentou os seus níveis de carbonização;

Por sua vez, à escala regional, os países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe apresentaram os seguintes progressos significativos:⁷

“ O alinhamento entre as prioridades nacionais e objetivos globais, e a coordenação nacional para a consecução de ambos, é o primeiro dos desafios a enfrentar por parte dos países ibero-americanos ”

⁷ Nações Unidas, ibidem.

8) A APD recebida pela região mostra uma tendência para a baixa, quer como percentagem do seu PIB, quer comparada com outras regiões de maior concentração de fundos de APD.

Portanto, a América Latina e o Caribe enfrentam o desafio de preservar e reforçar os progressos alcançados num contexto difícil para o crescimento económico, em especial para os países exportadores de matérias-primas. Abordar a desigualdade continua a ser uma questão central para a agenda de desenvolvimento, onde o crescimento económico, entre outros fatores, é fundamental para financiar os programas sociais, de educação, saúde e trabalho. Assim, para alcançarmos sociedades menos desiguais e segmentadas, o crescimento e a inclusão devem ser concomitantes.

Contudo, apesar dos avanços obtidos à escala global, incrementaram as desigualdades, com grandes lacunas entre os mais pobres e os mais ricos, tendo simultaneamente o progresso noutras áreas sido desigual; a desigualdade de género ainda persiste; as alterações climáticas são um dos maiores desafios da nossa época, minando o progresso conseguido; e os conflitos armados continuam a representar uma grande ameaça para a estabilidade regional e mundial.

Por isso, na revisão dos 10 anos dos ODM, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, decidiu-se continuar o esforço de alcançar a Agenda do Milénio mediante a definição de novas metas globais, cuja base seria o respeito pelos direitos humanos universais, e o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas, continuando assim o trabalho iniciado pelos ODM.

Desta forma, tendo em conta os progressos dos ODM e procurando uma perspetiva mais prática e de maior universalidade, e dando prioridade ao desenvolvimento sustentável com as suas três dimensões - *económica, social e ambiental* - no centro da agenda, em setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030, com 17 objetivos, 169 metas associadas e os seus respetivos meios de implementação, cujos indicadores globais, regionais

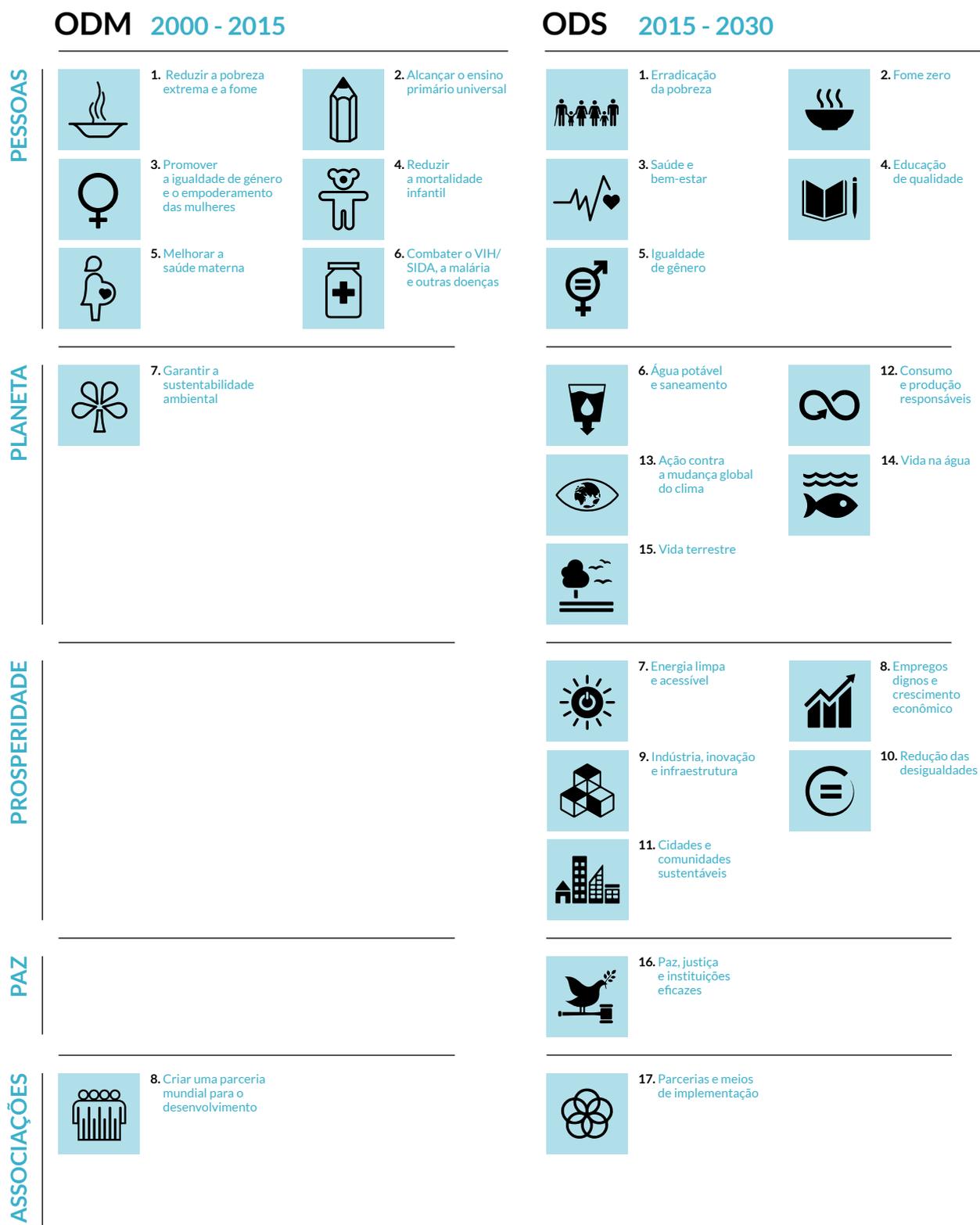
e nacionais, que se podem distinguir em função das necessidades locais, foram deixados para uma etapa de definição posterior. Paralelamente, avançaram-se outras agendas igualmente importantes para o desenvolvimento sustentável. Assim, por exemplo, a XXI Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP 21, realizada em Paris, França), estabeleceu a vontade de dar um passo substancial nesta matéria com compromissos concretos. Tal como a Agenda 2030, a COP 21 fixa as diretrizes que orientarão a cooperação internacional, incluindo a consolidação de novos e já existentes instrumentos financeiros quanto a esta questão, assuntos tratados na III Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento: Agenda de Ação de Adis Abeba.

Tal como no caso da agenda para atenuar as Alterações Climáticas, conseguir alcançar os objetivos de desenvolvimento estabelecidos na Agenda 2030 envolve desafios para todos os países. A partir de janeiro de 2016, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas associadas devem iniciar a implementação. Neste sentido, o alinhamento entre as prioridades nacionais e objetivos globais, e a coordenação nacional para a consecução de ambos, é o primeiro dos desafios a enfrentar por parte dos países ibero-americanos.

A isto acrescem o estabelecimento de metas nacionais alcançáveis, a conjugação adequada de recursos técnicos, financeiros e humanos, bem como as capacidades para a geração de dados oportunos e vastos que permitam um adequado acompanhamento no progresso do seu cumprimento. A implementação da Agenda 2030 e a consecução das metas globais servirão como horizonte para ativar as instituições nacionais, e terão um impacto na arquitetura da governação global. Daí uma primeira e prioritária área de oportunidade de contribuição da CSS e CT para a Agenda 2030, quer dizer, a adequação dessa governação à consecução dos ODS e aos seus meios de financiamento e implementação.

Evolução da Agenda do Desenvolvimento

ESQUEMA I.1



I.2 IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

O crescente papel da CSS para o Desenvolvimento, é amplamente reconhecido. A partir das suas primeiras ações, os países do Sul estabeleceram uma série de laços económicos, sociais, culturais e de cooperação que têm atualmente um tal grau de maturidade que lhes permite estabelecer uma relação de maior horizontalidade com os agentes tradicionais do sistema internacional de cooperação. Por intermédio de muitas experiências partilhadas, apresentadas nas ações recolhidas neste relatório e proporcionadas anualmente pelos próprios países, podemos reconhecer e salientar o papel crescente da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento, que evidencia um papel cada vez mais destacado da CSS bilateral, triangular e regional. Cada vez com mais frequência, os países em desenvolvimento trocam experiências de sucesso sobre soluções próprias para alguns problemas de desenvolvimento.

Tal como se observa no Relatório da CSS na Ibero-América, que ano após ano recompila as ações e projetos de Cooperação executados na região, evidencia-se o papel cada vez mais relevante da CSS bilateral, triangular e regional. Assim, por exemplo, a cooperação bilateral sofreu uma importante evolução quanto à quantidade de iniciativas implementadas, o que se reflete no período 2010-2013, no qual se mantiveram uma média de aproximadamente 800 iniciativas anuais, tendo nesse período os projetos ultrapassado 500 por ano e as ações 250.

Embora o valor da CSS transcenda as considerações económicas, pois o seu principal ponto forte é a gestão do conhecimento que permite realizar intercâmbios entre países em desenvolvimento, é importante ter em conta os cálculos do Secretariado Geral das Nações Unidas, segundo os quais este tipo de cooperação alcançou em 2011 um montante entre 16,1 e 19 mil milhões de dólares (billions nos EUA), especificando que esse valor pode ser mais elevado se tivermos em conta, não só que muita desta cooperação não é registada em parte

alguma, em certa medida por decisão dos próprios Estados, mas também que a própria diversidade das modalidades de cooperação dificulta o cálculo.⁸

Embora o montante estimado da CSS se deva tomar com reservas, dada a inexistência de uma metodologia única equiparável à da cooperação tradicional, esta representa uma mostra da força do Sul e um re-nivelamento das relações globais “Norte-Sul”. A isto acresce que a participação da CSS na cooperação para o desenvolvimento a nível mundial duplicou em dez anos, e espera-se que continue a aumentar. Adicionalmente, uma boa parte do conhecimento partilhado através de ações de CSS não é quantificável, o que é importante para sublinhar as contribuições da CSS para o desenvolvimento sustentável mediante a geração de capacidades e o fortalecimento de políticas públicas, bem como do aprofundamento de esquemas de integração.

Por sua vez, a CSS sofreu um importante aumento nos últimos anos, devido em grande parte à crescente força dos países emergentes, à sua procura de liderança regional, e ao seu interesse em participar mais ativamente no cenário internacional. Particularmente na América Latina e no Caribe, observou-se uma maior força nas capacidades dos países para realizar a CSS e um interesse crescente em participarem em projetos intra e extra-regionais, incidindo na melhoria da qualidade e no impacto das ações, e conseguindo um forte posicionamento internacional.

A importância que a CSS adquiriu também se manifesta nos grandes esforços que os países ibero-americanos fazem para construir metodologias de gestão por resultados e outros instrumentos que promovem intercâmbios de conhecimentos eficazes e que, para além de acrescentarem valor, permitem dar a conhecer melhor e reforçar a gestão do ciclo total dos projetos de CSS que são executados.

⁸ Nações Unidas, Conselho Económico e Social, Tendências e progressos da cooperação internacional para o desenvolvimento. Relatório do Secretário-Geral, E/2014/77, de 15 de maio de 2014.

1.3 E A COOPERAÇÃO TRIANGULAR?

A CT é, sem dúvida, um recurso dos países ibero-americanos para maximizar o seu potencial nos próximos anos e considera-se um mecanismo inovador para que os países desenvolvidos possam potenciar, dotando-a de maior envergadura e apontando para a construção de uma aliança multiagentes e multinível, numa perspetiva de longo prazo.

Observa-se uma grande evolução nos valores da cooperação triangular, já que durante o período 2006-2013 se contabilizaram um total de 730 iniciativas, das quais 525 correspondem a projetos e 205 às denominadas ações. Este processo de registo de iniciativas triangulares começou com 26 em 2006, chegando a 166 em 2013. A anterior evolução mostra o avanço desta forma de cooperação, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos.⁹

A CT envolve um valor acrescentado, quer para os países desenvolvidos, quer para os países em vias de desenvolvimento. Apresenta-se como uma estratégia que permite que todos os agentes participem num processo de construção conjunta, em igualdade de condições, dando prioridade aos interesses do recetor, e harmonizando procedimentos bilaterais diversos para os adaptar a esta lógica de três ou mais parceiros.

No entanto, a CT, como modalidade de cooperação com características próprias e distintas, que inclui especificidades de dois paradigmas diferentes e lança pontes entre eles para fazer cooperação, não foi abordada conceptual e metodologicamente de forma abrangente, o que se reflete nas dificuldades existentes para a sua implementação. É por isso que a CT deve ser abordada como um processo, no qual o diálogo e as complementaridades desempenham um papel central, bem como a confiança mútua e a solidez da relação dos parceiros, promovendo os seguintes princípios e critérios:¹⁰

- 1) Liderança do recetor: perspetiva baseada na procura, assunção da liderança, e corresponsabilidade.
- 2) Horizontalidade: adaptabilidade, articulação, comunicação orientada para consensos, e ausência de condicionalidades.
- 3) Responsabilidade mútua: contribuições de todas as partes, gestão partilhada por resultados, e acesso à informação.
- 4) Eficácia e Eficiência: sustentabilidade das ações, eficiência no uso dos recursos, e efetividade das iniciativas.
- 5) Benefício mútuo: resultados partilhados, definição clara de papéis, aprendizagem conjunta, e visibilidade de todos os agentes.

A partir da diminuição dos recursos da cooperação atribuídos aos Países de Médios Rendimentos (PMR), especialmente os da América Latina e do Caribe, a CT representa uma solução inovadora entre os países do Sul para continuar a fortalecer o desenvolvimento das suas capacidades. Através da promoção da CSS e da participação de um parceiro tradicional ou organismo multilateral no contexto da Agenda 2030, a CT, não só possibilita o acesso a outras fontes de recursos, mas também à geração ou à potencialização de alianças multiagentes como mecanismo para conseguir objetivos comuns, neste caso os ODS, para além de incentivar outros países que se encontram em fase de transitar, de um papel claramente recetor, para papéis duais (oferentes), podendo contribuir através das suas capacidades e pontos fortes para o cumprimento destes novos compromissos internacionais de desenvolvimento.

⁹ Secretaria-Geral Ibero-Americana, *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2015* (Madrid: 2015).

¹⁰ Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul,

Guia orientador para a gestão da cooperação triangular na Ibero-América, Documento de trabalho N° 8 (PIFCSS: 2015)

I.4

PAPEL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E A COOPERAÇÃO TRIANGULAR NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E A SUA EVENTUAL CONTRIBUIÇÃO PARA A AGENDA 2030

A CSS da região está fundamentalmente orientada para o fortalecimento das capacidades nacionais. Essa contribuição tem-se centrado no desenvolvimento de recursos humanos, fortalecimento de processos organizacionais, implementação de iniciativas de desenvolvimento e, inclusivamente, no apoio a esforços de reengenharia institucional que facilitam uma melhor resposta aos desafios do desenvolvimento sustentável a nível nacional e local. Quer através de capacitações pontuais, quer do intercâmbio de práticas institucionais de sucesso, ou de acompanhamento na definição e execução de novos modelos institucionais, a CSS colocou à disposição de outros países informações, experiências e aprendizagens adquiridas, e o acompanhamento dos pares para conceber e implementar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento efetivas, que permitam fazer avançar as prioridades de desenvolvimento dos países.

É aí onde o aporte distinto da cooperação entre pares, com contextos socioeconómicos e políticos semelhantes, se torna relevante. Ao longo da história, constatou-se que garantir a disponibilidade de recursos financeiros não é suficiente para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento. A utilização adequada e eficaz dos recursos disponíveis depende da capacidade institucional, e esta pode alimentar-se da troca de experiências, quer de sucesso, quer falhadas, de outros que tentaram resolver o mesmo problema.

Neste contexto, os ODM, funcionaram como um incentivo para que os países desenvolvidos reorientassem a Ajuda Pública ao Desenvolvimento para os países menos desenvolvidos. Tendo em conta o que precede, a distribuição da APD para os PMR, especialmente na América Latina e no Caribe, perdeu força. Simultaneamente, e através da CSS, os países da região procuraram oportunidades para a consecução das suas metas nacionais e, por conseguinte, dos compromissos internacionalmente adquiridos para o cumprimento dos ODM.

Por outro lado, para o cumprimento dos ODM, os agentes multilaterais ou intergovernamentais também tiveram um papel significativo no apoio aos países da região. Organismos, tal como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), outras agências do Sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial e a União Europeia, participaram em projetos de cooperação na maior parte dos países da América Latina e do Caribe.

Com base no exposto, espera-se que a CID, e em particular a CSS e CT, desempenhem um papel ainda mais determinante na implementação da recentemente adotada Agenda de Desenvolvimento 2030, e em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mencionados na Declaração da Rio+20, destacando-se, entre outros, a cooperação internacional como um mecanismo para fazer face aos problemas relacionados com o desenvolvimento sustentável

para todos, através do fornecimento de recursos financeiros e da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.¹¹

Contudo, para uma implementação bem-sucedida da Agenda 2030, serão necessárias soluções inovadoras e que integrem a visão e o esforço conjunto de todos os agentes de desenvolvimento, sem exclusões como as que decorrem das categorizações que foram impostas aos países em desenvolvimento que já alcançaram níveis de rendimento médio ou elevado, assim considerados de acordo com a classificação do Banco Mundial.

Na prática, isto levou à implementação de medidas de focalização por parte dos agentes da APD, que não têm em conta as lacunas existentes no desenvolvimento dos países, e o impacto que as crises económicas provocaram nos grupos vulneráveis. Sem dúvida, são muitos os países que viram afetada a chegada de fluxos de cooperação para ultrapassar os desafios de desenvolvimento, e que puseram em causa o próprio conceito de pobreza, razão pela qual se reforça a necessidade imediata de implementar a Agenda 2030 em todos os países.

Os países de médios rendimentos ainda enfrentam dificuldades consideráveis para alcançar o desenvolvimento sustentável e, a fim de garantir a manutenção das realizações até à data, a comunidade internacional reconhece que o apoio público ao desenvolvimento, bem como outros tipos de financiamento em condições favoráveis, continuam a ser essenciais para alguns desses países e desempenham uma função na obtenção de resultados específicos, tendo em conta as necessidades concretas destes. Para isso, é necessária uma cooperação sem nenhum tipo de exclusões, através da cooperação internacional em todas as suas modalidades.

Neste contexto, deverão ter especial atenção os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), que figuram entre os países do mundo com maior diversidade biológica e cultural,

apresentando simultaneamente altos níveis de vulnerabilidade. Estes têm de ultrapassar diversos obstáculos, devido ao reduzido tamanho do seu território, à alta especialização das suas zonas económicas, à sua fragilidade face a riscos e desastres naturais, à sua alta dependência de produtos importados, ao seu relativo isolamento relativamente aos mercados internacionais, e à cada vez maior pressão exercida pelos fluxos turísticos. No entanto, um grande número de PEID são ricos em recursos naturais, têm elevados níveis de adaptação a diversas situações e, na idiosincrasia dos seus habitantes, contam com uma grande capacidade de recuperação e resiliência.

“ A CSS e CT é um instrumento muito eficaz para responder aos desafios de desenvolvimento que os países do Sul enfrentarão para a implementação da Agenda de Desenvolvimento 2030 ”

Por outro lado, será necessário consolidar todas as modalidades de cooperação, incluindo as práticas desenvolvidas em matéria de CSS e CT que enriquecem a Arquitetura Global da CID e complementam, mas não substituem, as modalidades tradicionais de cooperação.

É também claro que a CID será vital para proporcionar serviços essenciais e bens públicos, bem como para catalisar outras fontes de financiamento. Isto é especialmente importante no contexto da América Latina e do Caribe, cuja receção de APD é sensivelmente menor do que a de outras regiões. Por isso, consideramos que cada modalidade de CID tem um papel único a desempenhar, e que esta deverá ser usada de forma interligada, coerente e complementar, para que responda eficazmente às necessidades específicas e às prioridades dos países que a recebem.

¹¹ Nações Unidas, Assembleia Geral. O futuro que queremos, A/RES/66/288, 27 de julho de 2012.

No caso da CSS e CT, a perspectiva de benefício mútuo, fortalecimento de capacidades, e intercâmbio de conhecimentos e boas práticas, tornam-na num instrumento muito eficaz para responder aos desafios de desenvolvimento que os países do Sul enfrentarão para a implementação da Agenda de Desenvolvimento 2030.

Tal como já se referiu, a CT também desempenhará um papel importante na cooperação para o desenvolvimento, tal como o foi para os ODM e o será para os ODS. Nesse sentido, no âmbito ibero-americano, a cooperação de Espanha e Portugal como parceiros tradicionais, em conjunto com os restantes países da região, deveria orientar-se para a cooperação triangular que, acordada entre todos os parceiros, e partindo dos interesses e necessidades do/s país/es receptor/es, será vantajosa para todas as partes.

Por exemplo, a cooperação espanhola em conjunto com o PNUD, deliberaram continuar com o Fundo para a Consecução dos ODM (MGDF, nas suas siglas em inglês), tornando-o no Fundo para os ODS (SDGF, nas suas siglas em inglês); o qual, considerando a experiência, conhecimentos, aprendizagens adquiridas, e melhores práticas do MDGF, e com os 18 países piloto nos quais atualmente executa cooperação (oito ibero-americanos), será um importante nexu para a transição dos ODM para os ODS e do qual se poderão decorrer algumas oportunidades para a Cooperação Sul-Sul e Triangular Ibero-Americana.¹²

Há outras experiências na região de colaboração para fortalecer os sistemas nacionais que permitem avançar no cumprimento dos ODM. Entre os programas regionais, destaca-se o Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Ensino Básico de Jovens e Adultos, que coadjuvou o cumprimento do ODM 2 “Alcançar o ensino primário universal”. Especificamente, este contribuiu para incrementar a taxa de alfabetização, com uma perspectiva de aprendizagem permanente em resposta às necessidades de desenvolvimento pessoal e de inserção profissional na sociedade

do conhecimento, de jovens e adultos, tendo incorporado a perspectiva de género, e a atenção às necessidades das minorias em risco de exclusão social. O Plano alargou-se para abarcar o período 2015-2021, pelo que apoiará o cumprimento do ODS 4 “Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos” e várias das suas metas na região.

Já há iniciativas na região que contribuem diretamente para os temas relacionados com a Agenda 2030. O Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica, nos seus nove eixos temáticos, apoia, entre outros, o ODS 2 relacionado com erradicar a fome e conseguir a segurança alimentar, através da iniciativa “Mesoamérica sem Fome”; o ODS 13, relativo às alterações climáticas através da Estratégia Mesoamericana de Sustentabilidade Ambiental; e o ODS 3 de saúde e bem-estar através do Sistema Mesoamericano de Saúde Pública (SMSP).

Deste modo, alguns dos setores com maior potencial para beneficiar das modalidades de cooperação atrás descritas para o cumprimento dos ODS são: infraestruturas, desenvolvimento de energias alternativas, segurança alimentar, igualdade de género, serviços públicos, proteção social, gestão ambiental, recursos aquíferos, e a construção de capacidades em geral, bem como a cooperação e integração regional.

¹² Fundo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Programas em vigor, <http://www.sdgfund.org/es/current-programmes> (consultada em dezembro de 2015).

I.5

DESAFIOS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL E A COOPERAÇÃO TRIANGULAR IBERO-AMERICANA NA AGENDA 2030

Entre os principais desafios que a CSS e CT ibero-americanas devem enfrentar para reforçar a sua contribuição na Agenda 2030, identificam-se os seguintes:

- a) Realizar contribuições a partir de uma perspectiva de planificação, definindo programas com capacidade de sustentação no tempo, e conseguir impactos verificáveis, evitando desta forma a dispersão ou atomização das ações de cooperação, alargando o seu alcance e otimizando os seus resultados.
- b) Conceber esquemas de implementação mais eficientes, indicadores que permitam melhor quantificar a CSS, alargar a gama de agentes (ex: alianças público-privadas, organizações da sociedade civil, academia, etc.) e práticas que permitam criar estratégias de CSS inovadoras.
- c) Consolidar experiências nacionais e regionais para melhorar a documentação de práticas e experiências de CSS e CT que efetivamente contribuam para a consecução dos ODS a nível nacional, sub-regional e ibero-americano.
- d) Habilitar enquadramentos de alianças mais inclusivas, promovendo o diálogo entre a CSS e a cooperação tradicional através da CT. Este tipo de cooperação é especialmente útil para responder ao desafio financeiro e potenciar a capacidade de ação dos países do Sul.
- e) Consolidar as plataformas políticas regionais do Sul para aproximar posições em matéria de CSS e complementar esforços.

- f) Fortalecer as capacidades institucionais dos organismos responsáveis pela cooperação, melhorando os sistemas de informação dos países, concebendo sistemas próprios para avaliar a qualidade e os efeitos dos programas de CSS e CT, capacitando as equipas técnicas e fortalecendo os mecanismos de gestão, de registo de capacidades, e de resultados.
- g) Estabelecer estratégias que permitam incrementar os recursos disponíveis, por parte dos países, para o desenvolvimento, a fim de construir estratégias e iniciativas ambiciosas que contribuam para desenvolver a agenda dos ODS.

A resposta a estes desafios exige um trabalho mais integrado e coerente por parte da comunidade internacional que, em conformidade com as prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável, permita coordenar os projetos e os programas de cooperação. Para isso, torna-se necessária a procura de estratégias inovadoras que possibilitem mobilizar e utilizar de forma criativa os recursos existentes, potenciando os efeitos e incrementando os impactos das ações de cooperação. Neste sentido, a CSS e CT deverão promover a participação de múltiplos agentes que contribuam para alcançar os objetivos traçados em matéria de desenvolvimento.

1.6 PARA UM ROTEIRO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E A COOPERAÇÃO TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA NA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para que a CSS possa contribuir efetivamente para o progresso da Agenda 2030, todas as estratégias nacionais ou regionais de CSS devem ter em conta a inclusão de um elemento de coordenação com outras agências de desenvolvimento e com o Sistema das Nações Unidas, que inclua a transferência de conhecimentos e o desenvolvimento da sua capacidade institucional, bem como o fortalecimento de mecanismos para a transferência de ciência, tecnologia e inovação.

A revisão das iniciativas em curso e a integração de mecanismos e recursos provenientes de diferentes fontes, quer de ofertantes tradicionais, quer de parceiros cooperantes do Sul, setor privado, sociedade civil ou fundações, deverá ser uma tarefa nacional, regional e global. Assim, o sucesso da Agenda 2030 dependerá da colaboração entre os diferentes agentes do desenvolvimento que, de forma congruente com os princípios de solidariedade, horizontalidade, apropriação e gestão para resultados, consigam ultrapassar divergências históricas e, de acordo com as próprias capacidades e recursos, possam participar no desenvolvimento internacional de forma responsável.

As ações realizadas, quer pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), quer pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) para reforçar a CSS ibero-americana em matéria de ODS, irão desempenhar um importante papel para unir agentes e harmonizar esforços na consecução dos objetivos da região. A Ibero-América deve

contribuir a partir de onde gerou valor, tal como da ciência, tecnologia, educação e cultura.

Neste âmbito, os Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos Ibero-Americanos (PIPA), como fatores geradores de desenvolvimento sustentável na região, serão de grande importância para o acompanhamento dos países membros no cumprimento dos ODS, e para oferecer cooperação a outros países da região e de outras regiões na procura desse objetivo. A grande variedade de temas nos quais os PIPA se desenvolvem (entre outros, acesso à justiça, ciência, tecnologia, governação, políticas, alfabetização, nutrição, e fortalecimento da CSS) deverá ser a principal contribuição ibero-americana para a consecução dos ODS.

Igualmente, as novas ferramentas ibero-americanas, tal como o recém-implementado “Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular” (SIDICSS)¹³ poderia fornecer contributos interessantes para o acompanhamento das iniciativas de cooperação no cumprimento dos ODS, bem como revelar um grande potencial para o acesso aos registos da CSS e CT ibero-americanas.

Para o cumprimento dos ODS, cada país deverá adequar as suas metas e estabelecer os seus indicadores. O Grupo Interinstitucional e de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável irá elaborar um quadro de indicadores mundiais para os Objetivos, que será concertado pela Comissão

¹³ O SIDICSS é uma plataforma regional integrada para o registo de dados e informações da CSS realizada pelos países ibero-americanos. O sistema, baseado numa plataforma web, permite o registo, edição, processamento e análise periódica de dados, bem como a sua consulta e relatório através de gráficos e tabelas configurados para esse efeito.

de Estatística das Nações Unidas, e finalmente aprovado pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) e pela Assembleia Geral da ONU. A Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) efetuará um exercício na região para a definição dos indicadores regionais, com base nos quais cada Estado deverá selecionar os seus próprios indicadores.

Posteriormente, realizar-se-á um processo interno de alinhamento das políticas públicas e dos quadros de desenvolvimento de cada país aos ODS, bem como da sua política de receção e oferta de CID.

A seguir, implementar-se-á um processo com os organismos internacionais e os parceiros tradicionais para alinhar a cooperação internacional para o desenvolvimento com as metas nacionais, que nessa altura já deveriam estar planificadas em torno do cumprimento dos ODS. Tal como já se referiu, este conjunto de agentes terá um papel fundamental na consecução dos objetivos internacionalmente acordados. Neste quadro geral, considera-se que a participação de agentes da sociedade civil dos países parceiros deveria ser um elemento a intensificar na conceção das intervenções de CSS e CT, já que estes podem contribuir com vantagens específicas e simultaneamente elevar os níveis de horizontalidade e de apropriação das intervenções, sempre a partir da perspetiva de complementaridade.

Finalmente, os Estados devem explorar novas possibilidades de CSS e CT que apoiem os esforços nacionais para o cumprimento da Agenda 2030. A cooperação ibero-americana poderá assumir um papel de liderança neste processo e encaminhar o trabalho dos PIPA, e em particular o do PIFCSS, como apoio transversal para melhorar e reforçar a CSS regional, o alinhamento paulatino das políticas nacionais para o cumprimento dos ODS, e outras atividades de CSS em torno da Agenda 2030, garantindo a realização destes nos seus Estados membros e, por conseguinte, na região, para que a cooperação ibero-americana acrescente valor a este objetivo comum e de natureza global.

“ A cooperação ibero-americana pode ser uma ferramenta valiosa para enfrentar os desafios de desenvolvimento sustentável regional, pois identifica os desafios partilhados e procura soluções comuns de carácter regional. ”

1.7 CONCLUSÕES

A região tem por desafio identificar os seus pontos fortes, as questões regionais estratégicas e de grande impacto no desenvolvimento sustentável da Ibero-América, bem como as suas necessidades mais prementes. Desta forma poderá, para além de explorar as suas vantagens geográficas e políticas, focar a sua CSS, e inclusivamente a CT, onde tiver vantagens comparativas, dirigindo-a para a consecução da Agenda 2030. A cooperação ibero-americana pode ser uma ferramenta valiosa para enfrentar os desafios de desenvolvimento sustentável regional, pois identifica os desafios partilhados e procura soluções comuns de carácter regional.

Neste sentido, o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, que é realizado anualmente pela SEIGB em conjunto com o PIFCSS, poderá incorporar nas suas próximas edições a contribuição e o impacto que os projetos e iniciativas nele mencionados têm nos objetivos acordados na Agenda 2030, analisando a sua contribuição para cada ODS.

A CSS e a CT ibero-americanas que se leve a cabo para a consecução dos ODS deverá ser relevante e de qualidade, e estar orientada para a obtenção de resultados, de tal forma que estes possam ser replicados. Para isso, será necessário reforçar os mecanismos e as instituições de cooperação dos países do espaço ibero-americano, e procurar mecanismos de financiamento sustentáveis, com parceiros não tradicionais, através da CT, para encarar a diminuição dos recursos de cooperação dirigidos à região.

Uma vez orientada a cooperação da Ibero-América para a consecução dos ODS, será desejável que partilhe as suas experiências com outros países e regiões do mundo, cumprindo assim a sua responsabilidade global, de acordo com o objetivo 17 “Fortalecer os meios de execução e revitalizar

a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável”, que determina como metas o aumento do apoio internacional na execução de programas de fomento de capacidades, a fim de apoiar os planos nacionais para o cumprimento dos ODS através da Cooperação Norte-Sul, CSS e CT.

Recorde-se que, na Agenda dos ODM, não se alcançaram progressos tão significativos no cumprimento do ODM 8, pelo que os países ibero-americanos, uma vez direcionados para o cumprimento das suas metas nacionais, deverão manter os seus esforços para partilhar solidariamente as suas capacidades e pontos fortes através da CSS com outros países de igual ou menor desenvolvimento relativo, de forma a fazer avançar a implementação dos ODS, fortalecendo o diálogo e a troca de experiências, capacidades e conhecimentos para enfrentarem os desafios de desenvolvimento sustentável.



Capacitação de bombeiros sobre técnicas de resgate; entre o Brasil e a República Dominicana



CAPÍTULO II

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

O presente capítulo, bem como toda esta nona edição do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, está marcado por uma novidade metodológica que é um verdadeiro marco para o espaço ibero-americano e para a Cooperação Sul-Sul: a possibilidade de uma região em desenvolvimento ter a primeira plataforma de dados online sobre Cooperação Sul-Sul.

Com efeito, no ano decorrido entre os meses de setembro de 2014 e 2015, os países ibero-americanos, a Secretaria-Geral (SEGIB) e o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), em conjunto com a empresa de desenvolvimento do software, conceberam, desenvolveram e implementaram esta plataforma, mais conhecida pelo acrónimo SIDICSS (Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular). Em funcionamento a partir de 1 de setembro de 2015 e tal como se apresenta no Quadro II.1, o SIDICSS permitiu o registo, armazenamento, processamento, análise e visualização de todas as iniciativas de Cooperação Sul-Sul intercambiadas pelos países ibero-americanos ao longo de 2014. Em constante atualização, a plataforma alimentou e continuará a alimentar a partir de agora, esta e as futuras edições do Relatório da Cooperação Sul-Sul.

Com esta novidade, o presente capítulo aborda o conhecimento das iniciativas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral nas quais os países da região participaram em 2014, a partir de:

- 1) Uma primeira apresentação dos projetos e ações intercambiados em 2014, através da ferramenta na qual se baseia uma grande parte da análise posterior: as matrizes de oferta e receção da cooperação. Recorrendo a dados de outras edições, bem como a outros relativos, por exemplo, às datas de execução das iniciativas, esta secção completa-se também com análises de carácter mais dinâmico, entre as quais se destacam as séries históricas que mostram a evolução da CHSS Bilateral da região entre os anos 2010 e 2014.
- 2) Na segunda secção, o conjunto da CHSS Bilateral intercambiada na região ao longo de 2014 analise-se também a partir de uma perspetiva geográfica: que países participaram mais intensamente nesse intercâmbio e no exercício de que papel (ofertante e recetor). O resultado pode ser visualizado através da construção de Mapas de participação.
- 3) A seguir, faz-se uma análise sobre a forma como se estabeleceram os fluxos de intercâmbio: quem intercambiou preferencialmente com quem; com que nível de concentração e/ou dependência. Destaca-se aqui o recurso a duas ferramentas de análise e visualização da informação: os Diagramas de fluxo (ou de Sankey) e a aplicação de uma variante do Índice de Herfindahl, adaptado a partir do comércio internacional para medir a concentração da CSS.

O SIDICSS: primeira plataforma regional de dados sobre Cooperação Sul-Sul

QUADRO II.1

No ano de 2014, a SEGIB e o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), decidiram promover definitivamente a substituição daquela que desde 2007 tinha sido a principal ferramenta para a recolha dos dados necessários para a elaboração do Relatório da Cooperação Sul-Sul (o questionário) por outra mais poderosa e única nas suas características: uma plataforma regional de dados online. A este processo somaram-se os países ibero-americanos, representados através daqueles que constituem o denominado Comité Assessor de Sistemas de Informação (Chile, Equador, El Salvador, México e Peru, juntamente com a própria SEGIB e o PIFCSS).

Assim, entre os meses de setembro dos anos 2014 e 2015, os países, a SEGIB e o PIFCSS, em conjunto com a empresa de desenvolvimento do software, trabalharam na conceção, posterior implementação e entrada em funcionamento desta plataforma. Denominada Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (a seguir designada por SIDICSS), a particularidade desta

plataforma é ter sido concebida cumprindo alguns requisitos. Em concreto e como qualquer sistema de gestão da informação, o SIDICSS devia garantir o registo, armazenamento e posterior transmissão ou uso dos dados. Devia igualmente cumprir três requisitos adicionais:

- a) Que o tipo de informação introduzida respondesse aos conceitos criados em torno do Relatório da CSS.
- b) Que três tipos de agentes de natureza diversa (os países ibero-americanos, a SEGIB e o PIFCSS), embora com diferentes funcionalidades e papéis, pudessem utilizar a plataforma.
- c) Que permitisse a réplica de algumas das principais fases do processo de revisão e consolidação da informação sobre Cooperação Sul-Sul registada pelos países (mais especificamente, o exercício de "cross-check" que permite cruzar os dados registados pelos países - em especial na modalidade bilateral; eliminar duplicações das iniciativas introduzidas; e agregar e complementar os dados associados até validar uma única iniciativa).

Como consequência disto, o resultado final é uma plataforma online - a primeira sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular e para uma região em desenvolvimento - que permite, tal como se observa no esquema seguinte:

- a) O registo e posterior atualização de iniciativas (programas, projetos e ações) sobre Cooperação Sul-Sul em qualquer das modalidades reconhecidas no espaço ibero-americano (bilateral, triangular e regional).
- b) A revisão, modificação e validação última dos dados registados. Devemos aqui acrescentar, que este processo inclui um diálogo permanente entre a SEGIB e os países e entre eles, através de um sistema interno de notificações e mensagens que representa outra mostra de um processo participativo e horizontal.
- c) O armazenamento de todos os dados registados no sistema a qualquer momento.
- d) A procura, consulta e exportação de dados, bem como a criação automática de relatórios; funções todas elas realizadas a partir de uma seleção e da aplicação de filtros que por sua vez pressupõem o processamento e análise dos dados que integram a base do sistema.

Fluxo de circulação dos dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul no SIDICSS



Fonte: SEGIB

No seu primeiro ano de funcionamento (a partir de 1 de setembro de 2015), o SIDICSS permitiu aos países registar 1.673 iniciativas de Cooperação Sul-Sul, das quais, a 1 de julho de 2016, se validaram um total de 1.350. Neste sentido, o SIDICSS revelou-se numa poderosa ferramenta, não apenas

para alimentar o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, mas também para tratar outras informações que os países ibero-americanos decidam obter. Mas, revelou sobretudo ser uma ferramenta que contribui para complementar e melhorar a qualidade da informação dos países que

têm os seus próprios sistemas nacionais de informação, para além de se transformar no "sistema" dos países que ainda hoje carecem de um sistema próprio, algo que sem dúvida contribui para colmatar as lacunas que ainda persistem na Ibero-América no âmbito da gestão da informação.

Fonte: SEGIB

4) Por sua vez, realiza-se também uma análise setorial da cooperação intercambiada em 2014. Esta análise tem um objetivo duplo: saber quais foram as capacidades que a região tendeu a fortalecer através da troca de cooperação, bem como identificar que papel desempenhou nela o perfil de capacidades ou de necessidades de ofertantes e recetores.

“ Ao longo de 2014, os dezanove países da América Latina mantiveram em execução um total de 552 projetos e 333 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral ”

5) Finalmente, dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos, embora sujeito à disponibilidade dos dados que os países tenham podido efetivamente declarar, o capítulo termina com uma secção dedicada a conhecer outros aspetos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Mais especificamente, o objetivo é saber mais pormenores acerca de, por exemplo, a “dimensão” (económica e temporal) da Cooperação Sul-Sul; a “eficiência” no uso dos recursos com que se efetuou a gestão das iniciativas intercambiadas; ou a responsabilidade que foi partilhada na sua execução pelo ofertante e recetor. Para isso recorre-se ao uso de Indicadores para a Cooperação Sul-Sul e à aplicação, sobre eles, de algumas técnicas de estatística aplicada relacionadas com os Histogramas de frequência.

II.1 PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL EM 2014

Ao longo de 2014, os dezanove países da América Latina mantiveram em execução um total de 552 projetos e 333 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. As Matrizes II.1 e II.2 permitem visualizar o cômputo global desses 552 projetos e 333 ações, bem como a sua desagregação por pares de parceiros e papéis, informação essa que, como já se referiu, servirá de base para parte da análise que será realizada nas seguintes secções.¹ Iguualmente, e separadas por um parêntesis, as

matrizes mostram quantas dessas iniciativas tiveram um caráter “bidirecional”, entendendo por isso que se tratou de iniciativas nas quais os dois países parceiros exerceram simultaneamente os papéis de ofertante e recetor. Tal como se observa, em 2014 esta característica afetou 36 projetos e 43 ações, o que significa que por cada uma destas iniciativas bidirecionais se executaram 13 projetos e 5 ações com apenas um papel por agente.²

¹ Convém recordar que cada célula da matriz informa sobre:

a) O número de projetos/ações trocados por cada par de parceiros: na correspondente horizontal identifica o país que exerce o papel de ofertante; na vertical, o que atua como recetor. As células das últimas filas e colunas apresentam informações sobre o total dos projetos/ações em que cada país participou de novo como ofertante ou recetor, respetivamente.

b) A soma final da última coluna e da última fila coincidem e refere-se ao número total de projetos/ações em execução ao longo do ano de referência.

² Convém aqui recordar que, a partir da edição 2012 do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, o critério metodológico que se aplica para agregar as iniciativas bidirecionais às restantes, se baseia no seu duplo cômputo, pois cada intervenção bidirecional é incluída na correspondente matriz desagregada em dois projetos ou ações, uma por cada possível combinação dos papéis adotados pelo par de parceiros cooperantes (ofertante-recetor e recetor-ofertante, respetivamente) (SEGIB, 2012 e 2015).

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2014

MATRIZ II.1

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto				
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai
PRM-Baixo	Bolívia																1			1	
	El Salvador													1						1	
	Guatemala									(1)										1	
	Honduras																				
	Nicarágua																				
PRM-Alto	Brasil	7	13	7	12	6	6	1	9	9	4	7	3	16+(1)	9	1	6+(1)	1	10+(1)	130	
	Colômbia	9	4	1	5			2+(1)	2	(1)			3	7	3		3+(1)		2+(1)	45	
	Costa Rica		8				(1)				2+(5)	(1)					1		(2)	20	
	Cuba		23			1	3			1									2	30	
	Equador		3	1			1+(1)		1					(1)				1	2	11	
	México	6	15	3+(1)	4	3	6		10+(5)	3	2		3		2		2+(2)	11	1+(7)	86	
	Panamá		1					(1)												2	
	Paraguai																				
	Peru		2				1+(1)	1		(1)							1+(1)			8	
	R. Dominicana									1										1	
	Venezuela																				
PR-Alto	Argentina	36	16	3	4	12	1+(1)	2+(1)	6	13	5	1+(2)		12	10+(1)	1		4	(4)	135	
	Chile	3			3	1		2	4		11		1	1	1	4	1+(4)		3+(1)	40	
	Uruguai	5	3				(1)	2+(1)	6+(2)	1	3	(7)		3		1	(4)	1+(1)		41	
Total		66	88	16	28	23	11	21	38	30	33	22	12	22	38	20	1	28	19	36	552

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, à data de 1 de julho de 2016, os países classificaram-se conforme os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita. Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 1.025 e 4.035 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.036 e 12.475 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.476 dólares). b) Em julho de 2016, o Banco Mundial desclassificou a Argentina conforme o seu RNI per capita, ficando pendente da análise das suas estatísticas nacionais. No entanto, para efeitos da matriz, toma-se a sua classificação até à referida data (País de Rendimento Alto). c) Entre parêntesis apresentam-se os projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e recetor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral 2014

MATRIZ II.2

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																		Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto					
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina	Chile		Uruguai	Vários
PRM-Baixo	Bolívia			4										0+(3)								7
	El Salvador		8	1								1		1								11
	Guatemala					1	2+(1)				1+(2)			2	0+(1)							10
	Honduras								1													1
	Nicarágua			1																		1
PRM-Alto	Brasil				9		2							3+(2)			0+(2)			2	20	
	Colômbia	1	2	13+(1)	8			7+(2)	4+(2)	3+(5)	1	2	3+(7)	3		0+(2)		1+(1)		17	85	
	Costa Rica			3			0+(2)				1		3								9	
	Cuba		3								1		0+(1)								5	
	Equador	5		2	1	1	3+(2)				2		4+(4)			0+(1)	0+(1)		1	1	27	
	México	2		4+(2)	1		2+(5)		3	3		1	2+(2)								27	
	Panamá																					
	Paraguai																					
	Peru	2+(3)			7		0+(2)	1+(7)	1	0+(1)	3+(4)	0+(2)		1		1		1+(1)	0+(1)		1	39
	R. Dominicana		2	3+(1)	1				1		1										1	10
Venezuela																						
PR-Alto	Argentina	1			2	0+(2)	2+(2)			3+(1)	1		2	5+(1)		1		2+(2)	1	2	30	
	Chile	1	2	7		1		2	1	1	4+(1)		1	3	4+(1)		4+(2)		1	2	38	
	Uruguai		2				1+(1)		1			1	3	1	1					2	13	
Total		15	11	49	30	2	5	35	12	6	26	15	9	11	49	6	1	13	6	4	28	333

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, a 1 de julho de 2016, os países classificaram-se conforme os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita. Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 1.025 e 4.035 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.036 e 12.475 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.476 dólares). b) Em julho de 2016, o Banco Mundial desclassificou a Argentina conforme o seu RNI per capita, ficando pendente da análise das suas estatísticas nacionais. No entanto, para efeitos da matriz, toma-se a sua classificação até à referida data (País de Rendimento Alto). c) Entre parêntesis apresentam-se os projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e recetor.

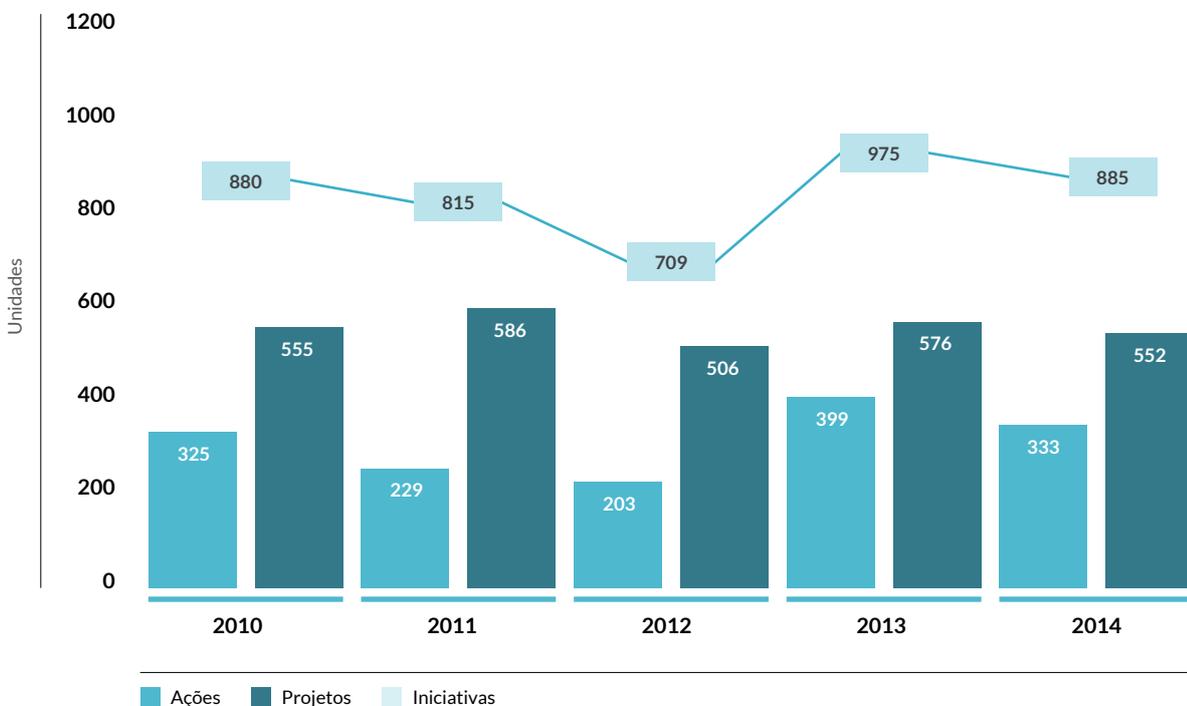
Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Se compararmos estes valores com os registados anualmente a partir de 2010, podemos construir a série histórica do Gráfico II.1, o qual mostra, em referência ao período 2010-2014, qual foi a dinâmica de evolução das diferentes ferramentas através das quais se instrumentalizou a cooperação (ações, projetos e iniciativas, entendidas estas como a soma das anteriores). Com efeito, o Gráfico II.1 sugere uma evolução irregular da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiada pelos países ao longo deste período, na qual aparecem

combinadas taxas de crescimento anual negativas (até -29,5% para as ações do biénio 2010-2011 e até -13,7% entre 2011 e 2012 para os projetos) com outras de crescimento intenso nos anos 2012 e 2013, quando ações e projetos chegaram a aumentar, em cada caso, para taxas próximas dos 97% y 38%. No entanto, o saldo global deste período sugere estabilidade, pois os valores finais de 2014 e 2010 mantiveram-se em níveis muito próximos: 333 face a 325 (equivalentes a um aumento final de uns ligeiros 2,5% no número de ações); 552 face a 555 (leve queda de 0,5% no montante total de projetos); e 885 iniciativas em 2014, que representam um pequeno aumento de 0,6% relativamente às 880 registadas em 2010.

Evolução dos projetos e ações de CHSS Bilateral. 2010-2014

GRÁFICO II.1



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Direções Gerais de Cooperação e da SEGIB (2015, 2014, 2012, 2011).

³ Embora haja dados disponíveis para o período 2007-2014, várias mudanças metodológicas (SEGIB, 2015) sugerem limitar a série aos anos 2010-2014. De facto, esta série final obtém-se ajustando os dados de 2010 a uma dessas mudanças. Neste sentido, a edição de 2011 do Relatório (a que afeta esses dados) tratou as ações e projetos bidirecionais (6 e 13, respetivamente) de forma separada e não os incluiu no cômputo global de ações e projetos (313 e 529). Assim, e para efeitos de garantir a comparabilidade dos dados, às iniciativas originalmente consideradas em execução em 2010, foram agregados, aplicando o mesmo critério metodológico de duplo cômputo das edições posteriores, os bidirecionais. Com isso, os valores finais ascenderam a 325 ações, 555 projetos e 880 iniciativas.

No entanto, relativamente às alterações que se observam entre diferentes anos, devemos levar em conta que o que se está a calcular são iniciativas que nalguma altura da análise estavam em execução, o que significa que se pode tratar, por exemplo, de iniciativas que tenham podido datar o seu início em exercícios anteriores, algo que por sua vez faria com que estivessem a ser computadas várias vezes (uma por cada um dos anos em que registaram alguma atividade). Neste sentido, alguns dos dados com que contamos para as 333 ações e 552 projetos que estiveram em execução nalguma altura de 2014 (os relativos às suas datas de aprovação, início e finalização),⁴ permitem esclarecer parte desta dinâmica.

Com efeito e tal como sugere a observação do Gráfico II.2, o qual distribui os projetos intercambiados pelos países ibero-americanos em 2014 conforme o ano em que se situaram as datas de aprovação (Gráfico II.2.A), início (II.2.B) e finalização (II.2.C), quatro de cada dez projetos que registaram alguma atividade em 2014 tiveram início nesse mesmo ano. Isto significa que a maior parte desses projetos, praticamente seis de cada dez (58,3%), iniciaram a sua atividade em exercícios anteriores (a quarta parte do total nalguma altura de 2013; outros 25% entre 2011 e 2012; e o

resto nalgum ponto do período decorrido entre 2007 e 2010). Por outras palavras, do total dos 552 projetos que os países manifestaram ter em execução em 2014, algo mais de 40% foram projetos novos, promovidos nesse exercício; enquanto que quase 60% deram continuidade a projetos iniciados (e computados) em exercícios anteriores. Tal como veremos a seguir, a diferente natureza das ações (de duração muito inferior à dos projetos) faz com que, neste caso, apenas 2,1% das 33 ações registadas em 2014 se refira a iniciativas cujo início é anterior a essa data.

De forma complementar, devemos acrescentar (Gráfico II.2.A) que apenas um de cada quatro projetos que os países mantiveram em execução em 2014 foram aprovados nesse mesmo ano. A maioria das aprovações foram formalizadas antes, uma grande parte durante 2013 (38,3% do total), no biénio 2011-2012 (outros 30%) e nalgum ponto entre 2008 e 2010 (5,1%). Igualmente (Gráfico II.2.C), a maioria dos projetos (dois de cada três) finalizaram a sua atividade entre 2014 (26,9% do total) e 2015 (praticamente 40%). Enquanto que se estima que um de cada três o fará ao longo de 2016 e que apenas 4,3% do total alargará a sua atividade de 2017 a 2019.

II.2 A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL EM 2014: UMA PERSPETIVA GEOGRÁFICA

Tal como já se referiu, a CHSS Bilateral intercambiada na região ao longo de 2014 pode também ser analisada a partir de uma perspetiva geográfica, que permita conhecer qual foi a intensidade e o papel através do qual os países participaram no referido intercâmbio. Para esse

efeito, elaboraram-se os Mapas II.1.A e B (no texto) e A.II.1.A e B (em anexo), em cada um dos quais se atribui a cada país uma cor cuja intensidade aumenta à medida que aumenta a participação (como ofertante ou como recetor) sobre o total dos 552 projetos e 333 ações intercambiadas.

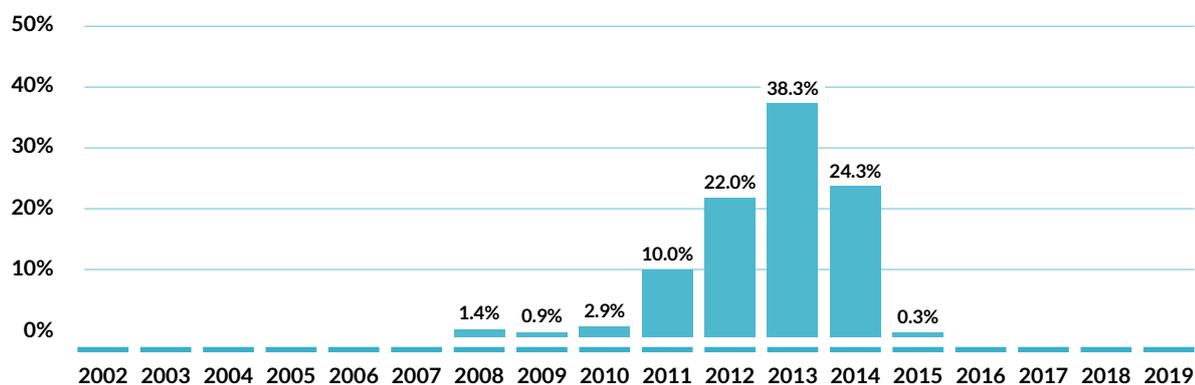
⁴ Para esta edição do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, conhecemos as datas de aprovação de 46,6% das ações e de 67,8% dos projetos registados; as datas de finalização de 93,4% das ações e de 95% dos projetos; e as de início de 100% das iniciativas, pois trata-se de um dado de informação obrigatória.

Distribuição de projetos, conforme os anos de aprovação, início e finalização 2014

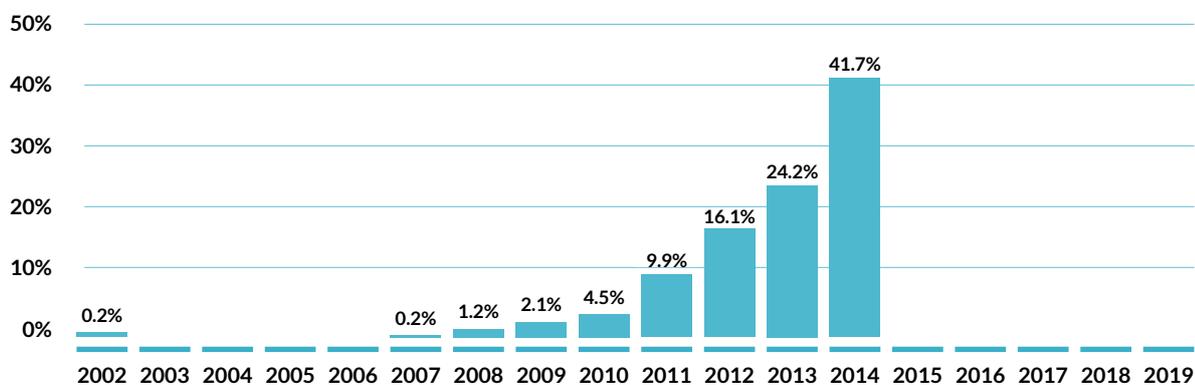
GRÁFICO II.2

Em percentagem sobre
o total dos projetos

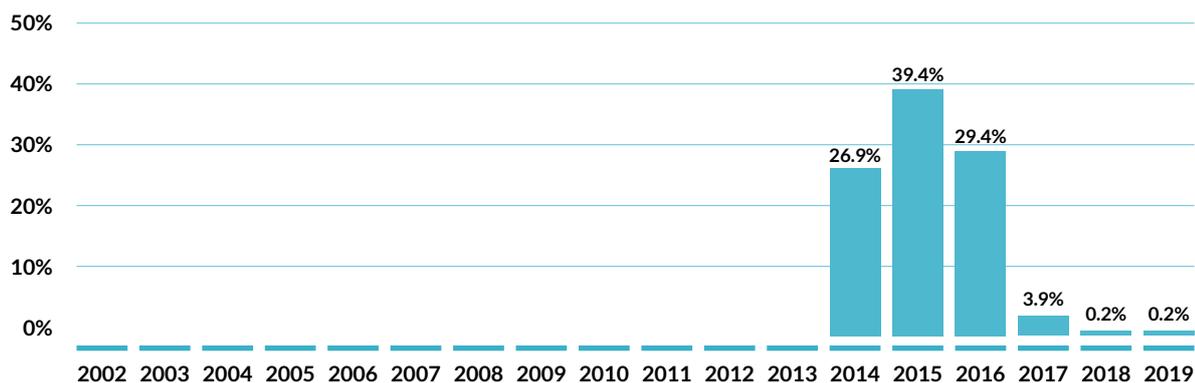
II.2.A. Aprovação



II.2.B. Início



II.2.C. Finalização

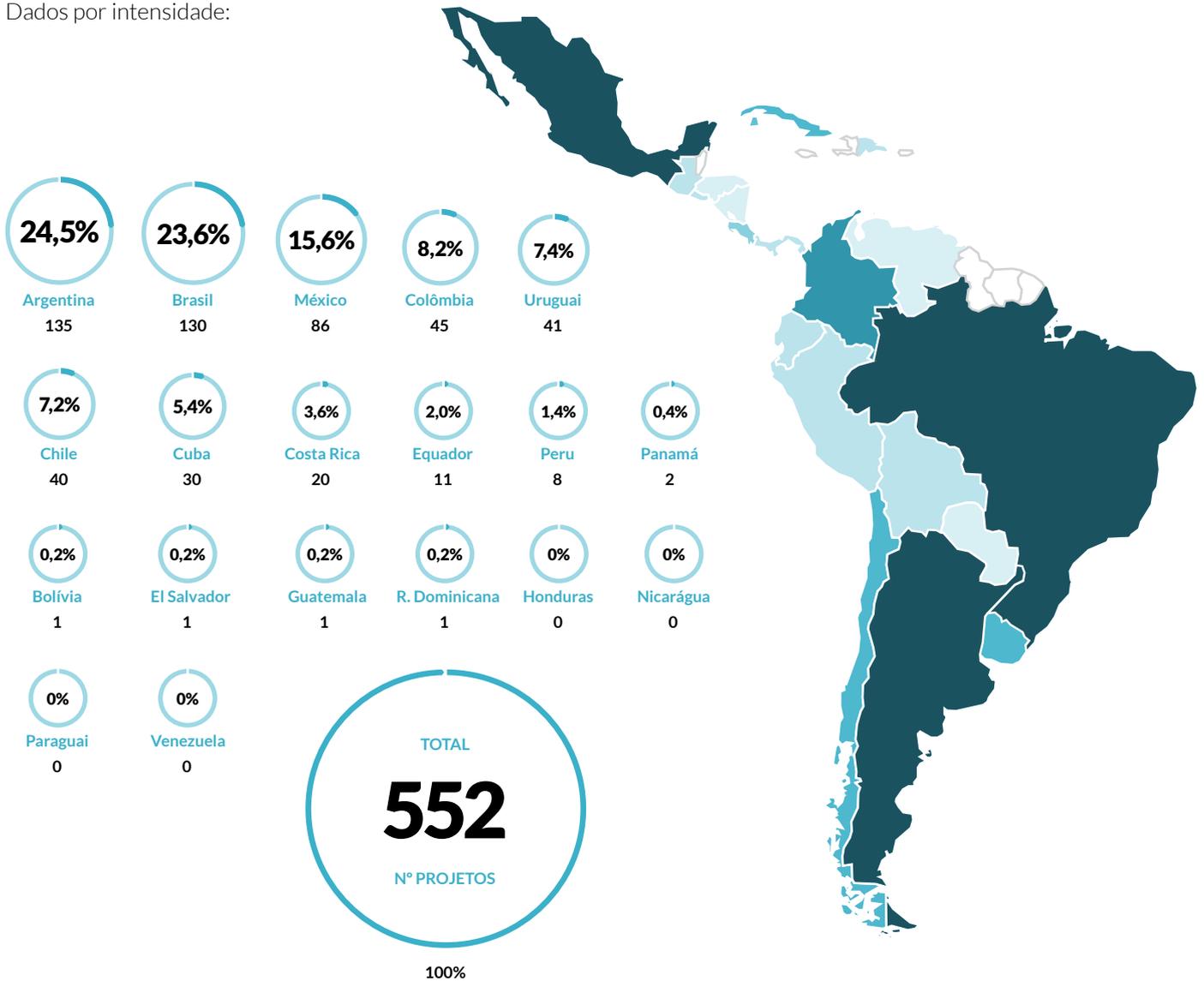


Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme o papel. 2014

MAPA II.1

II.1.A. Conforme o ofertante
Dados por intensidade:



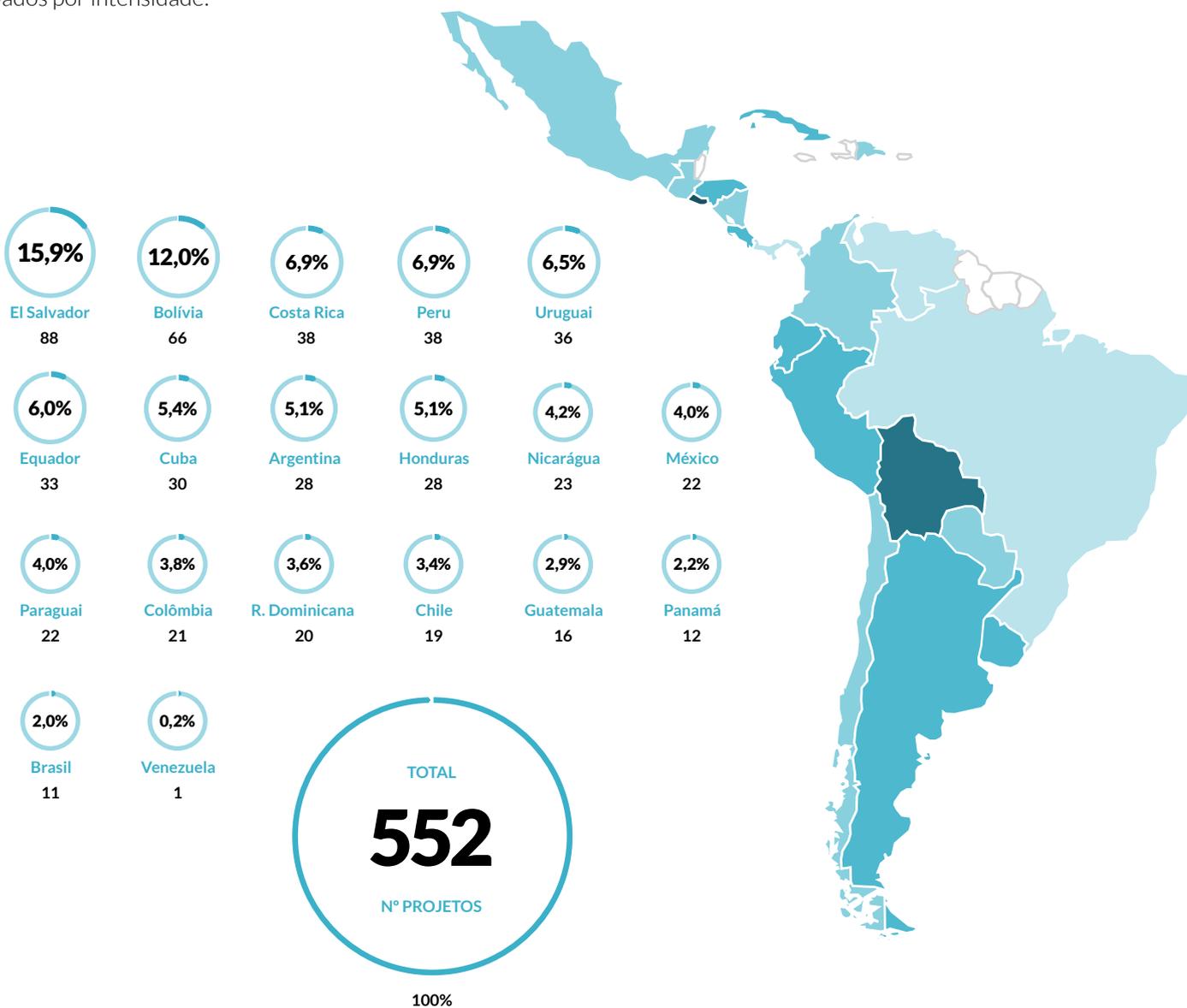
Legenda. Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2014



Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme o papel. 2014

MAPA II.1

II.1.B. Conforme o recetor
Dados por intensidade:



Legenda. Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2014



Assim, a observação dos Mapas II.1.A e B, referentes aos projetos e à participação dos países no exercício do papel de ofertantes, primeiro e de recetores, depois, sugere que:

a) Sete países, Argentina, Brasil e México, juntamente com a Colômbia, Uruguai, Chile e Cuba, foram responsáveis por praticamente 92% dos 552 projetos oferecidos em 2014. No entanto, o peso relativo mantido por cada um deles, oscilou significativamente entre os máximos de 24,5% e 23,6% da Argentina e Brasil (dois países que conjuntamente explicaram praticamente metade do total dos projetos registados) e o mínimo de 5,4% registado por Cuba. Entretanto, as participações do Chile, Uruguai e Colômbia situaram-se, em cada caso, em torno dos 7,2% e 8,2%; valores individuais que representaram metade dos do México (15,6%), terceiro principal ofertante de CHSS Bilateral em 2014.

“ Sete países, Argentina, Brasil e México, juntamente com a Colômbia, Uruguai, Chile e Cuba, foram responsáveis por praticamente 92% dos 552 projetos oferecidos em 2014 ”

b) Por sua vez, os restantes 8,2% dos projetos intercambiados ao longo de 2014 (um total de 45) foram executados por oito países cujos graus de participação individual foram também muito diferentes. De facto, a maior parte dessa contribuição justifica-se por três países: Costa Rica (uma vintena de projetos equivalentes a 3,6% do total dos oferecidos) e os países andinos Equador e Peru (2,0% e 1,4%, respetivamente). Os restantes 1,1% dos projetos obtêm-se ao agregar as intervenções pontuais da Bolívia,

El Salvador, Guatemala, República Dominicana (1 projeto por país) e Panamá (2 projetos no papel de ofertante). Em 2014 as Honduras e a Nicarágua na América Central, juntamente com o Paraguai e a Venezuela no Sul do continente também não registaram participação como ofertantes em nenhum projeto.

- c) Entretanto, todos os países da região participaram nos 552 projetos de 2014 exercendo nalguma altura o papel de recetores, algo que explica, tal como veremos a seguir, que as lacunas de participação entre os países foram significativamente inferiores às registadas para os ofertantes. Igualmente, quase metade dos países (nove) explicaram 70% dos projetos (385), enquanto que a outra metade (dez) exerceu como recetor nos restantes 30% (167).
- d) Entre os principais recetores de CHSS Bilateral de 2014, destacaram-se El Salvador e Bolívia, dois países que explicaram praticamente 3 de cada 10 projetos (respetivamente 16% e 12% do total). Também, e com participações individuais próximas, entre 6% e 7% do total, seguiram-se por ordem de importância relativa a Costa Rica, Peru, Uruguai e Equador. Com uma contribuição agregada de 15% do total, destacaram-se Cuba, Argentina e Honduras.
- e) Finalmente, em um de cada quatro projetos, participaram como recetores de CHSS Bilateral nove países: Nicarágua, México e Paraguai (com participações individuais entre 22-23 projetos, com 4% ou algo superior); Colômbia, República Dominicana e Chile (os quais somaram 10% dos 552 projetos recebidos); bem como o Panamá, Brasil e Venezuela, os quais participaram como recetores em 12, 11 e 1 projeto, respetivamente.

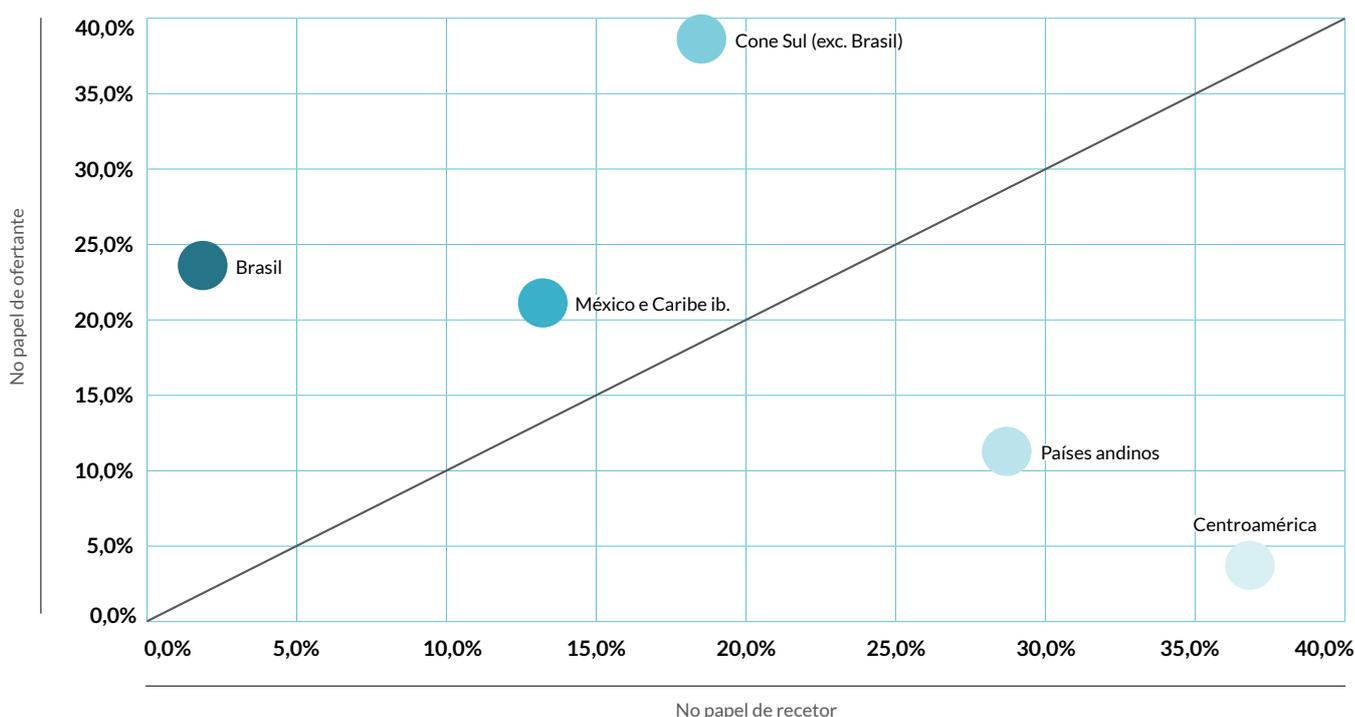
Mas a análise a partir da ótica dos projetos pode ser complementada agrupando os países em cinco sub-regiões:⁵ “México e o Caribe Ibero-Americano” (Cuba e República Dominicana); “América Central”, integrada pela Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá; “Países Andinos” (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); “Brasil” (para efeitos desta análise, país equiparado a uma sub-região); e o resto do “Cone Sul”, que passa a estar formado pela Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, excluindo o Brasil.

Assim, a partir de uma agregação dos projetos no exercício de cada papel, nos quais cada um dos países que integram as referidas sub-regiões participaram, foi elaborado o Gráfico II.3. Tal como se pode observar, trata-se de um gráfico de dispersão que permite caracterizar cada sub-região conforme a percentagem de projetos nos quais participou, por um lado, no exercício do papel de ofertante (eixo vertical) e, por outro, no de recetor (eixo horizontal). Por sua vez, a diagonal de 45° permite visualizar e distinguir os espaços nos quais se situaram as sub-regiões nas quais o papel de ofertante primou sobre o de recetor (parte superior do gráfico, por cima da diagonal) daquelas nas quais prevaleceu a proporção inversa (parte inferior, por debaixo da diagonal).

Distribuição dos projetos de CHSSR, conforme a sub-região e o papel. 2014

GRÁFICO II.3

Participação, em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

⁵ Obtém-se usando os mesmos critérios que em edições anteriores. Para mais pormenores, ver SEGIB (2012; página 41).

A partir desta perspectiva sub-regional, a distribuição dos papéis aparece de uma forma mais nítida. Com efeito, tal como o Gráfico II.3 sugere, em 2014 os países que integram o Cone Sul (à exceção do Brasil) foram aqueles que, de forme agregada, exerceram maioritariamente o papel de ofertante: 40% do total dos 552 projetos registados. Esta região explicou também 19% dos projetos participados a partir da receção, o que noutros termos significa que os países do Cone Sul ofereceram dois projetos por cada um dos que receberam. Por sua vez, o Brasil e o México juntamente com o Caribe ibero-americano, foram as outras duas sub-regiões em que o papel que primou foi o de ofertante (23,6% e 21,2% do total dos projetos oferecidos face a 2,0% e 13,0% dos recebidos, respetivamente). Pelo contrário, e no caso das sub-regiões da América Central e Andina, o papel que prevaleceu foi o de recetores, pois no seu exercício ambas as sub-regiões chegaram a explicar conjuntamente dois de cada três dos 552 projetos de 2014. De facto, os seus valores de participação sobre o total dos projetos recebidos (37,1% no caso da América Central e 28,8% no caso andino), apresentaram uma distância significativa relativamente às que registaram como ofertantes (4,3% e 11,8%, em cada caso).

Além disso, uma análise análoga, tanto a nível de país quanto de sub-região mas no que se refere à participação em termos de ações, apresenta-se nos Mapas A.II.1.A e B e no Gráfico A.II.1 (todos em anexo). A modo de síntese, a sua leitura combinada permite afirmar que:

“ Os países que integram o Cone Sul (à exceção do Brasil) foram aqueles que, de forme agregada, exerceram maioritariamente o papel de ofertante ”

- a) No exercício do papel de ofertante, um só país, a Colômbia, explicou uma de cada quatro das 333 ações de 2014. A sua participação em valores absolutos (85 ações) mais do que duplicou as registadas pelo segundo e terceiro principais ofertantes (Peru e Chile, com 39 e 38, respetivamente), dois países que conjuntamente explicaram outros 23,1% do total. Seguiram-se-lhes, por ordem de importância relativa, a Argentina, Equador e México, três países que, de forme agregada, explicaram outros 25% das 333 ações de 2014. Os restantes 25% dependeram da participação de três grupos de países: Brasil (6% do total); Uruguai e El Salvador juntamente com a Costa Rica, Guatemala e República Dominicana, com participações individuais entre 2,7% e 3,9%, que explicaram outros 16% do total; bem como o grupo constituído pela Bolívia, Cuba, Honduras e Nicarágua, países que com participações mais ou menos pontuais (entre 1 e 7 ações, conforme o caso), contribuíram para o conjunto com os 4,2% finais. Em 2014, o Panamá, Paraguai e Venezuela não participaram da oferta de nenhuma ação.
- b) Por sua vez e no exercício de recetores, devemos destacar o papel desempenhado por cinco países centro-americanos e andinos que participaram em 6 de cada 10 ações de 2014: tratou-se, por um lado, da Guatemala e do Peru (que explicaram 32% das 333 ações finais) e, por outro lado, da Colômbia, Honduras e Equador (que o fizeram com outros 30%). O resto das ações, 28,2% e 9,8% das totais, foram participadas por dois grupos de países: o primeiro, integrado pela Bolívia, México, Argentina, Costa Rica, El Salvador, Paraguai e Panamá, com pesos relativos entre 3% e 5%, conforme o caso; do segundo fizeram parte Cuba, República Dominicana, Chile, Brasil, Uruguai, Nicarágua e Venezuela, cujas participações foram pontuais e em nenhum caso ultrapassaram os 2%.

“ No caso das sub-regiões da América Central e Andina, o papel que prevaleceu foi o de recetores ”

- c) Uma releitura do atrás mencionado em termos sub-regionais, oferece de novo um panorama mais nítido em termos de oferta e receção de ações. Assim, neste caso e tal como se observa no Gráfico A.II.1, os países andinos foram aqueles que maioritariamente exerceram quer o papel de ofertante (praticamente em uma de cada duas) quer o de recetor (em quatro de cada 10). Neste sentido e para o caso da segunda sub-região mais importante em termos de ofertantes (a integrada pelos países do Cone Sul, à exceção do Brasil), a lacuna entre o oferecido (24,3% do total) e o recebido (11,1%), foi maior do que no caso andino. O resto das sub-regiões apresentaram dois perfis bem diferentes: por um lado, o México juntamente com o Caribe Ibero-Americano e o Brasil, registaram uma participação como ofertantes relativamente baixa (12,6% e 6,0%, respetivamente) que, no entanto, primou face à de recetor (8,9% e 1,6%); por outro lado, a América Central registou o segundo maior valor de participação no papel de recetor (37,0%), a uma distância superior e significativa relativamente à de ofertante (9,6%).

Para terminar, o Quadro II.2 encerra esta secção dando continuidade a uma inquietação que afeta o modo como se mede a participação dos países no intercâmbio de cooperação. Tal como em edições anteriores, o critério usado nesta secção baseou-se na medição do peso relativo mantido pelos países sobre o total da CHSS Bilateral intercambiada, a partir do papel de ofertante e a partir do papel de recetor. Tal como já se avançou na edição anterior (SEGIB, 2015; p.98-101) esta fórmula obriga a uma caracterização dupla (conforme o papel) e responde a uma lógica dual que divide os países entre ofertantes e recetores. A superação desta lógica por uma mais de acordo com os princípios de intercâmbio recíproco e responsabilidade partilhada que se associam a esta cooperação (SEGIB, 2010; p.17-18), impõe-se como objetivo. De facto e nesses termos, o Relatório 2015 realizou um primeiro exercício recorrendo à análise de clusters e à produção de índices compostos, duas ferramentas que permitem a caracterização da participação dos países na Cooperação Sul-Sul através do recurso simultâneo a diversas variáveis. Um exercício mais simples, mas ilustrativo, inclui-se no Quadro II.2, no qual se explora a possibilidade de caracterizar a participação dos países na CHSS Bilateral através da combinação de informações relativas ao seu peso como ofertantes e recetores, com outras relacionadas com a importância relativa que projetos e ações têm nessa cooperação.

Outra forma de caracterizar a participação dos países na Cooperação Sul-Sul

QUADRO II.2

O gráfico que a seguir se apresenta oferece uma forma alternativa de caracterizar os países ibero-americanos conforme o modo como participaram na CHSS Bilateral intercambiada na região ao longo de 2014. O referido gráfico combina três tipos de informações relativas a:

- O número de iniciativas (projetos e ações) nas quais o país participou no papel de ofertante (eixo vertical).
- O número de iniciativas (projetos

e ações) nas quais participou no papel de receptor (eixo horizontal).

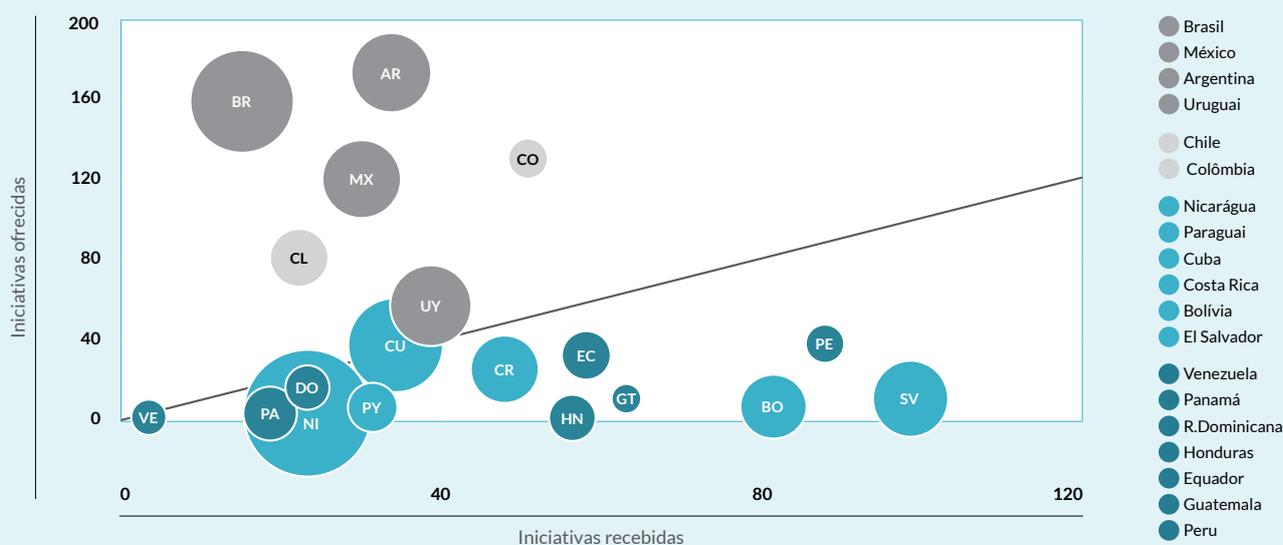
- A relação ou rácio que se verificou entre o número de projetos e ações nas quais participou (tamanho da bolha).

Para visualizar melhor os resultados que projeta, as bolhas do gráfico aparecem com duas cores diferentes (uma associada aos países que intercambiaram preferencialmente a partir do papel de ofertantes e outra para aqueles que

o fizeram como receptores), cores que por sua vez se podem apresentar com duas intensidades também diferentes (maior, para aqueles países cujo rácio entre projetos e ações ultrapassou os 1,7 registados como média pela região e menor, menos intensa, para rácios inferiores à média). Reforçando o atrás mencionado, a diagonal segmenta as duas áreas do gráfico e distingue entre aqueles que principalmente exerceram como ofertantes (superior) ou como receptores (inferior).

Países ibero-americanos conforme as iniciativas oferecidas, recebidas e o rácio de projetos/ações. 2014

Iniciativas, em unidades; rácio com um decimal



Fonte: SEGIB

A sua leitura permite agrupar os 19 países da América Latina de acordo com quatro padrões diferentes de participação na CHSS Bilateral de 2014. Mais especificamente:

- A Argentina, Brasil, México e Uruguai integram o grupo de países cuja componente comum é, por um lado, ter participado num número de iniciativas maior como ofertantes do que como receptores e, por outro lado, terem executado a sua cooperação principalmente através de projetos e não de ações (até 5,6 projetos por ação). Devemos, no entanto, acrescentar que, para cada caso, o fosso entre o oferecido e o recebido varia significativamente e chega a oscilar entre as 150 iniciativas oferecidas e as 16 recebidas pelo Brasil e as 54 e 44 do Uruguai.

- Por sua vez, o Chile e a Colômbia terão também participado em mais iniciativas como ofertantes que como receptores (78 e 130 face a 25 e 56, respetivamente), mas para este grupo essa participação ter-se-á instrumentalizado através de uma relação projetos-ações relativamente baixa ou, pelo menos, inferior à média regional (de 1,3 no caso do Chile e de 0,6 no colombiano, face aos 1,7 do conjunto).

- Um terceiro grupo de países é constituído pela Bolívia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Nicarágua e Paraguai, cujo padrão de participação combinou um papel maioritário de receção com uma instrumentalização da cooperação preferencialmente através de projetos,

com rácios que oscilam entre os dois projetos por ação no caso paraguaio até a um máximo de quase 8 projetos por ação registado pela Nicarágua.

- Finalmente, o Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela combinam um registo de iniciativas participadas como receptores superior ao das participadas como ofertantes, mas desta vez com um recurso à execução de projetos relativamente baixo e sempre inferior ou igual a 1, o que noutros termos significa que o número de ações nas quais participaram em 2014 igualou ou ultrapassou sempre o de projetos.

II.3 OS FLUXOS DO INTERCÂMBIO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES: UMA CARACTERIZAÇÃO

Este terceiro ponto caracteriza a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiada pelos países ibero-americanos ao longo de 2014 a partir de uma nova perspectiva, relacionada com a forma como se estabeleceram os fluxos de intercâmbio. Concretamente, a análise que se desenvolve caracteriza o grau de concentração e dispersão desses fluxos, a partir de uma perspectiva dupla:

- a) Por um lado, toma como referência o conjunto da cooperação intercambiada e analisa quão concentrada esteve em termos de muitos (ou poucos) ofertantes e recetores;
- b) Por outro lado, adota uma ótica de país e analisa o grau de concentração do que foi intercambiado por cada um desses países, neste caso relativamente a muitos (ou poucos) parceiros.

II.3.1 ACERCA DO TOTAL DOS FLUXOS INTERCAMBIADOS

O Gráfico II.4 dá informação sobre o grau de concentração que os 552 projetos e 333 ações de 2014 apresentaram relativamente aos países que os intercambiaram quer no exercício do papel de ofertante quer no de recetor. Para o conseguir, recorre ao uso combinado de duas variáveis:

- a) A primeira (no eixo horizontal), caracteriza os fluxos de projetos e ações através do Índice de Herfindahl, um indicador de comércio internacional aplicado à Cooperação Sul-Sul que permite sintetizar num único valor

o que sucede relativamente ao número de países que participaram no intercâmbio, bem como a intensidade com a que o fizeram.⁶ Com um valor entre 0 e 1, o Índice sugere diversificação (abaixo de 0,1000); concentração moderada (entre 0,1000 e 0,1800); e concentração elevada (acima desses 0,1800).

- b) A segunda (eixo vertical), mostra o peso relativo que os três principais países, no exercício dos papéis de ofertante ou recetor, conforme o caso, tiveram sobre o total das iniciativas (projetos e ações) intercambiadas na Ibero-América ao longo de 2014.

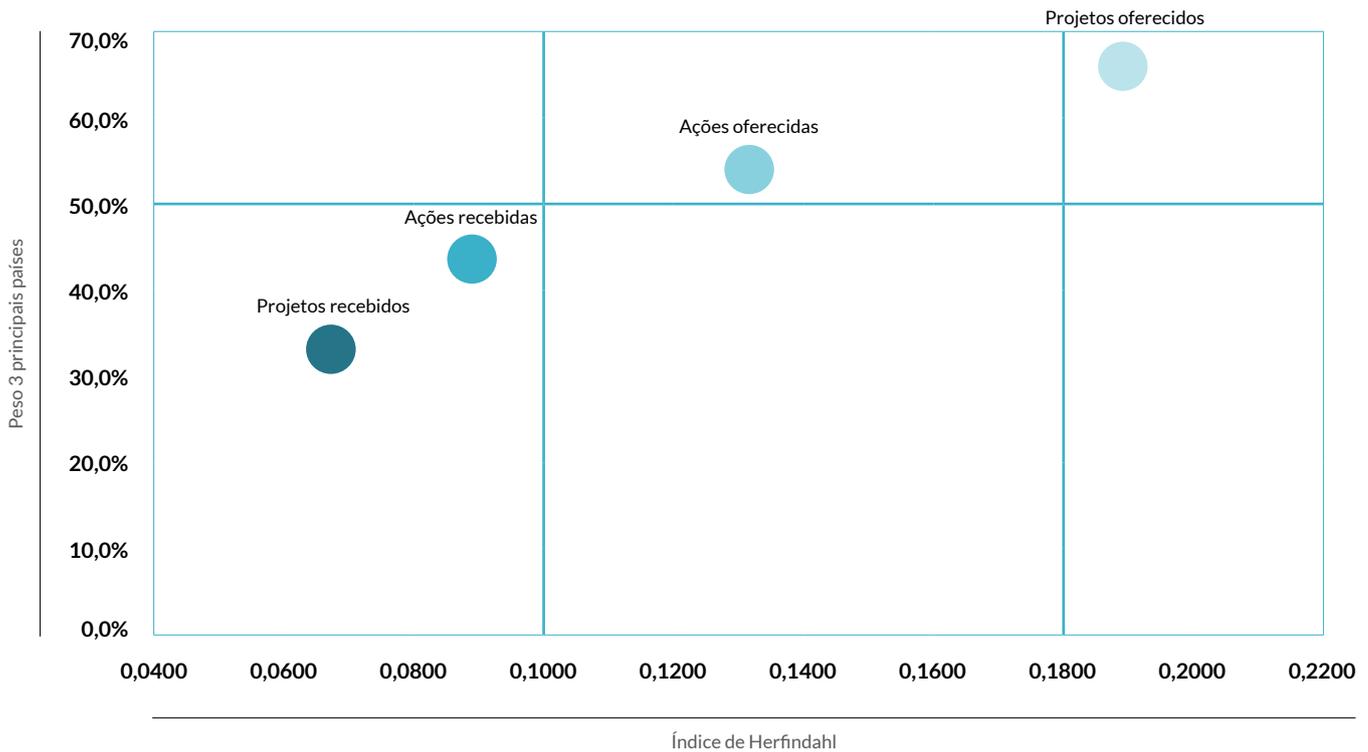
A sua observação sugere que, tanto os projetos quanto as ações mostraram maior dependência relativamente a alguns poucos países quando estes exerceram como ofertantes. Com efeito, a partir da ótica da oferta, os projetos e as ações combinaram Índices de Herfindahl correspondentes a um intervalo de concentração moderada (de 0,1619 e de 0,1226, respetivamente), com participações relativas dos três principais países próximas ou superiores a 50% (63,6% no caso dos projetos e 48,6%, no das ações). Não obstante, e a partir de uma perspectiva de receção, ambos os tipos de iniciativas mostraram combinações de valores inferiores: abaixo de 0,1000, que dá início ao intervalo de concentração no caso do Índice de Herfindahl (0,0757 e 0,0951,

⁶ O Índice de Herfindahl mede o grau de concentração do conjunto do comércio mundial ou da participação de um país neste. A modo de ilustração, através do comportamento das suas exportações e/ou importações, identifica se esse comércio depende de muitos ou de poucos produtos e de muitos ou de poucos parceiros ou inclusivamente de uma combinação de ambos. Obtém-se somando os quadrados das participações relativas que cada produto e/ou parceiro, conforme o caso, têm sobre o comércio que um país mantém com o resto do mundo. A fórmula matemática aplicada permite obter um índice que oscila entre 0 e 1. Modificado aqui para medir o grau de concentração ou diversificação da oferta e da receção de CHSSB, atende à fórmula $n \sum_{i=1}^n (P_{of-i} / P_{of-T})^2$, obtida pela soma dos quadrados dos pesos relativos que cada país tem sobre a oferta ou receção final de projetos ou ações (PIFCSS, 2013).

Grau de concentração de projetos e ações oferecidos e recebidos. 2014

GRÁFICO II.4

Índice de Herfindahl, com quatro decimais; peso dos principais países, em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

respetivamente, para projetos e ações); sempre abaixo dos 50% (34,8% e 43,6%, em cada caso), quando se faz referência à importância relativa que os três principais recetores registaram sobre o conjunto das iniciativas intercambiadas.

No entanto, devemos aqui acrescentar que, entre 2012 (primeiro ano para o qual se realizou este exercício) e 2014, a lacuna de valores entre o oferecido e o recebido diminuiu e isso aconteceu sobretudo porque a oferta reduziu o seu nível

de concentração e se foi diversificando, algo que noutros termos significa que cada vez um maior número de países participa na CHSS Bilateral transferindo capacidades para outros países e que além disso o faz diversificando os parceiros. Com efeito e para o ilustrar, entre 2012 e 2014, a lacuna que o Índice de Herfindahl apresentou entre os projetos e as ações oferecidos e recebidos reduziu-se significativamente: de 0,1184 em 2012 para 0,0862 em 2014 (três centésimas), no caso dos projetos; e de 0,1363 para 0,0275 (mais de uma décima), no das ações. Ambas as reduções foram causadas (em 80% e 75%, respetivamente) pela variação sofrida pelo próprio Índice de Herfindahl a partir da perspectiva da oferta: de valores de alta concentração em 2012 (de 0,1878 e de 0,2041) para outros que sugerem moderação em 2014 (0,1619 e 0,1226).

II.3.2 ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE OS PAÍSES

A seguir, analisamos quão concentradas foram as relações que os países ibero-americanos mantiveram relativamente aos seus parceiros. Para isso, elaborou-se o Gráfico II.5, o qual ilustra o atrás mencionado ao combinar, para cada país, três tipos de informações:

- a) No eixo horizontal referenciam-se os correspondentes valores do Índice de Herfindahl. Neste caso e para cada país, o valor ao qual este índice ascende obtém-se conhecendo tanto o número de países com os quais o país analisado realizou intercâmbios, quanto a importância relativa que cada um destes intercâmbios teve sobre o total dos projetos nos quais participou.
- b) Por sua vez, no eixo vertical apresenta-se a informação da participação relativa que os três principais parceiros tiveram quanto ao total intercambiado por cada país.

- c) Finalmente, cada bolha representa um país e o tamanho a ele associado dá uma ideia do volume total dos projetos nos quais participou.⁷

A análise realiza-se, de modo análogo, tanto para o caso em que os países exerceram o papel de ofertantes (Gráfico II.5.A) quanto de recetores (Gráfico II.5.B). Da observação de cada um dos gráficos, bem como a partir de uma visão combinada de ambos, depreende-se que:

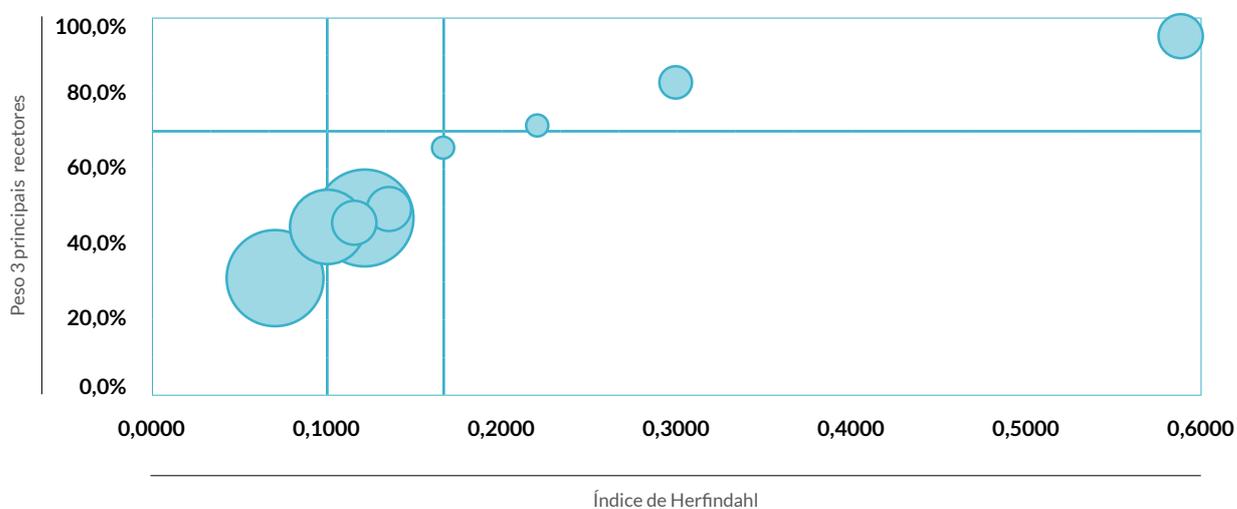
- a) Por um lado, e tal como era de esperar, as nuvens de pontos resultantes desenham uma trajetória ascendente, o que noutros termos confirma que há uma correlação positiva entre as duas variáveis de concentração, pois a Índices de Herfindahl elevados correspondem pesos relativos dos três principais parceiros também altos e vice-versa. Assim, por exemplo e no exercício do papel de ofertantes, o Brasil e Cuba, o primeiro do quadrante mais a sudoeste do Gráfico II.5.A e o segundo mais a nordeste, exemplificaram o anterior a partir dos dois extremos possíveis de valores: O Brasil, com o menor Índice de Herfindahl da região (0,0747) e o menor valor relativo ao peso dos seus três principais recetores (32,3%); e a maior ilha das Antilhas com o Índice de Herfindahl mais elevado (0,6044) e uma participação relativa dos seus três principais recetores acima dos 90% (a mais alta de 2014). O padrão reproduz-se a partir da ótica dos recetores, onde se obtêm também exemplos opostos, contrastando os valores da Argentina (no extremo inferior da nuvem de pontos do Gráfico II.5.B, combinando o menor Índice de Herfindahl (0,1633) e a menor concentração relativamente aos três principais ofertantes (57,1%)); com o do Panamá (no extremo superior, onde combina um Índice acima de 0,4000 e um peso relativo dos três principais parceiros superior a 90% - apenas por debaixo dos 92,1% correspondentes ao Peru).

Grau de concentração das relações de intercâmbio, conforme o país e o papel. 2014

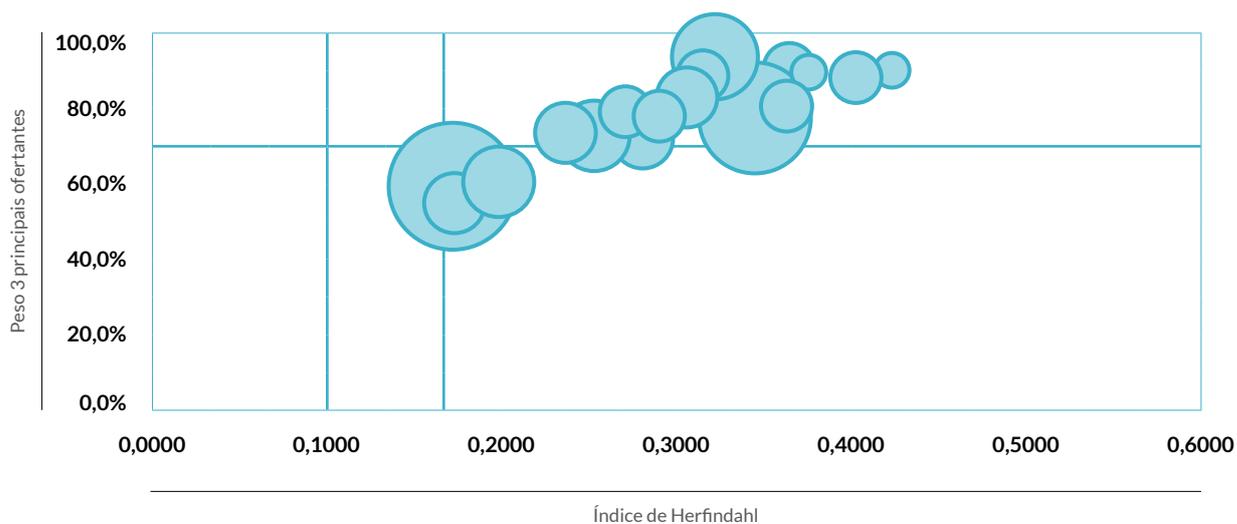
GRÁFICO II.5

Índice de Herfindahl, com quatro decimais; participação dos principais parceiros, em percentagem; projetos, em unidades

II.5.A. Países no papel de ofertantes



II.5.B. Países no papel de recetores



Nota: Cada esfera é um país e o tamanho está associado ao número de projetos oferecidos ou recebidos, conforme o caso.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação. **Fonte:** SEGIB a partir de Agencias y Direcciones Generales de Cooperación.

⁷ Por não serem representativos, excluíram-se da análise os países que só participaram em um ou dois projetos.

b) Costuma também haver uma correlação (neste caso negativa) entre o tamanho da bolha e a sua localização no gráfico. Com efeito, as bolhas de maior tamanho tendem a situar-se na parte inferior da nuvem e associam-se a valores de baixa concentração; enquanto que as de menor tamanho costumam aparecer na parte superior, onde se referenciam os valores de concentração mais elevados. Isto é assim porque, em geral, quando se troca um maior volume de projetos tende-se a favorecer uma distribuição mais diversificada em termos de parceiros e intensidades de intercâmbio; uma opção que se complica à medida que o número de projetos nos quais um país participa se reduz. De facto, e associados a diferentes volumes de projetos, identificam-se os seguintes padrões de intercâmbio:

- No caso dos ofertantes (Gráfico II.5.A), o padrão de concentração das relações mantidas com o resto dos parceiros sugere nuances na barreira dos 40 projetos. Efetivamente, os países que ofereceram projetos acima deste valor (de menos para mais: Chile, Uruguai, Colômbia, México e Argentina), combinaram Índices de Herfindahl próprios de uma concentração moderada, com participações dos seus três principais recetores baixas e sempre inferiores (ou iguais) a 50%. Entretanto, os que ofereceram menos de 40 projetos (Peru, Costa Rica e Cuba) apresentaram valores do Índice de Herfindahl e de participação relativa superiores aos anteriores (de elevada concentração, acima de 0,1800 e de 75%). Não obstante, sob cada um desses padrões, registou-se uma exceção: por um lado, a do Brasil, que com 130 projetos combinou valores inferiores aos dos restantes países, com o único Índice de Herfindahl abaixo de 0,1000 e um peso relativo quase a 20 pontos dos 50%; e, por outro lado, a do Equador, que com apenas 11 projetos, também registou uma combinação de valores mais baixa que a do resto do seu grupo (um Índice de Herfindahl

próprio de uma concentração mais moderada - abaixo de 0,1800 - e uma participação relativa a 12 pontos da barreira dos 75%).

- No que se refere aos recetores (Gráfico II.5.B), praticamente todos os países combinaram valores do Índice de Herfindahl e de peso relativo dos seus principais ofertantes altos, próprios de um padrão de elevada concentração: assim, e com um número de projetos recebidos que oscilou entre um mínimo de 11 (Brasil) e um máximo de 66 (Bolívia), sucederam-se combinações de valores que, apesar das suas diferentes gradações, se situaram sempre e respetivamente, acima dos 0,2200 e de 75%. Por sua vez, três países (Colômbia, Argentina e El Salvador) com um volume de projetos muito díspar (21, 28 e 88, respetivamente) partilharam um padrão de concentração moderada, com Índices em torno dos 0,1650 e participações de 57-61%. O caso do Uruguai merece uma menção especial, pois com 36 projetos recebidos combinou uma percentagem de participação moderada dos seus principais parceiros (63,9%) com um Índice de Herfindahl que se situa acima de 0,1800, o que sugere a passagem de um padrão de moderada para elevada concentração, por apenas 36 milésimas.
- c) A tendência para uma maior concentração das relações no caso dos recetores que no dos ofertantes (de acordo com o facto de que os primeiros dependem de menos parceiros e os segundos podem diversificar mais), observa-se também comparando os dois gráficos e, em concreto, através do deslocamento que a nuvem de pontos correspondente aos países no exercício do papel de recetores (II.5.B) experimenta relativamente à dos ofertantes (II.5.A): para a direita e para cima, na procura de valores de concentração mais elevados. Esse deslocamento comprova-se comparando o aumento das faixas de valores entre as quais se movem ambas as nuvens de pontos quando se referenciam

“ Em geral, quando se troca um maior volume de projetos tende-se a favorecer uma distribuição mais diversificada em termos de parceiros e intensidades de intercâmbio; uma opção que se complica à medida que o número de projetos nos quais um país participa se reduz ”

relativamente aos Índices de Herfindahl (de 0,747 a 0,2188 no caso dos ofertantes⁸ e de 0,1633 a 0,4167 no dos recetores), bem como relativamente às percentagens de participação dos principais parceiros (entre um mínimo de 32,3% e um máximo de 85% para os ofertantes, face aos 57,1% e 92,1% superiores, correspondentes aos recetores).

Finalmente, e a modo de ilustração, a análise do que aconteceu em torno dos principais ofertantes (Argentina e Brasil) e recetores (El Salvador e Bolívia), reforça as conclusões obtidas com o padrão de concentração que, em geral, os países apresentam nas suas relações com o resto dos parceiros, ao mesmo tempo que permite apreciar as diferenças de cada caso. Para este efeito, elaboraram-se os Diagramas II.1.A e B (Argentina e Brasil) e II.2.A e B (El Salvador e Bolívia), os quais ilustram a forma como os fluxos dos projetos oferecidos (ou recebidos, conforme o caso) se distribuíram em termos de parceiros (principalmente, quantos países participaram no destino ou na origem e com que intensidade).⁹

Da sua observação depreende-se que:

a) Uma primeira comparação entre ofertantes (Diagramas II.1.A e B) e recetores (Diagramas II.2.A e B), mostra uma maior possibilidade de diversificação dos primeiros. Com efeito, tal como as figuras anteriores sugerem, a Argentina e o Brasil tiveram a possibilidade de se relacionar com um maior número de parceiros (16 e 18, respetivamente, face aos

10 e 6 correspondentes a El Salvador e à Bolívia, no exercício de receção). O maior número de parceiros facilitou também uma concentração mais baixa dos projetos, cuja distribuição oscilou entre 13,3% e 26,7%, correspondentes ao primeiro recetor, no caso dos ofertantes; e 26,1% e 54,5%, quando se calcula a participação do principal parceiro desses recetores.

b) No entanto, isolando o caso dos ofertantes, os Diagramas II.1.A e II.B permitem observar características diferenciadas nos comportamentos dos dois principais ofertantes de 2014, com um volume de projetos muito próximo (135 para a Argentina e 130 para o Brasil). Neste sentido, o padrão mais diversificado não foi registado pela Argentina (com mais projetos), mas sim pelo Brasil, o qual se associou a todos os países possíveis (18 de 18, face aos 16 da Argentina), fazendo-o com concentrações notavelmente inferiores (13,1% dos seus 130 projetos tiveram como principal destino o Peru; um valor que duplica para 26,7% quando se mede a participação relativa do principal parceiro da Argentina, a Bolívia, sobre os seus 135 projetos).

c) As nuances reproduzem-se no caso dos recetores. Assim, o grau de concentração aumenta à medida que o número de projetos recebidos se reduz. Desta forma, ao comparar El Salvador (88 projetos) com a Bolívia (66) (Diagramas II.2.A e B), observa-se um aumento da concentração, associado, por um lado, a um menor número de parceiros (6 sobre os possíveis 18 para a Bolívia face aos 10 de El Salvador) e, por outro lado, à maior concentração relativa de projetos num único ofertante (54,5% dos projetos executados na Bolívia tiveram a sua origem na cooperação argentina; 26,1% dos que tiveram como destino El Salvador foram resultado do intercâmbio que este país centro-americano manteve com Cuba).

⁸ Exclui-se neste caso, pela sua exceção, o valor correspondente a Cuba, que quase triplica o máximo de 0,2188.

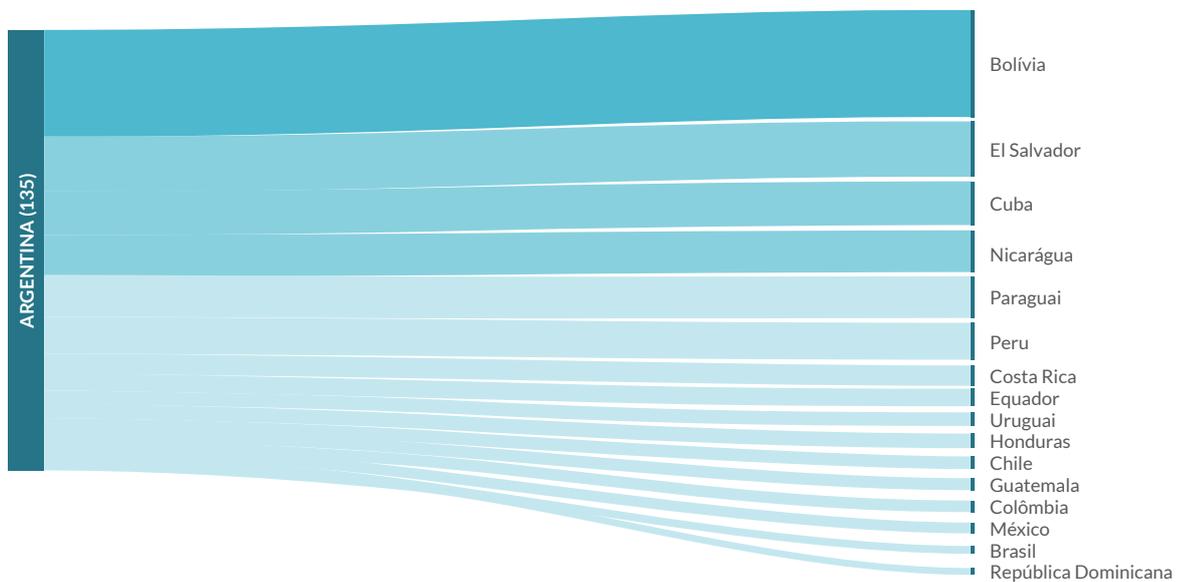
⁹ Os denominados Diagramas de Sankey permitem observar o comportamento de qualquer tipo de fluxo, neste caso de cooperação. Em concreto, a figura em questão situa, à esquerda, “os fluxos de origem” (ou seja, o total de projetos cujo comportamento se quer conhecer diferenciados em função do país ou países que os executaram no seu papel de ofertante) e à direita, “os fluxos de destino”, uma nova distribuição do mesmo total de projetos, mas conforme o ou os países que exerceram o papel de recetores.

Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais ofertantes, conforme o recetor. 2014

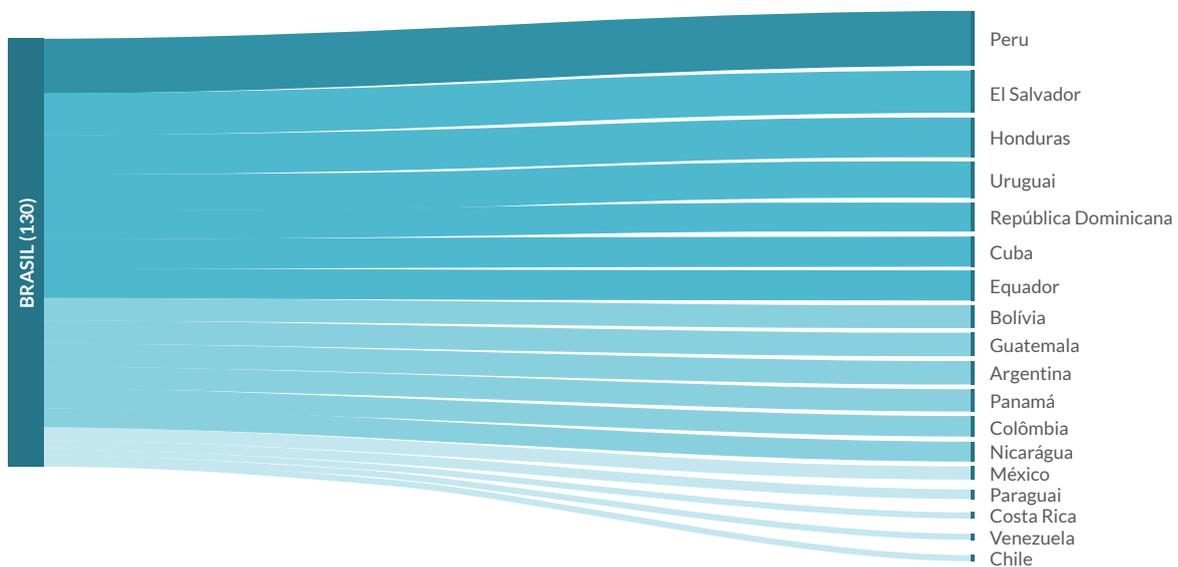
DIAGRAMA II.1

Em unidades

II.1.A. Argentina



II.1.B. Brasil



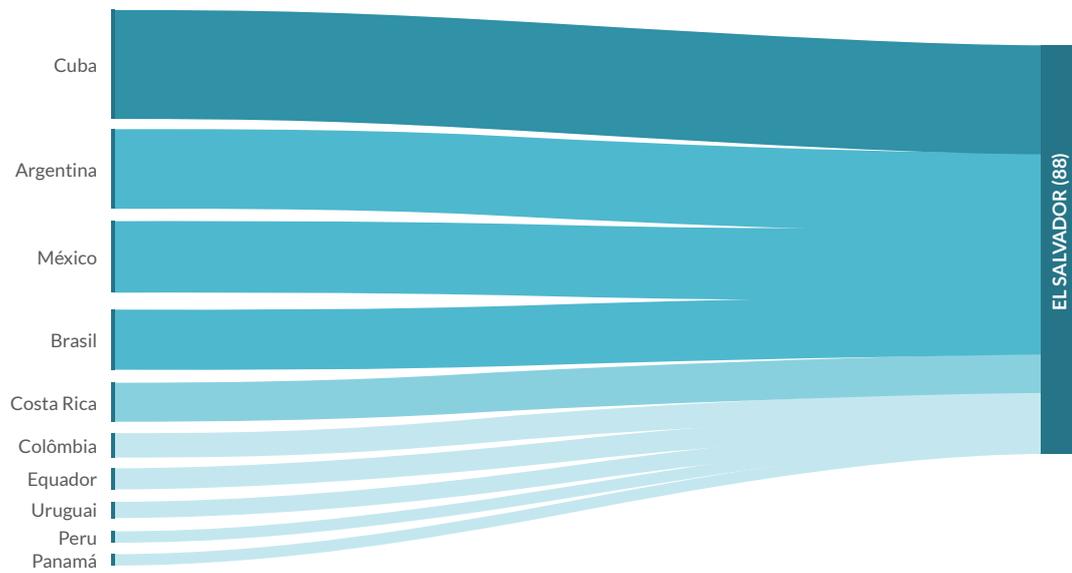
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Distribuição dos fluxos de projetos de CHSS Bilateral dos principais recetores, conforme o ofertante. 2014

DIAGRAMA II.2

Em unidades

II.2.A. El Salvador



II.2.B. Bolívia



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

II.4 ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL EM 2014

A seguir, faz-se uma análise da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que os países ibero-americanos intercambiaram ao longo de 2014, a partir de uma perspetiva setorial. O objetivo é duplo: por um lado, saber quais foram as capacidades que a região tendeu a fortalecer através da troca de cooperação e, por outro lado, identificar que perfil de capacidades ou de necessidades se associou aos países no exercício dos seus respetivos papéis de ofertante e recetor.

Para este efeito e tal como nas edições anteriores, os 552 projetos e as 333 ações de 2014 foram organizados de acordo com a classificação setorial aceite no espaço ibero-americano. Devemos lembrar que se trata de uma classificação (Tabela A.II.1 do anexo)¹⁰ que permite distinguir 27 setores de atividade, agrupados, por sua vez, nas seguintes dimensões:

- a) **Social**, que reúne os setores relacionados com a Educação, Saúde, Saúde Reprodutiva, Saneamento e abastecimento de água e Outros serviços e políticas sociais.
- b) **Económica**, que por sua vez se divide noutras duas dimensões: Infraestruturas e Serviços Económicos (atividades orientadas para a criação de condições de funcionamento da economia, entre elas: Energia, Transportes, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Finanças, Emprego e Empresas) e Setores de Produção

(dedicados ao fortalecimento das áreas de Extração, Agricultura, Silvicultura, Pescas, Construção, Indústria, Turismo e Comércio).

- c) **Fortalecimento institucional**, uma rubrica que engloba todas as atividades cujo objetivo final é apoiar os Governos e a Sociedade Civil. No âmbito governamental, inclui tudo o que se relaciona com o fortalecimento das políticas, administrações e finanças públicas; descentralização a níveis diferentes do central; desenvolvimento legal e judicial; fomento da participação política; alargamento e defesa dos direitos humanos; bem como tudo o que respeita a questões de segurança pública, nacional e de defesa.
- d) **Ambiental**, relacionada com tudo o que diz respeito a medidas e políticas de Proteção e preservação ambiental, bem como à Gestão de desastres.
- e) **Outras dimensões**, esta última de carácter multissetorial e sob a qual se agrupam a Cultura, Género e “Outros” relacionados com modelos de desenvolvimento alternativos.

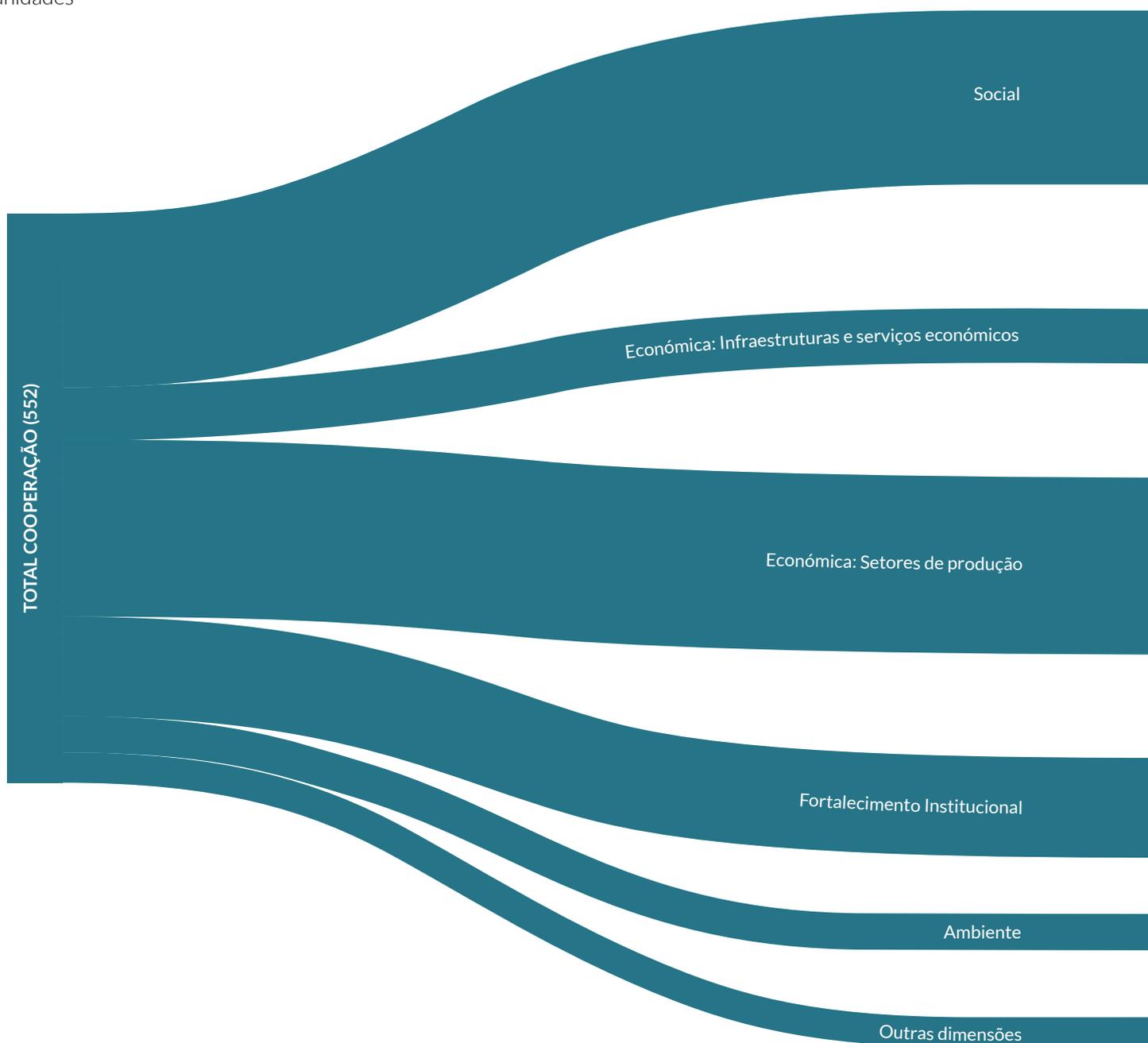
Assim, conforme os objetivos estabelecidos e recorrendo a esta distribuição setorial, a seguir passamos a realizar a análise distinguindo dois grandes blocos de conteúdos relativos: por um lado, o conjunto das iniciativas intercambiadas em 2014 e por outro, o perfil do país.

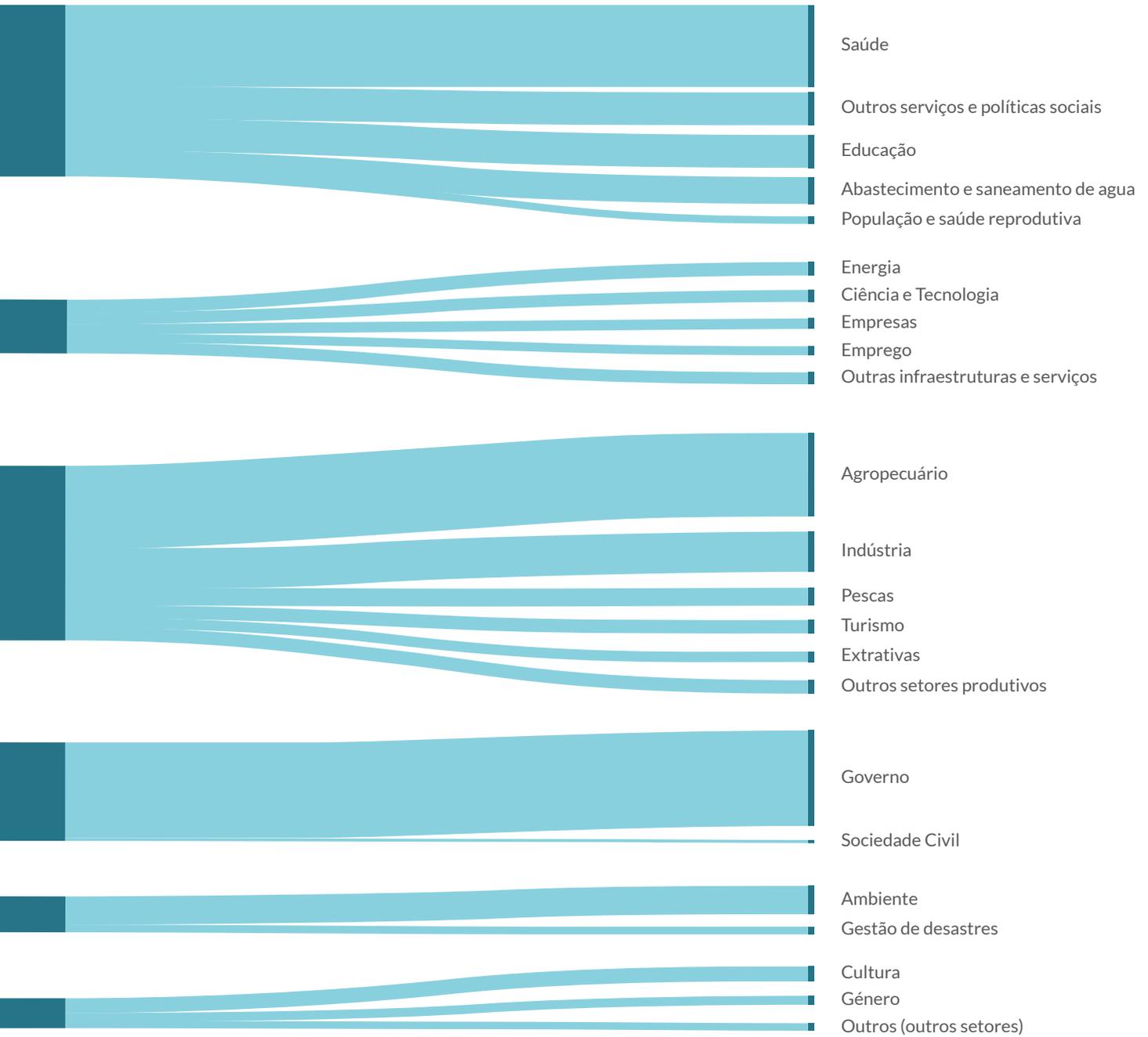
¹⁰ Inspira-se na usada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE a partir de novembro de 2004, mas adapta-se à prática da região.

**Distribuição dos fluxos
de projetos de CHSS Bilateral,
por dimensão e por setor
de atividade. 2014**

DIAGRAMA II.3

Em unidades





II.4.1 PERFIL DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO

O Diagrama II.3 distribui os 552 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral mantidos em execução pelos países ibero-americanos em 2014 (caudal direito) a partir de uma perspectiva dupla: primeiro (caudal intermédio), distinguindo a dimensão setorial à qual pertenceram;¹¹ segundo (caudal esquerdo), desagregando-os de novo por setor de atividade. Ao associar as origens e destinos dos fluxos, a sua observação mostra as capacidades que a Cooperação Sul-Sul tendeu a fortalecer na Ibero-América em 2014. Em concreto, observa-se que:

- a) Ao longo de 2014, a maior parte dos 552 projetos intercambiados pelos países ibero-americanos responderam a objetivos de orientação Económica e Social (70%, quatro e três de cada dez, em cada caso). Dos 30% restantes, algo mais de metade, foram dedicados ao Fortalecimento institucional, enquanto que o resto se dividiu, em proporções semelhantes, entre os dedicados ao Ambiente (6,6% do total) e a Outras dimensões de atividade (cultura, género e modelos de desenvolvimento) (5,2%).
- b) Mais de 75% dos projetos que responderam a um perfil económico (um total de 160), foram orientados para fortalecer capacidades relacionadas com os Setores produtivos. Este dado foi influenciado pelo peso da atividade Agropecuária, a segunda mais importante do conjunto da Cooperação Sul-Sul de 2014 (apenas atrás do setor Governo), a qual chegou a explicar 15,3% dos 552 projetos finalmente registados. Neste âmbito, destacaram-se os projetos que tiveram por objetivo potenciar o desenvolvimento da agricultura, pecuária e inclusivamente apicultura; melhorar os sistemas de rega e cultivo, entre outros, de grãos básicos, hortaliças, soja, milho, frutas tropicais, mandioca e café; bem como desenvolver técnicas produtivas e de gestão fitofarmacêutica, especialmente as dedicadas ao controlo de pragas e doenças (entre outras, mosca da fruta, febre aftosa e peste porcina).

- c) Ainda, e no que se refere aos projetos dedicados a fortalecer outros Setores produtivos, destacaram-se (7,0% dos 552 finais) os que contribuíram para a consolidação de outros tipos de Indústrias: de transformação, tais como a agroalimentar, têxtil e madeira; mas também, embora de forma mais pontual, as indústrias básicas como a fundição e a metalomecânica. Registaram-se também projetos nos âmbitos da Pesca, Turismo, Extração, Construção e Silvicultura, mas a sua importância relativa foi sempre menor e em qualquer caso nunca superior a 2,7% do total.

“ Ao longo de 2014, a maior parte dos 552 projetos intercambiados pelos países ibero-americanos responderam a objetivos de orientação Económica e Social ”

- d) Complementaram o perfil económico, os cerca de 50 projetos (9,1% dos finalmente registados) dedicados ao fortalecimento das Infraestruturas e aos serviços económicos. A distribuição destes projetos esteve altamente atomizada por setores e oscilou entre o apoio à Banca e finanças (apenas 0,6%), Comunicações, Emprego e Empresas (pouco mais de um 1% em cada caso), Ciência e tecnologia (2,1%) e Energia (2,3%). No entanto, pelo seu potencial impacto, convém destacar que através destes projetos se fomentaram, entre outras, a criação de infraestruturas e centros tecnológicos; desenvolvimento de energias renováveis; empreendedorismo e criação de Micro e PME; bem como serviços públicos de emprego e inspeção do trabalho.
- e) Entretanto, e em matéria Social (segunda dimensão por importância relativa), praticamente metade dos projetos (14,3% dos 552 finais) tiveram por objetivo fortalecer o setor da Saúde. Concretamente, os esforços concentraram-se no seu fortalecimento institucional (entre outros, sistemas, agências e

¹¹ Os 552 projetos aparecem também organizados por dimensão setorial, para além de se conhecerem os países que neles participaram e no exercício de que papel, nas seis sub-matrizes (uma por dimensão) que compõem as Matrizes A.II.1 reproduzidas no anexo.

institutos nacionais de sangue e de derivados do sangue, vigilância da saúde, transplantes e serviços de atendimento especializados); e no alargamento do alcance e melhoria da qualidade da cobertura e das prestações de saúde que se oferecem à população a partir do âmbito público. Neste quadro, também se dedicaram esforços aos programas de nutrição (especialmente infantil); ao estudo e controlo de doenças (como as de chagas, dengue, chikungunya, diabetes e VIH); e à transversalização da questão indígena, através, por exemplo, do fomento do uso de determinadas plantas medicinais e da adequação de alguns padrões culturais nos serviços de cuidados de saúde.

- f) Outra metade dos projetos sociais (algo mais de 15% do total) respondeu, em proporções semelhantes (em torno dos 5,2 e 5,6%, conforme o caso), à cooperação promovida para fortalecer: em primeiro lugar, as Outras políticas e serviços sociais (principalmente sistemas de proteção e inclusão especialmente centrados nas crianças, jovens e adolescentes; bem como, e para esses mesmos coletivos, em políticas de prevenção, por exemplo, através da prática do desporto); em segundo lugar, a Educação (alfabetização, formação de docentes, atualizações curriculares e acesso e melhoria da qualidade); e em terceiro, o Saneamento e abastecimento de água (sobretudo através da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos, de melhorias técnicas e de mais e melhores garantias de acesso).
- g) Por sua vez, os 89 projetos dedicados ao Fortalecimento institucional (17,2% do total dos registados em 2014) tiveram por objetivo, à exceção de um caso dedicado à Sociedade Civil, apoiar os Governos. Destacaram-se os projetos que procuraram um melhor desempenho da administração pública, através da sua modernização, adoção de técnicas de planificação, gestão, monitorização e avaliação; os avanços em termos de governos eletrónicos e transparência; e tudo o que respeita à capacitação e melhoria da gestão dos recursos humanos. Identificaram-

se também projetos relacionados com questões tributárias, entre os quais se salientaram os relativos à gestão de alfândegas e de impostos estatais associados ao comércio internacional. Uma outra grande parte dos projetos relacionou-se com o desenvolvimento legal e judicial dos países, especialmente no que se refere às garantias de igualdade de acesso à justiça e ao alargamento de medidas alternativas à privação de liberdade, sobretudo no caso da responsabilidade penal dos jovens. Ao longo de 2014, também se identificou uma cooperação destinada a fortalecer a segurança pública (através, por exemplo, da partilha de experiências em torno da polícia comunitária); bem como a segurança e a defesa nacional, destacando-se neste caso as questões fronteiriças (mais uma vez alfandegárias) e a deteção de ativos ilícitos, estupefacientes e substâncias perigosas. Completaram este bloco de projetos, os destinados a fortalecer as capacidades dos governos na sua defesa e na extensão dos direitos humanos, especialmente no que respeita à luta contra o tráfico de pessoas, à impunidade e à defesa de meninos, meninas e adolescentes face a qualquer tipo de maus-tratos ou violência.

- h) Finalmente, um total de 61 projetos estiveram relacionados com questões Ambientais e multissetoriais, próprias das denominadas Outras dimensões de atividade (6,6% e 5,2% dos 552 registados em 2014, respetivamente). Entre eles, salientaram-se os dedicados à proteção do Ambiente, reflorestação, gestão de resíduos e reciclagem, bem como os projetos pensados para fazer face aos desafios das alterações climáticas. Houve também projetos dedicados à Gestão de desastres, especialmente centrados em tarefas de prevenção e assistência de emergência. Completaram este bloco os projetos dirigidos a apoiar a gestão (especialmente económica) da Cultura; a dotá-la de melhores instrumentos (sistemas de informação, contas satélite e metodologias de valorização); e a fortalecer a administração do património histórico e cultural dos países. Os projetos de Género foram

ainda minoritários (1,1% do total) e estiveram centrados na luta contra a violência de que são vítimas as mulheres, através do intercâmbio de experiências que envolveram sensibilização, mudança cultural e apoio às vítimas.

A análise completa do perfil das capacidades que foram fortalecidas em 2014 através da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiada pelos países ibero-americanos, completa-se com uma análise do sucedido em torno das ações. Para isso, elaboraram-se o Gráfico A.II.2 e as Matrizes A.II.2 (em anexo), os quais, tal como se efetuou para os projetos, incluem a distribuição por dimensão e por setor de atividade. A sua observação regista um comportamento diferente relativamente ao dos projetos. Em concreto:

- a) Praticamente metade das ações (45,5%) foram dedicadas ao Fortalecimento institucional dos Governos. Tratou-se de capacitações, estágios e workshops que procuraram o reforço de instituições públicas, tais como a Controladoria do Estado, a Procuradoria de Direitos Humanos e os Conselhos Nacionais Eleitorais; do intercâmbio de experiências de modelos de gestão penitenciária; do fomento da descentralização; e da formação em questões relativas à segurança nacional, tais como o cibercrime e a interdição marítima.
- b) Por sua vez, 22,1% tiveram por objetivo o fortalecimento de capacidades no âmbito Social. Destacaram-se as ações dedicadas a Outros serviços e políticas sociais, sobretudo em temas relacionados com o desporto, a superação da pobreza e a atenção à primeira infância. Também foi importante a cooperação nos âmbitos da saúde (reforço da medicina legal e das políticas de saúde mental) e no educativo (bibliotecas e aprendizagem bilingue).

c) Outros 22,4% somaram-se às ações que responderam a um propósito económico, de apoio aos Setores Produtivos (dois de cada três) e à criação de Infraestruturas e serviços que facilitam o funcionamento da economia (uma de cada três). Destacaram-se as relativas ao setor Extrativo (cartografia, gestão da informação e transferência de capacidades técnicas para a melhor exploração dos hidrocarbonetos) e Agropecuário (muito centrado no fomento da agricultura familiar) e, em menor medida, as ações orientadas para o desenvolvimento da Ciência e tecnologia e da Energia.

d) Completaram o perfil, as ações relacionadas com Outras dimensões de atividade (5,5% das totais) e Ambiente (4,1%). Tratou-se preferencialmente de ações que procuraram melhorar as capacidades dos países no âmbito dos cuidados e proteção do ambiente, bem como na área da gestão do seu património cultural e musical.

Finalmente, tal como se sublinhou no primeiro capítulo deste Relatório, a análise da Cooperação Sul-Sul a partir de uma perspetiva setorial deve enfrentar os desafios colocados pela nova Agenda Internacional da Cooperação para o Desenvolvimento para os próximos 15 anos. Neste sentido, é imprescindível rever esta análise sob uma perspetiva que a relacione com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Uma primeira tentativa, neste caso através dos 552 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiados pelos países ibero-americanos em 2014, inclui-se no Quadro II.3 que encerra esta secção.

A Cooperação Sul-Sul em 2014: um olhar a partir da sua possível contribuição para os ODS

QUADRO II.3

Com o objeto de realizar uma aproximação à forma como os 552 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que os países ibero-americanos intercambiaram ao longo de 2014 puderam contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a partir de 2015 constituem a Agenda 2030, passaram-se a reclassificar esses projetos: do setor de atividade com o qual originalmente estavam relacionados até algum dos 17 ODS, atendendo para isso à forma como poderiam estar a contribuir para a sua consecução. Mas a identificação do setor de atividade no qual originalmente se classificaram esses projetos com os ODS, teve de enfrentar um desafio triplo:

a) Em primeiro lugar, pela **interconexão** existente entre os diferentes ODS. A aprovação de uma agenda com uma visão mais holística do desenvolvimento, que leva em conta as três dimensões que constituem o conceito de desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental), é, em parte, a responsável por que muitos dos objetivos e das suas metas se encontrem extremamente relacionados entre si. A modo de ilustração, um projeto de cooperação dirigido a garantir a inocuidade dos alimentos, pode contribuir simultaneamente quer para melhorar e garantir uma alimentação de

qualidade (Objetivo 2) quer para ajudar a prevenir riscos de saúde (Objetivo 3). Neste sentido, para o exercício e quando nos debatemos com este tipo de dificuldades, optámos por classificar os projetos conforme a sua principal perspectiva temática e a meta à qual principalmente parece atender.

b) Em segundo lugar, pela abordagem abrangente ou **multissetorial** de alguns projetos. Assim, muitas vezes, os projetos de caráter temático integram aspetos de sustentabilidade ou igualdade de género que estariam por sua vez a gerar contribuições para vários dos objetivos. Quando se identificaram casuísticas deste tipo, deu-se prioridade a um dos objetivos, de acordo com a área temática que se considerou mais apropriada decorrente das metas que correspondem a cada objetivo, e aplicando posteriormente o mesmo critério para o resto dos projetos relacionados. A modo de exemplo, o apoio ao incremento da produtividade dos pequenos empresários do setor agrícola, contribui de forma direta, tanto para o objetivo da agricultura (ODS 2), quanto para o do crescimento económico (ODS 8), mas deu-se prioridade à área temática e catalogou-se no âmbito da agricultura.

c) Finalmente, pelo facto de alguns projetos terem sido orientados para fortalecer capacidades em âmbitos muito genéricos, não contemplados nos ODS e nas suas metas. Na verdade, é a **aplicabilidade posterior** que realmente define a meta para a qual estão a contribuir. Por esse motivo, quando se identificaram projetos com estas características, relativos, por exemplo, à melhoria das técnicas de metrologia (ciência que estuda as propriedades mensuráveis) tivemos de identificar a sua aplicação posterior, pois foi esta a que definiu a sua possível contribuição para o incremento do comércio internacional (ODS 17), aspetos de saúde (ODS 3) ou temas ambientais (entre outros, Objetivos 13, 14 e 15).

Depois da resolução destes conflitos, conseguiram-se classificar os 552 projetos de CHSS Bilateral de 2014 conforme a sua possível contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos em 2015. O resultado apresenta-se no gráfico seguinte, no qual os 552 projetos se organizam conforme a sua contribuição para os dezassete objetivos definidos no quadro das Nações Unidas. Da sua observação depreende-se que: →

Distribuição dos projetos de CHSS Bilateral, conforme a sua possível contribuição para os Objetivo de Desenvolvimento 2014

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação. As diferentes cores das colunas correspondem aos seis elementos essenciais para o cumprimento dos ODS, conforme os objetivos: Dignidade (ODS 1 e 5), Pessoas (2, 3 e 4), Alianças (17), Justiça (ODS 16), Prosperidade (ODS 7, 8, 9, 10 e 11) e Planeta (ODS 6, 12, 13, 14 e 15).

A Cooperação Sul-Sul em 2014: um olhar a partir da sua possível contribuição para os ODS

QUADRO II.3

→ (continuação)

- a) Um total de 169 projetos (três de cada 10 dos registados em 2014), foram orientados para apoiar a consecução dos Objetivos 2 e 3 relativos, respetivamente, à segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável, por um lado, e ao setor da saúde, por outro. Mais especificamente:
- Praticamente uma centena de projetos (98, equivalentes a 17,8% do total), estiveram relacionados com o ODS 2. Neste âmbito, destacaram-se aqueles que procuraram contribuir para a melhoria dos níveis de segurança alimentar, não só aumentando a quantidade, mas também e sobretudo, a qualidade das culturas. Também os (mais de 40%) dirigidos a melhorar a produtividade e as receitas do setor agrícola e pesqueiro, em especial das pequenas e médias empresas (meta 2.3). Um terceiro grande bloco de projetos deu uma especial ênfase a aspetos relacionados com a meta 2.4, a qual integra questões relativas à sustentabilidade e resiliência das culturas.
 - Entretanto, 71 projetos de CHSS Bilateral (12,9% dos 552 finalmente registados), estiveram vinculados à consecução das metas relacionadas com a saúde (vida saudável em bem-estar), que compõem o ODS 3. Destacaram-se especialmente os relacionados com as metas 3.2 (mortalidade infantil) e 3.8 (serviços de saúde): em concreto, os projetos de apoio à implantação de bancos de leite humano em diversos países da região e os orientados para os serviços de saúde, não só em termos de acesso, mas também de melhorias qualitativas (por exemplo, através da implementação de uma perspetiva multicultural) e de progressos em termos de inocuidade e acesso aos medicamentos.
- b) Por ordem de importância relativa, seguiram-se os projetos dirigidos a apoiar objetivos de caráter mais económico: 41 e 49 projetos (outros 17,4% do total) relacionados, respetivamente, com os ODS 8 e 9 relativos ao crescimento económico, industrialização e infraestruturas. No primeiro caso, destacaram-se as iniciativas dirigidas a promover a atividade produtiva e a incrementar a produtividade, especialmente a partir do desenvolvimento tecnológico e da inovação. No caso específico da indústria (ODS 9) e das infraestruturas, a maior parte dos projetos estiveram relacionados com o aumento e melhoria da investigação científica, bem como com os progressos da capacidade tecnológica do setor industrial.
- c) Outro grande bloco de projetos (50, equivalentes praticamente a um de cada 10 dos implementados em 2014), estiveram orientados para apoiar a consecução do ODS 16, dedicado à paz, justiça e melhores instituições. Várias metas foram as mais relevantes neste sentido, destacando-se a 16.6, relativa a instituições eficazes e transparentes, onde se agruparam os projetos de fortalecimento institucional que não estavam dirigidos a nenhum setor já contemplado no resto dos objetivos. Houve também projetos dedicados a lutar contra a delinquência organizada (meta 16.4), corrupção (16.5), reduzir a violência (16.1) e melhorar o acesso à justiça (16.3).
- d) À consecução do ODS 4, relativo à educação, dirigiram-se 34 projetos (6,6% do total), que se centraram sobretudo nas metas do ensino primário e secundário, dando uma especial ênfase a aspetos relacionados com a qualidade do ensino e a melhoria e fortalecimento das competências para o acesso ao emprego e/ou ao empreendedorismo.
- e) Outros 34 projetos, relativos aos aspetos ambientais, distribuíram-se maioritariamente pelos objetivos 13, 14 e 15. Se tivermos em conta que aborda um tema transversal a quase todos os objetivos, o valor final é relativamente baixo. O mesmo acontece com os projetos que deram mais ênfase a algum aspeto da resiliência, também presente nos objetivos 1, 2, 9 e 11.
- f) Fortalecendo aspetos sociais, identificaram-se 31 projetos (5,5% do total) agrupados sob os ODS 1 e 10 (pobreza e desigualdade, respetivamente), os quais se referem especialmente ao fortalecimento e melhoria dos sistemas de proteção social, num conceito mais vasto que o que se agrupou sob os objetivos de saúde, educação ou habitação (assentamentos humanos). No caso do ODS 10, destacaram-se os projetos que deram mais importância ao apoio a coletivos vulneráveis ou a aspetos de inclusão, muito mais relacionados com a procura da redução da desigualdade.
- g) Por último, identificaram-se 26 projetos (um menor 4,7%) relacionados com o Objetivo 17, relativo ao fortalecimento dos Meios de Implementação. Aqui incluíram-se maioritariamente, os que se orientaram para uma maior mobilização de recursos nacionais (melhoria dos sistemas fiscais e de cobrança ou incremento das exportações), para melhorar as ferramentas de análise e acompanhamento dos países (tais como o fortalecimento das instituições estatísticas) e para a consolidação das instituições nacionais receptoras de cooperação.

II.4.2 PERFIL DE CAPACIDADES E NECESSIDADES DOS PAÍSES

Com o objetivo de realizar uma aproximação ao perfil de capacidades e necessidades apresentado pelos países ibero-americanos ao longo de 2014, as iniciativas intercambiadas por estes a partir dos respetivos papéis de ofertante e recetor, associaram-se às suas correspondentes dimensões e setores de atividade. Além disso, para o caso dos projetos, elaboraram-se os Gráficos II.6 (para a Argentina, como principal ofertante) e II.7 (El Salvador, como principal recetor), ambos no texto, e os Gráficos A.II.3 e A.II.4, em anexo (para o caso dos outros cinco principais ofertantes e recetores, respetivamente). Nestes casos,¹² as figuras mostram o grau de representação que as diferentes dimensões e setores de atividade tiveram sobre o total dos projetos que ofereceram (ou receberam) em 2014. O perfil que se refere a estes, bem como ao resto dos ibero-americanos, completa-se a partir da Matriz A.II.1 (também em anexo), cuja informação de base permitiu associar as diferentes dimensões de atividade aos projetos intercambiados por cada par de parceiros no exercício dos seus correspondentes papéis.

Assim, partindo daí e tomando como referência a execução de projetos no papel de ofertante, a observação das figuras anteriormente citadas sugere os seguintes perfis de capacidades:

“ Mais de metade da cooperação da Argentina (Gráfico II.6) teve por objetivo fortalecer as economias dos países parceiros, através tanto do apoio aos Setores produtivos (41,5% dos seus 135 projetos) quanto da criação de Infraestruturas e serviços (outros 9,6%) ”

a) Mais de metade da cooperação da Argentina (Gráfico II.6) teve por objetivo fortalecer as economias dos países parceiros, através tanto do apoio aos Setores produtivos (41,5% dos seus 135 projetos) quanto da criação de Infraestruturas e serviços (outros 9,6%). Para isso teve influência a força do país no setor Agropecuário (1 de cada 4 projetos), pois a Argentina promoveu cooperação para transferir a sua reconhecida experiência no âmbito da pecuária e da agricultura, destacando-se aqui o que respeita ao fitofarmacêutico (entre outros, saúde animal e vegetal e melhoria genética). Tiveram também um peso relevante os projetos relativos ao fortalecimento da Indústria (13,3% do total), especialmente os que envolveram a transformação desses mesmos produtos agropecuários. Neste sentido, destacaram-se os projetos relacionados com as cadeias agroindustriais, setor lácteo, produção de carne, confecção com couro, têxteis derivados dos camelídeos e o desenvolvimento de fibras naturais e sustentáveis. Complementaram o perfil do primeiro ofertante em 2014, projetos nas áreas Social (um de cada cinco) e do Fortalecimento institucional (17,8%). Destacaram-se os que tiveram por objetivo a Saúde (aposta na qualidade dos serviços, experiência em transplantes, gestão de medicamentos e farmacopeias); a gestão dos recursos hídricos; e a cooperação relativa à melhoria do desempenho das instituições de Governo (especialmente das relacionadas com a regulamentação de emprego e inspeção do trabalho), dos Direitos Humanos e da própria cooperação. Merece também uma menção especial o âmbito da Cultura, com 5,2% dos projetos.

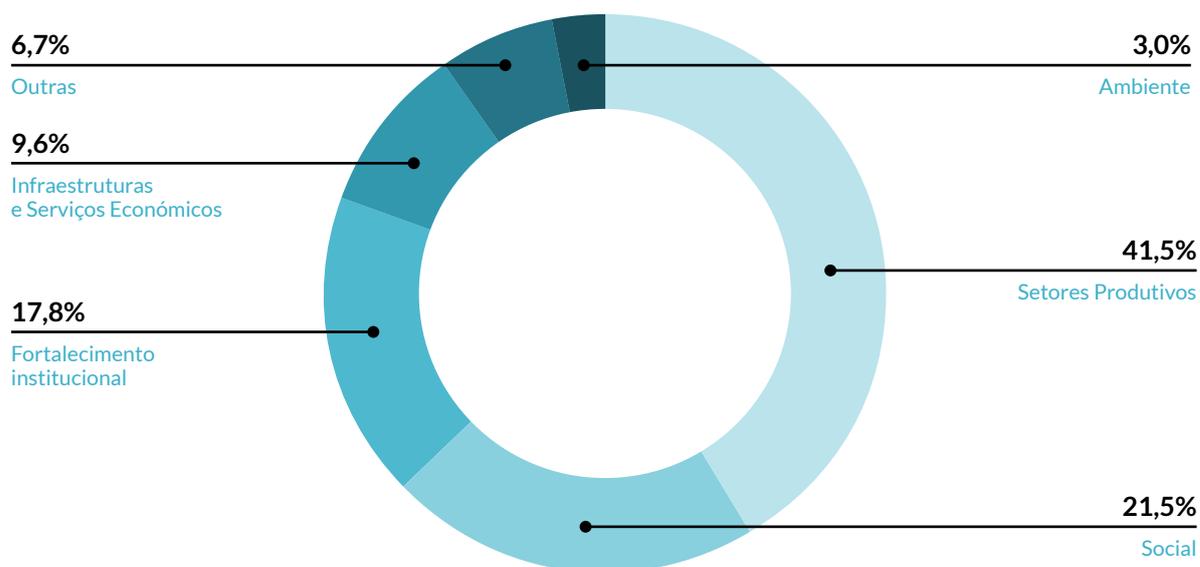
¹² Seleccionaram-se estes países porque para que o resultado do exercício fosse suficientemente representativo, era necessário que os cálculos se realizassem com o maior volume de projetos possível.

Perfil de capacidades da Argentina, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

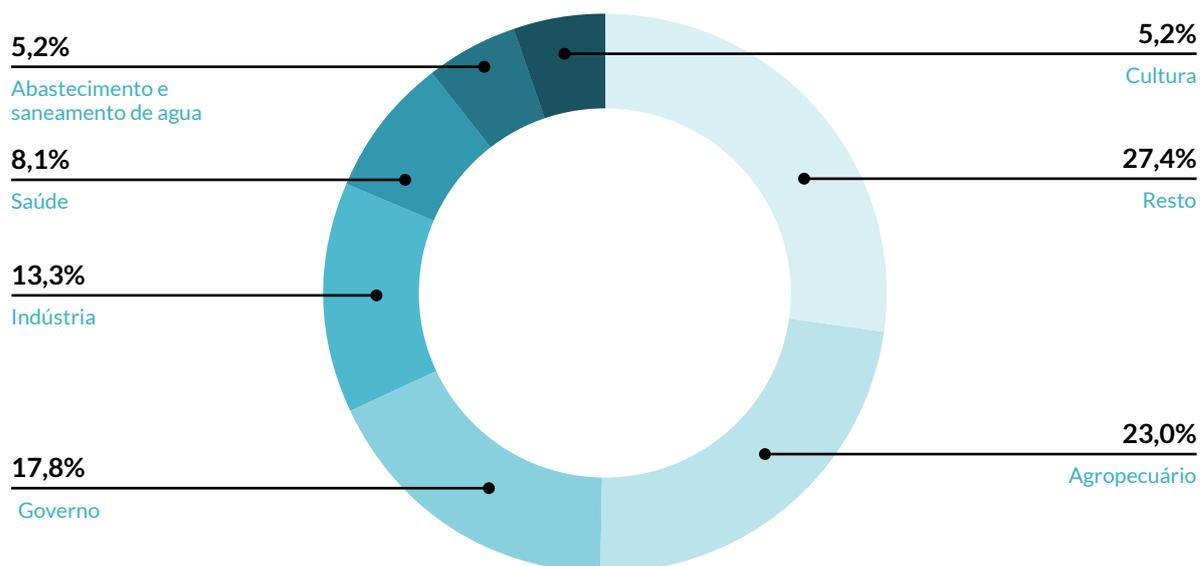
GRÁFICO II.6

Participação, em percentagem

II.6.A. Por dimensão de atividade



II.6.B. Por setor de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- b) Por sua vez e tal como se observa no Gráfico A.II.3.A, o Brasil (segundo principal ofertante) deu primazia à cooperação na área Social, na qual se concentraram 48,5% dos seus 130 projetos. Este resultado foi influenciado por uma combinação da sua vasta experiência em Saúde (luta contra o VIH, nutrição infantil e vigilância da saúde), Água (gestão integral de recursos hídricos e gestão de bacias) e Outros serviços e políticas sociais (intercâmbio a partir de programas nacionais, como o “bolsa família”). Por seu lado, a questão Económica teve também um peso importante, pois explicou 37% dos projetos finais. Predominaram as iniciativas que apoiaram o desenvolvimento dos Setores produtivos, especialmente o Agropecuário, âmbito com o qual estiveram relacionados 16,2% dos 130 projetos, através do desenvolvimento de cadeias de produção de culturas, tais como a soja e o milho, bem como a promoção do fitofarmacêutico (gestão de pragas, melhoramento genético e bancos de sementes).
- c) Entretanto, o México (terceiro principal ofertante de 2014) (Gráfico A.II.3.B) partilhou o seu perfil com a Argentina e dedicou mais de metade dos seus projetos (51,1%) a fortalecer capacidades de carácter Económico, de novo numa proporção de 4 para 1 a favor dos Setores Produtivos face às Infraestruturas e serviços. Sobre isso foram determinantes as experiências na Agropecuária (um de cada quatro dos projetos totais), às quais se somaram as relacionadas com as Pescas e a promoção de Empresas (cerca de outros 10,0%, entre ambos). De facto, foram consideráveis os projetos dedicados à diversificação de culturas, apoio a uma agricultura ecológica e sustentável, diagnóstico de doenças animais e vegetais e o fortalecimento da aquicultura a partir de uma perspetiva ecossistémica. O resto da cooperação mexicana apresentou um perfil diversificado em torno do Fortalecimento institucional (19,8%), Social (18,6%) e Ambiental (uns destacados 8,1% dos projetos finais, com peso na proteção de áreas naturais, sustentabilidade dos habitats e investigação e colaboração científica para os desafios ambientais).
- d) A Colômbia (quarto ofertante em importância relativa) (Gráfico A.II.3.C), apresentou um perfil muito diferente relativamente aos anteriores, pois embora os projetos com objetivo económico representassem 42,2% do total e parecessem prevalecer, uma análise desagregada sugere que se diversificaram muito em torno de atividades bem diferentes, entre as quais, no entanto, se destacaram as relativas à Indústria (11,1%), Ciência e Tecnologia (6,7%) e Turismo (4,4%). Na verdade, o perfil de especialização que predominou foi o relativo ao Fortalecimento institucional, atividade com a qual se relacionaram um de cada quatro projetos. Destacamos aqui a cooperação orientada para transferir técnicas e metodologias que contribuem para melhorar a prestação dos serviços públicos e que permitem uma melhor avaliação destes e do desempenho das entidades das quais dependem. Complementaram o perfil da Colômbia, os projetos orientados para o âmbito Social (um de cada cinco, metade deles de Educação) e Outras dimensões, salientando-se os dedicados à preservação e gestão do património cultural (11,1% dos registados).
- e) Por outro lado, o Uruguai (quinto principal ofertante de 2014) (Gráfico A.II.3.D), centrou a sua cooperação no âmbito Social (praticamente um de cada dois dos 41 projetos registados). Dentro deste, foram por sua vez determinantes, as forças uruguaias das áreas da Saúde (sobretudo na luta contra o tabaco e na gestão de fármacos) e dos Outros serviços e políticas sociais, âmbito no qual se destacou

“ Brasil (segundo principal ofertante) deu primazia à cooperação na área Social. Entretanto, o México dedicou mais de metade dos seus projetos a fortalecer capacidades de carácter Económico ”

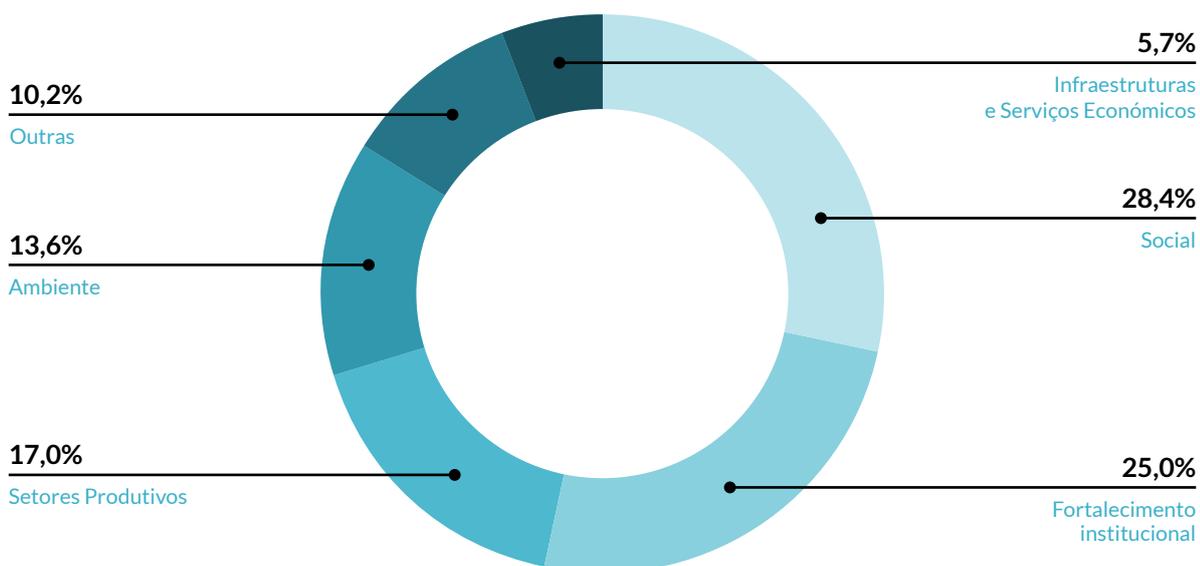
- o trabalho orientado para o atendimento de determinados coletivos, tais como, entre outros, crianças, famílias de acolhimento e pessoas com deficiência. Com um peso relevante, o âmbito Económico, através do fortalecimento dos Setores Produtivos, explicou um de cada quatro projetos. De novo, o setor mais destacado foi o Agropecuário (14,6% do total intercambiado) e dentro deste, tudo o que respeita à atividade pecuária. O perfil completou-se com a cooperação orientada para o Fortalecimento institucional (12,2%) e para o Ambiente (uns notáveis 7,3%), esta última uma dimensão dentro da qual se destacaram as experiências em gestão de áreas protegidas e em respostas às alterações climáticas.
- f) No caso do Chile (sexto principal ofertante com 40 projetos) (Gráfico A.II.3.E), prevaleceu a cooperação que teve por objetivo fortalecer a área Social dos países parceiros (35,0% do total) e, dentro desta, a orientada para a Saúde (17,5%) e para Outros serviços e políticas sociais (10,0%), sendo este um setor em que o Chile partilhou a sua vasta experiência, especialmente em projetos que promovem a proteção da infância. A restante cooperação (quase dois de cada três projetos) mostrou-se diversificada em torno dos Setores de Produção (22,5%), Fortalecimento institucional (outros 22,5%) e Ambiental (10,0%), onde foram especialmente relevantes as experiências relativas à Gestão de desastres (tarefas de prevenção, elaboração de diagnósticos e emergências sísmicas).
- g) Finalmente, no caso de países como o Equador, Costa Rica e Cuba, com um menor volume de projetos (11, 20 e 30, respetivamente), houve também capacidades que se destacaram mais do que outras. Assim, Cuba predominou no intercâmbio de experiências de Saúde e Educação (quase metade dos seus projetos), bem como em Ambiente e Gestão de desastres, onde pôde partilhar a sua reconhecida experiência no âmbito da defesa civil. Por sua vez, no perfil da Costa Rica prevaleceu a transferência de capacidades em duas áreas que no seu caso estão altamente inter-relacionados, o Ambiente e o Turismo (com uma forte tendência para os âmbitos ecológico e sustentável). Entretanto, mais de 80% dos projetos do Equador tiveram por objetivo o fortalecimento dos Governos parceiros, criação de Infraestruturas e serviços (especialmente bancários e financeiros) e assistência a emergências.
- Realizando um exercício análogo e mantendo como referência a distribuição por dimensões e setores de atividade dos projetos que os países intercambiaram, mas agora a partir do exercício do papel de recetores, determinou-se a que tipo de necessidades cada país deu primazia através da Cooperação Sul-Sul Horizontal recebida em 2014. Mais especificamente:
- a) No caso de El Salvador (principal recetor de 2014) (Gráfico II.7), os 88 projetos recebidos responderam ao fortalecimento de capacidades bem diversas. Neste sentido, a maior proporção relativa de projetos (28,4%) teve por objetivo reforçar a área Social, especialmente através da dotação de instituições e de maior cobertura ao setor da Saúde (entre outros, Institutos e Serviços Nacionais e Redes Integrais e Integradas de Serviços); da promoção da alfabetização e do fortalecimento e atualização do sistema educativo (formação de docentes, conceção de currículos e implementação de ambientes virtuais de aprendizagem); bem como do impulso a Outros serviços e políticas sociais, sobretudo às orientadas para a proteção das crianças e dos adolescentes. 25% da cooperação recebida teve também como propósito o Fortalecimento das instituições de Governo, destacando-se aqui a receção de ferramentas e metodologias para uma melhor gestão e planificação estratégica do setor público e o desenvolvimento de ordenamentos que regulam aspetos diversos que vão da inspeção do trabalho até à procura de fórmulas que contribuem para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes. A outra metade dos projetos recebidos foi

Perfil de necessidades de El Salvador, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

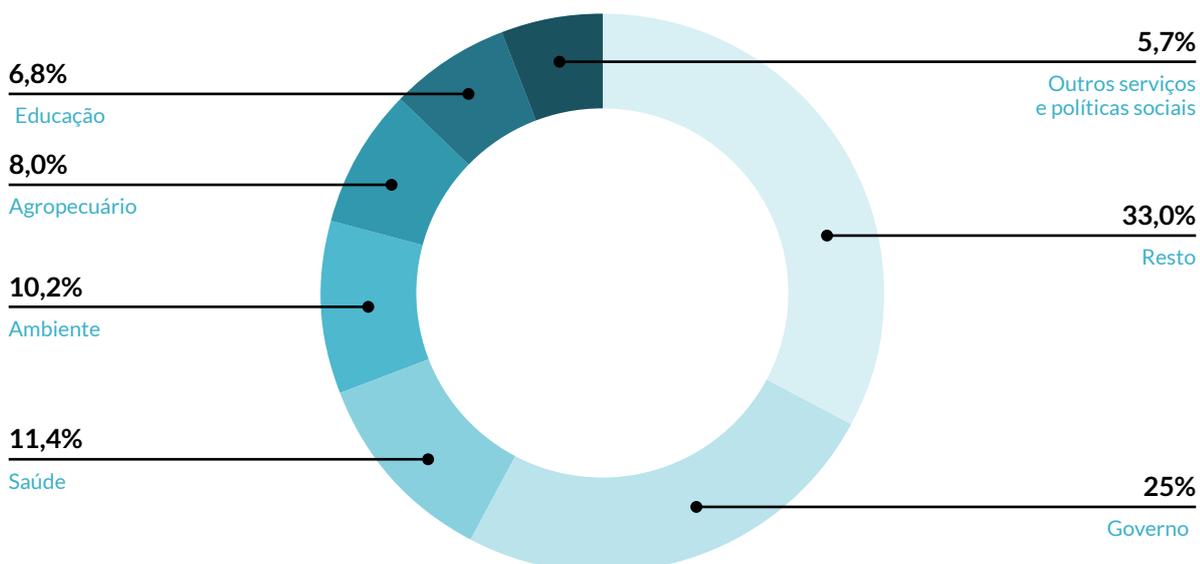
GRÁFICO II.7

Participação, em percentagem

II.7.A. Por dimensão de atividade



II.7.B. Por setor de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

também muito diversificada, neste caso em torno da área Económica (cerca de 23% entre Setores produtivos e Infraestruturas e serviços), Ambiental (13,6%) e de Outras dimensões de atividade (os últimos 10,2%). Por setores específicos, destacou-se a aposta em apoiar a agricultura familiar, criação de bovinos, respostas aos desafios colocados pelas alterações climáticas e, em parte relacionados com estes, a adoção de técnicas que minimizam os riscos de gestão face a possíveis desastres.

“ No caso de El Salvador, a maior proporção relativa de projetos teve por objetivo reforçar a área Social. A Costa Rica e o Peru partilharam, ainda com mais nuances, a prioridade de fortalecer as suas capacidades económicas ”

b) Em contraposição, a Bolívia, segundo país que mais cooperação recebeu em 2014, apresentou um perfil altamente especializado (Gráfico A.II.4.A), pois três de cada quatro dos seus 66 projetos atenderam ao fortalecimento de capacidades na área Económica e Social (43,0% e 30,3%, em cada caso). No quadro destes projetos, destacaram-se os orientados a apoiar os setores da Saúde (aposta na institucionalização, nutrição infantil, inocuidade alimentar e tratamento de doenças como as renais e o cancro); da Educação (de novo capacidades institucionais, formação de docentes e perspectiva de aprendizagens); e dos Outros serviços e políticas (gestão de habitações rurais e para famílias com poucos recursos). Dentro dos restantes 25% dos projetos recebidos, os que tiveram maior peso foram destinados ao Fortalecimento governamental, destacando-se aqui o acesso à justiça, desenvolvimento de quadros regulamentares e promoção de atividades (Quadro II.4) que partilharam uma tendência institucional e

económica e cujo nexu foi reforçar tudo o que diz respeito ao sistema nacional de alfândegas (entre outros, impostos e segurança nacional).

- c) Entretanto, a Costa Rica e o Peru (cada um deles com 38 projetos) partilharam, ainda com mais nuances, a prioridade de fortalecer as suas capacidades económicas. Assim, tal como se observa nos Gráficos A.II.4.B e A.II.4.B incluídos no anexo:
- No caso da Costa Rica, o objetivo económico afetou praticamente dois terços do recebido, pois 44,7% dos projetos procuraram apoiar os Setores de produção e 18,4% a criação de Infraestruturas e serviços. Neste âmbito, destacaram-se a Agropecuária (um quarto dos 38 projetos), especialmente no que se refere à questão fitofarmacêutica; a Indústria (7,9%) e a aplicação económica dos progressos em Ciência e tecnologia (outros 7,9%). Completaram o perfil, as iniciativas de tipo Social (15,8%) e de Fortalecimento Institucional (outros 15,8%), dentro das quais se identificou também uma aposta na Educação, por um lado, e uma melhor gestão dos recursos públicos, por outro.
 - Para o Peru, por sua vez, a área Económica teve um peso relativamente menor, mas em qualquer caso perto dos 50%, desta vez, além disso, com uma proporção entre Setores produtivos e Infraestruturas mais próxima (28,9% e 21,1%, respetivamente). Destacaram-se aqui a importância da Indústria (15,8% dos 38 projetos), sobretudo da dedicada a produções muito concretas (cacau, castanha, leite, pisco, madeira e têxtil de camelídeos). A restante cooperação recebida apoiou o fortalecimento de capacidades nos âmbitos Social (28,9%) e das instituições de Governo (18,4%); duas áreas nas quais se destacou, por sua vez, tudo o que respeita à Saúde (vigilância da saúde e gestão epidemiológica), à justiça e à luta contra o tráfico de seres humanos e a violência contra eles.

A Bolívia e a importância de fortalecer os sistemas nacionais de alfândegas

QUADRO II.4

Os sistemas alfandegários desempenham um papel primordial na facilitação e agilização do comércio externo de todos os países, especialmente através da sua contribuição para a simplificação dos procedimentos e processos que afetam as operações de importação e exportação. Além disso, os países necessitam de um sistema nacional de alfândegas para:

- 1) Fiscalizar e verificar que o comércio seja lícito e que não entrem no país mercadorias que possam ser consideradas perigosas ou nocivas, entre outros, para o ambiente, a saúde pública e a segurança do Estado.¹
- 2) Determinar os direitos e impostos associados ao movimento de mercadorias e, em coordenação com as agências tributárias, exercer de facto como entidade responsável pela cobrança dos impostos gerados pelo comércio internacional.
- 3) Apoiar a criação e a melhoria das classificações pautais e os indicadores estatísticos de comércio externo; tarefas que por sua vez revertem em funções anteriores (entre outros, fiscalização de mercadorias, luta contra o contrabando e cálculos de bases de tributação sobre quais aplicar pautas aduaneiras), mas também, e de uma forma muito importante, sobre a contribuição de insumos para a gestão e a tomada de decisões em termos de política comercial.

Consciente da importância desta ferramenta, ao longo de 2014 a Bolívia apostou em fortalecer o seu sistema nacional de alfândegas através da Cooperação Sul-Sul. Não foi o único país a fazê-lo, pois outros oito (Colômbia, Equador e Peru na região andina; Argentina, Brasil e Chile a partir do Cone Sul; e as Honduras e México no centro e norte latino-americano), apoiaram a promoção das oito iniciativas que em 2014 contribuíram para fortalecer as suas capacidades alfandegárias.

Neste sentido, tiveram especial interesse três dos projetos participados pela Bolívia. Em concreto:

- 1) Entre 15 de setembro de 2014 e 25 de novembro de 2015, técnicos especializados da Argentina realizaram trabalhos de capacitação e apoio técnico ao pessoal da Administração Federal de Receitas Públicas (AFIP) e da Alfândega Nacional da Bolívia (ANB). Entre os progressos que permitiram reforçar as capacidades dos funcionários bolivianos, destacam-se, entre outros, os relativos à implementação e uso de técnicas de seletividade inteligente; confeção de perfis de risco para mercadorias; elaboração de alertas; contributos em termos de controlo do contrabando; e estabelecimento de um serviço de ligação em linha com o serviço nacional de impostos.
- 2) Por sua vez e durante mais de um ano (entre os meses de abril de 2013 e julho de 2014), a Colômbia realizou também uma transferência de conhecimentos para o pessoal da Alfândega Nacional da Bolívia (ANB). Neste caso e tendo em conta, por um lado, a recente incorporação de parte do pessoal e, por outro lado, a necessidade do país de cumprir os compromissos internacionais assumidos no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC), o assessoramento técnico orientou-se para que o pessoal tomasse conhecimento da metodologia de avaliação de mercadorias comumente aceite pela OMC. A aplicação da referida metodologia é fundamental para uma correta determinação da base de tributação sobre a qual calcular o valor dos impostos para a importação de produtos.
- 3) Finalmente, um terceiro projeto foi implementado pelo México durante os oito meses decorridos entre o final de 2013 e meados de 2014. Neste caso, tratava-se de aproveitar a experiência mexicana no âmbito dos Laboratórios Alfandegários, pois este país tem um total de 14 laboratórios dependentes do Serviço de Administração Tributária (SAT). Entre as suas funções, destacam-se as relativas à prestação de serviços

aos operados de comércio externo (importadores e exportadores), com o fim de agilizar todos os procedimentos que qualquer operação de entrada e saída de produtos no país envolve. Os referidos laboratórios apoiam também o desenvolvimento da Merceologia, a ciência dedicada ao estudo das características intrínsecas das mercadorias, cujos progressos têm múltiplas aplicações no comércio internacional, pois favorecem a verificação, entre outros, do cumprimento das regras de entrada e saída dos produtos e do valor ao qual aplicar os impostos.

De facto, este projeto para a "capacitação em gestão de qualidade nos laboratórios alfandegários" concretizou-se com um intercâmbio entre funcionários do SAT mexicano e o pessoal do Departamento de Nomenclatura Pautal e Merceologia (Laboratório Merceológico) da Alfândega Nacional da Bolívia (ANB). Neste sentido, conforme se depreende do próprio documento de formulação do projeto, fortalecendo a gestão e a ação do referido laboratório, a Bolívia procurava também reforçar o seu sistema nacional de alfândegas, bem como:

- a) Avançar para a correta cobrança dos seus impostos aduaneiros.
- b) Reduzir o contrabando técnico devido à má classificação pautal.
- c) Melhorar o sistema de controlo de mercadorias que exigem autorizações prévias e/ou certificações por parte de outras instituições (entre outros, Ministério Agropecuário, da Saúde, Ambiente e Defesa).
- d) Contribuir para melhorar o processo de produção de estatísticas adequadas do comércio externo do país.

¹ <http://cooperacionarg.gob.ar/es/bolivia-cierre-del-proyecto-de-gestion-de-riesgo-aduanero>

- d) No caso do Uruguai (quinto recetor em importância relativa em 2014) (Gráfico A.II.4.B), a maior parte dos projetos (quatro de cada 10 dos 36 totais) atenderam ao fortalecimento de capacidades no âmbito Social. Entre eles, destacaram-se os projetos que reforçaram os setores da Saúde e do Abastecimento e saneamento de água, em ambos os casos a partir de uma perspectiva de apoio às populações limítrofes com o Brasil, para conseguir assim na área fronteiriça, um alargamento da cobertura da saúde, um melhor cuidado de doenças como o VIH, bem como a gestão das bacias hidrográficas partilhadas. Igualmente, houve projetos dirigidos a apoiar as capacidades de Governo (destacando-se aqui as relativas à própria gestão da cooperação); quer económicas (numa proporção maior para os Setores produtivos) quer ambientais.
- e) Por seu lado, o Equador (sexto recetor em importância relativa) (Gráfico A.II.4.E), diversificou a receção dos seus 33 projetos entre os que fortaleceram o âmbito Social (30,3%), Institucional (outros 30,3%), Económico (24,3% agregando o apoio aos Setores produtivos e a criação de condições de funcionamento da economia) e promovendo Outras dimensões de atividade (os últimos 12,1%). Não obstante, entre os seus 33 projetos, destacaram-se os que fortaleceram a gestão de Governo, através da adoção de ferramentas para a sua modernização e maior transparência, bem como os que procuraram alternativas à privação da liberdade e dirigidas à reinserção social, especialmente no caso dos jovens e adolescentes em situação de conflito com a lei.
- f) A análise setorial dos países cujo volume de projetos foi relativamente menor (entre 20 e 30), apresentou também algumas tendências. De facto, os oito países para os quais se realizou este exercício, agruparam-se em três tipos de perfis:
- Nos casos de Cuba (30 projetos), Argentina (28), Nicarágua (23), México (22) e República Dominicana (20), mais de 50% da cooperação recebida, até um máximo de 60% no caso cubano, teve por objetivo fortalecer a área Económica. As nuances chegaram através do tipo de setor que propiciou esta prevalência: assim, as atividades agropecuárias predominaram muito nos casos da Nicarágua e do México e foram complementadas pela Indústria e as Extrativas e pela Indústria em conjunto com a Ciência e a tecnologia, nos casos de Cuba e Argentina, respetivamente. Para a República Dominicana, as capacidades económicas foram fruto da combinação da importância dada à Indústria, Comércio e Pescas.
 - Entretanto, o apoio à vertente Social determinou o perfil de capacidades, fortalecido no caso das Honduras (50% dos seus 28 projetos) e da Colômbia (até 61,9% dos 21 recebidos). Para ambos os países, este resultado obteve-se através do peso relativo mantido pelos setores da Saúde e de Outros serviços e políticas sociais, complementados, no caso da Colômbia, pela Água (um de cada 10 projetos).
 - O Paraguai (22 projetos) foi o único país com um perfil relativamente diferente, pois foi fruto da combinação do âmbito Económico (mesmo assim, em torno dos 40%) com o do Fortalecimento institucional (31,8% da cooperação que apoiou este país).
- g) Por último, uma breve referência ao que aconteceu aos quatro países que em 2014 receberam um volume menor de projetos: de mais para menos, Chile (19), Guatemala (16), Panamá (12) e Brasil (11).¹³ Neste sentido, o Chile foi o que mais diversificou a receção de projetos, que, na sua maioria se destinaram ao âmbito Económico (31,6%), ao Fortalecimento institucional (26,3%) e à área Social (21,1%). Simultaneamente, a Guatemala destinou os seus projetos a fortalecer capacidades nas

¹³ Fica excluída da análise, por falta de representatividade, a Venezuela, que em 2014 recebeu um projeto.

áreas Social e Económica em proporções maioritariamente e relativamente próximas (43,8% e 37,5%, respetivamente). No caso do Panamá e do Brasil, cerca de metade dos projetos tiveram por objetivo o fortalecimento dos Setores produtivos, enquanto que à volta de 40% o fizeram na área Social.

Finalmente, e para completar esta análise setorial, analisa-se o que aconteceu quando os países executaram a sua Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2014 através das ações.¹⁴ A partir do exercício realizado (em parte através das Matrizes A.II.2), depreende-se que:

- a) No exercício do papel de ofertantes, a Colômbia, o país que mais ações executou em 2014 (85), deu prioridade ao fortalecimento de capacidades no âmbito institucional (42,4% das totais). Prevaleram aqui as ações centradas nos Direitos Humanos (desminagem de minas antipessoais) e em temas judiciais e de segurança nacional (cibercrimes, luta contra a droga e capacitações em interdição marítima e aérea). Completaram o seu perfil as dedicadas ao âmbito Social, especialmente de apoio a Outros serviços e políticas (23,5%).
- b) Ainda a partir do ponto de vista dos ofertantes, o Peru, Chile e Argentina (39, 38 e 30 ações respetivamente), apresentaram perfis diferenciados. No caso dos dois primeiros, a cooperação que atendeu ao Fortalecimento institucional tendeu a explicar uma de cada três ações, numa proporção muito próxima e inclusivamente igual à apoiada pela área Social. As diferenças surgem por parte dos setores que finalmente predominaram: os governamentais, no apoio às instituições relacionadas com o âmbito eleitoral (Conselho Nacional, Assembleia, Supremo Tribunal), no caso do Peru; e os sociais, através da Educação e das Políticas Sociais, no caso do Chile. Por sua vez, a Argentina combinou a transferência de capacidades institucionais (mais de metade das suas ações

relacionadas com os Direitos Humanos e a gestão marítima a partir do governamental), com temas Sociais e de Saúde pública.

- c) Por seu lado, no Brasil, Equador e México, três países que partilharam capacidades através de 27 ações em cada caso, prevaleceu também o intercâmbio de experiências associado ao Fortalecimento institucional (48,1%, 37,0% e 40,0% das suas ações, respetivamente). As diferenças surgiram de novo através dos conteúdos concretos (dísparos, no Brasil; centrados na segurança pública, no Equador; e em questões de despesa eleitoral e de financiamento de partidos, no México). Os perfis também se distinguiram pelo destacado peso que as Extrativas tiveram nestes dois últimos países (uma de cada cinco e uma de cada quatro ações, respetivamente), através do fortalecimento de capacidades relacionadas com a exploração dos hidrocarbonetos (Equador) e com a gestão de dados estratigráficos (México).
- “ No caso do Uruguai, a maior parte dos projetos atenderam ao fortalecimento de capacidades no âmbito Social. No caso da Bolívia, três de cada quatro dos seus projetos atenderam ao fortalecimento de capacidades na área Económica e Social ”**
- d) Entretanto e no exercício do papel de recetores, a Guatemala e o Peru, com 49 ações em cada caso, deram prioridade ao Fortalecimento institucional, embora o tenham feito em proporções diferentes: cerca da metade do recebido (48,2%) no caso do Peru; em mais de 70,5% no do país centro-americano. Também diferiram os conteúdos específicos, mais centrados no fortalecimento dos Direitos Humanos e em aspetos relacionados com o ciclo

¹⁴ Para que os resultados sejam representativos, só se analisam os casos dos países que participam num mínimo de 20 ações.

- eleitoral no Peru; numa combinação de apostas nos Direitos Humanos, melhoria na gestão penitenciária e progressos em segurança pública e nacional (muito especialmente em fronteira), no caso da Guatemala. O Peru completou o seu perfil com ações relacionadas com a Saúde e com diferentes Setores económicos (comércio, pecuária, pescas, minas e turismo).
- e) Por sua vez, a Colômbia e as Honduras (terceiro e quarto recetores de 2014 com 35 e 30 ações, respetivamente) apresentaram um perfil que combinou o Fortalecimento institucional (31,0% e 38,6%, em cada caso) com o apoio a capacidades Económicas (35,7% para a Colômbia) e Sociais (31,8% para o país centro-americano). Em qualquer caso e em termos desagregados, a Colômbia diversificou os seus objetivos através das ações, afetando com elas os setores Agropecuário, Comércio, Banca, Finanças e Governo (minas antipessoais, luta contra o tráfico de seres humanos e erradicação do trabalho infantil). No caso das Honduras, as ações recebidas estiveram mais relacionadas com os setores da Saúde (medicina legal), Outros serviços e políticas sociais (inclusão e superação da pobreza) e, uma vez mais, Governo (temas de segurança nacional e de defesa).
- f) Por último, o caso do Equador, quinto país em importância relativa em 2014. Neste sentido, a maioria (quatro de cada dez) das 26 ações que recebeu, tiveram por objetivo fortalecer o setor público e, em concreto, instituições relacionadas com o ciclo eleitoral e a participação política. Destacaram-se também as ações que tiveram um objetivo económico (outros 39,4% somando Setores e Infraestruturas) e, muito especialmente, as que apoiaram o setor das Extrativas (gestão de dados e geo-estatística) e da Ciência e Tecnologia (desenvolvimento de sistemas de informação com aplicação económica).

“ Por seu lado, o Equador diversificou a receção dos seus projetos entre os que fortaleceram o âmbito Social, Institucional e Económico ”

II.5

OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

O presente capítulo termina com uma secção dedicada a conhecer outros aspetos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral intercambiada pelos países ibero-americanos. O objetivo é conhecer melhor três aspetos concretos:

- a) A *dimensão* da CSS, a partir de uma perspetiva dupla, temporal e económica.
- b) A *eficiência* com a qual se gerem e executam os projetos e ações de CSS.
- c) A *responsabilidade* que na sua execução foi partilhada por cada ofertante e recetor.

Para isso, recorreu-se ao uso dos Indicadores para a Cooperação Sul-Sul que nos últimos anos foram trabalhados no espaço ibero-americano e cujo pormenor (indicador, fórmula e uso potencial) se reproduz nos Esquemas A.II.1 e A.II.2 do anexo. Neste sentido, tal como se observou em edições anteriores deste relatório, trata-se de indicadores cuja obtenção requer dois tipos de dados básicos relacionados com as datas de aprovação, início e finalização de atividades associadas a cada iniciativa, bem como dos seus respetivos custos (orçamentados e executados, para o ano de 2014 e para todo o ciclo de execução de atividade; assumidos pelo parceiro no papel de recetor, no papel de ofertante ou por ambos em conjunto). O facto de que a informação relativa às datas e custos ainda seja parcial e limitada (Esquema A.II.3 e Gráfico A.II.5 do anexo), faz

com que os resultados que se obtiverem com este exercício devam ser interpretados com cautela. No entanto, e apesar disso, o exercício é muito útil, pois mostra o potencial do trabalho realizado até agora, o qual lança as bases para se conseguirem novos avanços no conhecimento da Cooperação Sul-Sul promovida na Ibero-América.

II.5.1 DIMENSÃO

Conhecer o volume de projetos e ações intercambiados pelos países ao longo de um ano, é só uma das possíveis fórmulas através das quais nos podemos aproximar da dimensão da Cooperação Sul-Sul. Há outras, por exemplo, relativas ao custo e ao valor associado à cooperação trocada. São duas opções que permitem avançar no conhecimento da dimensão económica da Cooperação Sul-Sul, um desafio no qual, tal como se refere no Quadro II.5, o espaço ibero-americano tem vindo a trabalhar há alguns anos.

As limitações metodológicas, mas, sobretudo, a pouca disponibilidade de dados, impedem-nos atualmente de fazer esse exercício de medição económica global da Cooperação Sul-Sul. A alternativa, embora também com as suas limitações, é realizar uma aproximação à dimensão económica que em termos de custo cada um dos projetos e ações intercambiados em 2014 tendeu a ter.

Neste sentido, uma observação dos possíveis indicadores (custo executado ou orçamentado, para 2014 ou total; assumido pelo ofertante, o recetor ou ambos os parceiros) e dos dados realmente disponíveis no caso dos projetos (Gráfico A.II.5.A) e das ações (Gráfico A.II.5.B), sugere limitar a análise a quanto tenderam a ascender dois tipos de custos: o Orçamentado Total e o Executado em 2014, quando foram assumidos pelo ofertante.

Com efeito e tal como o Gráfico A.II.5.A do anexo sugere, o volume dos projetos mantidos em execução em 2014 que tinha associada alguma informação sobre o seu custo foi relativamente baixo e oscilou por tipologias: entre o mínimo de 3,9% dos 552 projetos quando se pretende conhecer o Custo Total Executado por ambos os parceiros, até ao máximo de 32,4% quando se faz referência ao Custo Executado em 2014 pelo ofertante. No caso das ações (Gráfico A.II.5.2), os valores são inclusivamente inferiores, embora com uma menor lacuna, oscilando entre os 5,6% das ações com dados sobre o Custo Total Executado por ambos os parceiros até a um mais elevado, 13,7%, de novo relativo ao Custo Executado em 2014 pelo país que exerceu o papel de ofertante.

Assim, no caso dos projetos e tendo em conta dois indicadores para os quais dispomos de mais dados (o Custo Executado em 2014 e o Custo Total Orçamentado por parte do ofertante - informação para quase um terço do total dos 552 projetos, com 32,4% e 29,5%, respetivamente), elaboraram-se os Gráficos II.8.A e II.8.B. Nestes, os projetos para os quais se conhecem os dados sobre o custo distribuíram-se conforme o intervalo de valor ao qual pertenciam.

Da sua observação depreende-se que:

- a) Numa de cada quatro ocasiões, o Custo Total Orçamentado assumido pelo ofertante situou-se abaixo dos 20.000 dólares. Na verdade, a maioria, cerca de metade dos projetos (48,4%), registaram um custo superior; entre os 50.000 e os 100.000 dólares e entre os 100.000 e os 200.000, numa proporção respetiva de três para dois. Entretanto, 15,7% dos projetos registou um orçamento total intermédio a cargo do ofertante, entre 20.000 e 50.000 dólares, ao mesmo tempo que pouco mais 10% se situou em valores muito superiores, entre 200.000 e 500.000 dólares (8,5%) e acima de meio milhão (3,3%).
- b) Por sua vez e tal como era de esperar, os valores associados ao Custo Executado em 2014 pelo ofertante situaram-se em intervalos de valores inferiores aos orçamentados totais. Assim, mais de metade dos projetos (57,5%) exigiram execuções financeiras inferiores a 10.000 dólares: 42% destes oscilaram entre os 5.000 e os 10.000; outros 34% entre os 2.000 e os 5.000; e os últimos 24% abaixo dos 2.000 dólares. Entre os restantes projetos, destacaram-se os que representaram desembolsos superiores aos anteriores, entre 10.000 e 20.000 dólares (20,4% do total) e entre 20.000 e 50.000 (outros 18,6%). Um menor número (3,6%) situou-se acima dos 50.000 dólares.
- c) Tendo em conta estas tendências, a representatividade dos dados, e obviando aqueles que mais podem distorcer o resultado final (acima dos 500.000 no caso do orçamento total e dos 50.000 no do executado em 2014), podemos fazer uma aproximação ao custo médio dos projetos. Neste sentido, e ainda com cautela, os cálculos sugerem que o Custo Total Orçamentado assumido pelo ofertante nos projetos de 2014 tendeu a situar-se nos 81.567 dólares, enquanto que o Custo Executado nesse mesmo ano pelo país que exerceu como ofertante representou um valor inferior, de 11.259 dólares.

Custo e valor da Cooperação Sul-Sul: a experiência ibero-americana

QUADRO II.5

A medição do custo e do valor são duas formas inter-relacionadas, embora muito diferentes, de nos aproximarmos à dimensão económica da Cooperação Sul-Sul. Neste sentido, a partir de 2007, coincidindo com a primeira edição do Relatório da Cooperação Sul-Sul e, muito especialmente a partir de 2010, quando se implementou o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), o espaço ibero-americano tem vindo a trabalhar nestas duas formas de dimensionar a Cooperação Sul-Sul. Na verdade, entre 2007 e a atualidade, podemos identificar quatro etapas de debate e trabalho em torno desta. Mais especificamente:

- 1) Na primeira etapa, compreendida entre 2007 e 2010, a Ibero-América manteve um intenso debate à volta da possível medição económica da Cooperação Sul-Sul. Tentava estabelecer uma posição coletiva e, de alguma forma, orientar o modo como os conceitos de custo e valor iam ser tratados na ferramenta através da qual se lhes ia dar visibilidade: o Relatório da Cooperação Sul-Sul. Deste debate, devemos destacar duas questões:
 - a. Em primeiro lugar e em coerência com os princípios e critérios que os Responsáveis de Cooperação Ibero-Americana assumiram, associados à prática da Cooperação Sul-Sul na região, os países acordaram na importância de abordar este debate. Assim, e conforme se refere no primeiro capítulo da edição de 2009 deste Relatório, o facto de que se trate de uma cooperação na qual os recursos humanos são mais relevantes do que os financeiros; executada habitualmente por especialistas e técnicos pertencentes às administrações públicas nacionais que não recebem honorários adicionais pelos intercâmbios nos quais participam; e que tem entre as suas vantagens a de se tratar de uma cooperação de baixo custo relativo, alto impacto e constatada eficácia e eficiência, torna a tentativa de medir tanto o custo quanto o valor em algo importante: o primeiro, porque orienta para o quanto se executa mas também, por exemplo, sobre a eficiência; o segundo, sempre superior ao custo, porque permite acrescentar a este questões tão críticas num contexto de mobilização de recursos humanos e transferência de conhecimentos como podem ser o investimento em formação ou o impacto que se pode produzir.
 - b. Em segundo lugar e para qualquer dos dois indicadores, tinham de ser tidas em conta as dificuldades técnicas com que a sua medição se iria depara: quer em termos de desenvolvimento das fórmulas pertinentes quer da disponibilidade efetiva dos dados necessários para a sua posterior aplicação e uso. Assim:
 - i. Aceitou-se que a fórmula do custo era mais fácil de desenvolver, mas que havia dificuldades na produção dos dados, algo que por seu lado se relacionava com as manifestas lacunas que havia entre os países da região em termos de sistemas de gestão da informação.
 - ii. Por sua vez, desenvolver uma fórmula de valorização (que, nesse caso e se assim ficasse decidido, pudesse ser também partilhada e aceite por todos os países) acarretava grandes dificuldades, pois exigia definir previamente, entre outros, a que se devia efetivamente atribuir um valor; a que tarifa ou preço; com que critério metodológico; ou com que unidade monetária. Uma vez decididas estas questões, era necessário considerar também a disponibilidade dos novos dados.
- 2) Conforme o atrás mencionado, a segunda etapa (2010-2012) corresponde àquela na qual se apostou por desenvolver diferentes definições que ajudassem a medir o custo da Cooperação Sul-Sul. Entretanto, de momento adiou-se a relativa ao valor, um âmbito no qual se acordou limitar ao conhecimento e intercâmbio das experiências que a título individual pudessem ir sendo desenvolvidas pelos vários países. Neste sentido e conforme se apresentou nas diferentes edições do Relatório da CSS publicados nesses anos, bem como no documento do PIFCSS “Gerando Indicadores para a Cooperação Sul-Sul. Um olhar a partir da experiência ibero-americana”, a região avançou para a definição dos custos orçamentados e executados da Cooperação Sul-Sul, bem como para a recolha da informação correspondente que, mesmo assim, continuou a ser significativamente parcial e incompleta. Ao longo desta etapa, a experiência do México também foi considerada como uma referência a nível regional.
- 3) Na terceira, entre 2012 e 2015, continuou-se a progredir, por um lado, no registo dos custos e, por outro, na sua cada vez maior aplicação e uso para conhecer diferentes aspetos do comportamento da Cooperação Sul-Sul. Com efeito e também graças ao trabalho que este espaço realizou no âmbito da produção de indicadores construídos a partir do uso de dados sobre custos, as edições de 2013, 2014 e 2015 do Relatório da CSS, analisaram com mais profundidade novos aspetos da Cooperação Sul-Sul, tais como, entre outros, a eficácia e a eficiência no uso dos recursos ou o grau de responsabilidade partilhada. No entanto, essa análise continuou a deparar-se com uma importante falta de dados (apenas 30% dos projetos de CHSS Bilateral têm dados sobre o custo), algo que limitou a interpretação dos resultados obtidos. Para atenuar a falta de dados, embora apenas como solução parcial, recorreu-se à aplicação de técnicas estatísticas que otimizam a aplicação dos indicadores.
- 4) Finalmente, durante o biénio 2015-2016, apostou-se em continuar a melhorar o registo dos custos e a avançar no seu uso e aplicação para um melhor conhecimento da CSS, a partir do recurso aos indicadores e às técnicas estatísticas pertinentes. Além disso, começaram-se também a dar novos passos em torno da possibilidade de se produzirem fórmulas de valorização da Cooperação Sul-Sul. Salienta-se a este propósito o trabalho realizado pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. Nesta etapa, o PIFCSS realizou dois diagnósticos: um relativo ao estado desta questão na região; e outro que aprofunda três experiências concretas muito avançadas, como são as do Brasil, Chile e México. Os resultados de ambos os diagnósticos foram apresentados em conjunto os países num workshop realizado em Cartagena das Índias (Colômbia), nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2016.

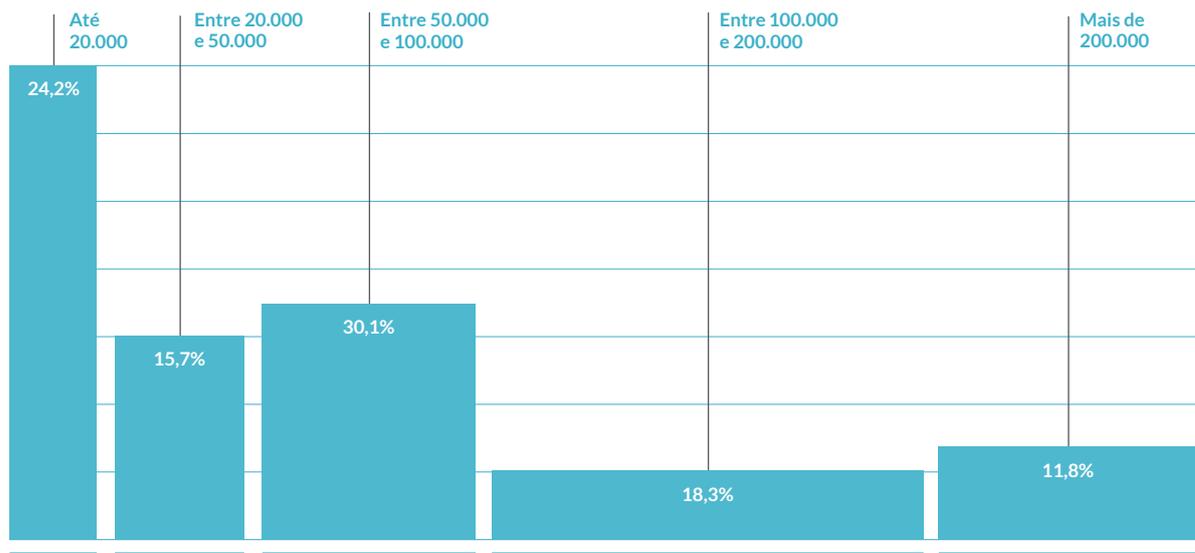
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Distribuição de projetos, conforme o Custo Total Orçamentado e os Custos Executados em 2014 pelo país que exerce o papel de ofertante. 2014

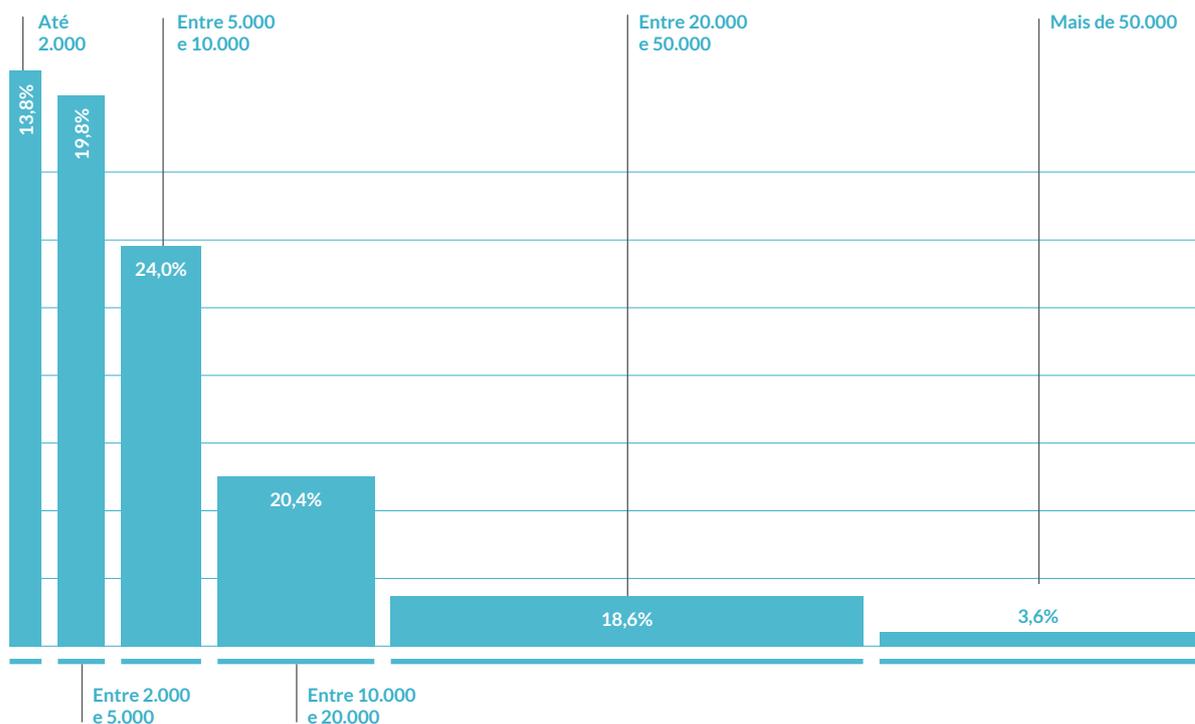
GRÁFICO II.8

Custo, em dólares; participação, em percentagem

II.8.A. Custo Total Orçamentado



II.8.B. Custo Executado em 2014



Um exercício análogo foi realizado quando a CHSS Bilateral se instrumentalizou através das ações, mas só para o caso do Custo Executado em 2014 por parte do país ofertante. Os resultados apresentam-se no Gráfico A.II.6 do anexo e sugerem que a maior parte das ações intercambiadas na Ibero-América em 2014 (54,0%) exigiram mobilizar recursos até 2.000 e entre 2.000 e 5.000 dólares e que cerca de 19% representaram desembolsos entre 5.000 e 20.000 dólares; enquanto que 27% das ações se situaram em valores superiores e distribuídos em proporções semelhantes dentro de três intervalos de custo: entre 20.000 e 50.000; entre 50.000 e 100.000; e acima de 100.000 dólares. Estes resultados estão, no entanto, muito condicionados pela sua baixa representatividade, pois tal como já se avançou, apenas conseguiram explicar o que aconteceu com 13,7% do total das 333 ações.

Alternativamente, podemos também medir a dimensão temporal dos projetos e das ações de CHSS Bilateral sabendo quanto tempo decorreu do início da atividade até à finalização da iniciativa em questão. Tal como sugerem os Esquemas A.II.1 e A.II.3 do anexo, para este exercício exigia-se que as iniciativas a analisar tivessem simultaneamente associados os dados relativos às datas de início e finalização, algo que em 2014 aconteceu com 67,4% dos projetos e 93,1% das ações.

Assim, os Gráficos II.9.A e II.9.B mostram as respetivas distribuições dos projetos e ações intercambiados pelos países ibero-americanos em 2014, conforme o tempo médio que tendeu a passar entre o início e o fim da sua execução. Da sua observação depreende-se que:

a) A maior parte dos projetos (50,9%) manteve-se (ou manter-se-á)¹⁵ em execução durante um período que oscila entre um mínimo de um ano e um máximo de dois anos e meio. Na verdade, a proporção de projetos aumenta à medida que se tende para uma duração maior, pois, no âmbito destes projetos, 22,2% duram entre um ano e um ano e meio; 34,6% entre um ano e meio e dois; e uma percentagem mais elevada de 38,2%,

entre dois anos e dois anos e meio. Os projetos que terminaram antes de um ano e meio foram também em menor número (12,2% do total). Um valor semelhante, mas algo superior (de 14%), representam os projetos que prolongaram a sua atividade entre dois anos e meio e três anos. Finalmente, calcula-se que uns assinaláveis 22,7% dos projetos se alargam por mais de três anos e meio (13,6%) e inclusivamente 5 anos (9,1%).

b) Entretanto, a maior parte das ações (60,4%) exigiram um período de execução breve, entre um e dois dias (30,4%) e entre 3 e 5 dias (outras 30,0%). 18,2% das ações alargaram-se durante mais de seis dias, mas sem alcançar o mês de duração. Entre um mês e um ano, concentraram-se 7,4% das ações. Chamam a atenção, certamente pelas suas ligações a ações que consistem em cursos de maior duração, que as restantes 14% prolongassem a sua atividade entre um e dois anos (10,0%) e inclusivamente durante um período superior aos dois anos (outras 4,1%).

c) Eliminando de novo os valores mais anómalos e tomando como referência 96,8% dos projetos para os quais contamos com ambas as datas, bem como 95,9% das ações com esses mesmos dados, podemos calcular o tempo médio de execução de cada iniciativa: 2,3 anos, no caso dos projetos; 53 dias (cerca de dois meses), no das ações. Uma comparação desses valores médios sugere também que, tal como era de esperar, projetos e ações correspondem a instrumentos de cooperação de dimensões diferentes, maior para os projetos e menor para as ações.

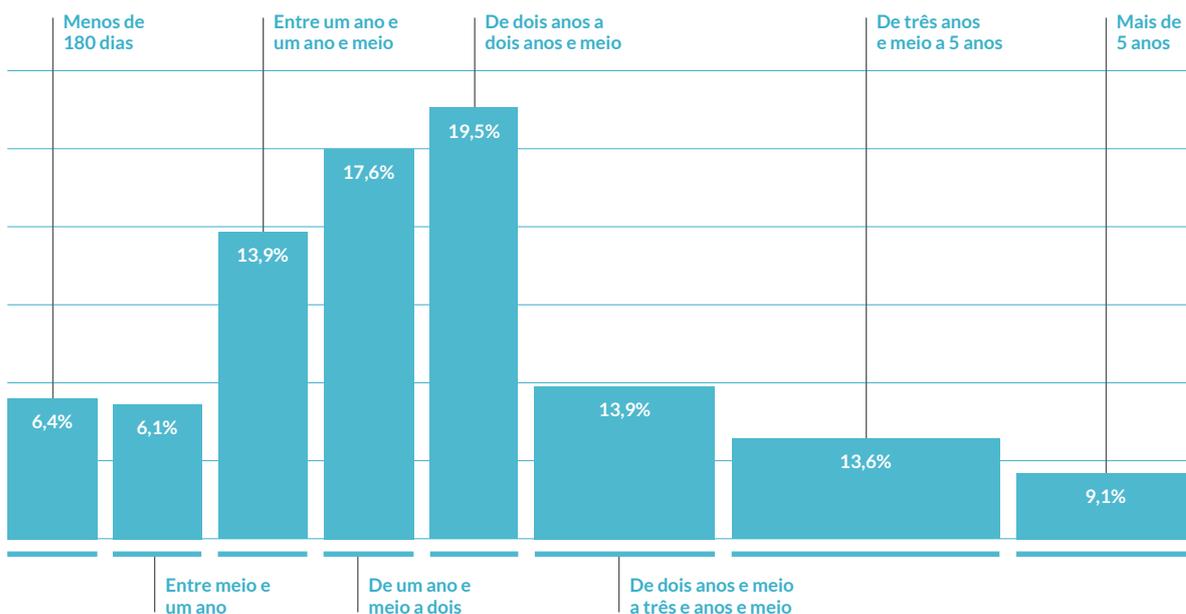
¹⁵ Em toda esta análise devemos ter em conta que a data de finalização nem sempre é real, mas que muitas vezes se trata de uma data futura, que ainda não passou, e que foi estimada pelos responsáveis da iniciativa em questão.

Distribuição de projetos e ações conforme a média de duração medida a partir do tempo decorrido entre as datas de início e finalização da atividade. 2014

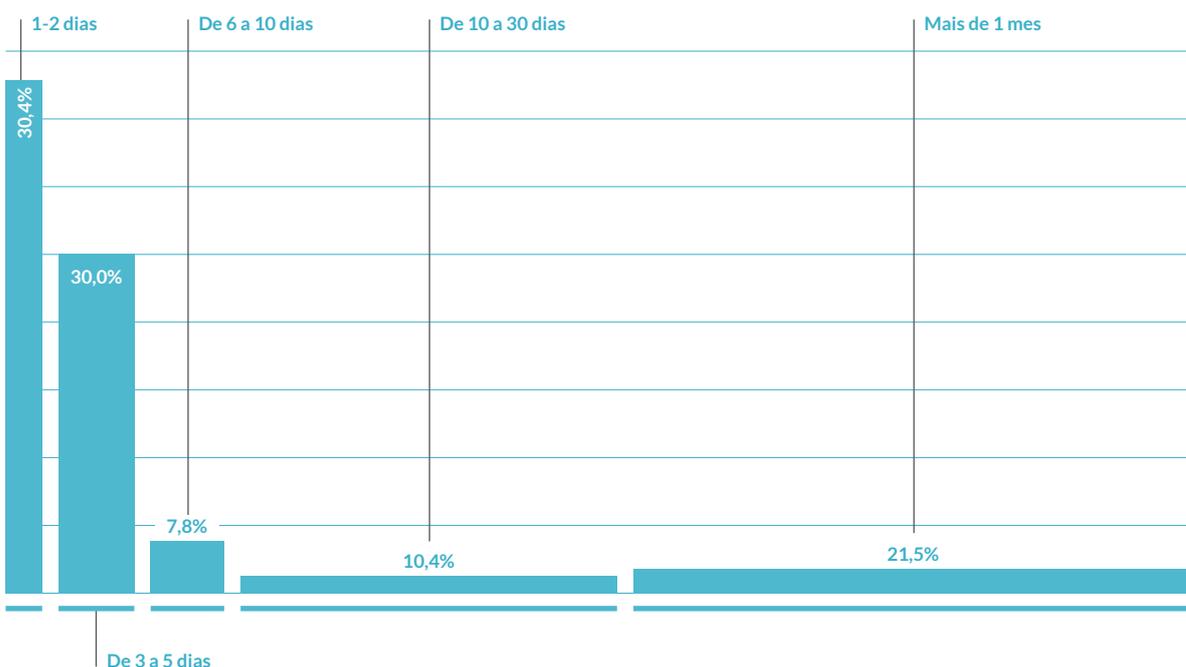
GRÁFICO II.9

Em percentagem

II.9.A. Projetos



II.9.B. Ações



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

II.5.2 EFICIÊNCIA

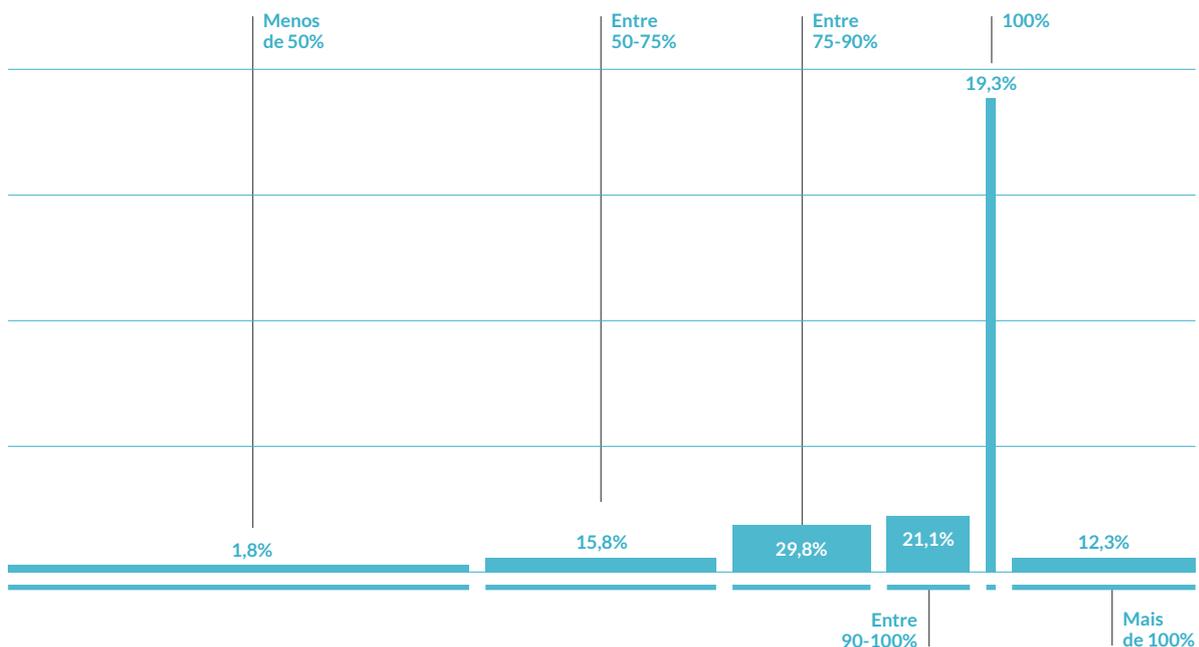
Outro aspeto que é interessante conhecer relativamente ao comportamento da Cooperação Sul-Sul é quão eficiente foi a sua gestão e implementação. A esse respeito, há duas possíveis fórmulas de medição, que uma vez mais adotam uma perspetiva dupla, económica e temporal. Em concreto:

- a) Por um lado, a relação que existe entre o custo orçamentado por projeto (ou ação) e o que foi efetivamente executado, que é indicativo da *eficiência* com que se usaram os recursos financeiros. Mais concretamente, os valores que se apresentam indicam coisas diferentes conforme sejam inferiores, iguais ou superiores à unidade (ou a 100%), sugerindo, respetivamente, uma subexecução relativamente ao orçamentado, uma despesa plenamente equivalente à prevista ou um desembolso adicional acima do planificado.

Distribuição dos projetos conforme o grau de execução do Custo Orçamentado pelo ofertante para o ano 2014

GRÁFICO II.10

Em percentagem



b) Por outro lado, ao combinar as datas de aprovação e de início, podemos calcular que tempo tendeu a passar entre a altura em que as várias iniciativas foram aprovadas e aquela em que a sua atividade se iniciou. Neste caso, o menor ou maior valor obtido é indicativo da celeridade ou *eficiência* com que se passou a implementar a cooperação.

Conforme o atrás mencionado, a primeira aproximação à eficiência com a qual a Cooperação Sul-Sul intercambiada pelos países ibero-americanos em 2014 foi gerida, realiza-se a partir de uma perspetiva económica. Para isso, tomam-se os dados mais representativos, correspondentes ao volume de projetos e ações para os quais se conta simultaneamente com os dois dados requeridos: neste caso, o custo executado e o orçamentado para um mesmo período de referência. Assim, no caso dos projetos, a maior representatividade possível afeta o custo executado e orçamentado pelo ofertante em 2014, dois dados que se encontram associados a 11,4% dos 552 projetos de 2014. No caso das ações, o grau de representatividade conseguido é inclusivamente inferior e afeta apenas 6,6% das 333 ações registadas em 2014.

Tendo em conta estes dados e assumindo as suas limitações, o exercício só se realiza para o caso dos projetos. Neste sentido, o Gráfico II.10 distribui os

projetos possíveis conforme o grau de execução do custo que o ofertante orçamentou para 2014. A sua observação sugere que a grande maioria dos projetos (87,7%) não precisaram de um desembolso mais elevado do que o inicialmente previsto para executar todo o ciclo de atividade. Em concreto:

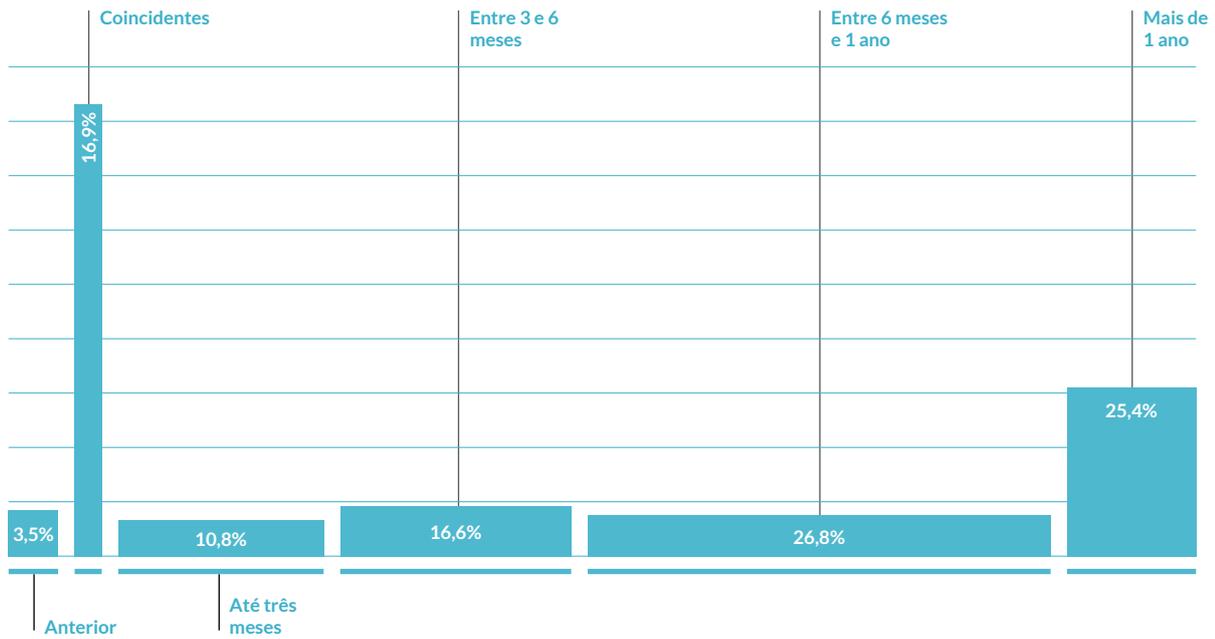
- a) Em dois terços dos projetos, tendeu-se a gastar entre 50% e cerca de 100% do custo inicialmente orçamentado. De facto, em 23,7% destes projetos, o custo executado representou entre 50% e 75% do orçamento; em 31,6% dos casos, entre 90% e 100%; e numa maioria de 44,7%, entre 75% e 90%. Entretanto, a execução abaixo dos 50% foi mínima, afetando apenas 1,8% dos projetos. Igualmente, em praticamente um de cada cinco projetos analisados, o custo executado coincidiu plenamente com o que se tinha orçamentado e só em um de cada 10 (equivalentes a 12,3%), foi necessário desembolsar recursos acima do orçamento inicial.
- b) Usando a mesma informação e calculando o valor médio do rácio entre o custo que o ofertante executou efetivamente em 2014 e o que tinha orçamentado por projeto, obtém-se que o grau de execução tendeu a situar-se muito próximo dos 100% (num elevado 98,4%), o que sugere que os desembolsos realizados tenderam a equivaler aos previstos.

Distribuição de projetos e ações conforme o tempo decorrido entre a data de aprovação e a de início de atividade. 2014

GRÁFICO II.11

Em percentagem

II.11.A. Projetos



II.11.B. Ações



Além disso, a análise em torno da eficiência completa-se a partir de uma perspectiva temporal, neste caso, conhecendo o tempo que em média tendeu a decorrer entre a data em que a iniciativa foi aprovada e aquela em que efetivamente se iniciou a atividade. A necessidade de contar para cada uma destas iniciativas com as duas datas mencionadas, faz com que o grau de representatividade da análise afete 66,5% dos projetos e 45,5% das ações (Esquema A.II.3 do anexo). Não obstante, e tendo em conta o atrás mencionado, elaboraram-se os Gráficos II.11.A e II.11.B, os quais mostram a respetiva distribuição de projetos e ações, desta vez conforme o tempo decorrido entre a sua aprovação e a efetiva implementação. Assim:

- a) Na maior parte dos projetos (43,4%), o início de atividade verificou-se entre três e doze meses depois da sua aprovação (em 40% destes entre 3 e 6 meses; em 60% entre seis meses e um ano). Mais de uma quarta parte (27,0%) demoraram menos tempo a começar, pois foram iniciados quer coincidindo com a sua aprovação (16,9% do total), quer sem terem passado mais de três meses (10,8%). Entretanto, um de cada cinco projetos iniciou-se mais tarde, quando já tinha passado entre um e dois anos a partir da sua aprovação. Finalmente, em menor número, situaram-se os projetos iniciados antes da sua formalização (3,5%) ou que atrasaram o seu início em mais de 2 anos (6,4%).
- b) No que se refere às ações, a maioria (60%) iniciou a sua execução quer nos três meses seguintes (metade delas), quer durante o período decorrido entre os seguintes 3 e 12 meses (a outra metade). No entanto, praticamente 3 de cada 10 ações registaram datas coincidentes, o que significa que se iniciaram no mesmo dia em que foram aprovadas. De novo em menor número, encontram-se aquelas que iniciaram a atividade antes de serem formalizadas (1,5%) ou que demoraram mais de um ou dois anos a iniciar-se (5,3% e 3,0%, respetivamente).

II.5.3. RESPONSABILIDADE PARTILHADA

Uma forma de nos aproximarmos ao grau de responsabilidade partilhada que se associou às iniciativas de Cooperação Sul-Sul intercambiadas pelos países ibero-americanos em 2014, é calculando que proporção de qualquer item de custo (executado ou orçamentado) foi assumido por cada um dos parceiros participantes. O resultado é indicativo do modo como o ofertante e o recetor dividiram as responsabilidades, pelo menos em termos financeiros.

Para isso, é necessário que a informação relativa ao item do custo escolhido esteja simultaneamente disponível para o caso do ofertante e do recetor. Neste sentido e depois da revisão da informação efetivamente disponível, o custo que oferece maior cobertura é o orçamentado total, que mesmo assim apenas se refere a 10,7% dos 552 projetos intercambiados na região em 2014. Não obstante, e para mostrar o potencial deste exercício, elaborou-se o Gráfico II.12.

Neste Gráfico, o custo total de 10,7% dos projetos analisados, organizou-se do menor valor (600 dólares) até ao mais elevado (172.000 dólares), de baixo para cima de forma crescente, em torno do eixo vertical, situado no centro da figura. Do lado esquerdo do referido eixo, ficou a parte do Custo Total Orçamentado assumido pelo país que exerceu o papel de ofertante; do lado direito, o assumido pelo recetor. Da sua leitura depreende-se o seguinte:

- a) Na maior parte dos casos (cerca de 80%), a proporção do custo orçamentado para todo o ciclo de atividade assumido pelo ofertante foi igual ou superior ao do recetor.

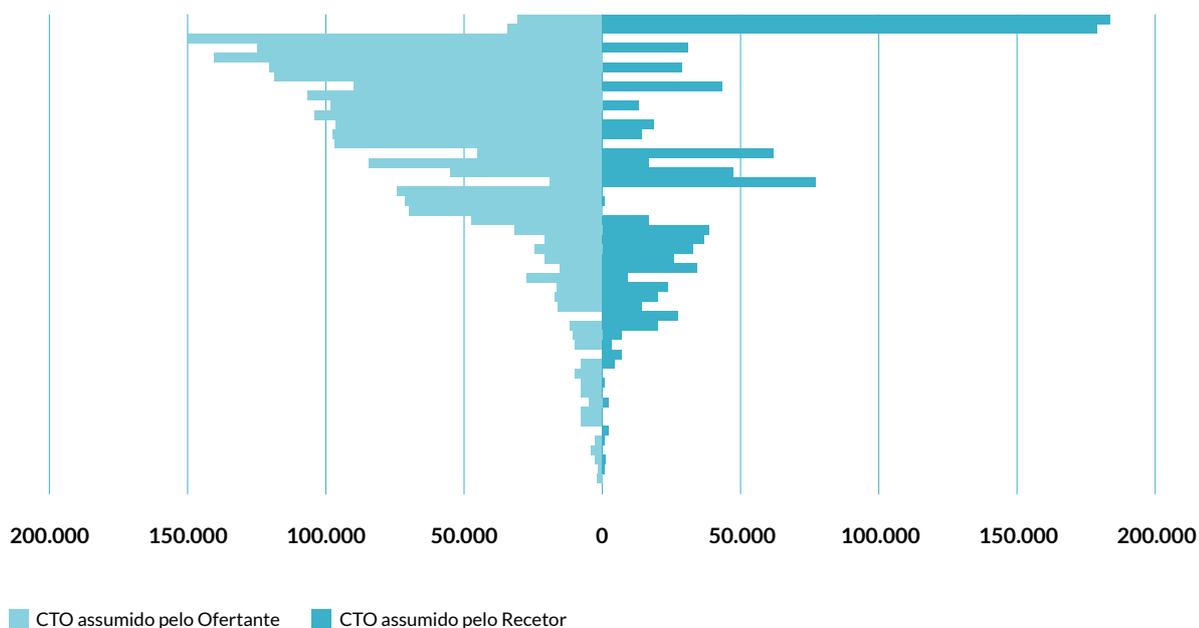
b) A proporção do custo assumido por esse mesmo ofertante tendeu a aumentar à medida que o valor total orçamentado cresceu. A modo de ilustração, quando o orçamento se situou nos 700 dólares, a distribuição do custo tendeu a ser de 3 para o recetor e 7 para o ofertante; enquanto que, quando o valor total ascendeu

a 145.000 dólares, essa proporção passou a ser de 2 para 8 para o recetor e o ofertante, respetivamente. Houve, no entanto, exceções a esse padrão de comportamento, especialmente nos valores que se aproximam dos 200.000 dólares, nos quais se registaram proporções de 80 para 20, mas desta vez a favor do recetor.

Distribuição do Custo Total Orçamentado entre os dois parceiros do projeto. 2014

GRÁFICO II.12

Em dólares



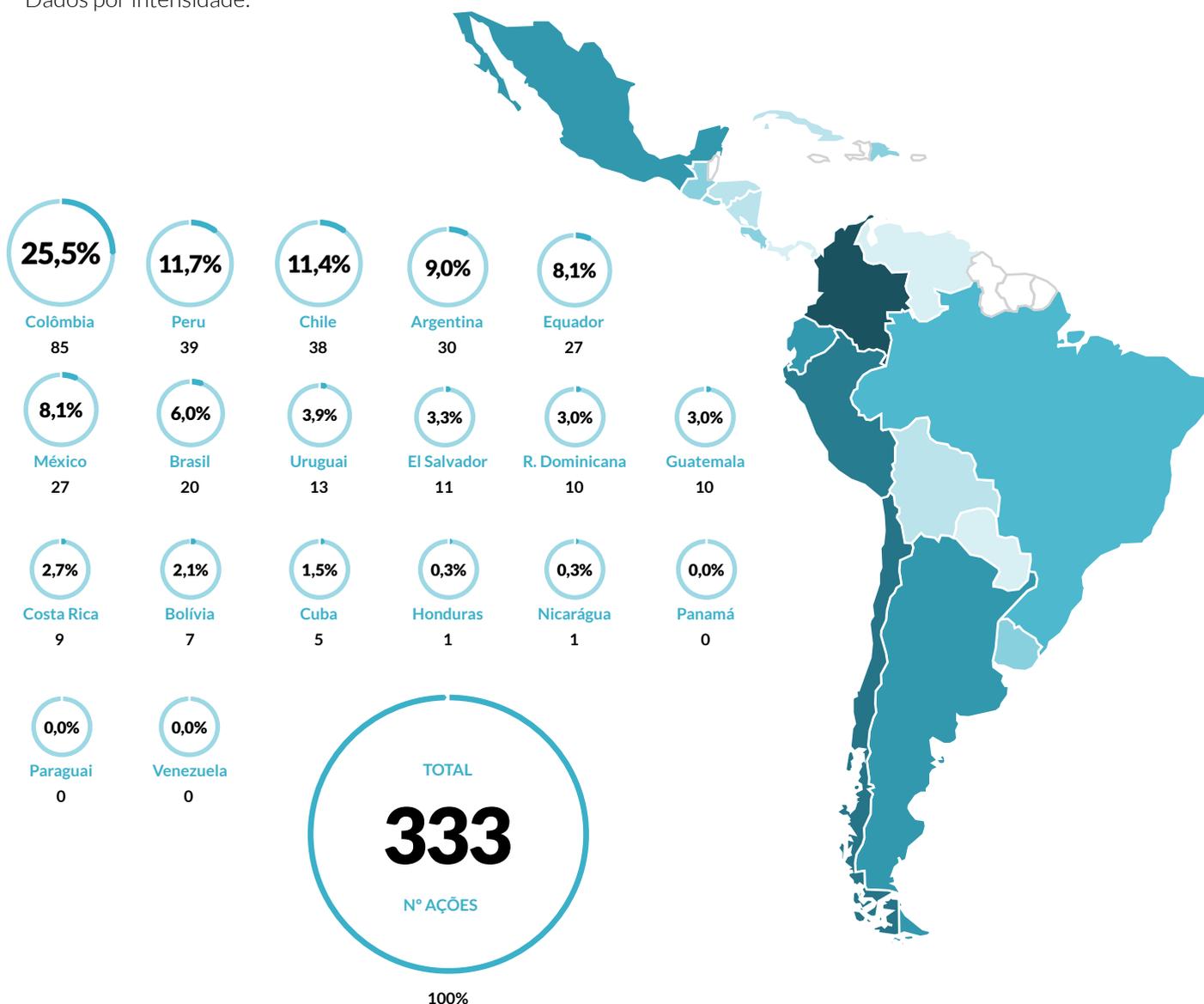
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ANEXO II

Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme o papel. 2014

MAPA A.II.1

A.II.1.A. Conforme o ofertante
Dados por intensidade:



Legenda. Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2014

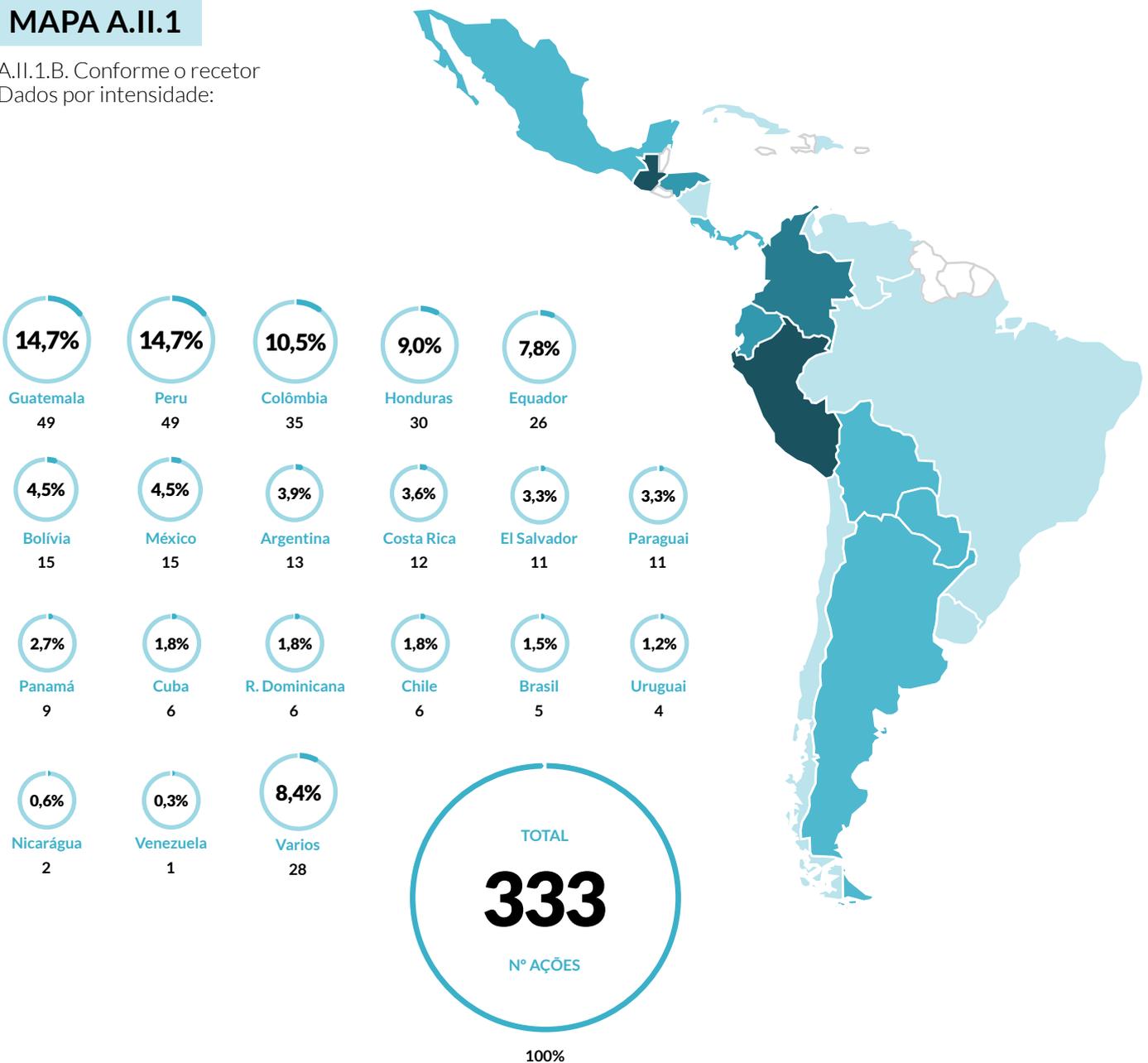
%
País
Nº Ações

- Não se registam ações
- Entre 0,1% e 2,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Mais de 12,6%

Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme o papel. 2014

MAPA A.II.1

A.II.1.B. Conforme o receptor
Dados por intensidade:



Legenda. Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2014

País
Nº Ações

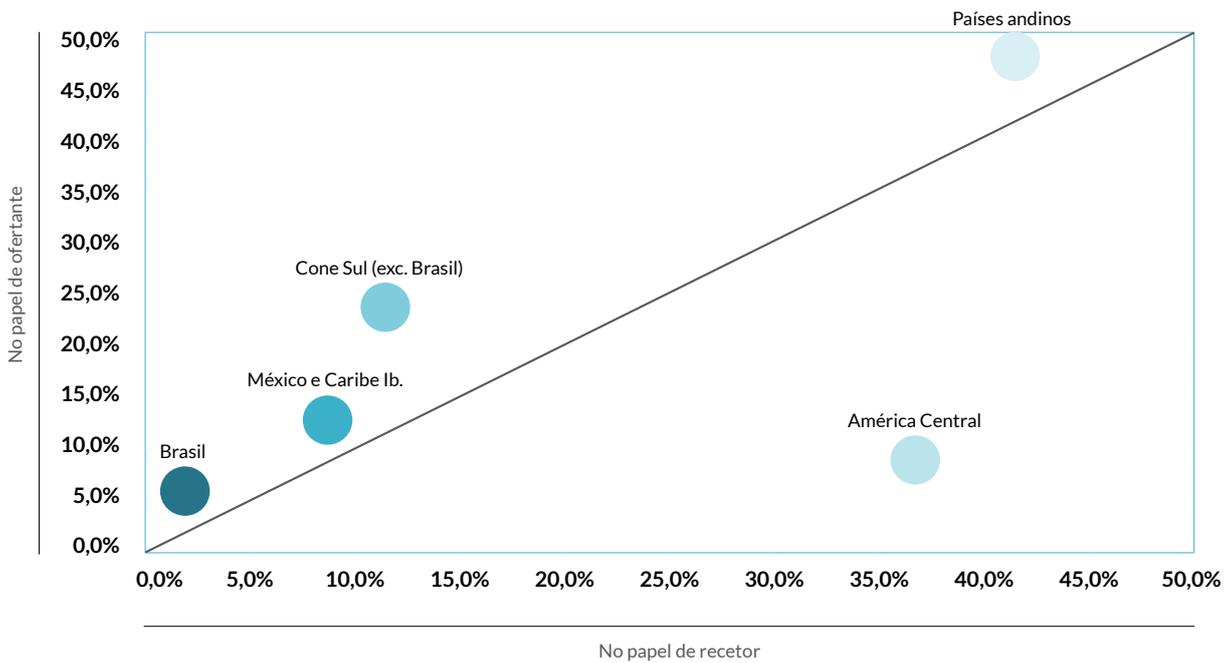
Não se registam ações
Entre 2,6% e 5,0%
Entre 7,6% e 10,0%
Mais de 12,6%

Entre 0,1% e 2,5%
Entre 5,1% e 7,5%
Entre 10,1% e 12,5%

Distribuição das ações de CHSSR, conforme a sub-região e o papel. 2014

GRÁFICO A.II.1

Participação, em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Classificação dos setores de atividade utilizada no espaço ibero-americano

TABELA A.II.1

Dimensão setorial	Setor de atividade	Descrição	
Social	Educação	De básica a universitária. Inclui: políticas educativas, investigação, formação de professores, formação profissional, outros.	
	Saúde	Geral e básica. Política de saúde, serviços médicos, cuidados básicos de saúde, investigação médica, saúde pós-reprodutiva e nutrição básica, infraestruturas de saúde, educação em saúde, formação de pessoal da saúde, outros.	
	População e saúde reprodutiva	Programas e políticas sobre população, migrações, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, luta contra as DST, formação específica e outros.	
	Abastecimento e saneamento de água	Política de recursos e resíduos hídricos, fornecimento e potabilização, desenvolvimento de bacias fluviais, formação e outros.	
	Outros serviços e políticas sociais	Serviços e políticas sociais, políticas de habitação, políticas dirigidas aos deficientes e outros.	
Económica	Infraestruturas e Serviços Económicos	Energia	Produção e fornecimento. Política de energia, produção de energia, distribuição de gás, centrais térmicas, hidroelétricas, energia solar, biocombustíveis, investigação sobre energia e outros.
		Transportes e armazenamento	Política de transportes, transportes por estrada, caminhos-de-ferro, marítimo-fluviais, aéreos, armazenamento e outros
		Comunicações	Política de comunicações, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologias da informação e das comunicações e outros.
		Ciência e Tecnologia	Desenvolvimento científico e tecnológico, apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia e outros.
		Banca e finanças	Política financeira, instituições monetárias, ensino de serviços financeiros e outros.
		Emprego	Política de emprego e outros.
		Empresas	Serviços e instituições de apoio às empresas, desenvolvimento de PME, privatizações, fortalecimento de processos de concorrência e outros.
	Setores de Produção	Extrativos	Exploração e extração de recursos minerais e energéticos. Planificação e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais e outros.
		Agricultura	Política agrária, terras aráveis, reforma agrária, soberania alimentar, criação de gado, desenvolvimento agrário alternativo, saúde animal e vegetal, cooperativas agrícolas.
		Silvicultura	Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação sobre silvicultura e outros.
		Pescas	Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação e outros.
		Construção	Política de construção.
		Indústria	Política industrial, indústrias por setores e outros.
		Turismo	Política de turismo.
Fortalecimento Institucional	Comércio	Política e regulamentação de comércio externo. Acordos comerciais regionais, negociações comerciais multilaterais e outros.	
	Governo	Política e administração pública, Gestão de finanças públicas, Descentralização e apoio a níveis de governo diferentes do central, Desenvolvimento legal, judicial e segurança pública, Participação política, Direitos Humanos, Segurança nacional e defesa.	
Ambiente	Sociedade civil	Apoio e fortalecimento da sociedade civil.	
	Ambiente	Proteção do ambiente, políticas ambientais, biodiversidade, investigação ambiental e outros.	
Outras dimensões	Gestão de desastres	Intervenções operacionais que se realizam nas diferentes etapas de um desastre (Prevenção, Preparação, Mitigação, Ajuda de emergência, Reabilitação e Reconstrução)	
	Cultura	Cultura, lazer, bibliotecas, museus e outros.	
	Género	Programas e projetos que relacionam a mulher com o desenvolvimento. Fomento e apoio a grupos e organizações de mulheres.	
	Outros	Fomento de diversos modelos de desenvolvimento rural, urbano, alternativo não agrário, comunal e outros.	

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme as dimensões de atividade. 2014

MATRIZ A.II.1

Unidades

A.II.1.A. Dimensão social

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																			
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto			Total	
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina	Chile		Uruguai
PRM-Baixo	Bolívia																				
	El Salvador													1							
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																				
PRM-Alto	Brasil	2	9	4	7	4	5		2	4	2	4	1	5	4		3+(1)		6	63	
	Colômbia	3		1	4														0+(1)	9	
	Costa Rica																				
	Cuba		7			1	3			1									2	14	
	Equador																				
	México	2	1	2	1	1	2											0+(1)	2	16	
	Panamá																				
	Paraguai																				
	Peru						1											1		2	
	R. Dominicana																				
Venezuela																					
PR-Alto	Argentina	7	6		1	3	0+(1)	1	2		1	0+(1)		1	4				0+(1)	29	
	Chile	3			1			2	2		1		1	1	1	1			0+(1)	14	
	Uruguai	3	2					1+(1)	2		3	0+(4)		1				0+(1)	1+(1)	20	
Total		20	25	7	14	9	4	13	6	2	10	7	5	4	11	5	0	7	4	15	168

**Projetos de Cooperação
Horizontal Sul-Sul Bilateral,
conforme as dimensões de
atividade. 2014**

MATRIZ A.II.1

Unidades

A.II.1.B. Dimensão Económica. Infraestruturas e serviços

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto				
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai
PRM-Baixo	Bolívia																			0	
	El Salvador																			0	
	Guatemala																			0	
	Honduras																			0	
	Nicarágua																			0	
PRM-Alto	Brasil			1				1	1	2			1	4			2	1	1	14	
	Colômbia	1	1					1						2	1		1+(1)		1	9	
	Costa Rica										0+(1)									1	
	Cuba																			0	
	Equador		1											0+(1)						2	
	México		2						4+(1)									2		9	
	Panamá																			0	
	Paraguai																			0	
	Peru										0+(1)							0+(1)		2	
	R. Dominicana																			0	
	Venezuela																			0	
PR-Alto	Argentina	3	1	1		1		0+(1)	3				1	0+(1)				0+(1)		13	
	Chile																0+(1)			1	
	Uruguai								1											1	
Total		4	5	2	0	1	0	1	7	5	3	1	0	2	8	1	0	6	4	2	52

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme as dimensões de atividade. 2014

MATRIZ A.II.1

Unidades

A.II.1.C. Dimensão Económica. Setores de Produção

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto				
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai
PRM-Baixo	Bolívia																				
	El Salvador																				
	Guatemala			0+(1)																	1
	Honduras																				
	Nicarágua																				
PRM-Alto	Brasil	3	1	1	4	2			5	1	2	3		5+(1)	4	1	1			34	
	Colômbia	1							2				2	1	2		2			10	
	Costa Rica		2								1+(4)	0+(1)					1			9	
	Cuba		2																	2	
	Equador							1												1	
	México	2	4	1+(1)	3	1	4		4+(4)	3	1		2				1+(1)	2	0+(1)	35	
	Panamá		1					0+(1)												2	
	Paraguai																				
	Peru	1					0+(1)														2
	R. Dominicana																				
Venezuela																					
PR-Alto	Argentina	17	4	1		8		1	3	8	1	1		5	4				0+(3)	56	
	Chile				1				1		2				3				2	9	
	Uruguai	2						1	4			1					0+(3)			11	
Total		26	14	4	9	11	5	4	16	18	5	9	6	7	11	9	1	9	2	6	172

**Projetos de Cooperação
Horizontal Sul-Sul Bilateral,
conforme as dimensões de
atividade. 2014**

MATRIZ A.II.1

Unidades

A.II.1.D. Fortalecimento Institucional

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto				
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai
PRM-Baixo	Bolívia																1			1	
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																				
PRM-Alto	Brasil	1	3	1	1				1	1			1	1	1				2	13	
	Colômbia	2	1					1+(1)	0+(1)					4				1	11		
	Costa Rica		2					0+(1)											0+(1)	4	
	Cuba		1																	1	
	Equador		2					0+(1)										1	2	6	
	México	1	7						2				1		2			4		17	
	Panamá																				
	Paraguai																				
	Peru																				
	R. Dominicana																			1	
	Venezuela																				
PR-Alto	Argentina	5	5	1	2	1			1	1	1		4	2	1				24		
	Chile							1		7									1	9	
	Uruguai		1					0+(1)					2		1					5	
Total		9	22	2	3	0	1	2	6	3	10	1	1	7	7	5	0	1	5	7	92

**Projetos de Cooperação
Horizontal Sul-Sul Bilateral,
conforme as dimensões de
atividade. 2014**

MATRIZ A.II.1

Unidades

A.II.1.E. Ambiente

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																Total			
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto				
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela		Argentina	Chile	Uruguai
PRM-Baixo	Bolívia																				
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																				
PRM-Alto	Brasil						1							1					1	3	
	Colômbia			1																1	
	Costa Rica		1								1								0+(1)	3	
	Cuba		10																	10	
	Equador								1											1	
	México	1	1			1											1	1	0+(2)	7	
	Panamá																				
	Paraguai																				
	Peru						1													1	
	R. Dominicana																				
Venezuela																					
PR-Alto	Argentina	3		1																4	
	Chile			1	1				1								1			4	
	Uruguai							0+(1)			0+(2)									3	
Total		4	12	3	2		2	1	1	1	3			1			2	1	4	37	

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme as dimensões de atividade. 2014

MATRIZ A.II.1

Unidades

A.II.1.F. Outras dimensões

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, à data de 1 de julho de 2016, os países classificaram-se conforme os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita. Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 1.025 e 4.035 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.036 e 12.475 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.476 dólares). b) Em julho de 2016, o Banco Mundial desclassificou a Argentina conforme o seu RNI per capita, ficando pendente da análise das suas estatísticas nacionais. No entanto, para efeitos da matriz, toma-se a sua classificação até à referida data (País de Rendimento Alto). c) Entre parêntesis apresentam-se os projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e recetor. Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto								PR-Alto						
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai
PRM-Baixo	Bolívia																				
	El Salvador																				
	Guatemala																				
	Honduras																				
	Nicarágua																				
PRM-Alto	Brasil	1							1										0+(1)	3	
	Colômbia	2	2									1								5	
	Costa Rica		3																	3	
	Cuba		3																	3	
	Equador			1																1	
	México									1									1	2	
	Panamá																				
	Paraguai																				
	Peru		1																	1	
	R. Dominicana																				
	Venezuela																				
PR-Alto	Argentina	1						1	1	2		1						0+(3)	9		
	Chile																0+(3)		3		
	Uruguai						0+(1)												1		
Total		4	9	1			1	1	1	4		2					3	3	2	31	

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

**Ações de Cooperação
Horizontal Sul-Sul Bilateral,
conforme as dimensões
de atividade. 2014**

MATRIZ A.II.2

Unidades

A.II.2.A. Dimensão social

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto					
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina	Chile		Uruguai	Vários
PRM-Baixo	Bolívia																					
	El Salvador			1																		1
	Guatemala									0+(1)												1
	Honduras																					
	Nicarágua																					
PRM-Alto	Brasil				4												0+(1)				5	
	Colômbia			1	1			3		1	1	1	2	2+(2)					0+(1)	5	20	
	Costa Rica																					
	Cuba																					
	Equador				1		1	1						1+(3)							7	
	México			0+(1)				2													3	
	Panamá																					
	Paraguai																					
	Peru	1			4			0+(2)			0+(3)			1		1					12	
	R. Dominicana																					
Venezuela																						
PR-Alto	Argentina						0+(1)									1		2+(1)	1		6	
	Chile	1	1	2			1		1	1		1	1	3			0+(1)	1			14	
	Uruguai						0+(1)						1	1						1	4	
Total		2	1	4	11		2	7	3	1	5	2	2	5	12	1	1	2	3	3	6	73

**Ações de Cooperação
Horizontal Sul-Sul Bilateral,
conforme as dimensões
de atividade. 2014**

MATRIZ A.II.2

Unidades

A.II.2.B. Dimensão Económica. Infraestruturas e serviços

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total			
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto					
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai	Vários
PRM-Baixo	Bolívia																					
	El Salvador		1																			1
	Guatemala						0+(1)															1
	Honduras																					
	Nicarágua																					
PRM-Alto	Brasil													1							1	2
	Colômbia	1	0+(1)	1			1		1+(1)	0+(1)											2	9
	Costa Rica																					
	Cuba																					
	Equador	1					1+(1)															3
	México						0+(1)															1
	Panamá																					
	Paraguai																					
	Peru																				1	1
	R. Dominicana			1																		1
Venezuela																						
PR-Alto	Argentina									3												3
	Chile						1															1
	Uruguai		2						1						1							4
Total		1	3	3	1		4	2	1	5	1			1	1						4	27

**Ações de Cooperação
Horizontal Sul-Sul Bilateral,
conforme as dimensões
de atividade. 2014**

MATRIZ A.II.2

Unidades

A.II.2.C. Dimensão Económica. Setores de Produção

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total			
		PRM-Baixo					PRM-Alto									PR-Alto						
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai	Vários
PRM-Baixo	Bolívia													0+(1)								1
	El Salvador																					
	Guatemala						1				0+(1)				0+(1)							3
	Honduras									1												1
	Nicarágua																					
PRM-Alto	Brasil				1		1														1	3
	Colômbia							0+(2)		1	1				0+(1)			0+(1)			1	7
	Costa Rica							0+(2)							2							4
	Cuba		2																			2
	Equador	4													1						1	6
	México	2		0+(1)							3				1							7
	Panamá																					
	Paraguai																					
	Peru	0+(1)			1			1+(1)		1									0+(1)			6
	R. Dominicana			0+(1)																		1
	Venezuela																					
PR-Alto	Argentina						0+(1)							0+(1)							1	3
	Chile		1							2			1									4
	Uruguai																				1	1
Total		7	3	2	2		7	2	3	5	2		1	7	1		2			5	49	

Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme as dimensões de atividade. 2014

MATRIZ A.II.2

Unidades

A.II.2.D. Fortalecimento Institucional

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																		Total		
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto					
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina	Chile		Uruguai	Vários
PRM-Baixo	Bolívia			4										0+(2)								6
	El Salvador			7								1		1								9
	Guatemala					1					1			2								4
	Honduras																					
	Nicarágua			1																		1
PRM-Alto	Brasil				3									2+(2)			0+(1)					8
	Colômbia			10	5			2		0+(1)	1+(2)			1+(3)	3					8		36
	Costa Rica			3								1		1								5
	Cuba											1		0+(1)								2
	Equador			2				1+(1)				2		1+(1)			0+(1)	0+(1)				10
	México			4	1			0+(2)			3		1	1+(1)								14
	Panamá																					
	Paraguai																					
	Peru	1+(2)					0+(2)	0+(3)	1	0+(1)	2+(1)	0+(1)										14
	R. Dominicana		2	2	1				1			1									1	8
Venezuela																						
PR-Alto	Argentina	1			1		0+(1)	2		0+(1)	1		2	5				0+(1)		1		16
	Chile			5				1		1+(1)			1	1			0+(1)				2	13
	Uruguai							1				1	2									4
Total		4	2	38	11	1	3	12	4	1	10	7	7	5	25	3		3	2		12	150

**Ações de Cooperação
Horizontal Sul-Sul Bilateral,
conforme as dimensões
de atividade. 2014**

MATRIZ A.II.2

Unidades

A.II.2.E. Ambiente

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	Total					
		PRM-Baixo					PRM-Alto										PR-Alto							
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai	Vários		
PRM-Baixo	Bolívia																							
	El Salvador																							
	Guatemala																							
	Honduras																							
	Nicarágua																							
PRM-Alto	Brasil				1																		1	
	Colômbia	1		1	1					0+(1)				0+(1)							1		6	
	Costa Rica																							
	Cuba		1																				1	
	Equador																							
	México						0+(1)							0+(1)									2	
	Panamá																							
	Paraguai																							
	Peru						0+(1)				0+(1)												2	
	R. Dominicana																							
Venezuela																								
PR-Alto	Argentina				1																		1	
	Chile					1												1					2	
	Uruguai																							
Total		1	1	1	3	1	2			2				2			1			1		15		

Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, conforme as dimensões de atividade. 2014

MATRIZ A.II.2

Unidades

A.II.2.F. Outras dimensões

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, à data de 1 de julho de 2016, os países classificaram-se conforme os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita. Nesta base, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 1.025 e 4.035 dólares), Rendimento Médio Alto (entre 4.036 e 12.475 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.476 dólares). b) Em julho de 2016, o Banco Mundial desclassificou a Argentina conforme o seu RNI per capita, ficando pendente da análise das suas estatísticas nacionais. No entanto, para efeitos da matriz, toma-se a sua classificação até à referida data (País de Rendimento Alto). c) Entre parêntesis apresentam-se os projetos que foram declarados pelos países como “bidirecionais”. Nesses casos, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e recetor.

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECETORES																	Total				
		PRM-Baixo					PRM-Alto									PR-Alto							
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina		Chile	Uruguai	Vários	
PRM-Baixo	Bolívia																						
	El Salvador																						
	Guatemala						1																1
	Honduras																						
	Nicarágua																						
PRM-Alto	Brasil						1																1
	Colômbia	1	1					1		1	0+(1)						0+(1)		1				7
	Costa Rica																						
	Cuba																						
	Equador													1									1
	México							0+(1)															1
	Panamá																						
	Paraguai																						
	Peru																	1	0+(1)				4
	R. Dominicana																						
Venezuela																							
PR-Alto	Argentina							0+(1)															1
	Chile														0+(1)			2					3
	Uruguai																						
Total		1	1	2			4	1		1	1			2			4	1	1			19	

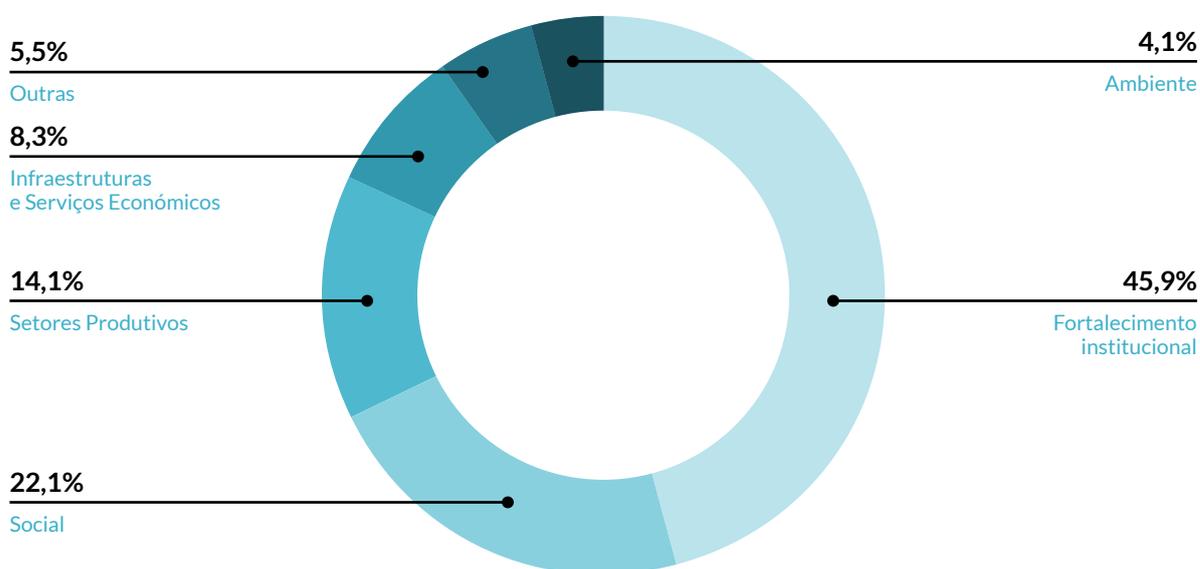
Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Distribuição das ações de CHSS Bilateral, por dimensão e por setor de atividade. 2014

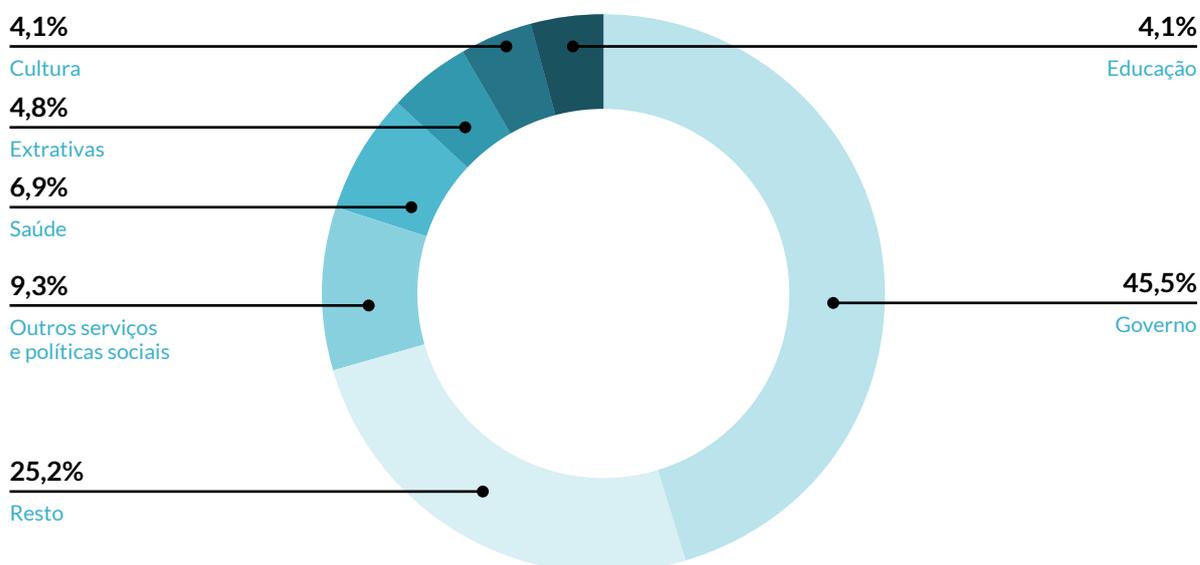
GRÁFICO A.II.2

Participação, em percentagem

A.II.2.A. Por dimensão de atividade



A.II.2.B. Por setor de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

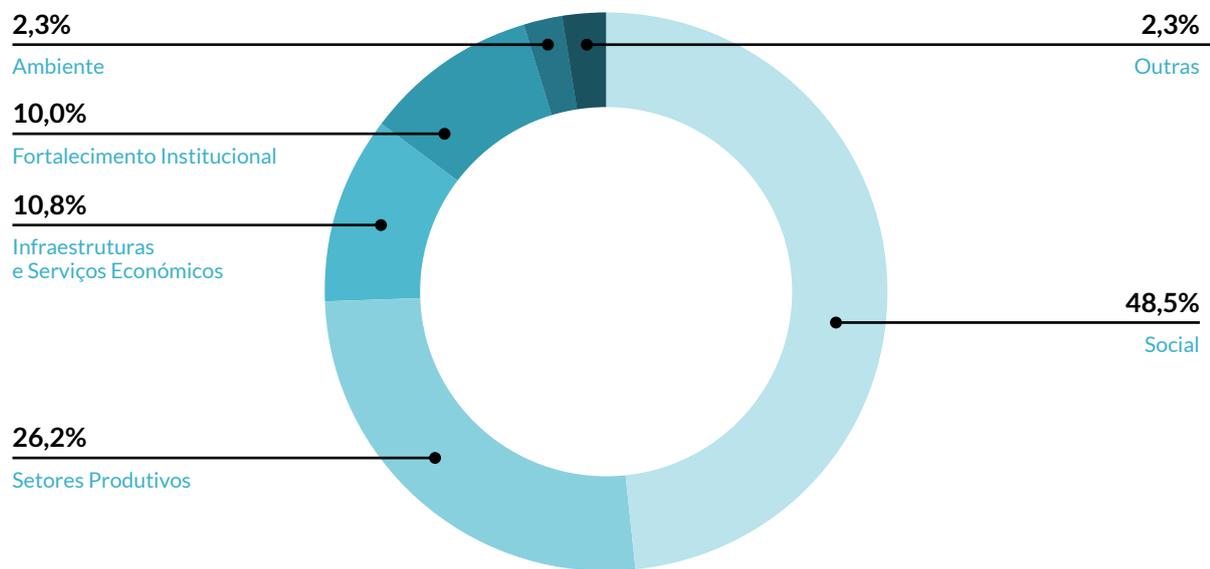
Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

GRÁFICO A.II.3

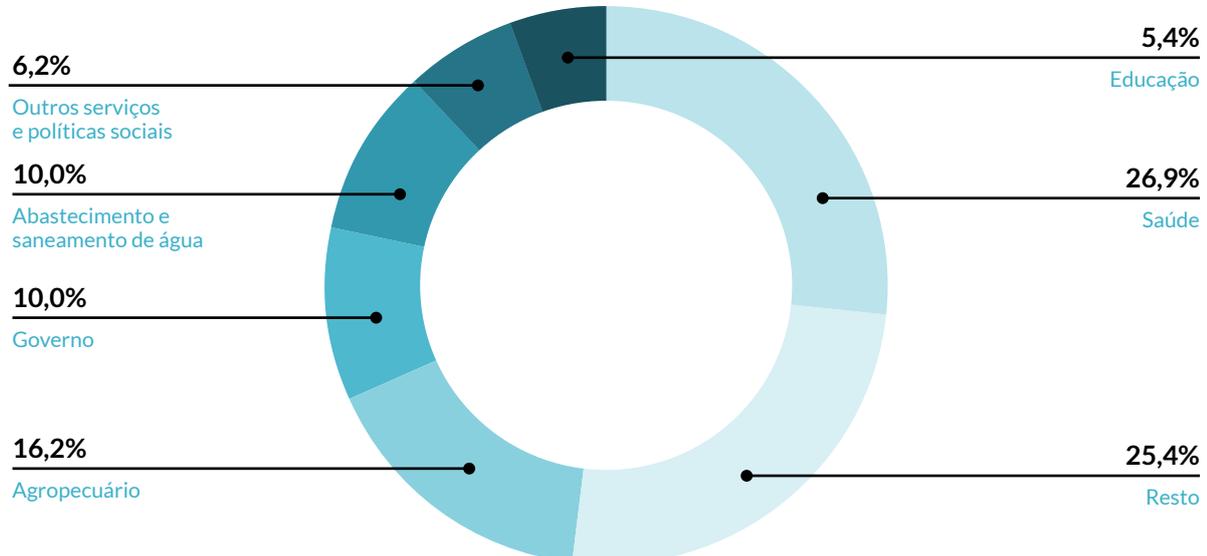
Em percentagem

A.II.3.A. Brasil

Dimensões de atividade



Setores de atividade



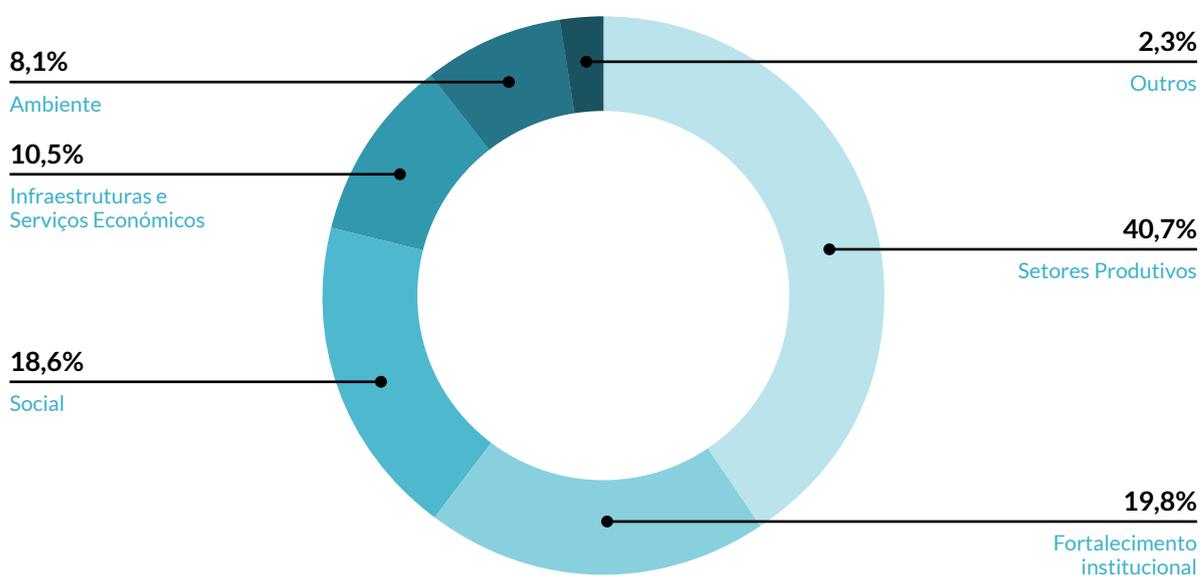
Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

GRÁFICO A.II.3

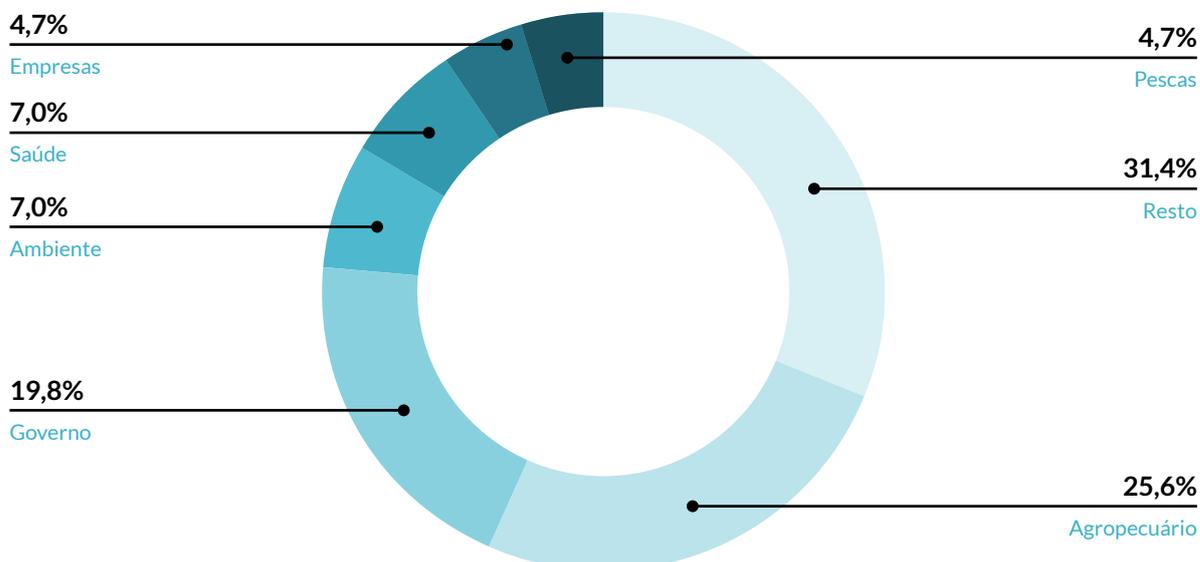
Em percentagem

A.II.3.B. México

Dimensões de atividade



Setores de atividade



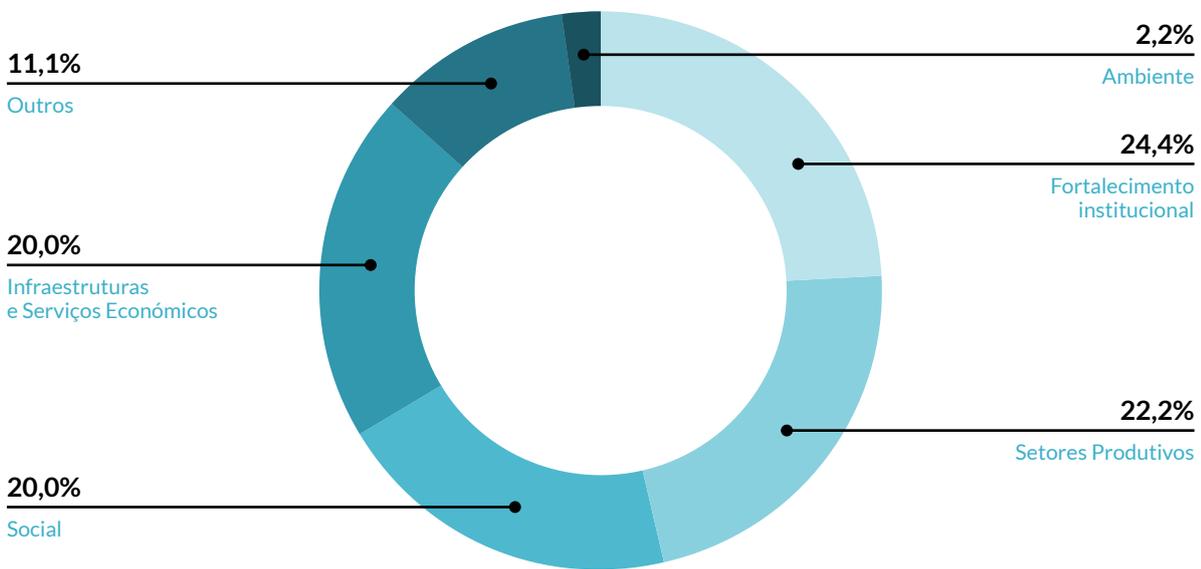
Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

GRÁFICO A.II.3

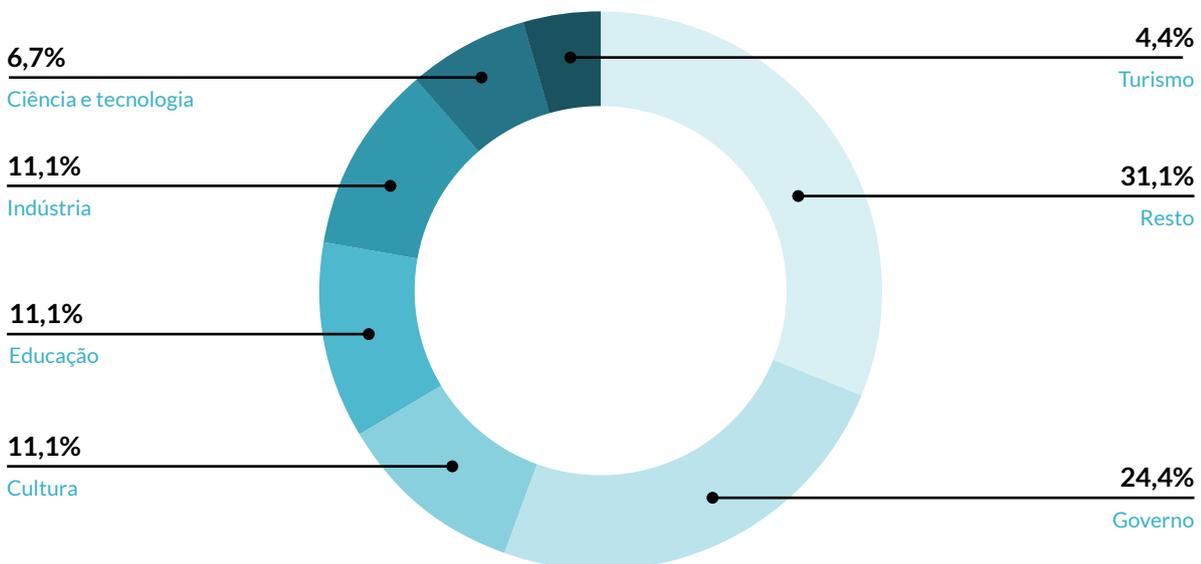
Em percentagem

A.II.3.C. Colômbia

Dimensões de atividade



Setores de atividade



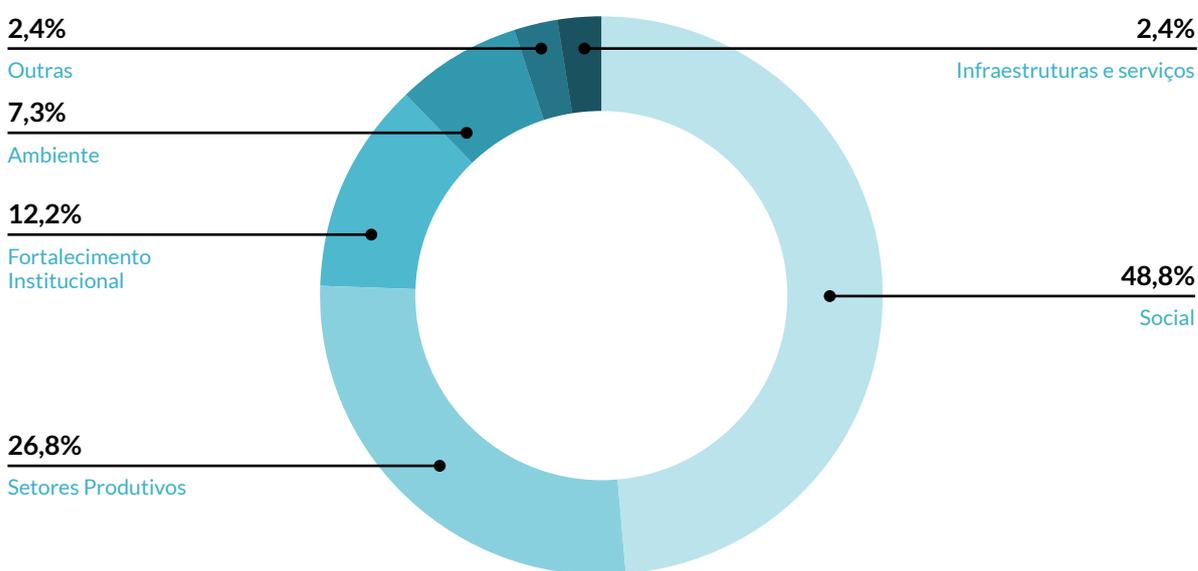
Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

GRÁFICO A.II.3

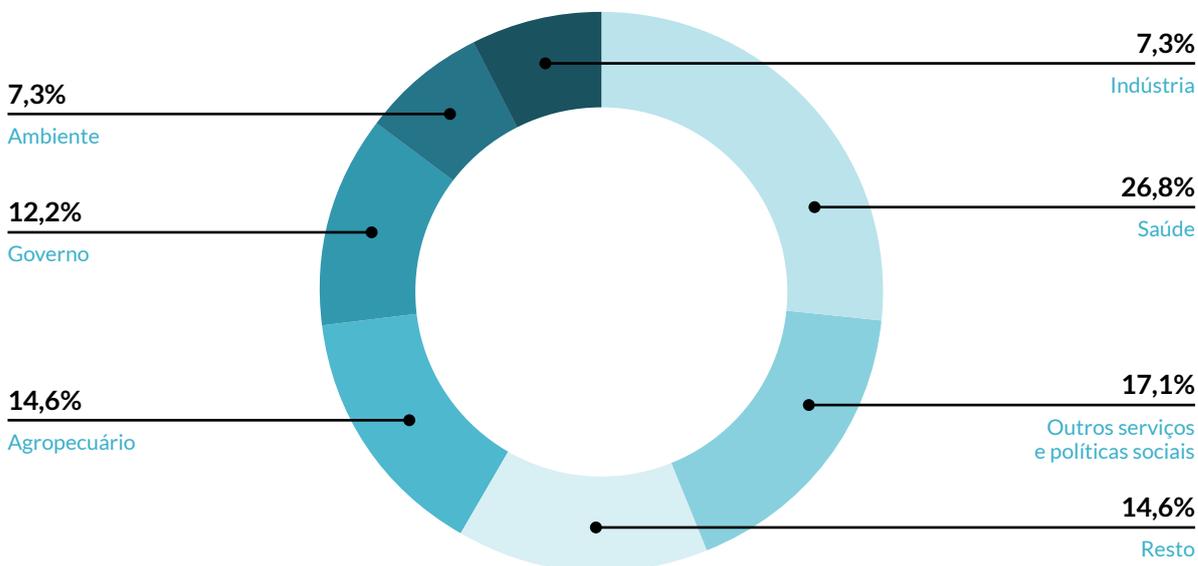
Em percentagem

A.II.3.D. Uruguai

Dimensões de atividade



Setores de atividade



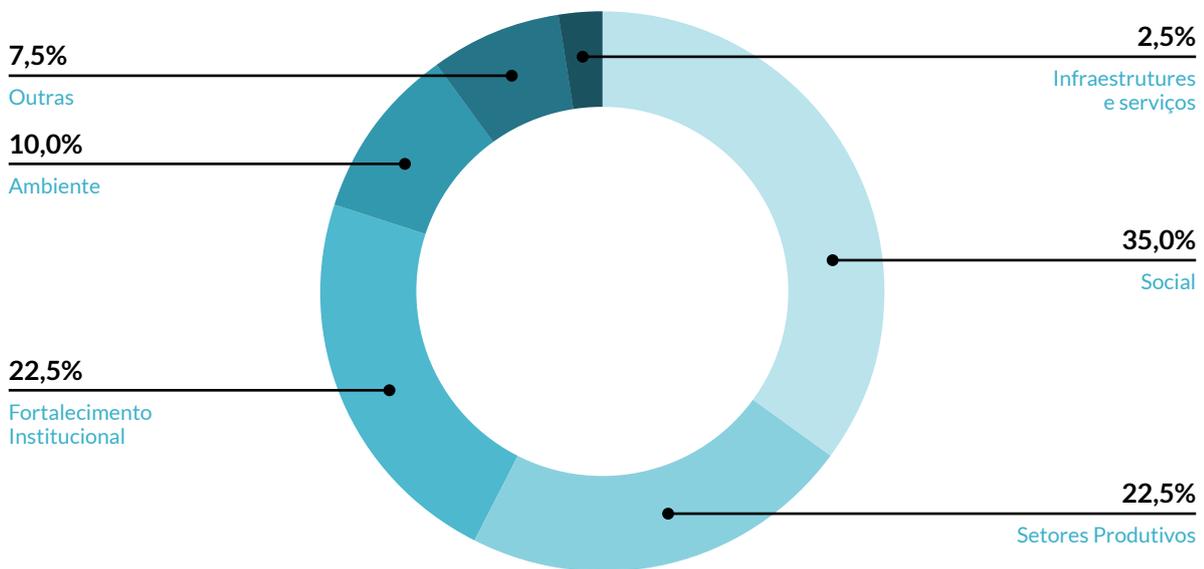
Perfil de capacidades dos principais ofertantes, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

GRÁFICO A.II.3

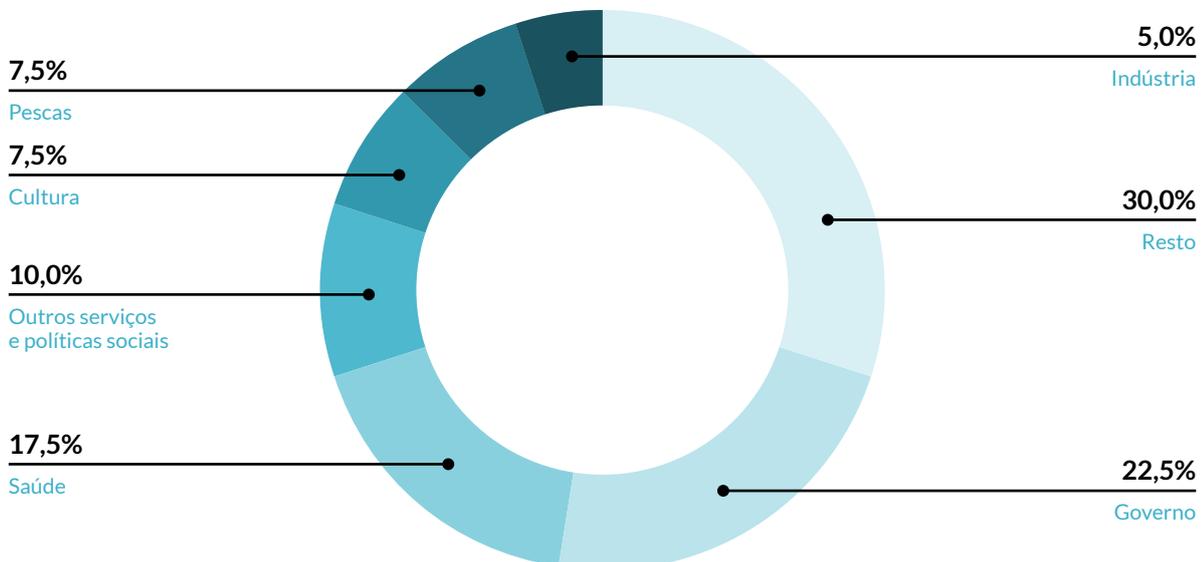
Em percentagem

A.II.2.E. Chile

Dimensão de atividade



Setor de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

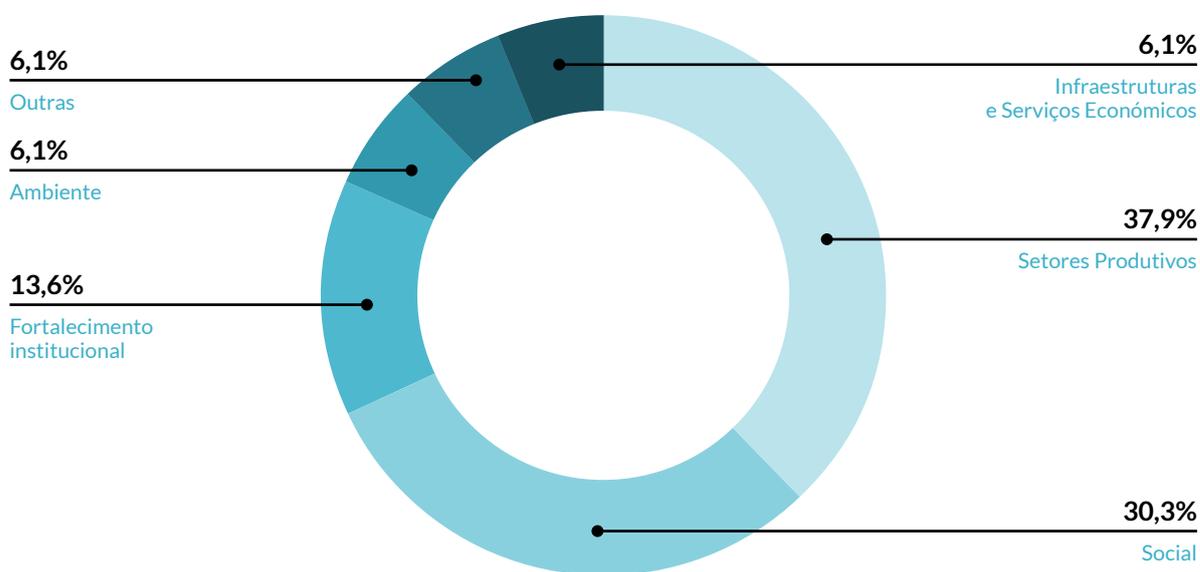
**Perfil de necessidades
dos principais recetores,
conforme a dimensão e o
setor de atividade. 2014**

GRÁFICO A.II.4

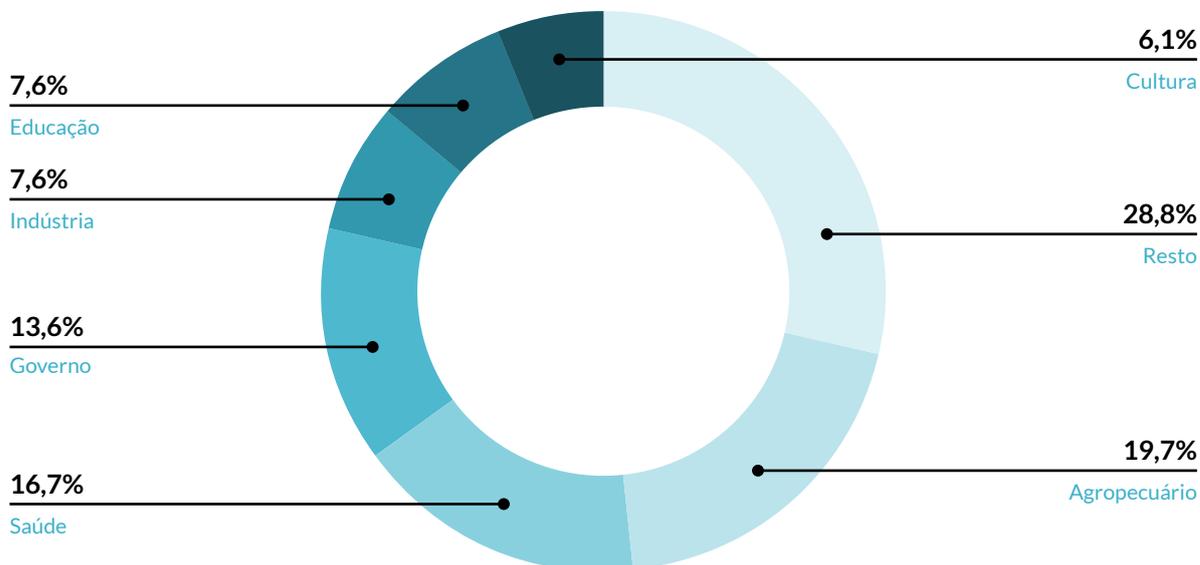
Em percentagem

A.II.4.A. Bolívia

Dimensões de atividade



Setores de atividade



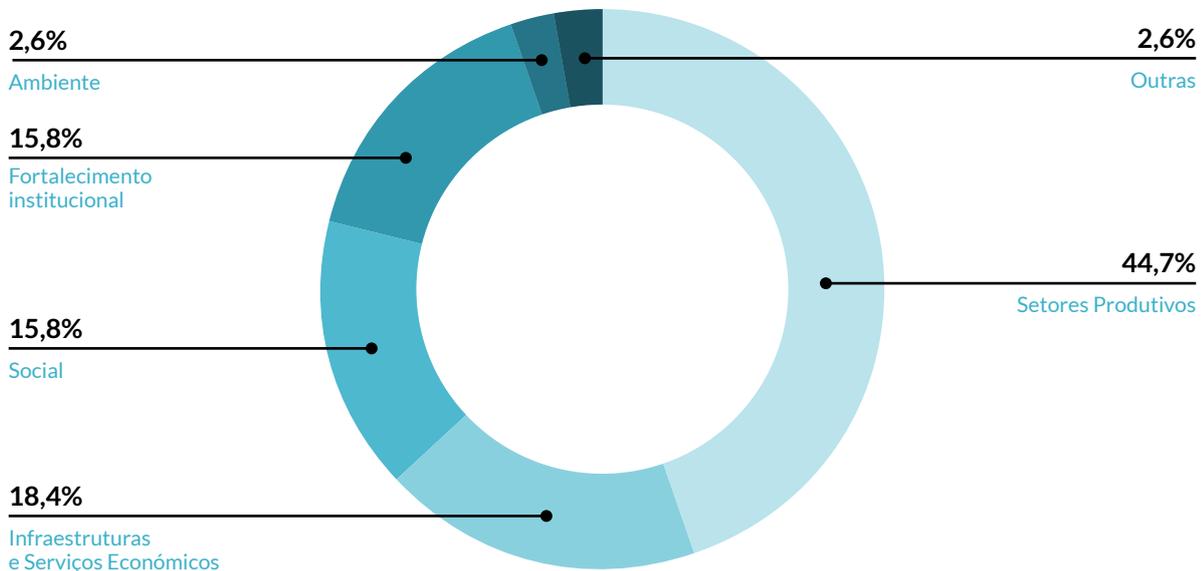
**Perfil de necessidades
dos principais recetores,
conforme a dimensão e o
setor de atividade. 2014**

GRÁFICO A.II.4

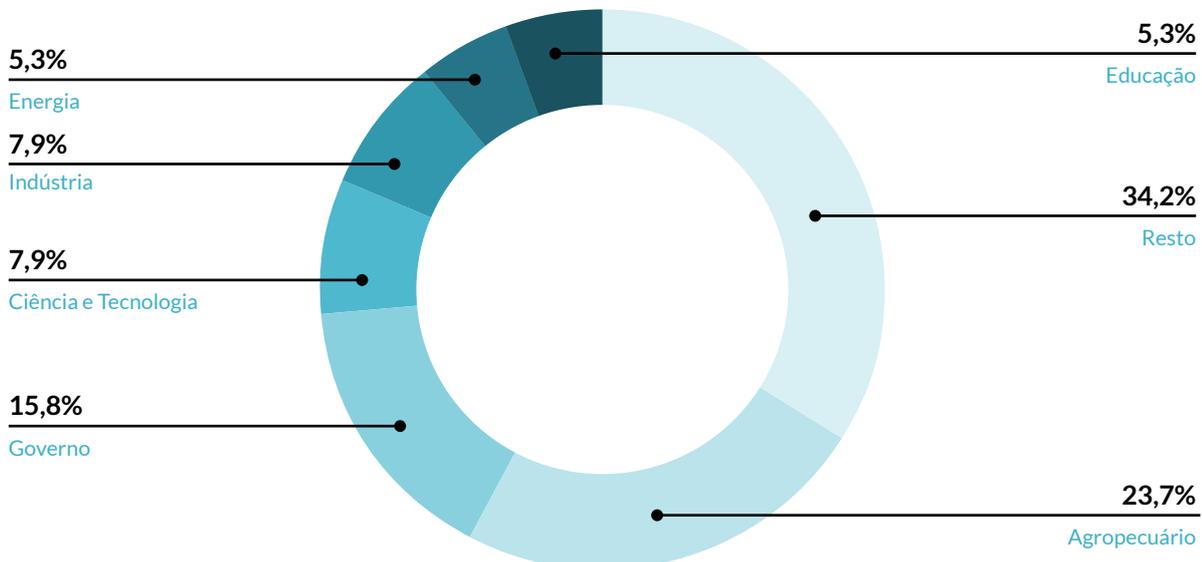
Em percentagem

A.II.4.B. Costa Rica

Dimensões de atividade



Setores de atividade



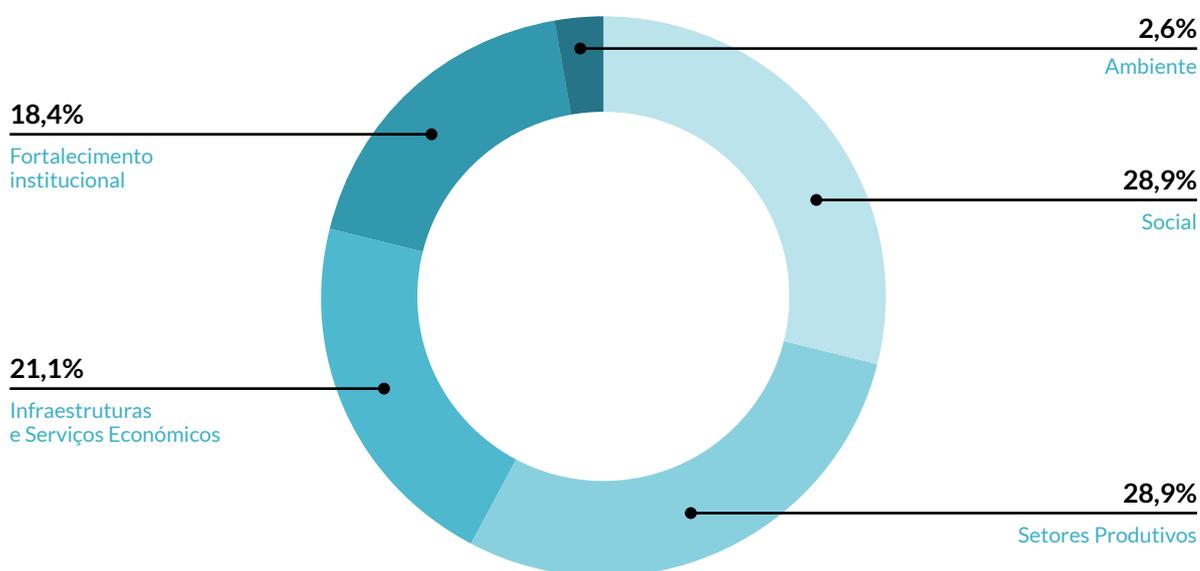
**Perfil de necessidades
dos principais recetores,
conforme a dimensão e o
setor de atividade. 2014**

GRÁFICO A.II.4

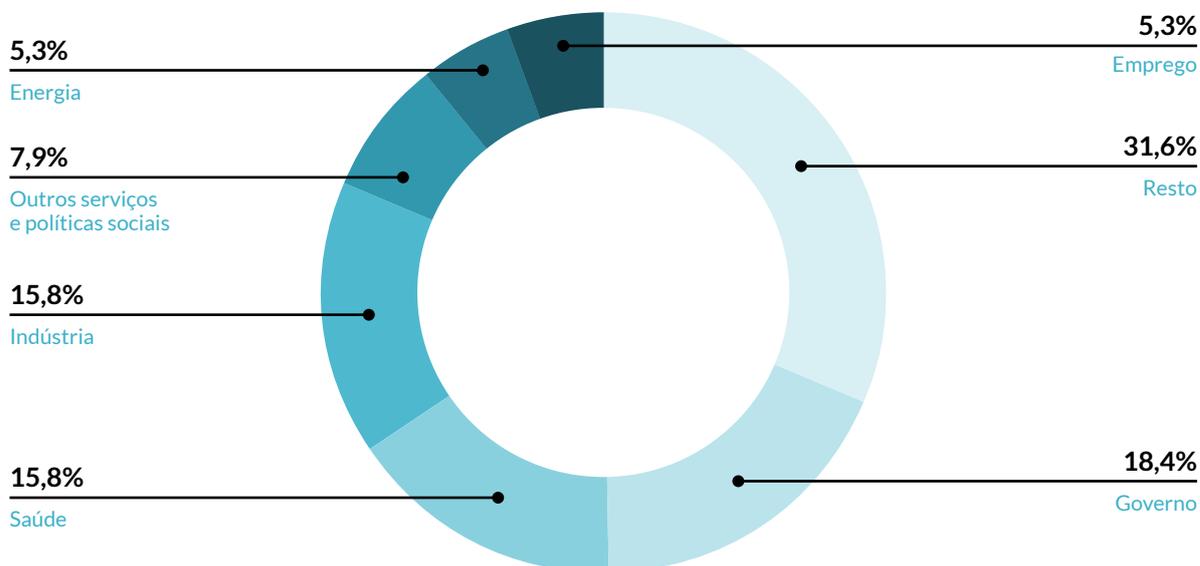
Em percentagem

A.II.4.C. Peru

Dimensões de atividade



Setores de atividade



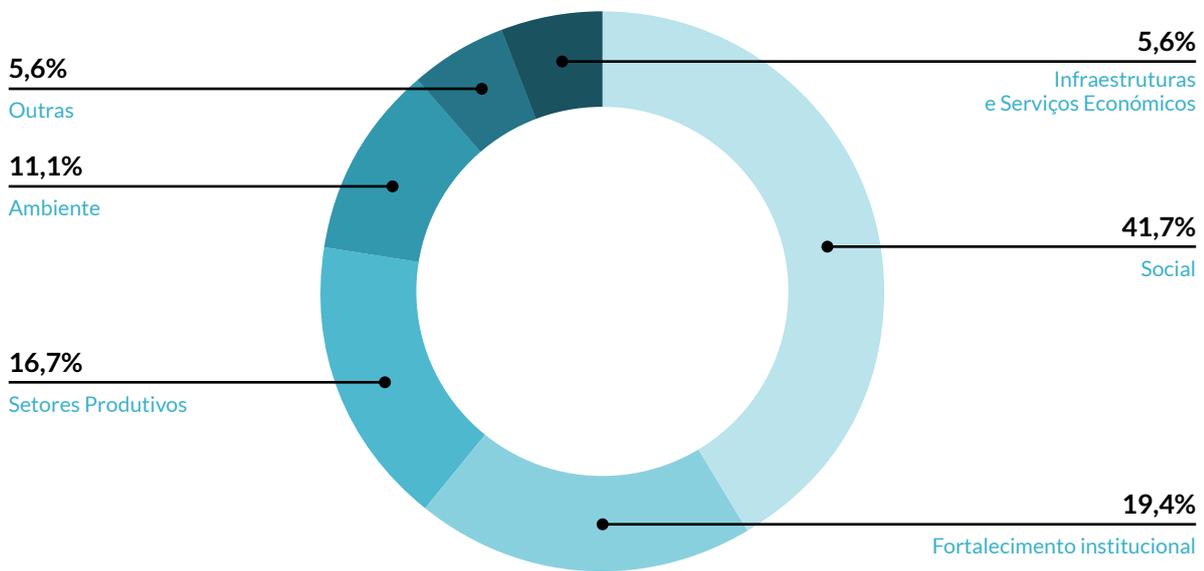
Perfil de necessidades dos principais recetores, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

GRÁFICO A.II.4

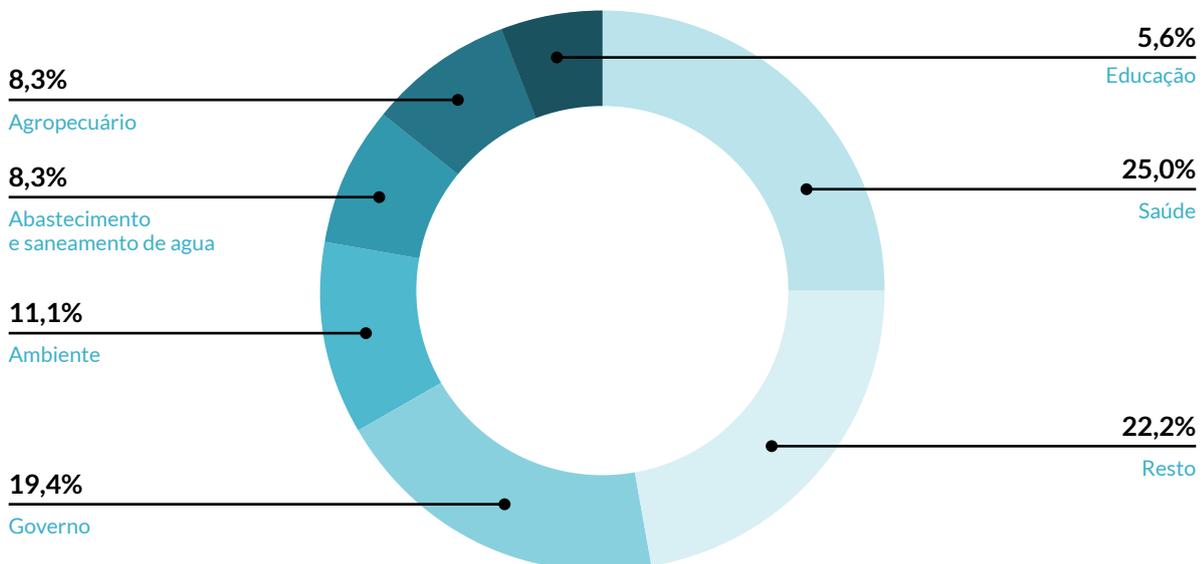
Em percentagem

A.II.4.D. Uruguai

Dimensões de atividade



Setores de atividade



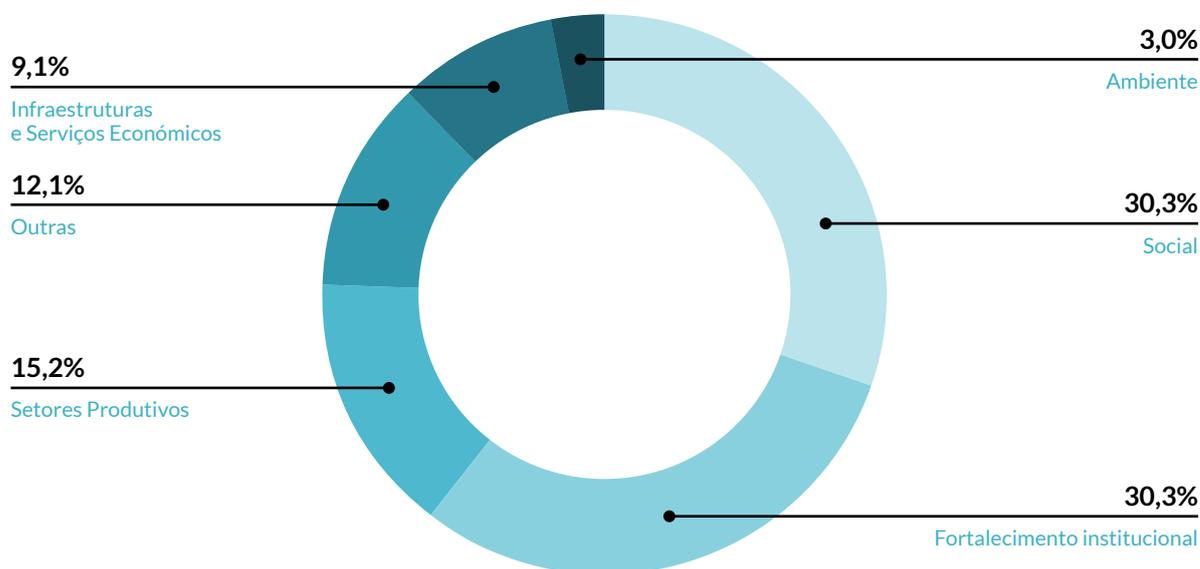
Perfil de necessidades dos principais recetores, conforme a dimensão e o setor de atividade. 2014

GRÁFICO A.II.4

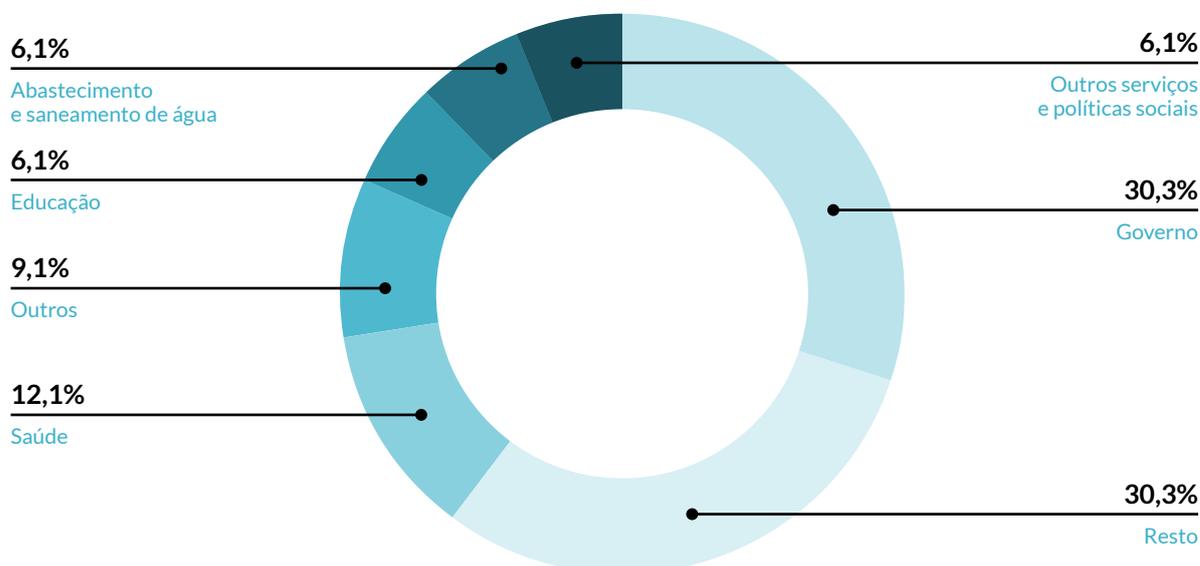
Em percentagem

A.II.3.E. Equador

Dimensões de atividade



Setores de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme as datas e o uso potencial

ESQUEMA A.II.1

	Indicador	Fórmula	Uso potencial
DATAS DE APROVAÇÃO, INÍCIO E FINALIZAÇÃO	Duração média dos projetos e/ou ações	$\sum (\text{datas de finalização} - \text{data de início}) / \text{Total dos projetos para os quais contamos com ambos os dados}$	DIMENSÃO
	Média do tempo decorrido entre a altura da aprovação e o início da atividade	$\sum (\text{datas de início} - \text{data de aprovação}) / \text{Total dos projetos para os quais contamos com ambos os dados}$	EFICIÊNCIA

Fonte: Reprodução do PIFCSS (2013)

Possíveis Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, conforme os custos e o uso potencial

ESQUEMA A.II.2

	Indicador	Fórmula	Uso potencial
CUSTOS ORÇAMENTADOS E EXECUTADOS, POR EXERCÍCIO E TOTAIS	Total do custo orçamentado/executado	$\sum_{i=1, \dots, N} \text{CDP}_i$ ó $\sum_{i=1, \dots, N} \text{CDE}_i$ Em que: N: número de projetos finalizados CDPi: custo direto orçamentado para o projeto i CDEi: custo direto executado para o projeto i	DIMENSÃO
	Média da relação custo direto executado e custo direto orçamentado em projetos finalizados	$\sum_{i=1, \dots, N} (\text{CDE}_i / \text{CDP}_i) / N$ Em que: N: número de projetos finalizados CDEi: custo direto executado para o projeto i CDPi: custo direto orçamentado para o projeto i	EFICIÊNCIA
	Média da relação entre o custo direto executado por ofertante/s e o custo direto executado por recetor	$\sum_{i=1, \dots, N} (\text{CDEO}_i / \text{CDER}_i) / N$ Em que: N: número de projetos aprovados CDEO i: custo direto executado pelo ou pelos ofertantes para o projeto i CCDER i: custo direto executado pelo recetor ou recetores para o projeto i	AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PARTILHADA

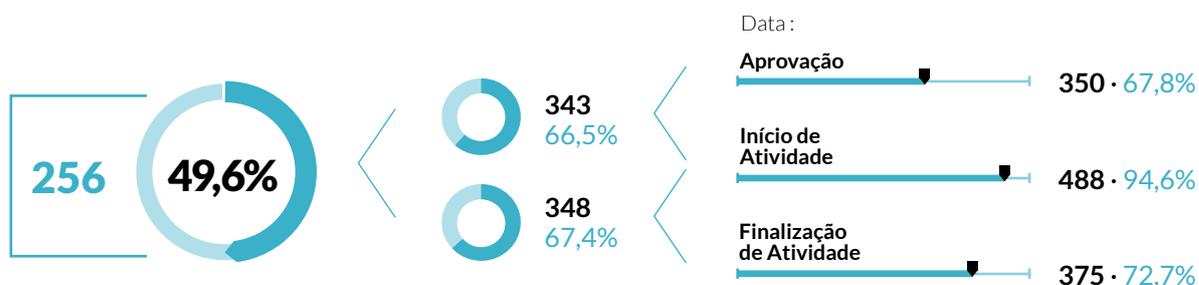
Fonte: Reprodução do PIFCSS (2013)

Informação disponível sobre datas para projetos e ações registadas em 2014

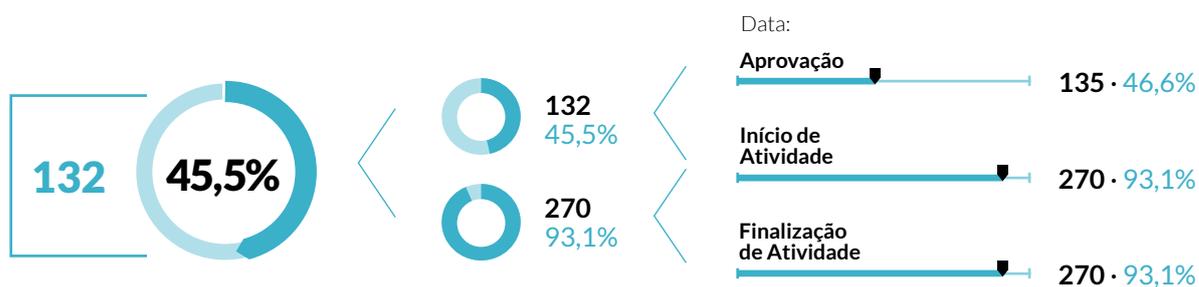
ESQUEMA A.II.3

Projetos e ações, em unidades e como percentagem do total

A.II.3.A Projetos



A.II.3.B Ações



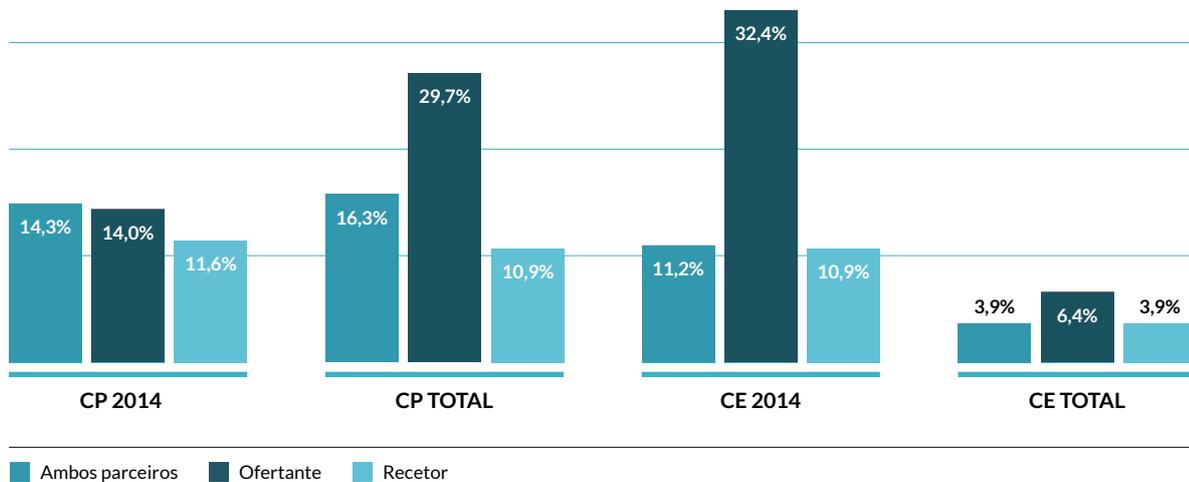
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Projetos e ações que têm a informação dos custos, conforme a tipologia (orçamentados/executados), período (2014 ou total) e papel do país (ofertante/recetor)

GRÁFICO A.II.5

Participação, em percentagem

A.II.5.A Projetos

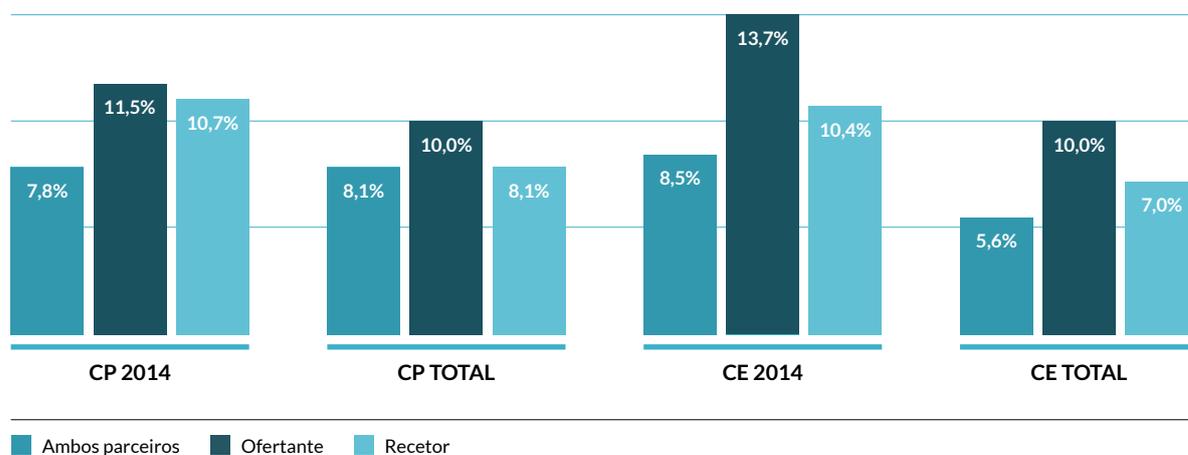


Projetos e ações que têm a informação dos custos, conforme a tipologia (orçamentados/executados), período (2014 ou total) e papel do país (ofertante/recetor)

GRÁFICO A.II.5

Participação, em percentagem

A.II.5.B. Ações

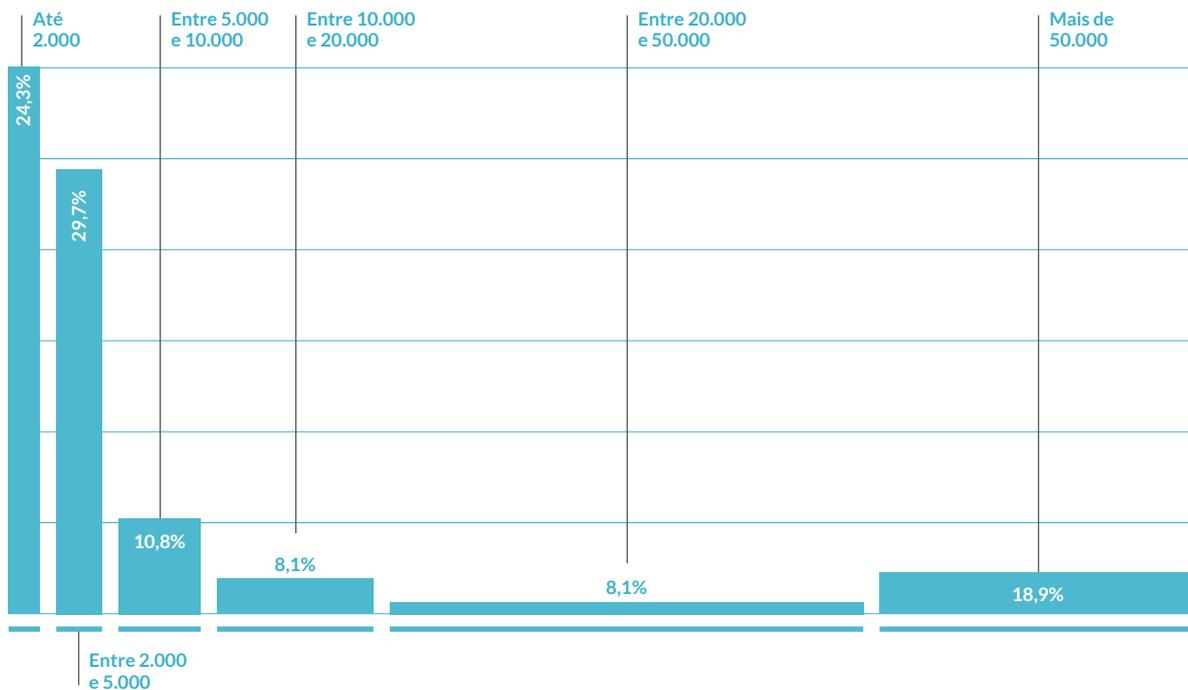


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição de ações, conforme o Custo Executado em 2014 pelo país que exerce o papel de ofertante. 2014

GRÁFICO A.II.6

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

The image features a stylized sun with a solid teal center and several concentric teal arcs representing rays. The sun is positioned in the upper half of the frame. Below the sun, the background is filled with a dense, diagonal hatching pattern of thin black lines. On the left side, there is a dark silhouette of a person's head and shoulders, looking towards the sun. The overall aesthetic is modern and graphic.

CAPÍTULO III



A COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA

A Ibero-América continua a aumentar os seus esforços e interesses para implementar uma maior e melhor Cooperação Sul-Sul Triangular. Isto observa-se, tal como se verá ao longo deste capítulo, não só através do incremento anual que se tem verificado no número de ações e projetos promovidos na região, mas também através de um maior interesse dos países pelo trabalho conjunto no desenvolvimento de metodologias e ferramentas relativas a esta modalidade. Neste mesmo ano 2016, o espaço ibero-americano voltou a marcar uma etapa no âmbito da CSS Triangular, com a publicação e apresentação do Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular, uma ferramenta para a gestão construído pelos 20 países membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). Este processo envolveu nos seus debates tanto primeiros e segundos ofertantes quanto recetores, um exercício que possibilitou a consecução de uma ferramenta flexível e facilmente adaptada a todo o tipo de parceiros que se podem ver envolvidos em iniciativas triangulares (Quadro III.1).

A Cooperação Sul-Sul Triangular despertou também interesses noutros âmbitos de discussão e diálogo como, por exemplo, na OCDE, onde os países membros do CAD intensificaram no referido espaço os debates e a produção de documentos a ela respeitantes. Em 2016, teve também lugar no mês de maio em Lisboa o Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular¹ organizado pela OCDE e pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. - de Portugal. No referido evento foram apresentados alguns resultados de um inquérito realizado em 2015 pela OCDE, com o objetivo de revelar informação relativa à Cooperação Triangular

de 203 países e/ou organismos a nível global. Com os resultados obtidos (provenientes de 73 agentes) e respeitantes a mais de 400 programas, projetos e iniciativas de Cooperação Triangular, corroborou-se também no dito espaço a liderança da Cooperação Triangular ibero-americana através desse exercício, no qual se observou que 55% de todos os projetos reportados tinham sido implementados na região da América Latina e do Caribe, face a percentagens muito menores em regiões como a África ou a Ásia.

Com o objetivo de continuar a contribuir para a produção de conhecimento em torno da CSS Triangular, este capítulo abordará diferentes aspetos sobre os projetos e ações executados em 2014 e que tenham sido reportados pelos países ibero-americanos:

- a) Em primeiro lugar, realiza-se um exercício de análise dos projetos e ações registados comparando também a sua evolução no tempo relativamente aos dados obtidos para outros períodos. Posteriormente, analisa-se igualmente quais os principais intervenientes que participaram nesta cooperação, enfatizando as relações que foram mais intensas.
- b) Em segundo lugar, faz-se uma análise setorial que permite definir quais são as principais áreas de trabalho da CSS Triangular na Ibero-América e o perfil de necessidades e capacidades dos países da região, bem como se analisam quais são as áreas prioritárias de trabalho dos países e organismos que apoiaram esta cooperação.

¹ *International Meeting on Triangular Co-operation*, no seu nome original em inglês.

c) Por último, procura-se conhecer outros aspetos da CSS Triangular tanto quantitativos, como por exemplo os relativos à duração dos projetos ou dos custos, quanto de carácter mais qualitativo, que se relacionam com aspetos como as

formas de articulação dos diferentes agentes participantes ao longo das várias iniciativas ou os quadros regulamentares que a sustentam.

Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América

QUADRO III.1

No passado mês de maio de 2016, teve lugar a apresentação do “Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América” em Lisboa, Portugal. O referido Guia, elaborado conjuntamente pelos 20 países membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), espera tornar-se num instrumento para orientar e apoiar a gestão dos países ibero-americanos na sua Cooperação Triangular. Esta modalidade de cooperação enfrenta desafios fundamentais na sua gestão, não só por uma questão operacional, ao envolver vários intervenientes simultaneamente, mas também pela diversidade que os caracteriza, o que contribui para a dificuldade de envolver outros intervenientes tentando que se respeitem e mantenham os princípios da Cooperação Sul-Sul que já caracterizam a cooperação na Ibero-América.

O guia é um documento que se baseia nos princípios da Cooperação Sul-Sul, explicitados já pelos Responsáveis de Cooperação Ibero-Americana em diversos espaços, tais como, por exemplo, nas várias edições do “Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América”, no conteúdo do primeiro capítulo que, a partir 2009, é elaborado em conjunto pelos referidos Responsáveis. Assim, e a partir da seleção dos cinco princípios com os que se iria

trabalhar (horizontalidade, benefício mútuo, liderança do recetor, eficácia e eficiência e mútua responsabilidade), definiram-se uma série de critérios orientadores (cada um associado a um dos princípios), que são “linhas de ação que se aplicam em todo o ciclo de projeto” para alcançar a aplicabilidade dos princípios. A modo de exemplo, alguns destes 16 critérios são: a ausência de condicionalidades, liderança do recetor, perspetiva baseada na procura ou adaptabilidade, cada um deles associados a um princípio dos já antes mencionados.

Uma vez definidos os princípios e os seus critérios associados, o trabalho centrou-se nas discussões em grupo com o objetivo de identificar as boas práticas (ideais) que deveriam ocorrer em cada uma das fases de gestão do ciclo do projeto (identificação, negociação, formulação, implementação e avaliação, bem como os processos de monitorização e acompanhamento) para corroborar o respeito pelos princípios e critérios. A partir da identificação dessas práticas, manteve-se uma nova discussão para definir e propor as ferramentas que pudessem facilitar a realização, consecução e concretização de tais boas práticas. Estas ferramentas podem ser de três tipos:

- Relativas à governação dos projetos, quer dizer, à estrutura de direção dos projetos, tal como pode ser, entre

outras, o estabelecimento de instâncias tripartidas e comités de negociação.

- Procedimentais, ou seja, relativas à forma e procedimentos, tai como, por exemplo, discussão de acordos entre as diversas partes e reuniões, apenas para nomear alguns.
- Ou instrumentais, quer dizer, ferramentas que dão apoio material à implementação dos projetos. A modo de ilustração, o Documento de Projetos ou o caderno de encargos administrativo.

Assim, o guia contém uma série de boas práticas, bem como uma bateria de ferramentas que permitem e promovem a incorporação e transversalização dos princípios orientadores da Cooperação Sul-Sul ao longo da execução das iniciativas de Cooperação Sul-Sul Triangular. O guia não procura proporcionar um modelo único de gestão, mas oferecer um vasto leque de possibilidades de adaptação, construídas a partir das evidências práticas e da reflexão coletiva dos países. Além disso, espera-se que não seja apenas uma ferramenta construída para os países ibero-americanos, mas que também possa servir como instrumento para o resto dos agentes que se envolvem nesta modalidade de cooperação, tais como organismos internacionais, bancos de desenvolvimento ou países de outras regiões. →

O Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América

QUADRO III.1

→ continuação



Nota: O Guia está disponível para download em espanhol e inglês em: <http://www.cooperacionsursur.org/publicaciones-y-documentos-del-programa.html> www.cooperacionsursur.org

Fonte: Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América (PIFCSS, 2015)

III.1 PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR EM 2014

Durante o ano 2014, os países ibero-americanos mantiveram em execução um total de 183 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Triangular (90 projetos e 93 ações, que serão analisados mais exaustivamente ao longo das seguintes secções). Essa lista de iniciativas, organizada por projetos e ações e de acordo com os países que exerceram os papéis de primeiro ofertante, encontra-se nas Tabelas A.III.1. e A.III.2 do anexo.

Uma das particularidades que caracterizam o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, é o uso da quantificação do número de projetos e ações como a principal variável de medição empregue para dimensionar a magnitude da Cooperação Sul-Sul. Dado que o caráter temporário das referidas atividades não se limita a períodos anuais exatos e em contraposição ao uso de outras medidas (como podem ser os desembolsos económicos num determinado período), a condição para computar as atividades é que essas tenham estado em execução durante o período de análise que se aborda (neste Relatório, 2014). Assim, enquanto que as 93 ações de CSS Triangular registadas se iniciaram e finalizaram durante o ano 2014, os projetos (geralmente de maior amplitude) não apresentaram o mesmo comportamento. Para o mostrar elaboraram-se os Gráficos III.1, que distribuem os 90 projetos de 2014 conforme o ano em que foram aprovados (Gráfico III.1.A), o ano em que se iniciaram (Gráfico III.1.B) e o ano de finalização (Gráfico III.1.C)². A sua observação sugere que:

a) Pouco mais de metade dos projetos que se computaram (54,2%), iniciaram-se durante o ano 2014, enquanto que os restantes (45,8%) se tinham iniciado já antes. Em concreto,

menos de 5% dos projetos (4,4%) já tinham sido iniciados antes de 2010; 8,9% no ano 2011, 20% em 2012 e 14,4% no ano 2013.

- b) As datas de aprovação, embora menos disponíveis, indicam que metade dos projetos foram aprovados durante o mesmo ano de 2014, tendo a outra metade estado distribuída de forma relativamente homogénea (percentagens entre 10 e 20%) nos três exercícios anteriores (2011, 2012 e 2013).
- c) Por último, as datas de finalização dos projetos mostram uma estimativa da altura em que finaliza a atividade de todos os registados em 2014, de um máximo de dois períodos (2015 e 2016), tendo finalizado já 41,2% no mesmo ano 2014. Por sua vez, o dado referente aos projetos que se estima finalizem em 2017 é um valor muito menor, de apenas 1,5%.

De forma complementar, faz-se uma revisão histórica das iniciativas que se mantiveram em execução durante os exercícios para os quais contamos com registos e que fizeram parte das sucessivas edições deste Relatório. Isso permite mostrar que a CSS Triangular, embora sendo ainda consideravelmente menor (em termos do volume global das iniciativas) do que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, se continua a incrementar ano após ano. Para este efeito, elaborou-se o Gráfico III.2, que apresenta a evolução das ações e projetos que estiveram em execução cada ano, de acordo com a informação disponível. Essa série histórica inicia-se em 2006, com as 21 iniciativas que estiveram contidas no primeiro Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América. Da observação do gráfico depreende-se que:

²Dos 90 projetos registados, 68,9% deles contavam com informação relativa à data de aprovação, 100% à data de início e 75,6% à data de finalização. Quanto a esta última, tivemos em conta tanto a data efetiva de finalização dos projetos que terminaram a sua execução quanto a data estimada de finalização daqueles que ainda estavam em execução quando se produziu a comunicação da informação.

Distribuição de projetos de CSS Triangular conforme os anos de aprovação, início e finalização. 2014

GRÁFICO III.1

Em percentagem

Gráfico III.1.A. Aprovação



Gráfico III.1.B. Início

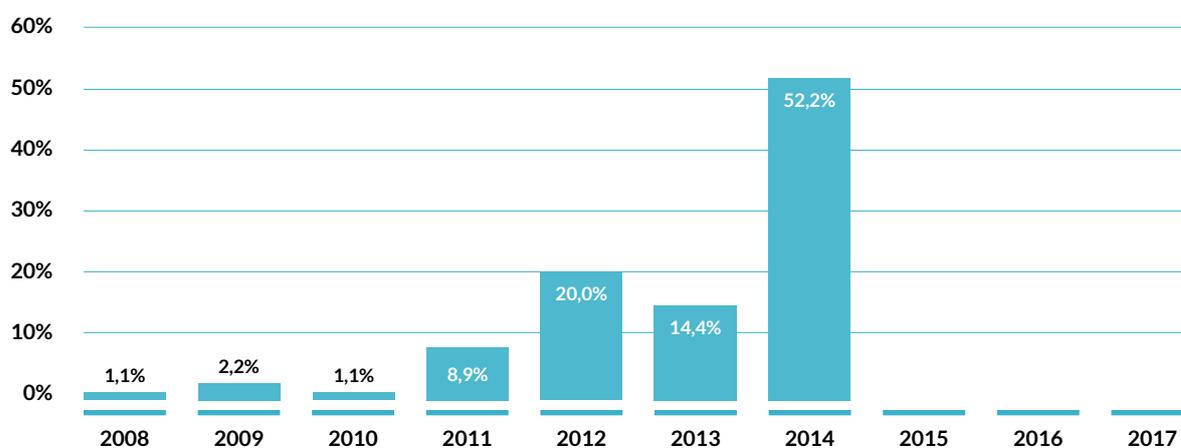
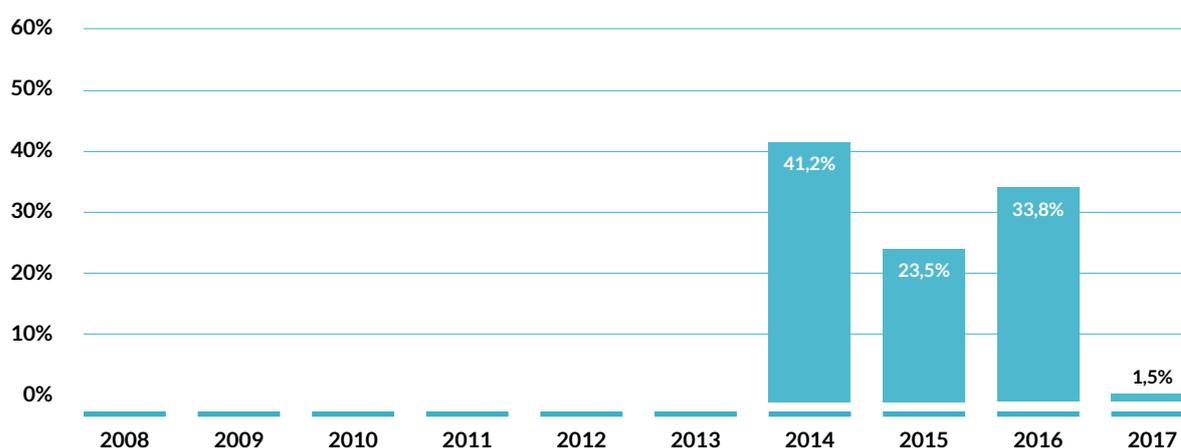


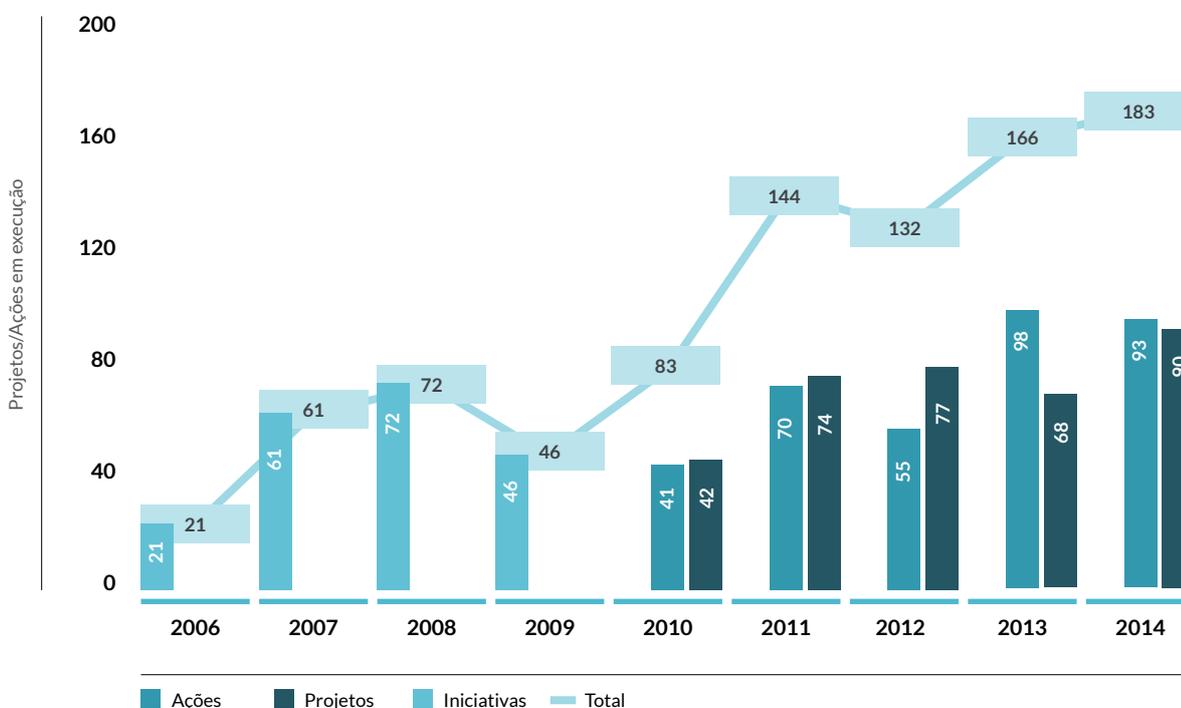
Gráfico III.1.C. Finalização (efetiva e estimada)



Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular que estiveram em execução. 2006 - 2014

GRÁFICO III.2

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir dos Relatórios da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013-2014 e 2015) e das Agências de Direções Gerais de Cooperação

- a) Em termos absolutos, o número de iniciativas que estiveram em execução em 2006, multiplicou-se quase por nove até ao último dado disponível referente a 2014. Isso significa que o número de iniciativas em execução se incrementou em 8 anos a uma taxa de crescimento médio anual de 27%.
- b) O incremento foi progressivo e só houve dois períodos em que a atividade de Cooperação Sul-Sul e Triangular decresceu ligeiramente: em 2009 e em 2012, numa trintena de iniciativas para no primeiro caso e em cerca de dez no segundo. Pelo contrário, nos outros 9 períodos que compõem esta análise, sempre se manteve um aumento do número de iniciativas em execução relativamente às que estavam em execução no ano anterior.
- c) Analisando as diferentes dinâmicas entre projetos e ações (algo só possível a partir do ano 2010)³, observa-se que praticamente houve paridade em ambos os instrumentos, embora seja notável que o incremento dos valores totais do último período seja devido praticamente na sua totalidade a um aumento do número de projetos, que passaram dos 68 que estiveram em execução em 2013 para os 90 registados neste relatório.

“O número de iniciativas que estiveram em execução em 2006, multiplicou-se quase por nove até ao último dado disponível referente a 2014”

³ Em 2010 estabeleceu-se a distinção entre projetos e ações.

III.2 PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR DA IBERO-AMÉRICA

Nesta secção analise-se, a partir da ótica dos diferentes agentes envolvidos nesta modalidade de cooperação, qual foi a sua participação nos 90 projetos e 93 ações registados no ano 2014: com que intensidade participaram; no exercido de que papel; com que tipo de relação relativamente ao resto dos parceiros (diversificada ou concentrada em poucos). Também se faz uma revisão dos tempos que permita confirmar (ou retificar) tendências observadas noutros períodos e identificar que dinâmicas se mantêm ou se alteram no tempo.

III.2.1. PAÍSES, ORGANISMOS E PAPÉIS NA CSS TRIANGULAR EM 2014

A partir dos dados contidos na Tabela A.III.1 do anexo, podemos observar como a participação dos países e/ou instituições que se envolveram na Cooperação Sul-Sul Triangular, difere conforme o desempenho em cada um dos três diferentes papéis que se identificam para esta modalidade.⁴ Procura-se assim saber quem são, não só os principais países da região que desempenharam cada um dos papéis, mas também que outros países e/ou organismos apoiaram esta modalidade no papel de segundos

ofertantes. O Gráfico III.3, apresenta esta distribuição tanto para o caso dos projetos (Gráfico III.3.A), quanto para o das ações (Gráfico III.3.B), estando nele representados os principais quatro ou cinco países/organismos que em mais ocasiões desempenharam esse papel. Assim:

- a) Para o papel de primeiro oferente, 12 dos 19 países exerceram como transferidores de capacidades em pelo menos um projeto, um valor que foi bastante superior no caso das ações (17 países exerceram como tais). Além disso, e sobre os projetos, observou-se que os principais ofertantes forem o Chile, com a maior participação nesta modalidade, representando 38,9% das iniciativas; Brasil, 16,7%; Argentina, 11,1%; México e Colômbia, que com 7 projetos cada um representaram conjuntamente algo mais de 15%. Os dois principais, Chile e Brasil, com 35 e 15 projetos respetivamente, proporcionaram a oferta de mais de 55% de todos os projetos registados. Em contraposição, as ações não só apresentaram uma maior diversidade quanto aos países que exerceram o papel de primeiros ofertantes, mas também uma maior distribuição das ações, sendo quatro o número de países que explicaram 52,8% da oferta, face a dois

⁴ Tal como se acordou no Workshop de Buenos Aires realizado em março de 2013: «... dividem entre si o exercício de três papéis: o dos denominados primeiro ofertante e recetor (um ou vários países em desenvolvimento, em cada caso), e o de segundo ofertante (país em desenvolvimento, país desenvolvido, organismo regional ou multilateral, ou alguma associação deles). A característica distintiva é determinada pelo papel do primeiro ofertante, que atua como principal responsável pelo fortalecimento de capacidades». Desta forma considera-se o Primeiro ofertante, o país ou o conjunto de países que exerceram o papel de principal/ais transferidor/es de capacidades; o segundo oferente, o agente de qualquer tipo que apoiou a referida transferência e o recetor, o destinatário último desse processo de fortalecimento de capacidades (SEGIB e PIFCSS, 2013).

no caso dos projetos. Estes foram: México, com 16,1% das ações; Brasil, com 15,1%; e Argentina e Costa Rica, ambos com 10,8%.

“Espanha e Alemanha foram os países que se envolveram num maior número de projetos (17 cada um)”

b) Quanto aos segundos ofertantes e no caso concreto dos projetos, 23 países e/ou organismos participaram apoiando a CSS Triangular. Neste caso, Espanha e Alemanha foram os países que se envolveram num maior número de projetos (17 cada um), que representaram, juntamente com o Japão (com 15 projetos), quase 55% de todos os apoios. Completaram a lista dos segundos ofertantes com maior relevância, os Estados Unidos e a FAO, com participações de 13,3% e 6,7% de todos os projetos. A percentagem restante (25,6%) distribuiu-se de forma praticamente homogénea entre outros 6 países (Canadá, Coreia, Itália, México, Noruega e Uruguai) e 12 organismos internacionais, alguns deles vinculados ou parte do sistema das Nações Unidas (entre outros, OPS, PMA e UNICEF) e outros de carácter regional (como o IICA, BID ou CAF). No que se refere às ações, a participação no exercício deste papel foi mais vasta, com 26 agentes participantes: 9 países e 17 organismos internacionais. Os principais apoios às ações, mais uma vez chegaram a partir de Espanha (14% do total), Japão (11,8%), Alemanha e OEA, com 9,7% cada um. Neste caso, o conjunto dos quatro principais segundos ofertantes apenas alcançou 45,2%, dando uma ideia de uma maior diversidade de participação no caso das ações. Neste sentido, alguns dos agentes que apoiaram a realização de ações foram a França,

Suíça, Países Baixos e Austrália, bem como organismos como a União Europeia, OLACEFS, OMPI e CIAT, apenas para nomear alguns.

c) Por último, e no caso dos recetores, praticamente a totalidade dos países exerceram esse papel, muitas vezes como parte da mesma atividade que o resto dos países, o que explica a rubrica Vários, que, no caso dos projetos, representou 34,4% do total dos recebidos. Estes foram maioritariamente projetos regionais como os implementados pela Argentina e Chile com o Japão ou os realizados pelo Brasil com a FAO. O segundo, terceiro, quarto e quinto recetores, foram respetivamente, El Salvador (15,6%), Peru (8,9%), Paraguai (8,9%) e Bolívia (7,8%), representando estes quatro países no seu conjunto, 41,2% da receção de projetos. Por sua vez, nas ações, o Peru destacou-se como o principal recetor, com 43% das participações, completando com a Guatemala e o Panamá, 64,5% da receção das ações registadas.

Principais agentes no exercício dos diferentes papéis da Cooperação Sul-Sul Triangular. 2014

GRÁFICO III.3

Participação, em percentagem

Gráfico III.3.A. Projetos

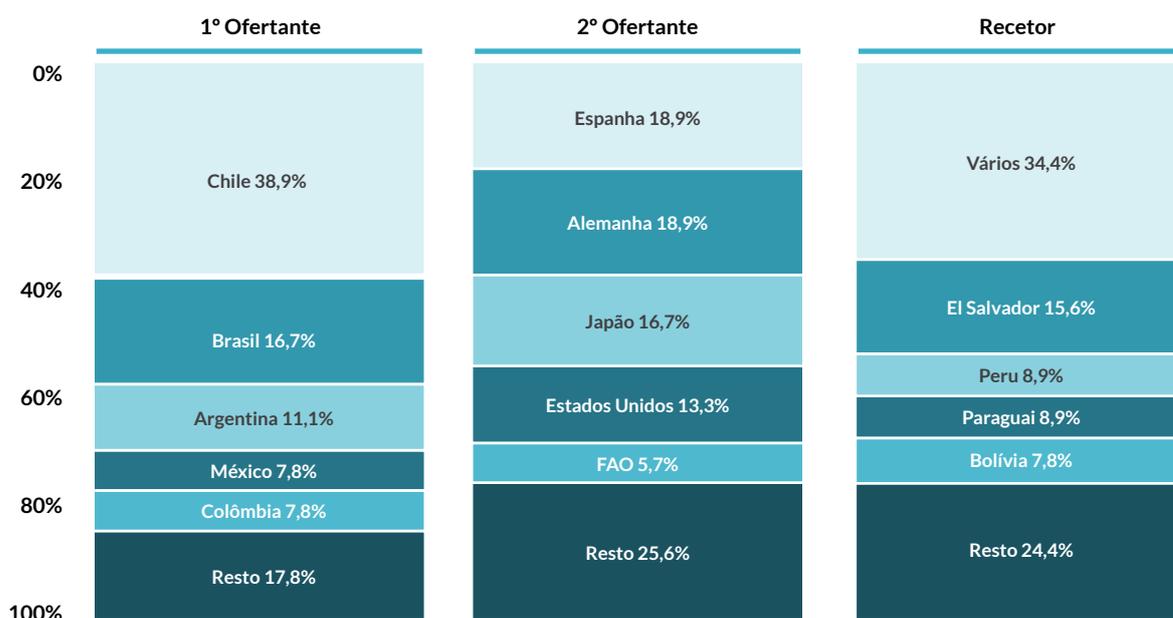
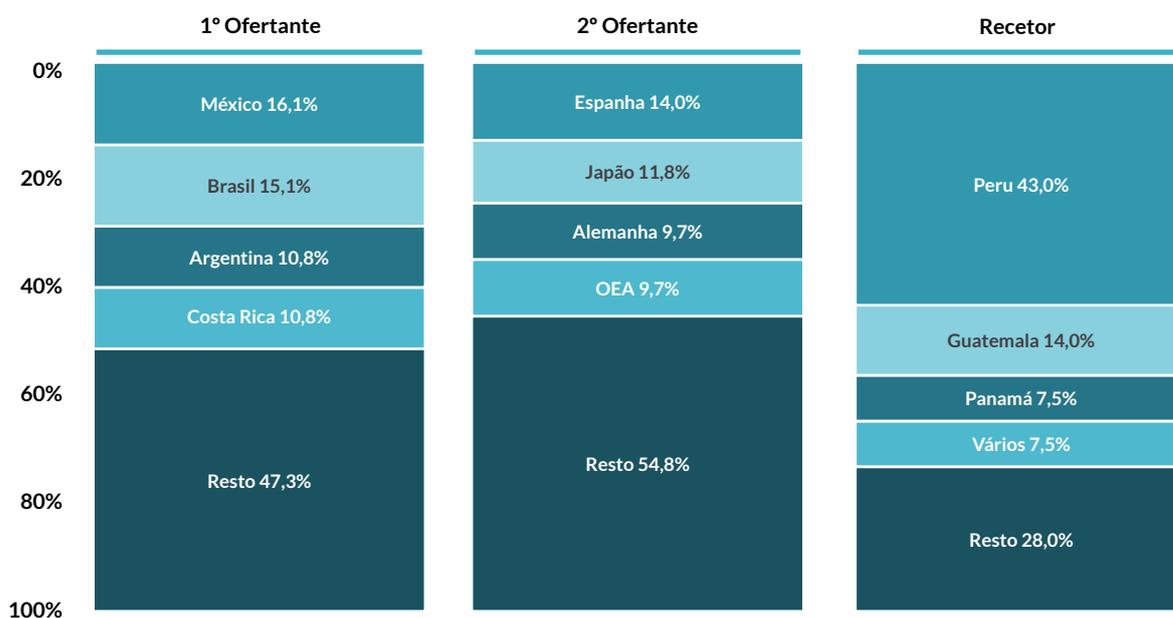


Gráfico III.3.B. Ações



No entanto, tal como já se avançou, a análise relativa à participação dos diferentes países na Cooperação Sul-Sul Triangular em 2014, completa-se através da identificação da sua possível concentração em termos de parceiros. Para isso, recorreu-se principalmente à aplicação do índice de Herfindahl, que, de forma análoga a como se efetuou para a CHSS Bilateral, permite conhecer o grau de concentração das iniciativas de CSS Triangular nuns poucos países e/ou organismos. O exercício realiza-se para cada um dos três papéis desta modalidade e distinguindo as ações dos projetos, algo que garante a comparabilidade.⁵

No Gráfico III.4 representaram-se os graus de concentração/diversificação dos projetos e das ações de CSS Triangular de 2014 medidos a partir de dois valores: por um lado, do índice de Herfindahl de projetos e ações oferecidos/recebidos relativamente aos tipos de agentes que as protagonizaram (eixo horizontal); e por outro lado, da percentagem que os três principais agentes no exercício de cada um dos três papéis triangulares representaram (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor), de novo sobre projetos e ações oferecidos/recebidos, dependendo do caso. Para uma melhor leitura do Gráfico, duas linhas verticais (referenciadas nos valores 0,1000 e 0,1800 da horizontal) dividem a área em três quadrantes que delimitam os intervalos de diversificação, moderada concentração e elevada concentração que se depreendem dos valores de Herfindahl.⁶ Os projetos e as ações também se associaram a diferentes cores.

Da observação do Gráfico III.4 depreende-se que:

- a) Tal como era de esperar, os valores distribuíram-se a modo de nuvem crescente no gráfico, pois os valores de maior concentração segundo o índice de Herfindahl devem corresponder a valores de maior peso relativo dos três principais agentes sobre o total.
- b) Por sua vez, os Índices de Herfindahl associados aos projetos moveram-se num intervalo de valores mais estreito que o das ações, às quais se associaram os valores mais extremos. Igualmente, na análise de um mesmo papel, os comportamentos para ações e projetos puderam inclusivamente chegar a ser opostos. Mais concretamente:
 - Quando se analisou o que aconteceu a partir do papel de receção, o valor mais elevado correspondeu às ações cujo índice se situou em 0,236, muito acima de 0,1800 que delimita a escala de uma elevada concentração. Este resultado explicou-se principalmente pelo grande número de ações nas quais participou um único país, Peru, como recetor, não só de forma individual (40), mas também juntamente com outros parceiros (mais 5 ações). Em contraposição, os projetos recebidos registaram um índice de Herfindahl abaixo de 0,1000, próprio de um padrão de diversificação, que refletiu o facto de que um elevado número de projetos (34,4%) tenha contado com “vários” recetores de forma simultânea (ver de novo o Gráfico III.2).
 - Por sua vez, no caso dos segundos ofertantes, a maior diversificação afetou a análise das ações (índice de 0,0706). Isto relacionou-se com o facto de que os três principais agentes só explicaram 35,5% do total intercambiado e de que os outros 20 agentes que desempenharam esse papel o fizessem com participações de carácter pontual (em uma, duas ou três ocasiões, no máximo).

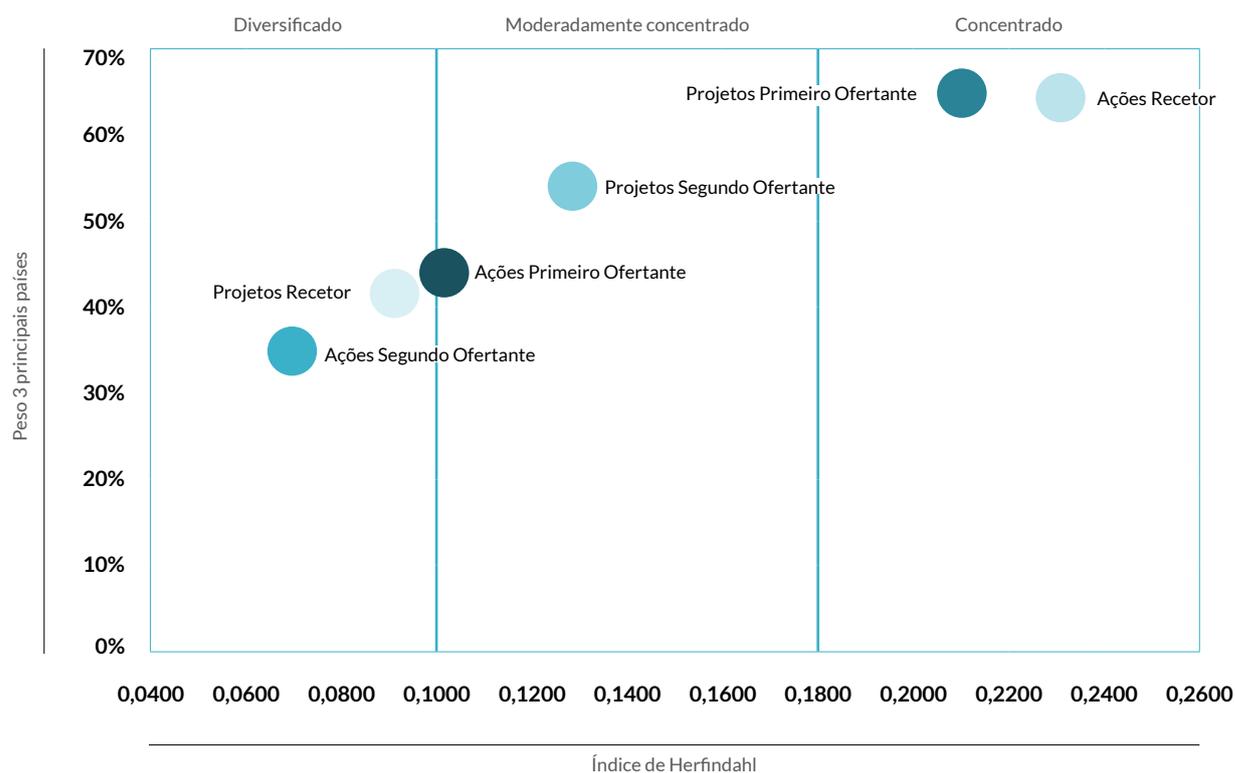
⁵No caso das ações ou projetos em que algum dos papéis é exercido por mais de um agente, procedeu-se a um rateio da sua participação conforme o número de participantes nesse papel.

⁶Os valores 0,1000 e 0,1800 delimitam a concentração/diversificação do grupo analisado. Os valores inferiores a 0,1000 indicam uma diversificação nos países que exercem esse papel, os valores compreendidos entre 0,1000 e 0,1800 indicam uma concentração de carácter moderado e os valores superiores a 0,1800 indicam concentração.

Grau de concentração de projetos e ações conforme os papéis. 2014

GRÁFICO III.4

Índice de Herfindahl, com quatro decimais; peso dos principais países, em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Entretanto, os projetos registaram um grau de concentração superior, embora moderado, isso apesar dos três principais segundos ofertantes terem justificado em torno a 50% da oferta.

- Por último e tal como no caso anterior, quando se analisa a oferta dos primeiros oferentes, a maior diversificação corresponde

às ações e a concentração mais elevada aos projetos. Isso justifica-se em grande medida porque ainda nem todos os países da região exercem como primeiros ofertantes em iniciativas de elevada magnitude como os projetos, mas muitos normalmente começam a sua incursão transferindo capacidades em ações mais pontuais.

Finalmente, para terminar esta secção e com o objetivo de realizar uma aproximação à forma como a participação de alguns países/organismos pode ter evoluído ao longo destes anos, elaborou-se a Tabela A.III.3 do anexo. Essa tabela analisa os dados das últimas quatro edições do Relatório, relacionados com o período compreendido entre 2010 e 2013. Nela se identificaram, para cada um desses anos, quem foram os principais países/organismos no exercício dos diferentes papéis. A comparação mostrou resultados disparez dependendo do papel examinado. Desta forma, conclui-se que:

- a) No caso dos primeiros ofertantes, se confirma a tendência do Chile como o principal país no desempenho desse papel, tendo sido o maior ofertante nos anos 2010, 2012 e 2013, à exceção de 2011, quando a Argentina ocupou a referida posição. Também a Argentina, juntamente com o Brasil e o México, constituíram o grupo de países que completam a lista dos maiores ofertantes dos últimos cinco períodos, acrescentando-se a estes a Colômbia como terceiro principal para ofertantes de 2011.
- b) Por outro lado, e no caso dos segundos ofertantes, a Alemanha manteve-se como o principal segundo oferente praticamente nos últimos cinco períodos, alternando pontualmente a posição com o Japão (2011) ou com Espanha (neste mesmo 2014). De facto, devemos destacar o incremento do apoio de Espanha a esta modalidade, pois passou da quinta posição registada em 2010 para o primeiro posto (partilhado com a cooperação alemã) em 2014.
- c) Por último e quanto ao grupo dos recetores, apesar de haver mais variabilidade nos países que exercem esse papel, identificam-se alguns países que foram protagonistas recorrentes. Na verdade, o Paraguai juntamente com El Salvador foram dos principais recetores de projetos nos últimos anos, com as únicas exceções de El Salvador em 2011 e do Paraguai em 2013. Outros intervenientes que se destacaram foram o Equador e a Bolívia, tendo-se situado entre os maiores recetores em dois dos períodos analisados.

III.2.2. PARCEIROS E PRINCIPAIS ALIANÇAS

Ao longo desta secção analisam-se as relações entre os diferentes países (ou outras organizações), com o objetivo de observar como estas diferem em intensidade. Para mostrar resultados representativos, o estudo aplica-se apenas aos países mais ativos em cada um dos papéis e unicamente para o caso dos projetos: em concreto, ao Chile no papel de primeiro ofertante; a Espanha e Alemanha nos de segundo oferente; e a El Salvador no de recetor.⁷ Constituíram-se assim os Diagramas III.1, III.2, III.3 e III.4, que apresentam os fluxos dos projetos de cada um destes quatro países. A sua observação sugere que:

- a) No caso do Chile, durante 2014 (Diagrama III.1) este relacionou-se com doze segundos ofertantes: oito países e quatro organismos de carácter multilateral. Destacaram-se sobre estes, a Alemanha e os Estados Unidos, que, com o apoio a 9 e 8 projetos respetivamente, explicaram praticamente metade das triangulações do Chile. Entretanto, Espanha, Japão e PMA, apoiando em cada caso quatro projetos, somaram, juntamente com os dois anteriores, 85,3% de todas as associações do Chile com os seus segundos ofertantes. Completaram os restantes 14,7%, três países (Canadá, Coreia e México, cada um com um projeto), um organismo internacional (Banco Mundial, que também apoiou uma iniciativa) e duas associações de países com organismos internacionais (um projeto apoiado conjuntamente pela OPS e o Japão e outro pela CEPAL e a Alemanha). Quanto aos recetores, a associação entre o Chile e os Estados Unidos dirigiu-se maioritariamente a El Salvador, o qual, com outros quatro projetos

⁷No caso dos recetores só se analisa El Salvador, já que é o único país que participou em mais de 10 projetos de CSS Triangular (catorze, mais concretamente). A seguir a El Salvador, o Peru é o país que participou em mais projetos, mas por o ter feito em menos de dez (oito) é omitido da análise.

com Espanha, México, Canadá e Alemanha, recebeu 22,8% de todos os projetos chilenos. Destacaram-se também aqueles que tiveram vários recetores simultâneos (outros 22,8%), nos quais predominaram as associações com o Japão e os Estados Unidos. Os restantes países que completaram a lista de recetores do Chile foram a Guatemala e o Paraguai (com cinco projetos cada um), Honduras (três projetos), Peru e República Dominicana (com dois projetos cada um) e Colômbia e Bolívia, participantes cada um deles em um projeto.

“ Para El Salvador, no papel de recetor, foi fundamental a sua relação com o Chile, o qual explicou mais de metade dos seus projetos recebidos (57,1%) ”

b) Por sua vez, a Alemanha e Espanha, no exercício do papel de segundos ofertantes, apresentaram perfis diferentes (Diagramas III.3 e III.2, respetivamente). Neste sentido, a Alemanha trabalhou com seis países da região como primeiros ofertantes e de uma forma muito especial com o Chile (praticamente metade - 47,1% - dos seus projetos foram executados em conjunto com este país); enquanto que as triangulações de Espanha apresentaram um maior grau de diversificação, colaborando com nove países, dois dos quais, Chile e Uruguai, foram os seus principais parceiros como primeiros ofertantes, explicando conjuntamente 41,1% dos seus projetos. No caso dos recetores, ambos os países mostraram comportamentos semelhantes, com uma distribuição dos mesmos em sete países, cinco coincidentes em ambos os casos (Peru, Paraguai, República Dominicana, El Salvador e Honduras) e outros dois diferentes (Colômbia e Guatemala para a Alemanha e Costa Rica e a Bolívia para o caso de Espanha).

c) Por último (Diagrama III.4), para El Salvador, no papel de recetor, foi fundamental a sua relação com o Chile, o qual explicou mais de metade dos seus projetos recebidos (57,1%), maioritariamente executados com o apoio dos Estados Unidos. Os restantes projetos do Chile com El Salvador, foram apoiados por outros países, como a Alemanha, Canadá, México e Espanha, cada um dos quais com um projeto no país centro-americano em conjunto com o Chile. Entretanto, o México, Costa Rica e Colômbia em conjunto com Cuba, completaram o grupo dos primeiros ofertantes, com um ou dois projetos em cada caso. Por seu lado e no caso dos segundos ofertantes, Espanha foi o segundo país que mais projetos apoiou em El Salvador atrás dos Estados Unidos, embora se tivessem também registado apoios a projetos triangulares por parte da Alemanha, Canadá, México, UNFPA, UNICEF e Noruega. Como dado complementar, devemos destacar que em 2014, El Salvador, fazendo um esforço por desempenhar um papel dual na CSS Triangular, começou a exercer também o papel de primeiro ofertante, tal como mostra a experiência triangular com Espanha e a República Dominicana (Quadro III.2).

Finalmente, sublinha-se que no caso das ações de Cooperação Sul-Sul Triangular também houve algumas relações destacadas relativamente às restantes. A modo de ilustração, entre os países que exerceram o papel de primeiros ofertantes e os países e/ou organismos que exerceram o de segundos ofertantes, destacaram-se as associações em torno de cursos triangulares apoiados pelo Japão juntamente com países como o Brasil, Chile ou México e destinados simultaneamente a vários países. Também se destacou a relação do Peru com a Alemanha e a intensa relação de Espanha com a Costa Rica, através do seu Programa de Cooperação Triangular com países centro-americanos. Por sua vez, e quanto às relações entre os primeiros ofertantes e os recetores no âmbito das ações, destacaram-se as associações do Peru com o México e o Brasil, bem como as da Guatemala com o México e a Costa Rica, muito ligadas à Alemanha e ao Japão no primeiro caso e a Espanha no segundo.

Promoção e apoio ao empreendedorismo através de uma iniciativa triangular: a experiência de El Salvador, Espanha e República Dominicana

QUADRO III.2

A República Dominicana foi uma das economias da América Latina que registou um maior crescimento na última década. Isso torna-a num país com um grande potencial para desenvolver o setor da pequena e média empresa e para a promoção do empreendedorismo. A aposta nacional no empreendedorismo tem-se vindo a incrementando nos últimos anos e está muito associada à inserção da República Dominicana no SICA em 2012. Assim, sob a liderança do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), foi de especial interesse o impulso a um ecossistema nacional de empreendedorismo, materializado na aprovação de uma Estratégia Nacional de Empreendedorismo (ENE).

No âmbito de uma das reuniões do Centro Regional de Promoção das Micro e PME (CEMPROMYPE), que é a instância especializada nesta matéria, adstrita ao SICA, o Ministério da Indústria e Comércio da República Dominicana manifestou o seu interesse em adotar o modelo salvadorenho de Centros de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (CDMYPE), fruto de uma experiência prévia de adaptação dos Small Business Development Center (SBDC) dos Estados Unidos. Esse modelo consta de proposta de serviços técnicos e/ou profissionais para acompanhar o processo de desenvolvimento das micro e pequenas empresas, baseado numa aliança entre o setor público, o setor privado e a academia. A Comissão Nacional da Micro e Pequena Empresa (CONAMYPE) de El Salvador adaptou este modelo e, em 6 anos, alargou-o a 14 centros do país, tornando-o parte da política pública de apoio às Micro e PME. Com este objetivo, iniciou-se o diálogo bilateral entre a CONAMYPE de El Salvador e o MIC da República Dominicana, no qual

se envolveram as principais instâncias diretoras de cooperação de ambos os países (Vice-Ministério da Cooperação Internacional do Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento - VIMICI/MEPeD - de República Dominicana e a Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores de El Salvador). Desta forma, o processo de planificação do Projeto para a Transferência de experiências para a adaptação do modelo CDMYPE nos Centros de Micro e PME da República Dominicana, foi acordado em diversas reuniões conjuntas com todos os intervenientes envolvidos. Com o objetivo de dar sustentabilidade ao processo, bem como de estruturar uma governação do projeto que permitisse uma eventual continuidade da associação triangular, juntou-se Espanha, tendo-se assinado um Acordo Tripartido entre os três países.

No que respeita ao financiamento e à responsabilidade partilhada, deveriam considerar-se não só os desembolsos executados por Espanha, mas também a contribuição em espécie dos países, tais como o uso de veículos das instituições, as salas de formação, o software transferido por El Salvador e os recursos humanos das instituições envolvidas no processo.

Para a execução do projeto, teve de se adaptar o modelo salvadorenho de CDMYPE aos Centros PYMES de República Dominicana, após a aprovação do Ministério da Indústria e do Comércio. Um ano após o início da execução do projeto, este conta com seis centros universitários (públicos e privados) que já tinham centros de empreendedorismo, mas que com esta aliança puderam melhorar a qualidade dos seus serviços, medir os resultados da atenção dispensada, acompanhar estatísticas, bem como

medir os impactos e a incorporação das perspetivas de género: apoio especializado a mulheres, ligação aos territórios e articulação com a banca pública e privada de microfinanças. Assim, em novembro de 2015, os centros PYMES tinham já realizado 273 assessorias a empresas, 104 a empreendedores e 120 capacitações.

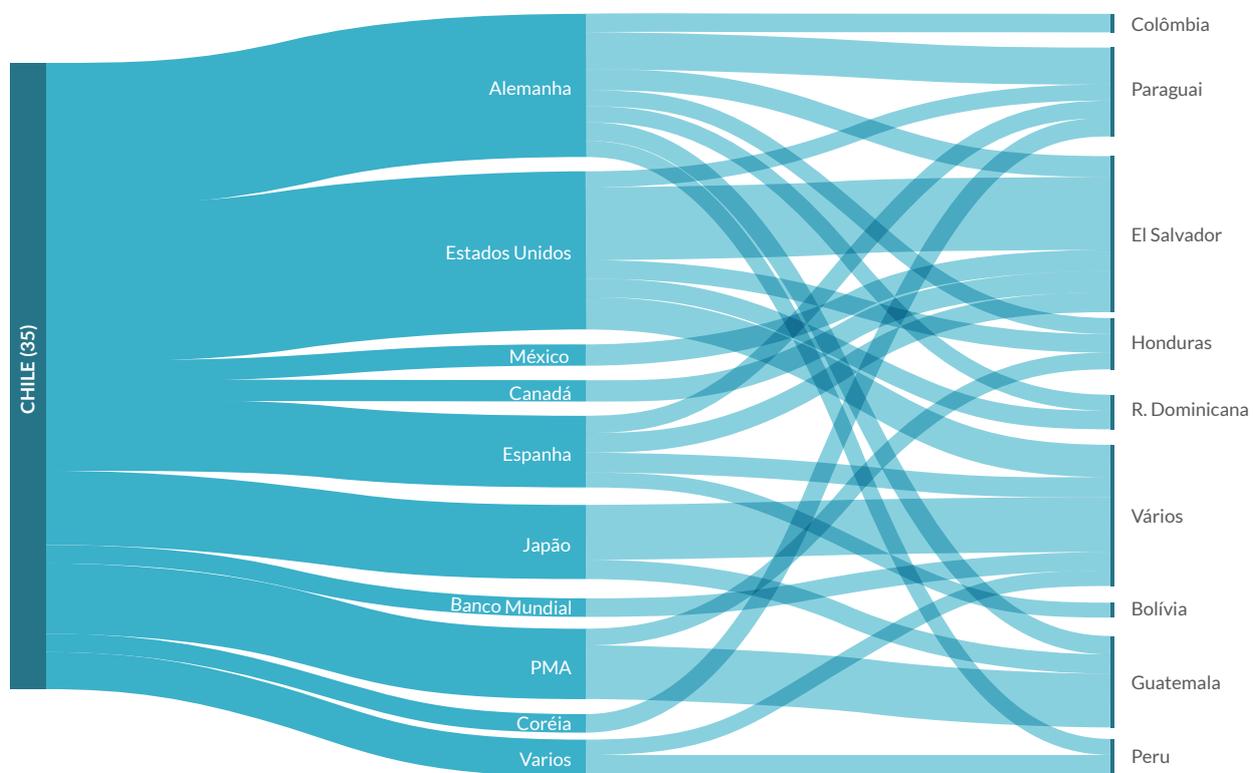
- O projeto foi iniciado tendo em conta uma necessidade estratégica, definida pela República Dominicana e de acordo com as suas prioridades nacionais, procurando também adaptar o modelo já implementado por El Salvador ao contexto nacional.
- As negociações entre os três intervenientes realizaram-se respeitando os princípios de horizontalidade e consenso, através de múltiplas sessões de trabalho conjunto com os diferentes agentes envolvidos na República Dominicana. A AECID tem um protocolo para a Cooperação Triangular, que inclui nos seus procedimentos, a assinatura de um Acordo Tripartido entre os três parceiros

Os três países vinculados a este projeto coincidem também na necessidade de continuarem a melhorar a coordenação entre os parceiros, dado que a concertação de reuniões é uma das principais dificuldades com que se estão a confrontar.

Fonte: SEGIB a partir da Estratégia Nacional de Empreendedorismo (MIC, 2013) e da informação apresentada pelo Vice-Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana, Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores de El Salvador e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular do Chile, no papel de primeiro ofertante. 2014

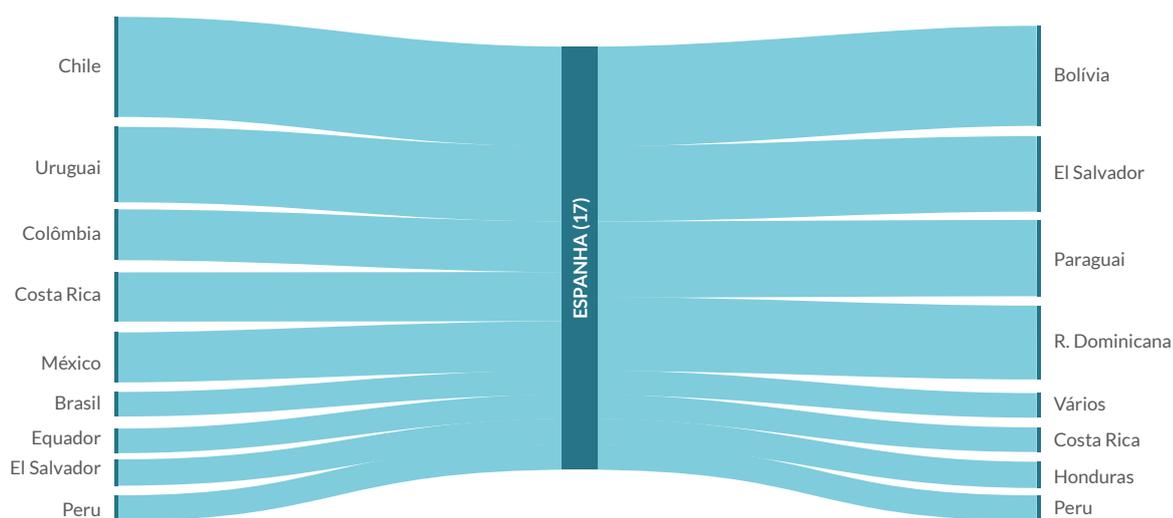
DIAGRAMA III.1



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular de Espanha, no papel de segundo ofertante. 2014

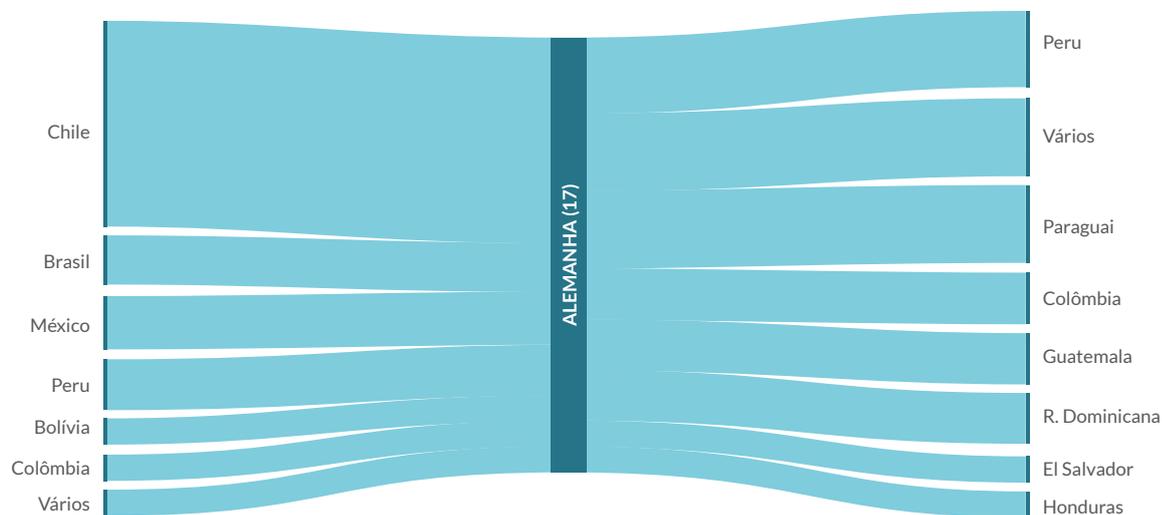
DIAGRAMA III.2



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular da Alemanha, no papel de segundo ofertante. 2014

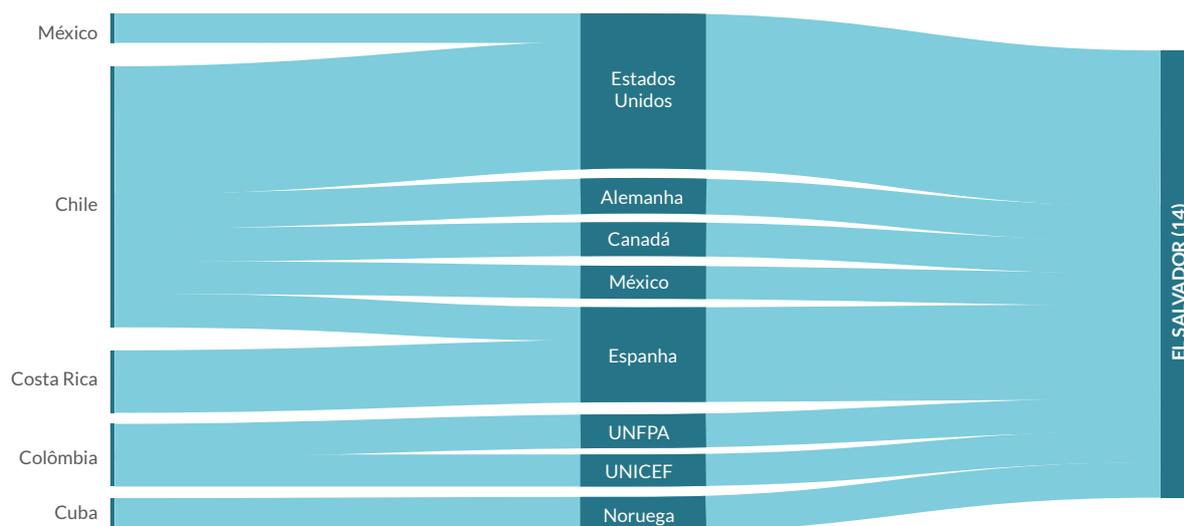
DIAGRAMA III.3



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição dos fluxos de projetos de CSS Triangular de El Salvador, no papel recetor. 2014

DIAGRAMA III.4



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

III.3 ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR EM 2014

Depois de analisarmos quem foram os intervenientes com mais dinamismo e quais foram as relações de maior intensidade entre os países que participaram na Cooperação Sul-Sul Triangular em 2014, passamos a analisar para que setores e dimensões de atividade se tenderam a orientar os 90 projetos e as 93 ações

registados na Ibero-América. A análise realiza-se em primeiro lugar caracterizando o total das iniciativas intercambiadas a nível regional e, em segundo lugar, identificando o perfil de capacidades e de necessidades dos principais parceiros, no exercício dos correspondentes papéis de ofertante (primeiro e segundo) e recetor.

III.3.1. O PERFIL SETORIAL DOS PROJETOS E DAS AÇÕES

A classificação setorial aceita no espaço ibero-americano compreende dois níveis de agregação: por um lado, os setores de atividade, e, por outro lado, as dimensões que os agrupam. O Diagrama III.5 mostra de forma simples quais foram as dimensões (caudal central) para as quais se dirigiu o fortalecimento das capacidades dos 90 projetos de CSS Triangular em 2014 (caudal esquerdo), bem como, e associado a cada dimensão, a que setores de atividade atenderam (caudal direito). A sua observação sugere que:

- a) Em termos de dimensões, os projetos distribuíram-se em proporções muito parecidas entre o âmbito Social, os Setores produtivos, o Fortalecimento institucional e a área Ambiental (cerca de 20% do total dos projetos para cada um desses âmbitos). Uma menor importância relativa, tiveram os projetos dedicados à criação de capacidades em matéria de Infraestruturas e serviços económicos (2,2% do total) e de Outras dimensões (4,4%).
- b) No âmbito Social, os setores com maior peso relativo foram os Outros serviços e políticas sociais (44% da referida dimensão) e o setor da Saúde (32%). No primeiro, destacaram-se os projetos de carácter social com ênfase nas populações vulneráveis, tais como a infância, os povos indígenas ou a adolescência; no setor da Saúde destacaram-se os projetos de fortalecimento dos serviços de saúde (alargamento de redes e melhoria de aspetos técnicos, como as transfusões de sangue) e os projetos dirigidos a garantir a segurança alimentar e a melhorar aspetos nutricionais.
- c) No caso dos setores produtivos, 65,2% dos projetos estiveram orientados para o fortalecimento do âmbito Agropecuário (segundo setor de maior importância relativa no conjunto dos 90 projetos de CSS Triangular de 2014). Salientaram-se neste âmbito os projetos de apoio aos pequenos produtores agrícolas e, de forma mais alargada, os centrados no fortalecimento de diversos setores como o algodão e o cacau. Nos outros setores desta área, destacaram-se as atividades orientadas a garantir aspetos relativos à segurança dos alimentos, tais como a certificação sanitária.
- d) Quanto à dimensão do Fortalecimento institucional, todos os seus projetos se dirigiram ao Governo; um setor que, por sua vez, explicou a maior parte do conjunto da CSS Triangular de 2014 (22,2% dos 90 projetos registados). A modo de ilustração, alguns dos projetos nesta área foram dirigidos a fortalecer a mobilização de recursos nacionais, quer através de uma melhoria nos procedimentos de compras públicas quer no apoio às autoridades fiscais nacionais. Houve também projetos na área da segurança e defesa e do reforço das instituições nacionais encarregadas de gerir a cooperação e de planificar os processos nacionais de desenvolvimento.
- e) A nível ambiental, destacaram-se os projetos relacionados com a defesa e proteção do ambiente; os dirigidos a melhorar a gestão dos resíduos e os dedicados a aspetos mais técnicos e tecnológicos gerais, tais como a melhoria das estatísticas ambientais ou a criação de centros de tecnologia específicos nessa área.

- f) Por último, e para as dimensões que apresentaram uma menor atividade (Infraestruturas e serviços económicos e Outras dimensões), devemos sublinhar os projetos pontuais orientados para a melhoria dos sistemas profissionais e a promoção das PME no âmbito económico, bem como alguns projetos de desenvolvimento territorial, no caso das Outras dimensões.

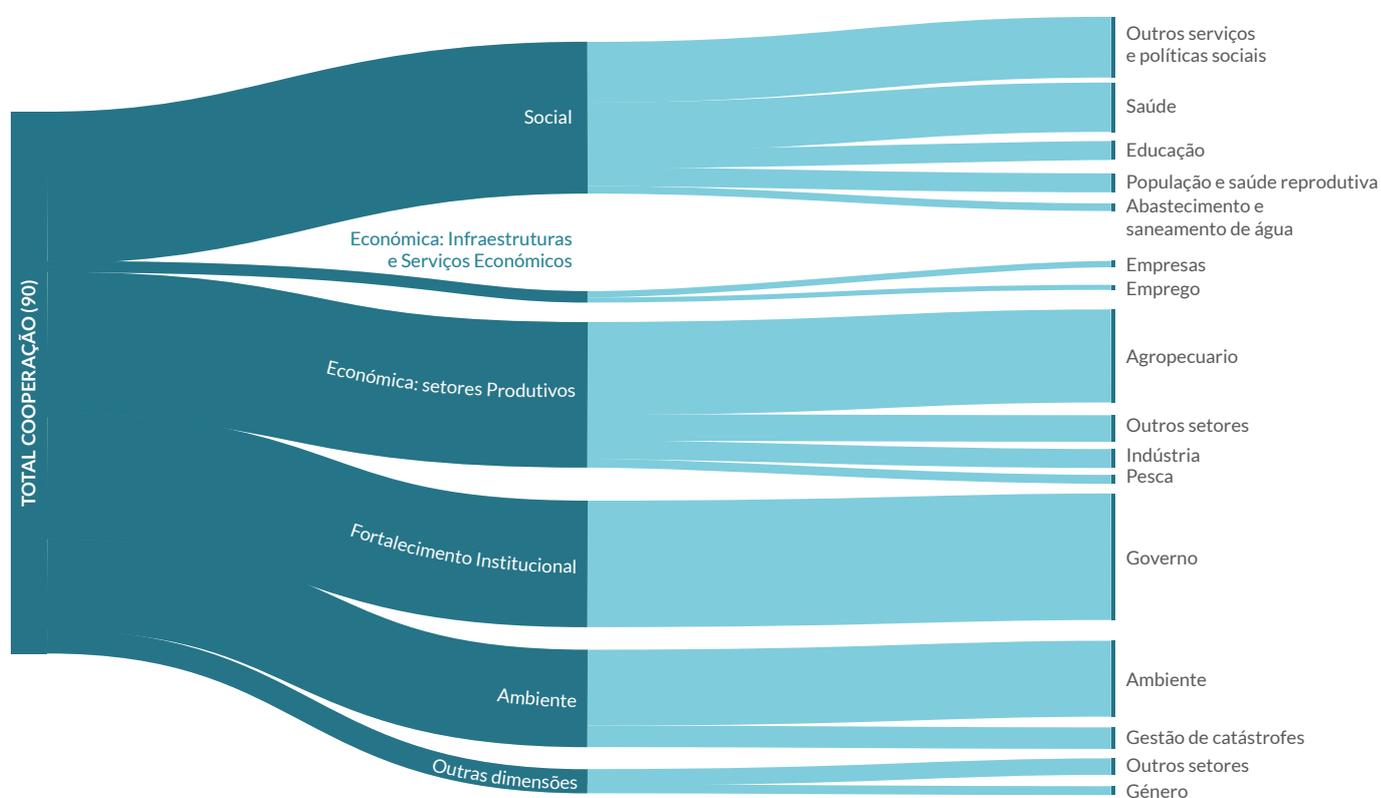
“ Os projetos distribuíram-se em proporções muito parecidas entre o âmbito Social, os Setores produtivos, o Fortalecimento institucional e a área Ambiental (cerca de 20% do total dos projetos para cada um desses âmbitos) ”

Por sua vez, a análise setorial das 93 ações de CSS Triangular registadas em 2014 (Gráfico A.III.1 do anexo), apresentou conclusões diferentes das obtidas para os projetos. Em concreto:

- a) Em contraposição aos projetos, as ações tenderam a concentrar-se em menos setores. Neste sentido, a maior parte das ações dirigiram-se ao Fortalecimento institucional e ao âmbito Social, duas dimensões que, conjuntamente, explicaram 3 de cada 4 ações.
- Quanto ao Fortalecimento institucional, este esteve integralmente dirigido ao setor do Governo, uma área que explica 4 de cada 10 ações. Dentro deste grupo de atividades, destacaram-se as dirigidas a melhorar as capacidades institucionais e a modernizar a tecnologia de diferentes áreas de governo, tais como as instituições judiciais, diferentes órgãos eleitorais ou as de segurança e luta contra a corrupção. Mais especificamente, salientaram-se temas como a faturação e fiscalização eletrónica, aplicação das normas ISO a diferentes níveis de governo e melhorias nos processos de planificação e gestão por resultados; diferentes aspetos que tiveram
- impacto não só numa maior transparência, mas também na eficiência das instituições e no fortalecimento das políticas públicas.
- Em conjunto, Saúde e Educação representaram 57,7% das ações enquadradas no âmbito Social, sendo este, além disso, o segundo e quarto setor de maior importância relativa no total das ações. Por sua vez, as atividades em matéria de Educação foram maioritariamente dirigidas a melhorar, dentro dos serviços educativos, os aspetos que relacionam a educação com a integração posterior dos alunos, quer no mercado do trabalho quer em atividades de empreendedorismo.
- b) No âmbito económico, terceiro em importância (25,9% das ações), as suas duas vertentes: Setores Produtivos e Infraestruturas e Serviços Económicos, representaram percentagens próximas dos 15,1% e 10,8%. Assim, na vertente produtiva, e tal como se verificou no caso dos projetos, houve um maior peso das atividades centradas no setor Agropecuário, sendo estas responsáveis por 42,9% dessa dimensão. Por outro lado, nas Infraestruturas e serviços económicos (com uma atividade muito maior que a apresentada pelos projetos), o setor do Emprego foi o que se viu mais fortalecido com atividades variadas que, entre outras, abarcaram desde o fortalecimento dos serviços públicos de emprego até à melhoria de capacidades na inspeção do trabalho.
- c) Finalmente, houve ações mais pontuais nos âmbitos do Ambiente e das Outras dimensões (3,3% dos registos). O facto de que os projetos ambientais tivessem um maior peso relativo que o das ações, sugere que a problemática ambiental tendeu a ser abordada a partir de uma perspetiva mais lata e com um maior impacto esperado e, por isso, a instrumentalizar-se preferencialmente a partir de projetos.

Distribuição setorial do total de projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular. 2014

DIAGRAMA III.5



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

III.3.2. O PERFIL SETORIAL DOS PAÍSES CONFORME O PAPEL

Analisamos a seguir, se os diferentes países/organismos que em 2014 se envolveram nas diversas iniciativas de CSS Triangular, apresentaram determinadas especializações setoriais e, portanto, um perfil de capacidades/necessidades para cada um dos papéis exercidos.

Com este objetivo elaborou-se o Gráfico III.5 que mostra, para os casos do Chile (no papel de principal primeiro ofertante), Espanha, Alemanha (segundos ofertantes mais relevantes)⁸ e El Salvador (principal recetor), a que dimensões setoriais se associaram os projetos nos quais participaram em 2014. A observação do referido gráfico sugere que:

- a) No papel de ofertante (Gráfico III.5.A), o Chile fortaleceu capacidades maioritariamente e de forma paritária no âmbito Social e nos Setores produtivos, os quais representaram 58% da sua oferta. Os projetos produtivos estiveram muito ligados à sua relação com os Estados Unidos e tenderam a concentrar-se no âmbito Agropecuário (certificações sanitárias e segurança alimentar, áreas muito relacionadas com a vertente comercial do setor), considerado prioritário no memorando de entendimento assinado pelas agências de ambos os países em 2011.⁹ Por sua vez, o trabalho na área Social esteve muito ligado, por um lado, à associação com a Alemanha nos Outros serviços e políticas sociais através de projetos multissetoriais e, por outro, com o PMA na luta contra a Fome e a pobreza.
- b) Sendo os principais países que apoiaram os projetos de CSS Triangular no papel de segundos ofertantes, a Alemanha e Espanha apresentaram perfis setoriais muito diferentes. No caso do primeiro (Gráfico III.5.C), a maior parte do seu apoio centrou-se na dimensão do Ambiente, uma área que ocupou a totalidade desta dimensão e que, como setor, explicou 41,2% da sua atividade. Esta prioridade, que coincide com a registada nos anos 2012 e 2013, mostra o papel consolidado da Alemanha, com um perfil muito orientado para a defesa e o cuidado do ambiente, que, além disso, completou com um marcado perfil social, pois dedicou 7 de cada 10 projetos a uma destas duas dimensões. Por sua vez, Espanha (Gráfico III.5.B) também apresentou uma destacada especialização setorial, pois três quartos dos projetos em que participou centraram-se no apoio ao Fortalecimento institucional (47,1% do total) e no âmbito Social (29,4%). Assim, Espanha facilitou o fortalecimento entre instituições homólogas de carácter muito variado, tais como tribunais constitucionais, instituições de segurança ou subsecretarias de tributação, apenas para dar alguns exemplos. Também apoiou projetos orientados para a melhoria, entre outros, dos sistemas de saneamento (Água), políticas de infância (Outros serviços e políticas sociais) e rede de serviços de sangue (Saúde).
- c) Para finalizar, o facto de que 60% dos projetos que El Salvador recebeu em 2014 tivessem tido a sua origem na cooperação chilena, explica a razão pela qual o perfil setorial do país centro-americano é tão semelhante ao apresentado pelo Chile (Gráfico III.5.D). Assim, mais de 70% dos projetos recebidos por El Salvador tiveram por objetivo fortalecer as suas capacidades nos âmbitos dos Setores Produtivos e Social. Dentro do primeiro, destacaram-se, por sua vez, as atividades ligadas à área Agropecuária e do Comércio, com transferências de experiência dirigidas, entre outras, à modernização tecnológica das certificações para o comércio internacional e à implantação de sistemas de inteligência de mercados.

⁸ Quanto aos segundos ofertantes, apresentam-se os casos de Espanha e Alemanha por ambos terem participado em 17 projetos de CSS Triangular.

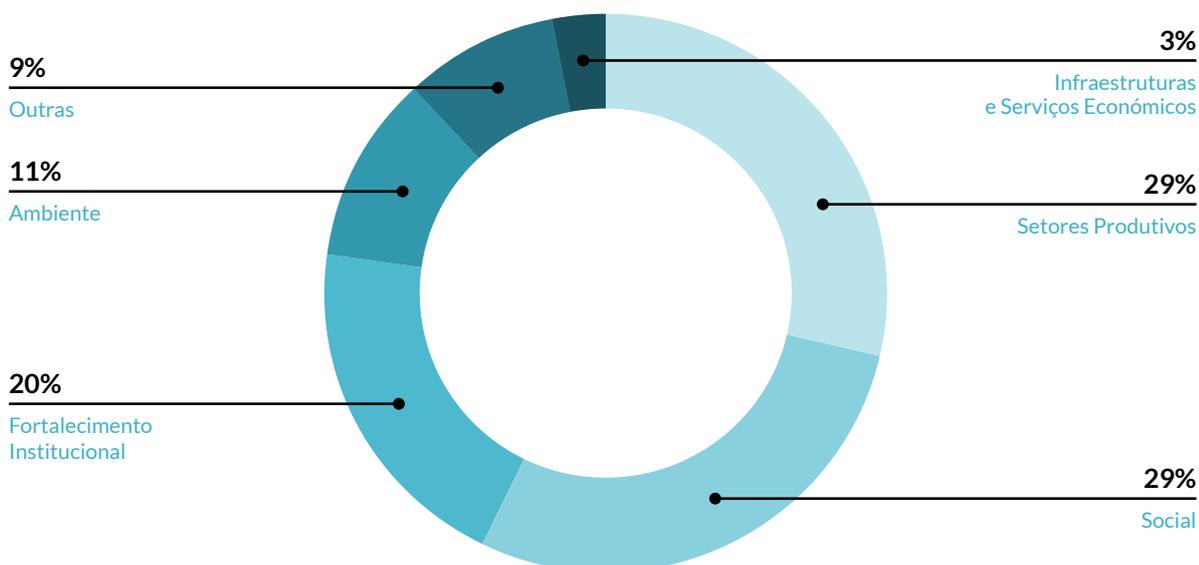
⁹ Memorando de Entendimento entre o USAID e a AGCID para a Implementação de Atividades de Cooperação para o Desenvolvimento em Países Terceiros.

Dimensão setorial dos projetos de CSS Triangular, principais intervenientes. 2014

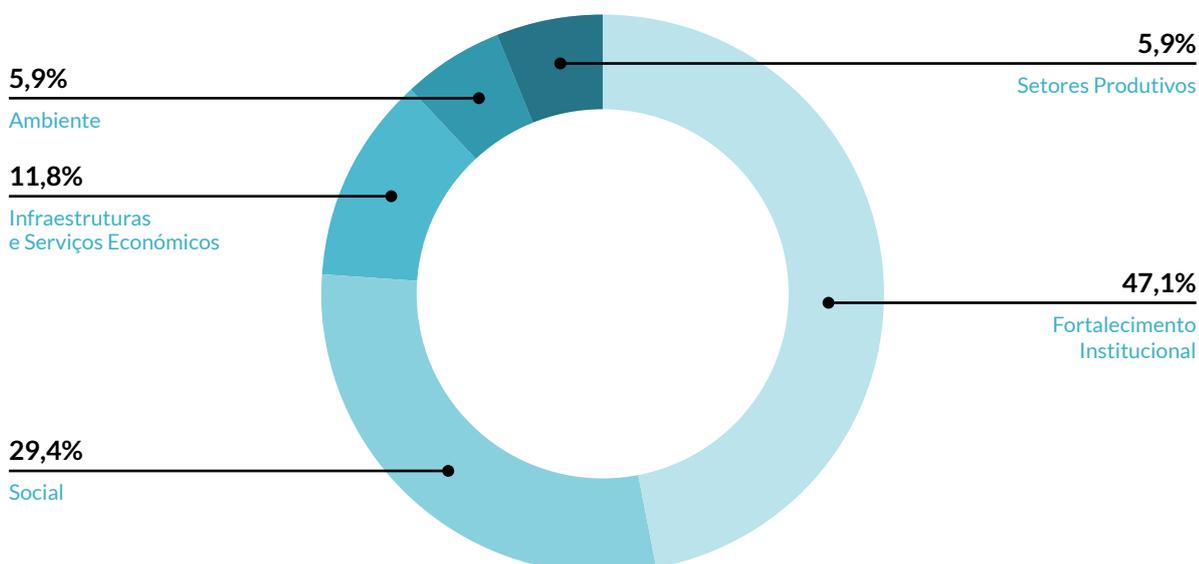
GRÁFICO III.5

Em percentagem

III.5.A. Chile, no papel de primeiro ofertante



III.5.B. Espanha, no papel de segundo oferente



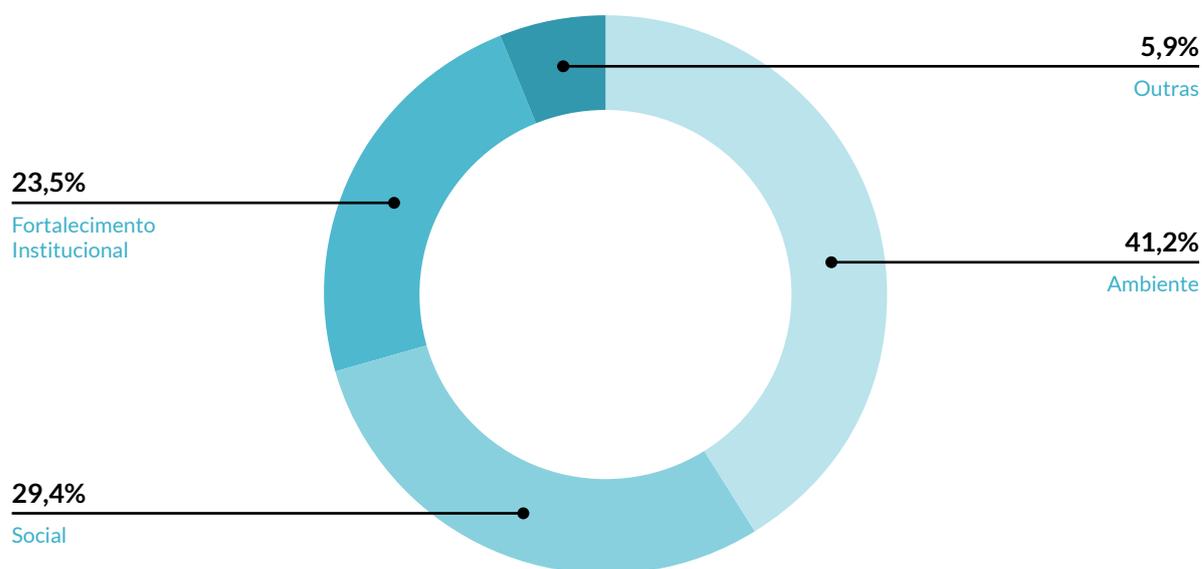
Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Dimensão setorial dos projetos de CSS Triangular, principais intervenientes. 2014

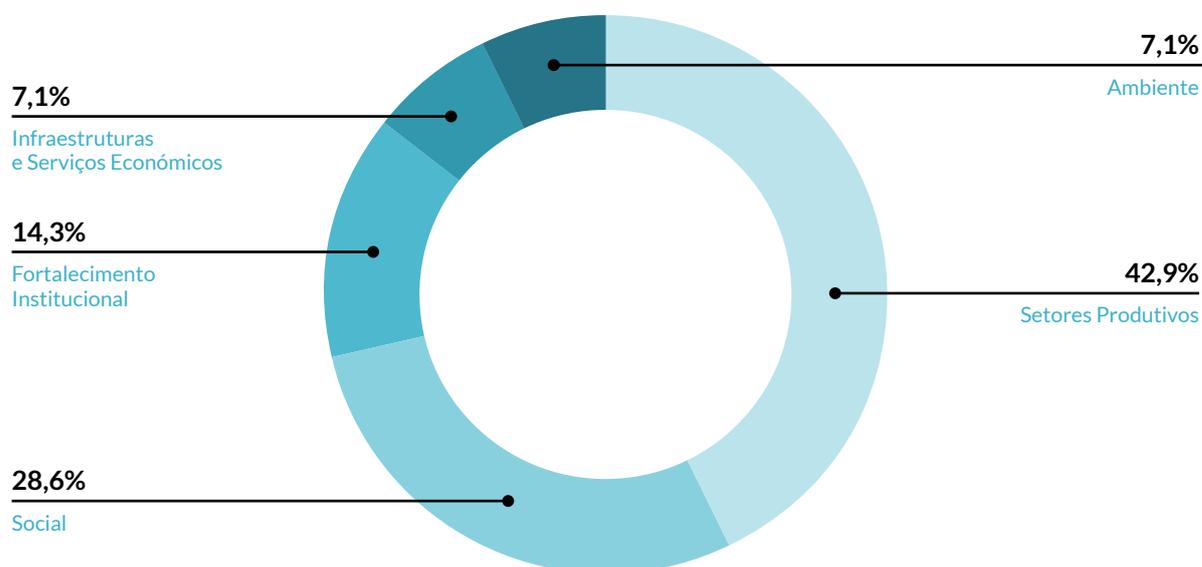
GRÁFICO III.5

Em percentagem

III.5.C. Alemanha, no papel de segundo oferente



III.5.D. El Salvador, no papel de recetor



III.4 OUTROS ASPETOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR

Nesta secção, fazemos uma aproximação a outros aspetos importantes da Cooperação Sul-Sul Triangular na qual os países ibero-americanos participaram em 2014. Entre eles, destacam-se os relacionados com a dimensão (temporal e económica) dos projetos e das ações, bem como os que se referem aos mecanismos através dos quais se financia esta modalidade, os enquadramentos legais que a sustentam ou as fórmulas sob as quais se articulam os diferentes cooperantes.

III.4.1. DURAÇÃO E CUSTO DOS PROJETOS DE CSS TRIANGULAR

Tal como se explicou no Capítulo II, a realização de uma análise sobre o custo económico ou a duração dos projetos e ações, é uma das múltiplas formas existentes para dimensionar a Cooperação Sul-Sul. Além disso, face a que qualquer análise está sujeita à disponibilidade de dados para as diferentes variáveis, deve em primeiro lugar realizar-se uma revisão acerca de qual é a cobertura de informação com que se conta, para, posteriormente, realizar apenas os exercício que permitam retirar conclusões relevantes e em que possamos confiar.

Refletindo primeiro sobre os aspetos económicos dos projetos e das ações e tendo em conta os dados sobre custos que os países proporcionam, podemos fazer três tipos de análises:

- a) Uma primeira de carácter “geral”, relacionada com conhecer o volume dos recursos económicos que foram mobilizados tanto para cada uma das iniciativas quanto para o seu conjunto; informação esta que nos aproxima da dimensão económica da CSS Triangular.
- b) Uma segunda análise “conforme o papel”, consiste em examinar, para cada um dos três papéis que se podem exercer na CSS Triangular, qual foi o volume económico que a partir de cada um deles se proporcionou. Este exercício permite uma comparação entre as proporções das despesas assumidas pelos diferentes papéis; a identificação de um possível padrão entre o papel e o volume do encargo financeiro assumido; bem como uma aproximação ao grau de responsabilidade partilhada entre os vários cooperantes, pelo menos em termos de custo.
- c) Uma terceira análise “conforme o país e/ou organismo”, baseada num estudo por cooperante que permita conhecer as respetivas contribuições financeiras para a CSS Triangular; o dimensionamento económico dos projetos e das ações que se permutam; bem como uma comparação do que é assumido pelos diferentes países/organizações envolvidos na cooperação.

Por sua vez, os dados sobre os custos exigidos para estas análises, apresentam-se combinando diferentes variáveis de corte: por um lado, a altura

ou o período em que se referenciam (um exercício - 2014 - ou todo o ciclo de execução da iniciativa);¹⁰ e, por outro lado, o tipo de custo (orçamentado ou executado). Qualquer dos itens resultantes pode, por seu turno, distinguir-se para projetos e ações e referir-se a cada um dos intervenientes participantes, a cada papel ou à cooperação total, à margem de intervenientes e papéis. Todas estas variantes, juntamente com a percentagem de dados associados dos que efetivamente dispomos para esta análise, incluem-se na Tabela A.III.4 do anexo.¹¹

“ Quase metade dos projetos (47,6%), mantevese (ou manter-se-á) em execução entre um e três anos, sendo o intervalo entre os dois e os três anos ”

Da revisão da Tabela A.III.4, conclui-se que os dados que apresentaram uma maior cobertura foram os relacionados com as contribuições dos agentes que exerceram como segundos oferentes e só no caso dos dados relativos a 2014: dados sobre o custo orçamentado em 2014 para 24,4% dos projetos; dados sobre o custo executado em 2014 para 41,9% das ações. Assumindo este grau de representatividade, elaboraram-se os Gráficos III.6, que distribuem os projetos (III.6.A e C) e as ações (III.6.B e D) conforme o intervalo de custo orçamentado (A e B) ou executado (C e D) ao qual se associaram. A sua observação sugere que:

- a) Tal como aponta a própria definição de projetos e ações, ambos os instrumentos respondem a uma dimensão deferente (superior para os primeiros), que tende a corroborar-se em termos económicos a partir da análise de custos. Com efeito, em 2014, mais de metade das ações mantiveram-se abaixo dos 10.000 dólares tanto no orçamento (70,3%) como na execução (69,2%). Entretanto, mais de 60% dos projetos registaram custos orçamentados (60,9%) e executados (63,6%) entre 10.000 e 100.000 dólares.
- b) Relativamente aos projetos em particular, os fundos efetivamente executados foram ligeiramente superiores aos orçamentados. Tal como se observa, 26,1% dos projetos tiveram orçamentos para 2014 inferiores a 10.000 dólares, face aos 18,2% dos que executaram

desembolsos dessa grandeza. No outro extremo da escala, observou-se que apenas 13% dos projetos contaram em 2014 com orçamentos superiores a 100.000 dólares, enquanto que houve 18,2% dos projetos que executaram quantias superiores durante o mesmo período.

- c) Por sua vez, as ações tiveram um comportamento muito parecido na comparação entre o orçamentado e o executado. Isso é coerente com o facto de serem atividades de menor duração, em muitos casos com um número único ou muito reduzido de atividades e com uma menor probabilidade de imprevistos durante o seu desenvolvimento; tornando todos estes fatores, sem dúvida, mais fácil, que os valores orçamentados e executados tendam a coincidir.

Igualmente, e tal como já se referiu no início desta secção, outro elemento que permite dimensionar a CSS Triangular é a duração, prevista¹² e efetiva, tanto dos projetos quanto das ações. Antes de fazer essa análise, efetuou-se um exercício análogo ao dos custos, para saber que dados estão disponíveis, o que determinará a sua validade para uma utilização posterior. Assim, o Esquema A.III.1, em anexo, apresenta para cada tipo de iniciativa (projetos e ações) qual o volume disponível de dados relativos à aprovação, início ou finalização da atividade, bem como de uma combinação destas duas últimas condições.

Desse esquema depreende-se que:

- a) A disponibilidade dos dados relativos às datas é bastante elevada, com menor representatividade no caso das de aprovação, onde as percentagens, mesmo assim e tanto para os projetos quanto para as ações, se encontram em torno dos 65%.
- b) Quanto às datas de início, os dados disponíveis ultrapassaram os 95%. Entretanto, e no que se refere às de finalização, a percentagem diferiu dependendo de se tratarem de projetos ou de ações: um menor 70% no primeiro caso; um elevado 92,5% no segundo. A este propósito, salienta-se que no caso dos projetos, a cobertura de dados sobre datas melhorou significativamente face à informação que se incluiu no Relatório de 2015, com percentagens que passaram dos 40-50% para percentagens muito mais elevadas, entre 70% e 90%.

¹⁰ Ambos coincidentes no caso das iniciativas iniciadas e finalizadas em 2014.

¹¹ Uma vez que os dados dos custos disponíveis não são elevados para o caso dos agregados, não se incluiu a análise da informação disponível por país.

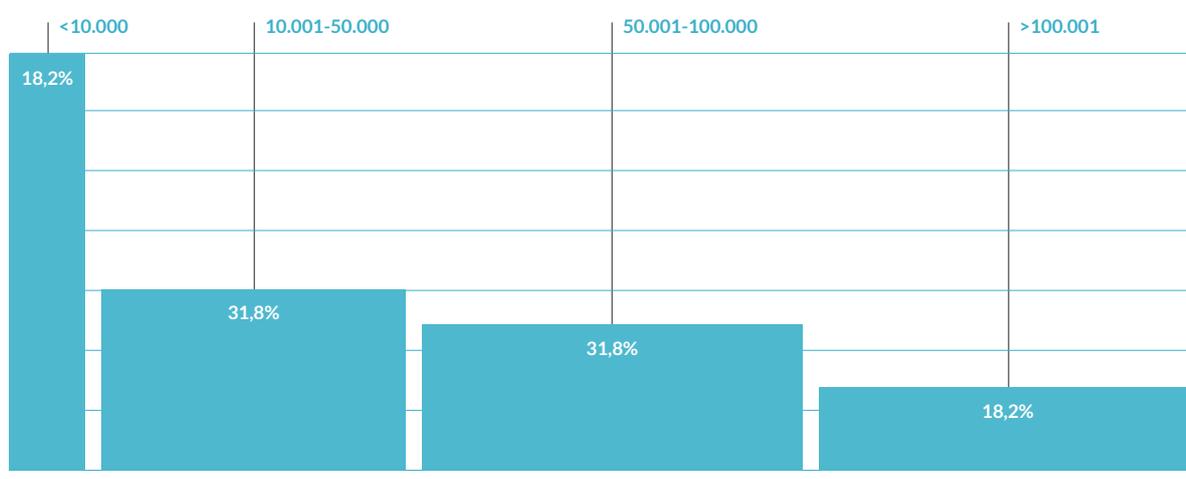
¹² Calcula-se a data do final, quer já tenha vencido, quer a estimada na formulação ou conceção das atividades.

Distribuição de projetos e ações conforme o custo assumido pelo segundo ofertante

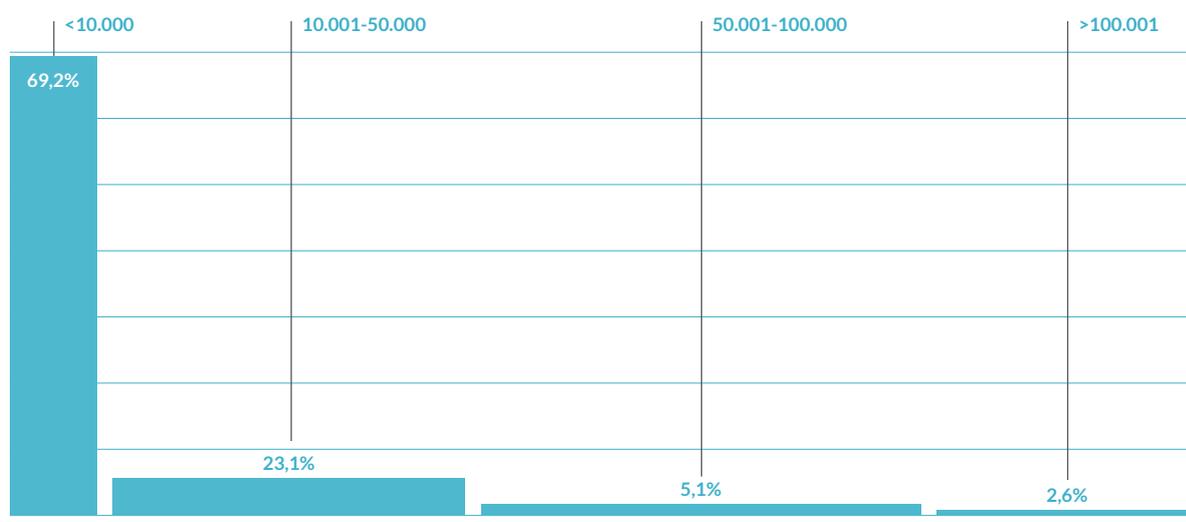
GRÁFICO III.6

Custo, em dólares; participação, em porcentagem

III.6.A Projetos conforme o Custo Orçamentado 2014



III.6.B Ações conforme o Custo Orçamentado 2014

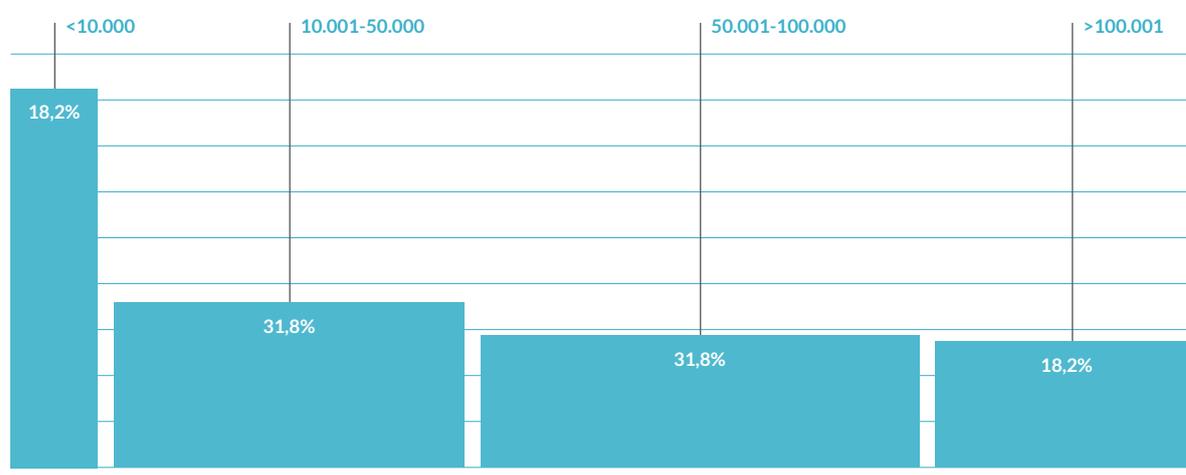


Distribuição de projetos e ações conforme o custo assumido pelo segundo ofertante

GRÁFICO III.6

Custo, em dólares; participação, em percentagem

III.6.C Projetos conforme o Custo Executado 2014



III.6.D Ações conforme o Custo Executado 2014

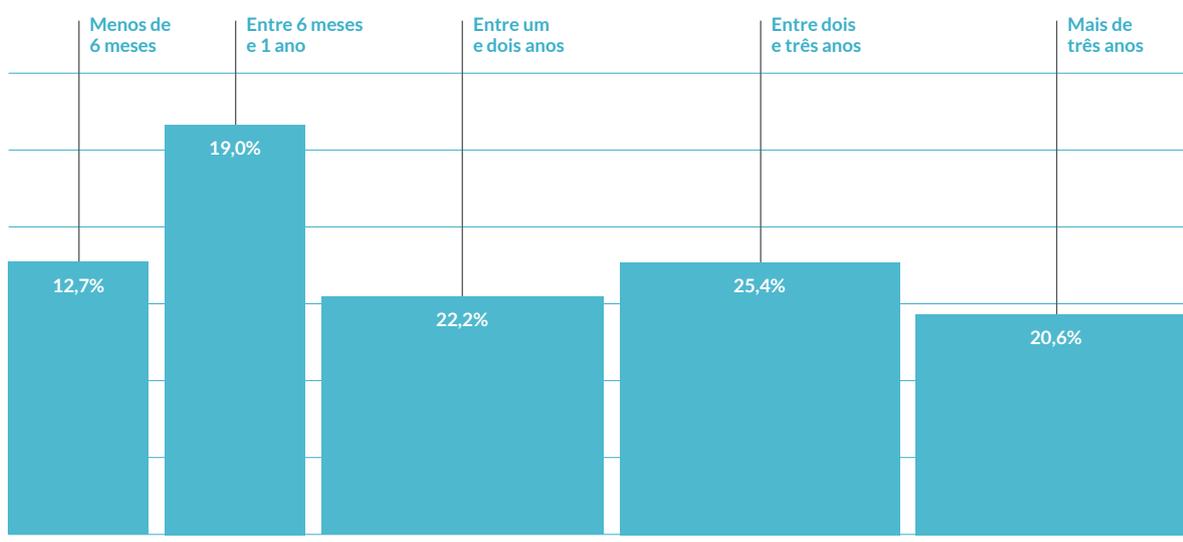


Distribuição dos projetos e ações de CSS Triangular conforme a sua duração

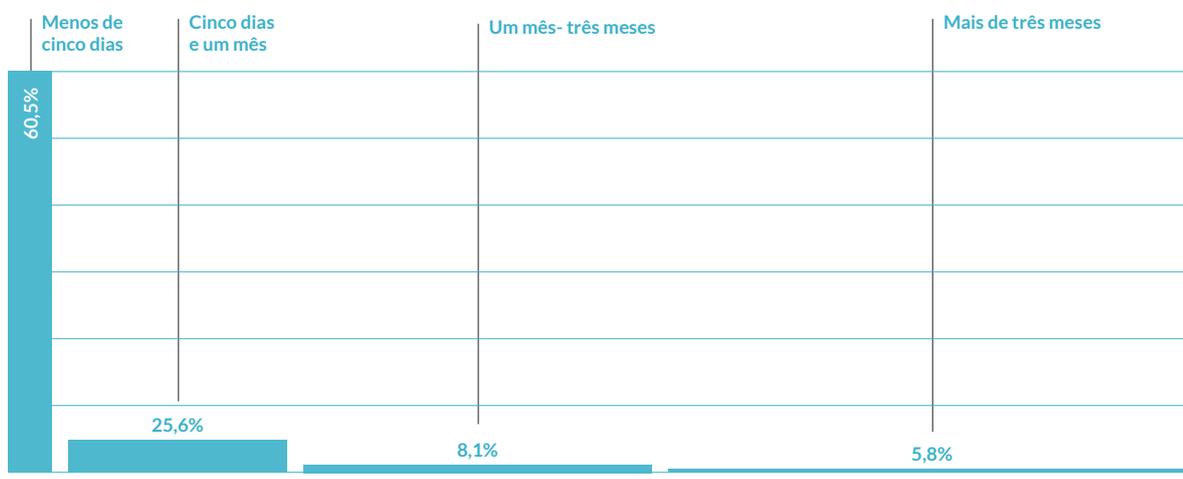
GRÁFICO III.7

Em percentagem

III.7.A. Projetos



III.7.B. Ações



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

- c) Uma vez que a representatividade dos dados tratados de forma individual é elevada, também o é para o número de projetos e ações que apresentam simultaneamente data de início e de conclusão: 70% dos projetos e 92,5% das ações.

Este grau de informação disponível permitiu elaborar o Gráfico III.7, que distribui ao longo de um histograma os projetos e as ações conforme a sua duração. Podemos assim deduzir que:

- a) Quase metade dos projetos (47,6%), manteve-se (ou manter-se-á) em execução entre um e três anos, sendo o intervalo entre os dois e os três anos, o que acumula um maior número de projetos (22,2%). Assim, podemos observar que dois terços de todos os projetos tiveram execuções compreendidas entre os 6 meses e os 3 anos, sendo em menor número (12,7%) os que apresentaram períodos de execução inferiores aos 6 meses. No outro extremo da escala, houve uma percentagem relativamente elevada de projetos com execuções superiores a três anos (20,6%), que incluiu projetos entre 7 e 8 anos.

“ 87% dos projetos CSS Triangular surgiram a pedido do recetor ”

- b) Relativamente às ações e muito de acordo com a sua natureza, observou-se que 6 de cada 10 se iniciaram e finalizaram em menos de 5 dias, consistindo estas em cursos ou formações de carácter muito breve. Essa percentagem aumenta até quase 90% de toda a distribuição (86,1%), se tivermos em conta as ações com menos de um mês de duração. Assim, as ações com mais de um mês, só representaram 13,4% de todos os registos e 5,8% delas registaram períodos de execução superiores a três meses.

III.4.2. O FUNCIONAMENTO DA CSS TRIANGULAR

A CSS Triangular suscita um elevado interesse, não só por se tratar de uma modalidade que ainda se encontra em crescimento e desenvolvimento, mas também pelas particularidades que integra, sob as múltiplas associações que podem ocorrer na sua execução. Isto também motivou o interesse dos países ibero-americanos em aprofundar o seu conhecimento, não só através da análise dos dados de carácter quantitativo, mas também através de outros aspetos de carácter mais qualitativo. Tendo em conta este interesse e tal como se documentou no último relatório publicado (SEGIB, 2015), entende-se a decisão dos países ibero-americanos de melhorar o registo e a sistematização de uma série de elementos relativos à prática que acompanha a execução da CSS Triangular na região. Concretamente, trata-se de:

- a) A origem das iniciativas. Procura-se saber se, na prática, as iniciativas surgem a pedido dos recetores, quer dizer, se têm uma abordagem baseada na procura, tendo em conta as diretrizes definidas nas suas prioridades nacionais de desenvolvimento.
- b) Os quadros jurídicos. Dada a complexidade da articulação das iniciativas triangulares, é interessante conhecer a existência de mecanismos que estabeleçam algum tipo de regulamentação, no que respeita tanto à relação entre os agentes quanto ao estabelecimento de órgãos de governação que normalizem essas relações.
- c) O financiamento. A casuística da CSS Triangular apresenta um vasto leque de possibilidades de contribuição. A caracterização e identificação de fórmulas, como os fundos mistos, fundos concursáveis, subsídios ou contribuições de parceiros, para citar apenas algumas, permite conhecer melhor esta questão.

d) A fórmula de participação nas diferentes fases do projeto. Outro exercício que desperta interesse é saber se as instituições de todos os agentes que se envolvem na CSS Triangular no exercício de cada um dos três papéis participam em todas as fases do ciclo do projeto, ou apenas em algumas delas.

III.4.2.1. A origem dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular

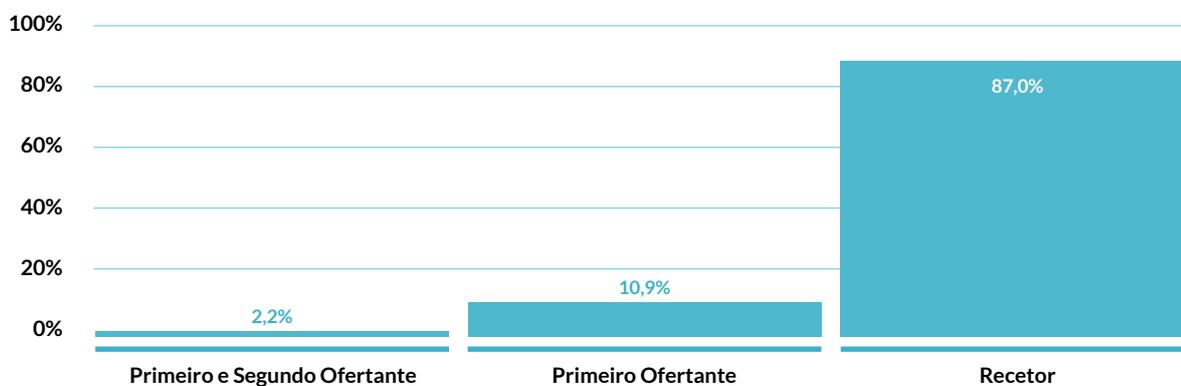
No que respeita à origem das iniciativas, os países ofereceram informação sobre a forma como estas (tanto projetos quanto ações) surgiram. A análise da informação permitiu identificar diversos procedimentos que se representaram

Origem dos projetos e ações de CSS Triangular, conforme o papel que tomou a iniciativa. 2014

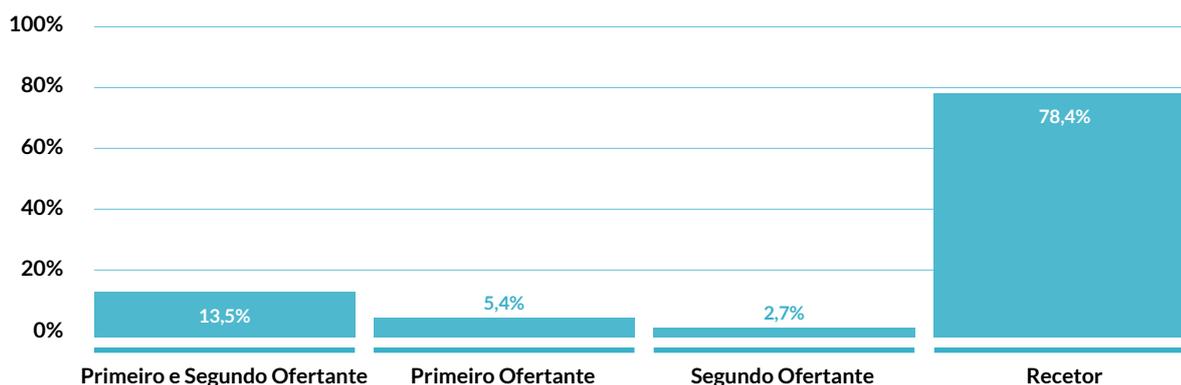
GRÁFICO III.8

Em percentagem sobre o total dos projetos

III.8.A. Projetos



III.8.B. Ações



no Gráfico III.8. De forma complementar, elaborou-se o Esquema III.1,¹³ no qual se desenharam as possíveis fórmulas de articulação identificadas, quer para os projetos quer para as ações. Procedeu-se assim porque, por vezes, a forma como a procura se articula é determinada pelos mecanismos através dos quais se implementa o projeto ou a ação, já que muitos deles, por exemplo e sobretudo os fundos concursáveis, têm os procedimentos desses pedidos preestabelecidos.

Desta forma, da leitura combinada do Gráfico III.8 e do Esquema III.1, depreende-se que:

a) 87% dos projetos surgiram a pedido do recetor face a uma percentagem ligeiramente mais baixa no caso das ações (78,4%). Essas iniciativas, com origem em pedidos do recetor, correspondem às figuras A, C, D e F, do Esquema III.1. Assim:

- A forma como mais de metade das iniciativas registadas se iniciaram (figura A) foi através de um pedido do recetor dirigido ao primeiro oferente que, ao contar já com um quadro de cooperação específico com o segundo ofertante para a realização conjunta de iniciativas de CSS Triangular, se soma com facilidade ao terceiro interveniente. Este é o caso, por exemplo, dos projetos e ações enquadrados no Programa de Cooperação Triangular Espanha-Costa Rica, no qual os pedidos foram canalizados através do país centro-americano.
- Outro modelo, terceiro em ordem de importância (8,8% de todas as atividades triangulares), é aquele em que o recetor dirigiu o seu pedido a ambos os parceiros (primeiro e segundo ofertantes) os quais, tal como no caso anterior, possuíam já um quadro de cooperação específico para realizar este tipo de atividades.
- O esquema D, no qual se suportaram 7% dos registos, é aquele em que o recetor dirigiu o seu pedido numa determinada matéria ao segundo ofertante, que foi o que,

conhecendo as capacidades nessa matéria a nível regional, identificou o país que podia exercer o papel de primeiro ofertante. Desta forma, iniciaram-se sobretudo as ações de CSS Triangular no quadro do Eurosocial (um Programa de cooperação da União Europeia) e as atividades em matéria agrícola que envolveram a Nicarágua com a FAO.

- Por último, o esquema F, apresenta aquelas em que o recetor e o primeiro ofertante, uma vez definido um projeto de cooperação bilateral, convidam o segundo ofertante a participar, incorporando-o assim à iniciativa.
- b) Quanto às atividades que não foram iniciadas a pedido do recetor (13% dos projetos e 22,6% das ações), identificam-se dois tipos de articulações:
- A segunda em importância, a B, com 17,5% dos registos, consistiu naquela em que o primeiro e segundo ofertantes, contando com um quadro de cooperação, convidaram o recetor a participar nas referidas atividades. Aqui incluem-se a maioria dos projetos e ações de carácter regional, como por exemplo os cursos com países terceiros implementados pelo Japão em colaboração com outros países da região como o Chile, Argentina, México e Brasil.
 - Por último, o modelo E, relativo a 5,3% das iniciativas triangulares, inclui aquelas em que é o primeiro ofertante o que contacta separadamente o segundo ofertante e o recetor, para propor a realização de uma triangulação.

Aprofundando sobre que agentes estatais são os que interagem nesses pedidos, encontra-se bastante diversidade:

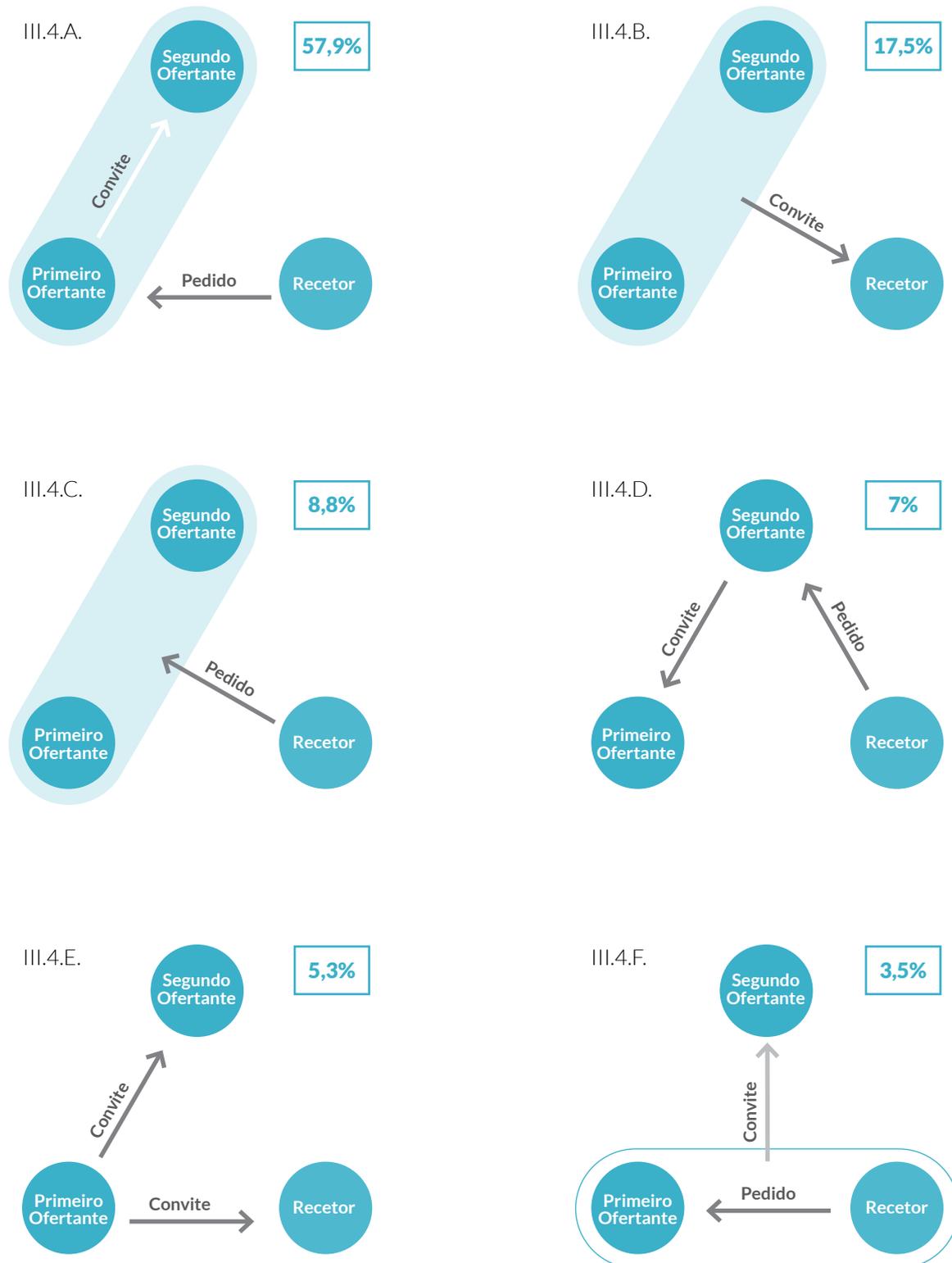
a) Registaram-se pedidos entre instituições setoriais, em muitos casos amparados e facilitados pela existência de Acordos de Cooperação Institucional.

¹³ Os resultados de que se alimentaram o esquema e o gráfico, não apresentaram a mesma cobertura de dados pelo que podem não ser exatamente iguais.

Origem dos projetos e ações de CSS Triangular

ESQUEMA III.1

Em percentagem sobre o total dos projetos



Fuente: SEGIB a partir de Agencias y Direcciones Generales de Cooperación

- b) Houve também pedidos das instituições setoriais dirigidos aos Ministérios das Relações Exteriores através de pessoal diplomático, embaixadas, etc., o que, em muitos casos, está de acordo com o estabelecido nos mecanismos aos quais se acede por concurso.
- c) Outras produziram-se diretamente entre as instituições setoriais e os organismos de cooperação das contrapartes
- d) Um dos principais mecanismos da CHSS bilateral, também criou espaços de diálogo sobre o que depois viriam se ser iniciativas de CSS Triangular, isto é, as Comissões Mistas que envolvem diretamente as instituições de cooperação dos primeiros ofertantes e recetores.

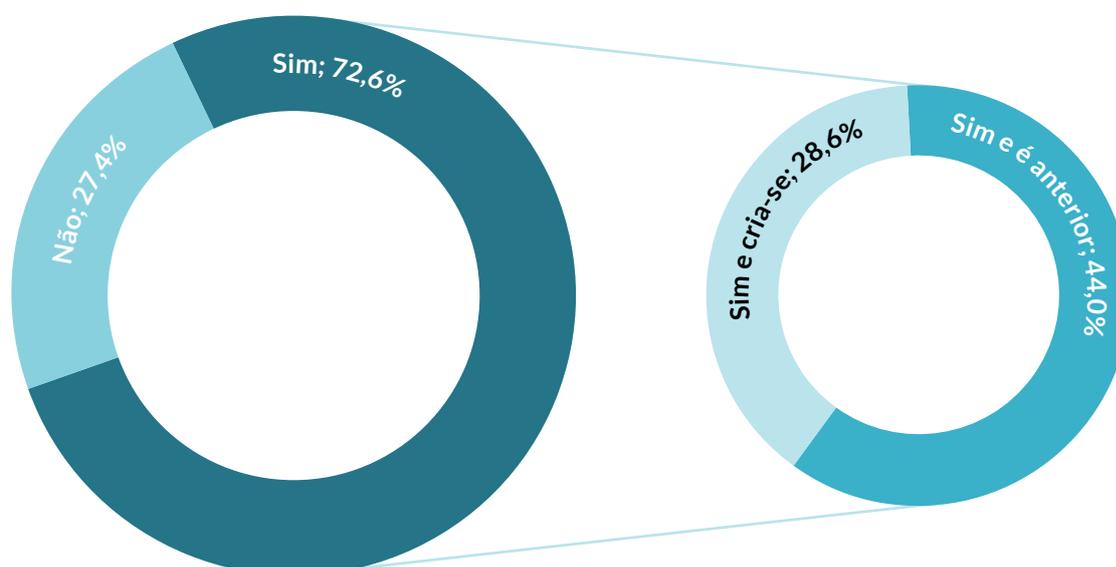
III.4.2.2. Os quadros jurídicos e a participação dos agentes na CSS Triangular

Dado que um dos maiores desafios que a CSS Triangular enfrenta na sua gestão é a coordenação dos diferentes agentes participantes, é interessante examinar, para as 183 iniciativas registadas, se entre os vários intervenientes e no desempenho dos diferentes papéis, há algum tipo de mecanismo formal no qual se especifiquem aspetos como, entre outros, as funções, o relacionamento entre agentes e os órgãos de governação. Esses mecanismos podem ser documentos como os quadros de associação entre os países, programas conjuntos de cooperação triangular, documentos de projetos aprovados pelas três partes, etc. Isto é, há uma dupla visão entre os que existem antes da execução de atividades concretas e os que são estabelecidos na altura de dar início a um projeto ou ação.

Existência de mecanismos reguladores da triangulação

GRÁFICO III.9

Em percentagem



Neste sentido, observou-se que quase três quartos (72,6 %) de todas as iniciativas de CSS Triangular, tinham algum tipo de mecanismo que regulava a triangulação, o qual podia estar, quer acordado por dois dos parceiros (primeiro ofertante e recetor ou primeiro e segundo ofertantes), quer envolver os três de forma conjunta. Dentro deste grupo de iniciativas observou-se também que, a maior parte desses quadros jurídicos já estavam definidos antes dos processos de formulação e negociação dos projetos, face aos que foram especificamente criados para desenvolver a atividade em questão.

Por último, analisa-se a forma como os diferentes agentes participaram nas várias fases do ciclo do projeto. Procura-se, assim, identificar se há algum agente ou conjunto de agentes que participa mais ou menos que outros nalguma das fases analisadas. De acordo com a informação proporcionada pelos países, elaborou-se o Gráfico III.10 que apresenta, para cada uma das quatro fases do ciclo dos projetos,¹⁴ quais foram as participações de cada agente (ou de uma combinação de agentes). Ou seja, visualiza-se, para cada um dos agentes ou possíveis combinações, que percentagem dos projetos registados foram participados durante essa fase pelo agente ou conjunto de agentes mencionados. Desta forma, através do gráfico podemos concluir que:

a) Na fase de identificação, quase metade dos projetos (45,7%) contaram com a participação dos três agentes. Isso não significa que se tenha produzido de forma simultânea, pois encontraram-se alguns casos nos quais o primeiro ofertante mantinha contactos separados com os outros dois agentes (segundo ofertante e recetor). Houve outro grande grupo de projetos, pouco mais de um terço (37%), em que o parceiro que participou quase exclusivamente nesta fase, coincide com o país que exerceu o papel de recetor.

b) Na fase de formulação e negociação, os três agentes estiveram presentes em 93,5% dos projetos, um dado que sugere que o modo mais habitual de proceder foi o de que todos os agentes participantes acordassem na formulação das atividades.

“ Quase três quartos de todas as iniciativas de CSS Triangular, tinham algum tipo de mecanismo que regulava a triangulação ”

c) Quanto à implementação, a participação do primeiro ofertante e do recetor é pressuposta por definição para que efetivamente se verifique uma transferência de capacidades; mas, pudemos comprovar que, além disso, o segundo ofertante participa também na quase totalidade dos projetos (95,7% destes), tanto no processo de apoio financeiro, gestão de recursos, etc., quanto prestando, por vezes, também apoio técnico.

d) Por último e no que respeita ao acompanhamento e/ou avaliação, obteve-se uma percentagem elevada de participação conjunta dos três agentes, embora ligeiramente menor que a obtida na negociação, formulação e implementação (86,4%). Os restantes foram projetos nos quais o recetor realizou algum tipo de acompanhamento ou avaliação isoladamente ou esta se fez através da colaboração entre pares, tanto dos ofertantes quanto do primeiro ofertante e recetor.

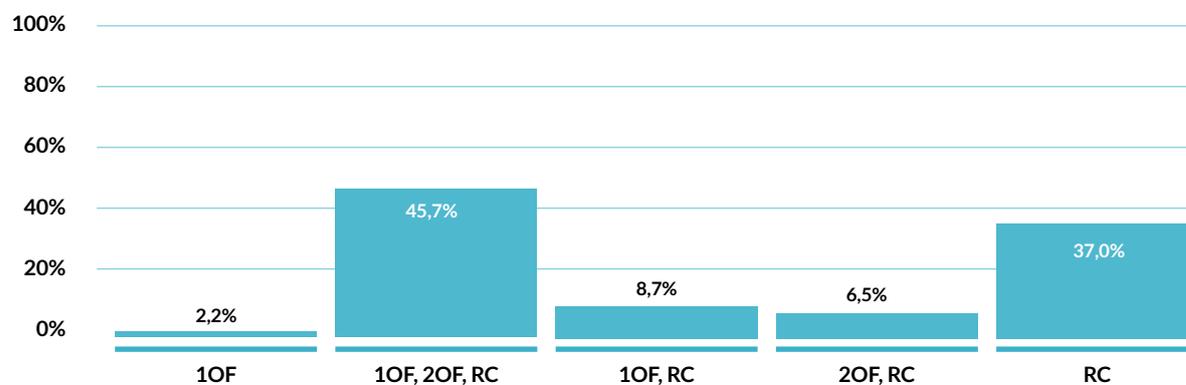
¹⁴ Acompanhamento e Avaliação, apesar de serem dois processos diferentes, consideram-se de forma conjunta nesta análise. A maior parte dos dados para esta fase relacionam-se com o acompanhamento pois são ainda relativamente poucos os projetos triangulares que tenham realizado uma avaliação final

Agentes que participaram nas fases dos projetos de CSS Triangular

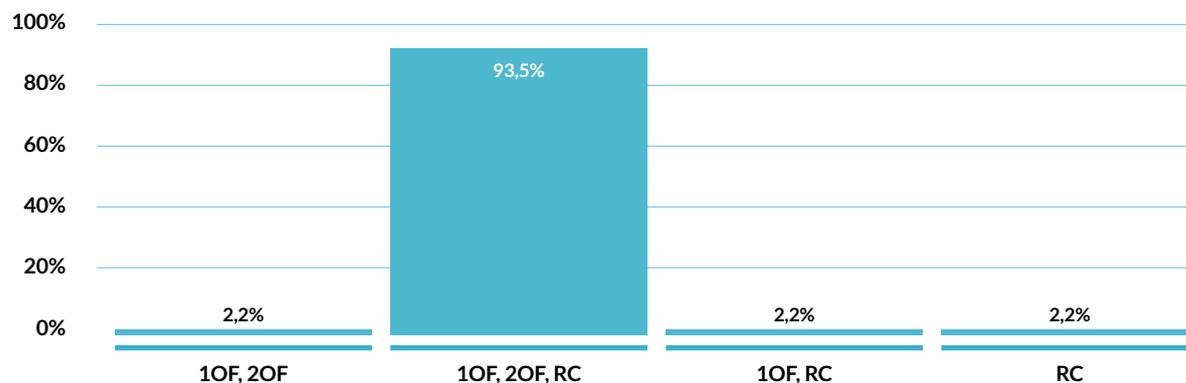
GRÁFICO III.10

Em percentagem sobre o total dos projetos com dados disponíveis

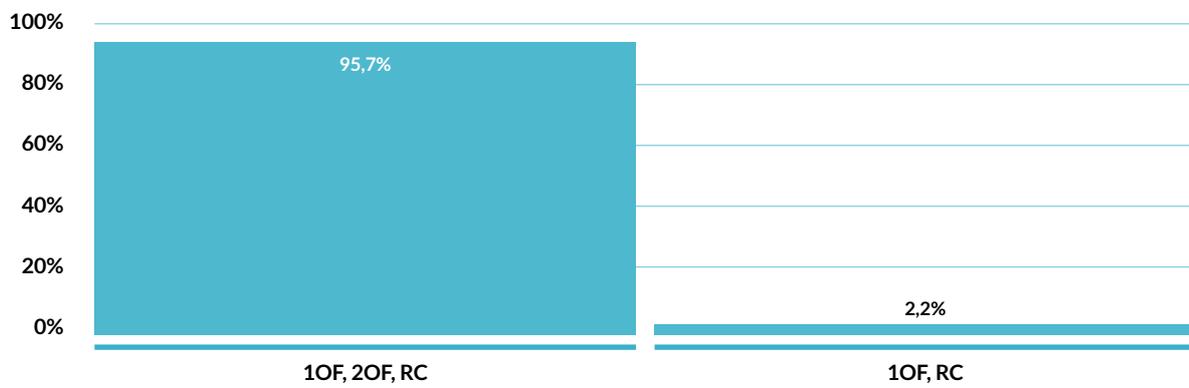
III.10.A. Fase de identificação



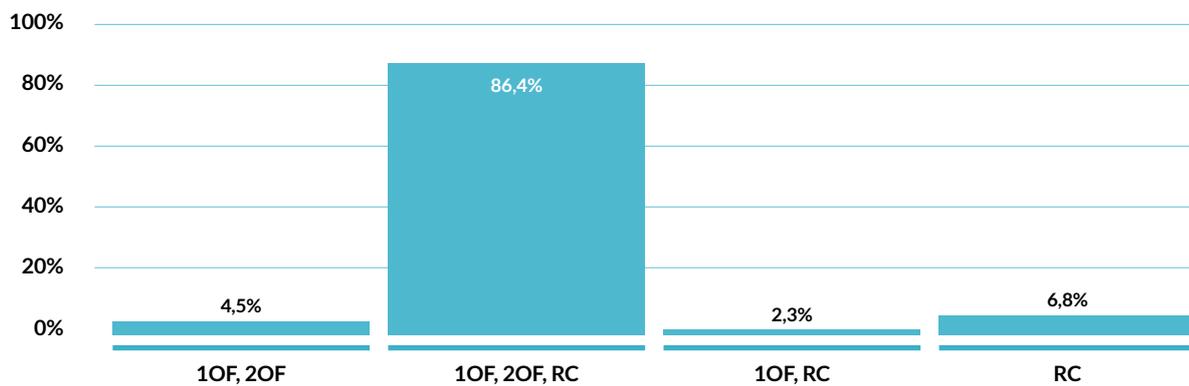
III.10.B. Fase de Formulação e Negociação



III.10.C. Fase de Implementação



III.10.D. Fase de Acompanhamento e Avaliação



Nota: 1OF, refere-se ao Primeiro Ofertante, 2OF, ao segundo ofertante e RC ao recetor.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2014

TABELA A.III.1

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Receptor	Título
Chile	Alemanha	Colômbia	Projeto de Cooperação Internacional para o Fortalecimento da Gestão de Resíduos Perigosos na Colômbia
		El Salvador	Transferências de programas sociais e de empreendedorismo
		Guatemala	Fortalecimento da gestão institucional da Direção de Atendimento ao Consumidor (DIACO) da Guatemala.
		Honduras	Fortalecimento da Institucionalização da Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente para a Gestão Integral de Resíduos Sólidos nas Honduras
	Paraguai	Paraguai entre Todos e Todas	
	Paraguai	Desenvolvimento Social Articulado no Território II Fase	
	Peru	Fortalecimento interinstitucional para os sistemas territoriais de controle de obras para fomentar a transparência e a participação (Infobras)	
	R. Dominicana	III Fase Projeto de Promoção para a Empregabilidade Juvenil nas Zonas Urbanas e Rurais Desfavorecidas da República Dominicana	
	Paraguai e Peru	Feira CHILECOMPRA 2014, no quadro do acordo subscrito com a CHILECOMPRA	
	Canadá	Fortalecimento da Investigação Criminal de Homicídios mediante a capacitação dos recursos da Polícia Nacional Civil de El Salvador	
	CEPAL e Alemanha	Peru	Projeto de Cooperação Técnica entre o Chile e o Peru para o desenvolvimento de compras públicas sustentáveis em ambos os países no quadro do Programa P2p Para Um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável na América Latina e Caribe
	Coreia	Paraguai	Intercâmbio de experiências para o fortalecimento das Redes de Saúde. Ampliação dos Hospitais Materno Infantil das Cidades de Limpio, Capiatã e Villa Elisa
	Espanha	Bolívia	Fortalecimento das Capacidades da Rede de Serviços de Sangue do Estado Plurinacional da Bolívia.
	Estados Unidos	El Salvador	Paraguai
Paraguai		Paraguai	Desenvolvimento de capacidades de gestão territorial
Vários		Vários	Fortalecimento da Agência Caribenha de Gestão para Desastres de Emergência (CDEMA) nas áreas técnicas de terremotos e tsunamis
El Salvador		El Salvador	Sistema de Segurança de Produtos Agropecuários (SIPA), para a aplicação de Boas Práticas Agropecuárias (BPA).
Paraguai		Paraguai	Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica nos Serviços Veterinários (FORVE).
Paraguai		Paraguai	Reforço da Unidade de Análise de Risco de Pragas (ARP) e do Sistema de Informação Geográfica (SIG) que funcionam na Direção Geral de Fitossanidade (DGSV) de El Salvador.
Paraguai		Paraguai	Sistema de Inteligência de Mercados Agropecuários (SIMAG).
Paraguai		Paraguai	Inspeção e certificação fitossanitária
Paraguai		Paraguai	Fortalecimento do acesso a melhores oportunidades de Mercado
R. Dominicana		R. Dominicana	Promoção da Inserção Profissional de Jovens em Situação de Vulnerabilidade na República Dominicana
Vários	Vários	ILEA curso anti-corrupção	
Vários	Vários	ILEA curso de Violência de Género/Violência Intrafamiliar	

Japão	Guatemala	Segurança Cidadã	
	Vários	Curso de Ambiente	
		Curso de Aquicultura	
		Curso de "Produção bovina sustentável para a pequena e média pecuária"	
Japão e OPS	Vários	Desenvolvimento de recursos humanos para a habilitação e reabilitação de pessoas deficientes	
	México	Certificação eletrônica fito-zoossanitária eCert como instrumento de facilitação do comércio.	
PMA	Guatemala	Apoio às ações do Projeto Contra a Fome e a Pobreza (AGCI/PMA) através do Fortalecimento de Ações da Iniciativa de Compras para o Progresso (P4P) do PMA, em comunidades camponesas da América Central. Fortalecimento de capacidades dos pequenos agricultores INDAP	
		Contribuição para a diminuição da Fome e da Pobreza	
		Governança em segurança alimentar e nutricional como apoio às linhas operacionais do Plano do Pacto Fome Zero no que se refere à organização e gestão comunitárias.	
OIT	Honduras	Apoio às ações do Projeto Contra a Fome e a Pobreza (AGCI/PMA) através do Fortalecimento de Ações da Iniciativa de Compras para o Progresso (P4P) do PMA, em comunidades camponesas da América Central. Fortalecimento das capacidades de pequenos agricultores INDAP	
	Equador	Redução do Trabalho infantil através da Cooperação Sul-Sul	
FAO	Vários	Fortalecimento do setor do algodão através da Cooperação Sul-Sul	
		Fortalecimento das Políticas Agroambientais em Países da América Latina e do Caribe através do Diálogo e intercâmbio de experiências nacionais	
		Apoio às estratégias nacionais e sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Combate à Pobreza em países da América Latina e do Caribe.	
PNUD		Fortalecimento dos programas de alimentação escolar no quadro da iniciativa América Latina sem Fome 2025	
		Fortalecimento dos espaços de diálogo entre a FAO, Governos e Sociedade Civil: novos mecanismos de construção de políticas públicas, apoio à agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.	
		Projeto de Cooperação Sul-Sul de Fortalecimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentável em países em desenvolvimento	
Itália e CAF	México	Programa Amazônia sem fogo	
	Equador	Centro de Tecnologias Ambientais	
Alemanha	Peru	Construção de resiliência no Bioma Amazônico: as áreas naturais protegidas como parte integral da adaptação às alterações climáticas	
	Vários	Projeto Trinacional, iniciativa da Nascente Amazônica: Peru, Brasil e Bolívia	
Estados Unidos	Peru e Bolívia	Curso Internacional sobre Apoio Humanitário às Mulheres e aos recém-nascidos	
	Peru	Apoio ao fortalecimento institucional para a melhoria da prestação dos serviços de água potável, esgotos sanitários e resíduos sólidos na Bolívia.	
Japão	Peru	Acordo de Cooperação Técnica entre o INDECOPI, Ministério da Economia e Finanças da República Oriental do Uruguai e Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil para a Transferência de Conhecimentos e Tecnologias de Defesa do Consumidor	
	Bolívia	Programa Amazônia sem fogo - Fase I	
Espanha	Peru		
	Bolívia		
Uruguai	Peru		
	Bolívia		
Itália e CAF	Bolívia		

Brasil

Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, conforme o primeiro ofertante. 2014

TABELA A.III.1

	Japão	Vários	Doenças Transmitidas por Alimentos (ETA): Diagnóstico, gestão e relação com o ambiente Produção Mais Limpa Promoção da Cultura de Peixes de Águas Continentais da América Latina Curso Regional de Gestão e Administração de Áreas Protegidas Implementação de instrumentos avançados para a gestão de riscos aduaneiros na América Latina e no Caribe Curso para Países Terceiros de Gestão da Eficiência Energética na Indústria Gestão de Projetos de Cooperação Internacional (PCM) Conservação e Uso Sustentável de Plantas Nativas Ornamentais a partir de Recursos Genéticos Nativos da América Latina Tecnologias de Gestão da Produção de Pequenas e Médias Empresas Autoprodução de Alimentos, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Argentina			
	Alemanha	Peru	Fortalecimento do Sistema de Gestão Integral de Sítios Contaminados (GISCO); Peru-México-Alemanha
		R. Dominicana	Fortalecimento de políticas públicas em Gestão Integral de Resíduos Sólidos (GIRS) na República Dominicana a partir da criação de modelos municipais integrais.
	BID	Vários	Desenvolvimento e Fortalecimento das estatísticas ambientais oficiais através da criação de um Quadro Regional na América Latina e no Caribe
	Espanha	Honduras	Fortalecimento do Quadro Estratégico do Tribunal Superior de Contas em Sistemas de Gestão da Qualidade e da Avaliação do Desempenho
México		Vários	Fortalecimento das competências e capacidades em Segurança Nacional, Crises e Inteligência dos responsáveis das instituições de segurança da América Central e do México
	Estados Unidos	El Salvador	Cooperação técnica do México através do Instituto Nacional de Investigaciones Forestales Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) para o fortalecimento da cadeia do cacau em El Salvador
	FAO	Nicarágua	A Planificação Estratégica, Redimensionamento e Fortalecimento do Instituto Nicaraguense de Tecnología Agropecuária (2014-2020)
	Alemanha	Peru e Equador	Inclusão de elementos-chave da proposta indígena sobre o REDD+ na Amazônia, em estratégias regionais e nacionais e políticas de alterações climáticas"
	Espanha	Costa Rica	Instrumentos para o desenvolvimento de centros educativos inclusivos na Costa Rica e na Colômbia
		Peru	Seminário de investigação patrimonial para a recuperação da dívida tributária
	Estados Unidos	Peru e Equador	Putumayo, um só rio, uma só paisagem, uma mesma fronteira: Fortalecimento de um sistema trinacional de áreas protegidas e integração de territórios indígenas na Bacia do Rio Putumayo.
Colômbia	OEA	Peru	Cooperação Técnica EDUCASTEM
	UNFPA	El Salvador	Fortalecimento de serviços de fácil utilização para adolescentes
	UNICEF	El Salvador	Prevenção da violência das e dos adolescentes em regime de detenção administrativa na proteção da área metropolitana de San Salvador (com tratamento e perspetiva restaurativa).

Peru	Alemanha	Guatemala	Desenvolvimento de capacidades institucionais em políticas e estratégias educativas com ênfase na educação rural da Guatemala
	Espanha	Paraguai	Intercâmbio de experiências de gestão da capacitação entre o RENIEC do Peru e o REC do Paraguai
		R. Dominicana	Colaboração Interinstitucional entre o Tribunal Constitucional do Peru e o Tribunal Constitucional da República Dominicana
	UNICEF	Bolívia Bolívia e Cuba	Prevenção das infecções de transmissão sexual do VIH/SIDA nas comunidades indígenas do Peru e da Bolívia. Uma experiência partilhada Cooperação Sul-Sul para garantir o direito à identidade dos meninos, meninas e adolescentes, com ênfase nas populações indígenas
	Espanha	Bolívia	Apoio técnico na definição de planos contemplados no regulamento da Lei nº 164, para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação da Bolívia
	Uruguai	Paraguai	Fortalecimento da Direção Geral de Cooperação Técnica Internacional da Secretaria Técnica de Planificação Fase II Fortalecimento da Direção Geral de Cooperação Técnica Internacional da Secretaria Técnica de Planificação (STP) e da Subsecretaria de Estado de Tributação FASE I
IICA		Bolívia	Implementação do Sistema de Rastreabilidade em Grupo da Carne Bovina da Bolívia
Costa Rica	Espanha	El Salvador	Políticas públicas para a infância e adolescência a partir da perspectiva de Género. Fortalecimento da gestão e administração da cadeia de abastecimento das instituições públicas de saúde de El Salvador, II-fase
Cuba	Noruega	El Salvador	Transferência de Experiências para a Adaptação do Modelo CDMYPE/SBDC nos Centros de Apoio às PME da República Dominicana
Equador	Espanha	Bolívia	Assistência técnica e intercâmbio de experiências do projeto: "Incremento da competitividade do setor lácteo do planalto através dos biodigestores"
El Salvador	Espanha	R. Dominicana	Transferência de Experiências para a Adaptação do Modelo CDMYPE/SBDC nos Centros de Apoio às PME da República Dominicana
Bolívia	Alemanha	Colômbia	Cooperação para consolidar o ensino superior, a justiça própria e o desenvolvimento com identidade e cultura nos povos indígenas da Colômbia
México e Chile	Alemanha	Peru e Colômbia	Integração regional para o fomento da produção e consumo sustentável nos países da Aliança do Pacífico (Peru-Colômbia-Chile-México-Alemanha)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

TABELA A.III.2

Primeiro Ofertante	Segundo Ofertante	Recetor	Título
México	Alemanha	Guatemala	Visita de Familiarização sobre Faturação Eletrônica
	Espanha	Costa Rica	Fortalecimento das capacidades institucionais do Ministério da Saúde da Costa Rica em questões de registo e controlo de medicamentos
	FAO	Vários	I Seminário sobre Inovação e boas práticas de gestão eleitoral, Antigua Guatemala
	Japão	Nicarágua	Agenda de cooperação técnica para a cultura de amaranho na Nicarágua
		Vários	II Curso internacional de melhoria de capacidades para o fortalecimento do desenvolvimento rural
		Guatemala	Curso Internacional de Tecnologias de Produção de Árvores de Frutos Tropicais não Tradicionais
			Capacitação de Pessoal Técnico em Automação Industrial com Perspetiva de Controlo Numérico
	OEA	Peru	Sétima jornada interamericana eleitoral: acessibilidade e participação eleitoral (México)
		Guatemala	Intercâmbio de boas práticas em matéria de Inspeção do Trabalho
	OEI	Peru	Assessoria para a reformulação da área de educação para o trabalho
Brasil	PNUD	Vários	Curso internacional de especialização sobre sistemas eleitorais e transmissão de resultados (INE - MÉXICO):
		Peru e Panamá	Workshop internacional de administração eleitoral para a comissão central eleitoral e o centro de capacitação permanente da Moldávia, México
	UE	Peru	Assistência técnica especializada à direção de ensino secundário na proposta de ensino para o trabalho
	UNFPA	Peru	Assessoria técnica em matéria de comunicação do recenseamento
			Seleção das unidades secundárias de amostragem, implementação de software para o sistema de seleção de amostras equilibradas e elaboração de fatores de ponderação para o novo projeto de amostras do inquérito demográfico e de saúde familiar - ENDES 2015-2017
	Austrália	Peru	Cooperação técnica da rede SEALC no workshop internacional de serviço público de emprego e luta contra a pobreza
	BM	Nicarágua	Criação do CETIME (Projeto de Manutenção de Equipamentos Médicos e Não Médicos que se oferecem entre os países participantes)
	FMI	Panamá	Curso sobre Estatísticas da Dívida Externa
			Curso de Gestão Macroeconómica e Política Fiscal
			Curso: Estatísticas das Balanças de Pagamento e Posição do Investimento Internacionais (PII) do Sexto Manual da Balança de Pagamentos
		CAPACITAÇÃO SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE MADEIRAS TROPICAIS	
		III Curso Internacional sobre o Fortalecimento da Monitorização Ambiental do Mercúrio na rede pública de Saúde para os Países Amazónicos - Módulo II	
		Curso Internacional sobre de Técnicas de Gestão e Operação de Sistemas para a Redução e Controlo de Perdas de Água	
		Curso Internacional sobre Sistemas de Tecnologia Agroflorestais	
		Curso Internacional sobre Técnicas para a Medição da Descarga de líquidos em grandes rios	
OEI	Peru	Elaboração da aprendizagem fundamental para ser empreendedor do novo quadro curricular nacional	

Brasil	OIT	Peru	Missão de prospeção de Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e o Peru na área do combate aos trabalhos forçados
	UE	Peru	Assessoria técnica especializada para a construção do quadro curricular nacional da aprendizagem fundamental do empreendedorismo e das ferramentas que o concretizam para o ensino secundário Fase de formação da operação "Gol 14"
Argentina	Alemanha	Guatemala	Assistência Técnica sobre o Plano de Fiscalização, Políticas e Estratégias para os Diferentes Planos e Programas de Fiscalização
		Nicarágua	Visita de Familiarização para conhecer planos de Fiscalização
	Estados Unidos	Peru	Estágio na Rede de Serviços e Programa de Prevenção do Câncer do Colo do Útero da República Argentina Workshop de instrutores regionais da América Latina: "Desenvolvendo uma comunidade de instrutores regionais para melhorar as práticas dos programas de formação"
		Peru	Workshop regional sobre a luta contra o contrabando de drogas transportadas pelos utilizadores de transportes aéreos
	OEA	Paraguai	Relações Coletivas de Trabalho e Políticas Salariais
	OPS	Venezuela	Assessoramento para a Instalação da Fundação Venezuelana de Doações e Transplantes de Órgãos, Tecidos e Células
	Suíça	Peru	XIV Curso intensivo de direito tributário internacional e curso complementar sobre preços de transferência
	UE	Peru	Workshop de intercâmbio de experiências sobre fiscalização eletrónica
	UNFPA	Peru	Assistência técnica ao MINEDU do Peru para fortalecer a educação sexual integral no currículo nacional
	BID	Panamá	Visita ao Ministério das Finanças da República da Costa Rica para conhecer a recente adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para o setor público
Costa Rica	Espanha	México	Melhoria das Capacidades Institucionais da Secretaria da Saúde do México em Metodologias e Ferramentas para Melhorar a Qualidade do Atendimento e a Segurança dos Pacientes para Melhorar la Calidad de Atención y Seguridad de los Pacientes
		Guatemala	Fortalecimento das Capacidades Institucionais do Ministério da Saúde Pública e Assistência Social da Guatemala em Serviços de Assistentes Técnicos de Atendimento Primário (ATAP)
	Honduras		Auditorias Ambientais: Estratégia, Conceção e Implementação do Fortalecimento da Economia Verde e Promoção de Boas Práticas Ambientais.
			Fortalecimento da Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade baseados na Norma GICA-Justiça 2013 no Poder Judicial das Honduras
OEA	El Salvador		Aprendizagens Adquiridas nos Modelos do Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial e Habitação
		Honduras	Turismo Rural Comunitário e Programas de Sustentabilidade Turística
	Peru		Workshop de sistemas de gestão da qualidade – requisitos particulares para a aplicação da ISO 9001-2008 para organismos eleitorais a todos os níveis do governo
			Workshop internacional sobre a nova norma ISO eleitoral (ISO/TS 17582)
OMPI	Peru	Workshop sobre apoio e gestão em matéria de tecnologias da informação	

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

TABELA A.III.2

Chile	Alemanha	Peru	Reunião para partilhar experiências do SEACE no quadro da Cooperação Sul-Sul
	BID	Panamá	Workshop de Gestão para Resultados e Impacto nas Novas Técnicas de Auditoria
	BID	Peru	Workshop de fortalecimento e difusão do programa de operador económico autorizado
	Japão	Peru	Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas com Ênfase nas Alterações Climáticas e Serviços Ecosistémicos
Colômbia	Japão	Peru	Intercâmbio de experiências de inclusão e educação financeira
	México	Honduras	Missão de Conceção e Formulação do Projeto: Certificação Eletrónica Fito e Zoossanitária para a padronização latino-americana (Projeto a executar através Fundo Chile-México).
	OEI	Equador	Modelo Nacional de Gestão e Apoio Educativo Hospitalar e Domiciliário
	BID	Vários	Seminário: Planificação Estatística e Gestão por Resultados
Peru	Espanha	Guatemala	Instrumentos e Boas Práticas para Prevenir e Lutar Contra a Corrupção; Investigação de Práticas Corruptas nas Instituições Policiais
	OEI	Peru	Prevenção e solução de conflitos e assessoria e defesa legal do trabalhador - assessoria in situ
	OEI	Peru	Missão de cooperação horizontal da rede interamericana de educação docente da OEA
	UNFPA	Peru	Assessoria técnica para a atualização de estratégias e metodologia no uso das tecnologias (equipamentos móveis e web) para uso em cartografia nos próximos censos nacionais de população e habitação.
	UNICEF	Honduras	Intercâmbio de experiências de recuperação de espaços públicos, artesanatos, questões de Primeira Infância e Estratégia Nacional de Atendimento Integral à Primeira Infância denominada De Zero a Sempre
	UNICEF	Honduras	Fórum Nacional da Primeira Infância, Programa "Criando com Amor" das Honduras
	Alemanha	Colômbia	Intercâmbio interinstitucional Peru - Colômbia de experiências de políticas públicas e incorporação da perspetiva diferencial com povos indígenas da Colômbia.
		Nicaragua	Assessoria técnica ao laboratório nacional de meteorologia da Nicarágua (LANAMET) e aos laboratórios de calibração de medidores de água
		Guatemala	Visita de Familiarização para conhecer planos de Fiscalização
		Guatemala	Capacitação sobre Fiscalização de Empresas Mineiras (Assistência técnica à superintendência de administração tributária da Guatemala em matéria de capacitação sobre auditoria tributária a empresas mineiras)
CAN	Vários	Estágio internacional da experiência do Peru na abordagem de lacunas de recursos humanos; desafios para a dotação estratégica	
Espanha	Bolívia	Corrupção e administrações tributárias e financeiras	
OIT	Equador	Workshop nacional de capacitação em protocolos de serviços de balcão único de promoção do emprego	

	BM	Panamá	Estágio no Instituto de Estatística (INE) do Uruguai para conhecer a implementação da Norma ISO sobre estatística
	CIAT	Peru	IV Encontro da rede de áreas de estudos e investigações tributárias do CIAT – economia comportamental e administração tributária: novas aproximações para analisar o cumprimento tributário
Uruguai	França	Peru	Workshop de desenvolvimento da cadeia logística
	Japão	Peru	Workshop regional de acreditação para funcionários aduaneiros em gestão de riscos
	Países Baixos	Vários	Curso "Tecnologias aplicadas ao tratamento de águas e efluentes"
	UNICEF	El Salvador	Intercâmbio estruturado de experiências para conhecer o Programa Uruguai Cresce Contigo
Equador	Países Baixos	Bolívia	Participação no Seminário internacional de Blogás
	OEА	Costa Rica	Assessoria sobre alianças público-privadas para combater o trabalho infantil
	Suíça	Cuba	Intercâmbio de experiências sobre planificação e desenvolvimento com o Centro de Desenvolvimento Rural, CEDEL
	BID	Peru	Seminário regional: "A importância da visão do controle integral entre impostos e alfândegas"
Guatemala	Espanha	Peru	Fundamentos de política fiscal: instrumento para a igualdade, justiça e coesão social
			Seminário internacional presencial sobre política fiscal e administração tributária
R. Dominicana	OEА	Peru	Ações com a assembleia central eleitoral da República Dominicana
R. Dominicana	UNODC	Guatemala	Capacitação básica sobre análises de risco do programa de controle de conteúdos
Panamá	UNICEF	El Salvador	Workshops de capacitação DI Monitoring
Panamá	UNICEF	Guatemala	XVII Curso de proteção jurisdicional da infância e adolescência
Bolívia	Espanha	Peru	Seminário de "Localização, administração e liquidação de bens procedentes de atividades ilegais"
Cuba	OLACEFS	Panamá	Curso da Sub-Sede sobre Ferramentas de Controle e Prevenção da Luta contra a Corrupção; Experiência Cubana
Nicarágua	Alemanha	Bolívia	Cooperação triangular com a Polícia Nacional da Nicarágua para a implementação da Política de Género e a prevenção da violência na Polícia da Bolívia
Paraguai	UE	Peru	Visita técnica à subsecretaria de estado de tributação (SET) do Paraguai
El Salvador	Estados Unidos	Peru	Curso sobre precursores químicos
México e Brasil	FAO	Nicarágua	Agenda Estratégica de Ações de Investigação e inovação agropecuária em correspondência com as funções do INTA (2014-2020)
México e Brasil	FAO	Nicarágua	Sistema Nacional de Investigação e Inovação Agropecuária na Nicarágua

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

**Principais países/organismos
no exercício dos diferentes papéis
dos Projetos de Cooperação
Sul-Sul Triangular. 2010-2014**

TABELA A.III.3

PAPEL	2010	2011	2012	2013	2014
PRIMEIRO OFERTANTE	Chile	Argentina	Chile	Chile	Chile
	México	Chile	México	Brasil	Brasil
	Brasil	Brasil	Colômbia	México	Argentina
SEGUNDO OFERTANTE	Alemanha	Japão	Alemanha	Alemanha	Espanha
	Japão	Alemanha	Japão	EEUU	Alemanha
	PMA	PNUD	EEUU	Japão	Japão
RECETOR	Paraguai	Paraguai	Paraguai	El Salvador	El Salvador
	El Salvador	Bolívia	El Salvador	Honduras	Peru
	Equador	Equador	Guatemala	Bolívia	Paraguai

Fonte: SEGIB (2011, 2012, 2014, 2015)

Distribuição das ações de CSS Triangular, conforme a dimensão e o setor. 2014

GRÁFICO A.III.1

Em percentagem

Gráfico A.III.1.A. Dimensões de atividade

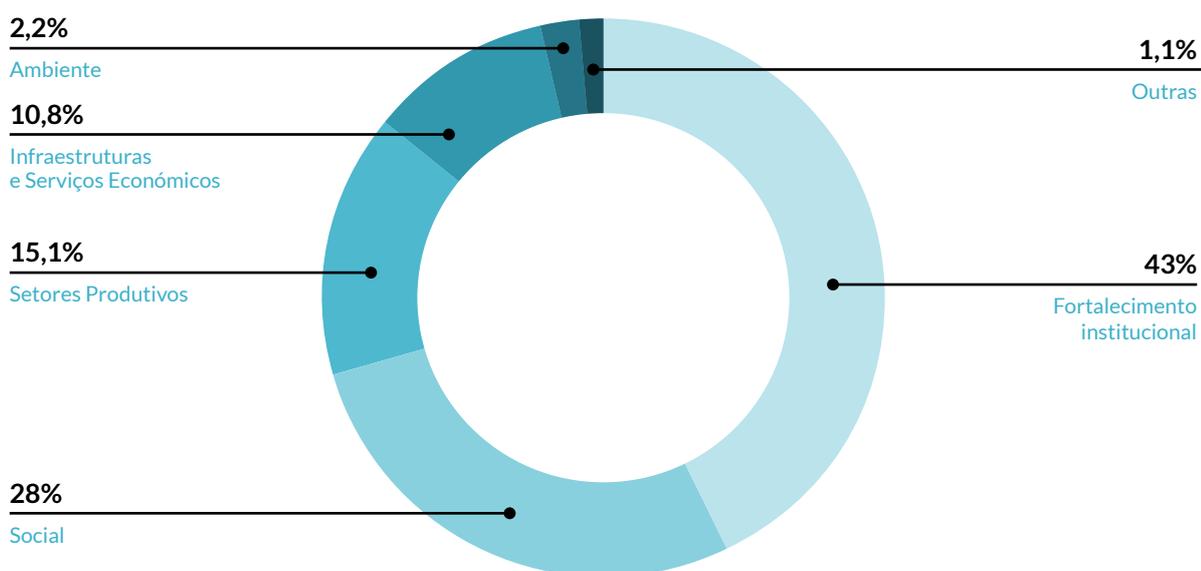
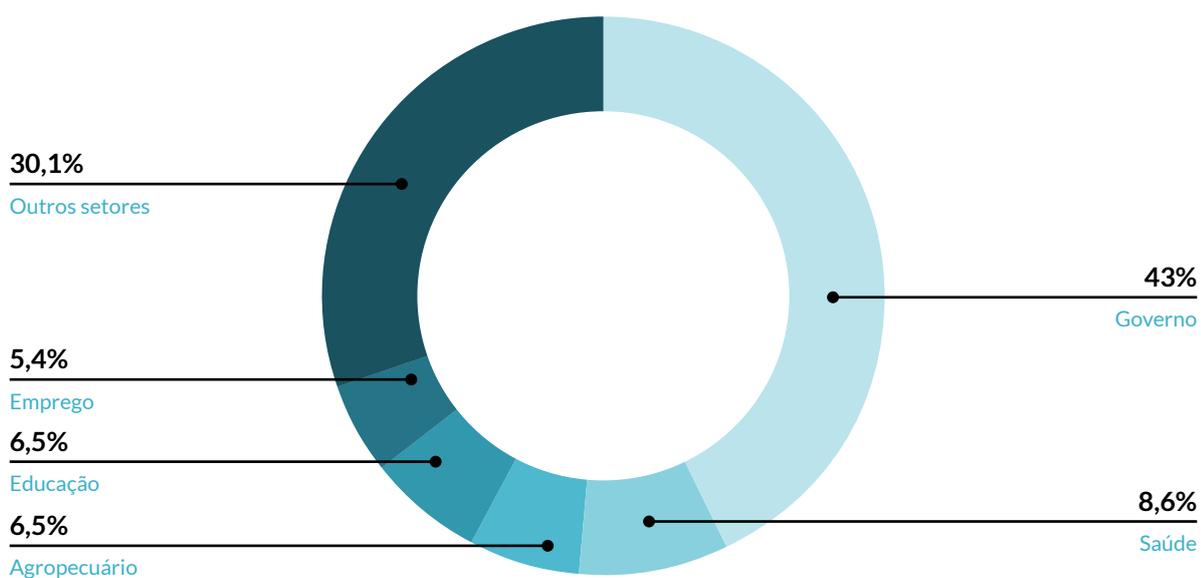


Gráfico A.III.1.B. Setores de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Disponibilidade dos dados de custos para os projetos e ações de CSS Triangular

TABELA A.III.4

Como percentagem do total de projetos/ações

Disponibilidade de custos	2014		Totais	
	Orçamentado	Executado	Orçamentado	Executado
Total iniciativa				
Projetos	8,9%	3,3%	13,3%	3,3%
Ações	8,6%	5,4%	8,6%	4,3%
Assumidos pelo Primeiro Ofertante				
Projetos	22,2%	21,1%	13,3%	5,6%
Ações	7,5%	4,3%	5,4%	4,3%
Assumidos pelo Segundo Ofertante				
Projetos	25,6%	24,4%	21,1%	11,1%
Ações	39,8%	41,9%	12,9%	14,0%
Assumidos pelo Recetor				
Projetos	8,9%	4,4%	3,3%	4,4%
Ações	19,4%	19,4%	6,5%	8,6%

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Informação disponível sobre as datas

ESQUEMA A.III.1

Projetos e ações, em unidades e como percentagem do total

A.III.1.A Projetos



A.III.1.B. Ações



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação





CAPÍTULO IV

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL

Num workshop realizado em março de 2013 em Buenos Aires (Argentina), os países da região, em conjunto com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), avançaram para a delimitação conceptual da denominada Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. O avanço baseou-se no reconhecimento de que esta modalidade se deve caracterizar por ter um objetivo (partilhado, acordado e defendido pelo conjunto dos países) orientado para fortalecer o desenvolvimento e/ou a integração regional, bem como por responder a um mecanismo institucional que regule as relações entre os participantes e que tenha sido formalmente reconhecido por todos os cooperantes. Assumiu-se também que a CHSS Regional se deveria instrumentalizar através de programas e projetos (e não de ações) participados pelo menos por três países em desenvolvimento (PIFCSS e SEGIB, 2013).¹

Neste sentido, e sob o quadro conceptual associado a esta definição, elabora-se a presente edição deste capítulo, dedicada ao que aconteceu em torno da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na qual os países ibero-americanos participaram ao longo de 2014. Em concreto:

- a) Em primeiro lugar, identificam-se os programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que os países declararam ter em execução em 2014.
- b) A seguir, analisa-se a participação dos países ibero-americanos nesses programas e projetos: em quantos cada um deles participou e com que parceiros.
- c) Em terceiro lugar, realiza-se uma aproximação ao perfil de capacidades fortalecidas em 2014 na Ibero-América, a partir do intercâmbio dos programas e projetos de CHSS Regional.
- d) Finalmente, aborda-se a participação dos organismos multilaterais nos mencionados programas e projetos: quais estiveram presentes; com que países se relacionaram; e que papel desempenharam na dotação de um quadro de institucionalização para a cooperação impulsionada.

¹Concretamente, assumiu-se que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional se refere à “modalidade de Cooperação Sul-Sul que tem por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração de uma região, entendendo-se assim que os países que a constituem (no mínimo três em desenvolvimento) partilham e acordam nesse objetivo. O carácter regional (...) contempla-se sob um mecanismo institucional formalizado. A sua execução estabelece-se a partir de Programas e Projetos” (PIFCSS e SEGIB, 2013; p.12).

IV.1 PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL EM 2014

As Tabelas A.IV.1 e A.IV.2, incluídas no anexo, identificam, respetivamente, os 39 Programas e 59 Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional nos quais os países ibero-americanos declararam participar ao longo do ano 2014. Ao contrário da edição anterior, o número de programas reduziu-se (39 face aos 50 identificados em 2013), enquanto que o volume de projetos ultrapassou o dobro, tendo passado de 28 registados em 2013 para 59 em 2014. Em qualquer caso e tal como tem vindo a acontecer nas duas últimas edições deste relatório, esses Programas e Projetos foram organizados conforme o critério de pertença geográfica do conjunto dos países participantes a alguma das seguintes sub-regiões:

- a) América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá).
- b) Mesoamérica (integrada pela América Central juntamente com a República Dominicana e o México, mas também por um país não ibero-americano como Belize).
- c) Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).
- d) América do Sul (os 5 países andinos e a Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai).
- e) América Latina (os 19 países do continente, do México até ao Chile, incluindo Cuba e República Dominicana e excluindo o resto dos países caribenhos da região).

- f) Ibero-América (acrescentando Andorra, Espanha e Portugal aos 19 anteriores).²

Assim, e com esta perspetiva geográfica, as Tabelas A.IV.1 e A.IV.2 sugerem participações muito diferentes das sub-regiões consideradas no total dos registos declarados. Em concreto:

- a) No que se refere aos programas, a maior parte (pouco mais de 85% do total) foram participados por países associados às duas áreas sub-regionais mais vastas: por um lado, o espaço ibero-americano (64,1%) e por outro lado, o latino-americano (um de cada cinco programas). Entretanto, 15,4% dos programas finalmente registados em 2014 estiveram relacionados com países que por sua vez integram o espaço mesoamericano. No entanto, não se registaram programas associados apenas às sub-regiões andina, centro e sul-americana.
- b) Por seu lado, os projetos executaram-se sob um padrão de distribuição e dispersão geográfica superior. Neste sentido e embora a maioria dos projetos (55,9%) tivessem contado com a participação de países do conjunto da América Latina, houve 25,4% destes que estiveram exclusivamente associados à sub-região sul-americana; outros 10,2% à mesoamericana; e 5,1% à andina. Pelo contrário, o espaço ibero-americano concentrou apenas 3,4% dos registos e não houve nenhum exclusivamente associado à América Central.

²No entanto, este critério não implica que todos os países que definem uma sub-região façam, por sua vez, parte dos programas ou projetos classificados em cada uma delas. Basta que o sejam alguns dos países que a definem. A modo de ilustração, parte dos projetos associados à região da América Latina foram protagonizados apenas por quatro dos 19 países latino-americanos, em concreto pelo Chile, Colômbia, México e Peru, membros da denominada Aliança do Pacífico e que, por sua vez, não definem nenhuma outra sub-região.

O atrás mencionado sugere um padrão de comportamento diferente dos programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que, tal como aconteceu no caso das ações e dos projetos no âmbito bilateral, se reproduziu também em termos de uma dimensão temporal

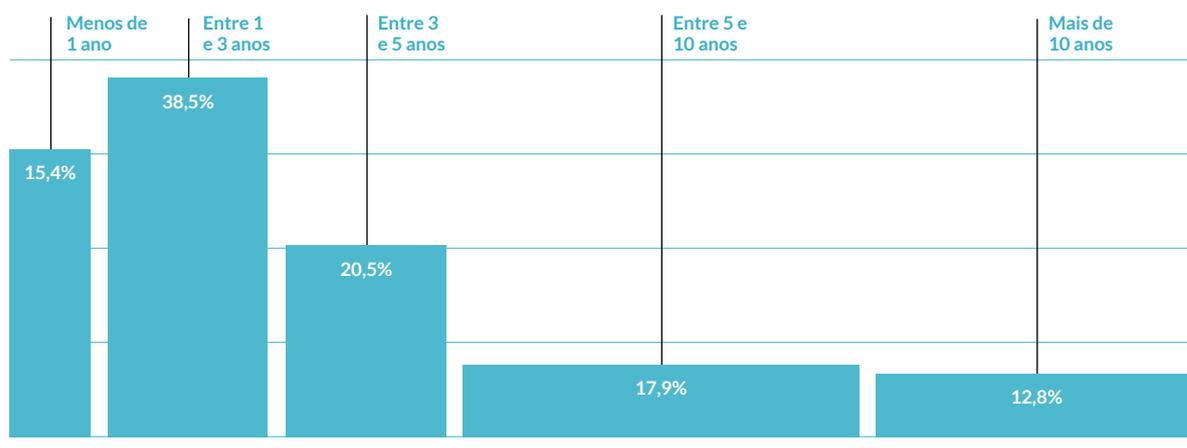
diferente. Neste sentido e dado que para os 39 programas e 59 projetos de 2014 se sabe o ano de início da atividade³ calcula-se, para ambos os casos, a partir de quando e durante quanto tempo estão em execução. Os resultados incluem-se nos Gráficos IV.1.A e IV.1.B e sugerem que:

Distribuição dos programas e projetos de CHSS Regional, conforme o tempo decorrido entre o ano de início da atividade e 2014

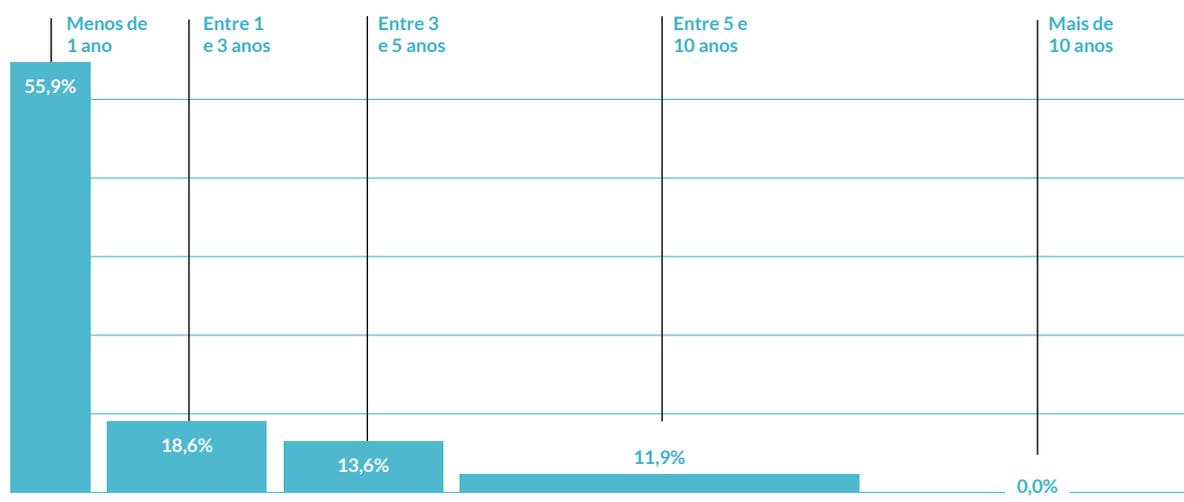
GRÁFICO IV.1

Em percentagem

IV.1.A. Programas



IV.1.B. Projetos



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais

³A Tabela A.IV.3 do anexo mostra a percentagem de programas e projetos de 2014 que tem informação associada aos seguintes itens: datas de aprovação, início e finalização; as duas últimas datas, simultaneamente; anos de início e de finalização da atividade, separadamente e de ambos, também de forma simultânea. Tal como se observa, só se têm 100% dos dados para o ano de início. No resto dos itens, as representatividades oscilam entre 2,6% dos programas dos quais se sabe a data de finalização e 86,4% dos projetos dos quais se sabe quer a data de finalização quer a de finalização e de início, de forma conjunta.

- a) A grande maioria dos programas de CHSS Regional (84,6%) iniciaram a sua execução antes de 2014. Pelo contrário, a maior parte dos projetos (55,9%) fizeram-no depois dessa data, já durante o curso deste exercício. De facto, e com base nas datas de início de atividade com que contamos,⁴ sabemos que mais de três quartos dos projetos dataram o seu início durante o próprio mês de janeiro de 2014 e que todos (com uma única exceção) o fizeram durante o primeiro semestre.
- b) Em conformidade com o anterior, a maior parte dos programas registaram períodos de execução mais longos que os correspondentes aos projetos. Assim, enquanto que 38,5% dos programas estão em execução entre um e três anos, só 18,6% dos projetos regista essa média de duração; e enquanto que 20,5% e 17,9% dos programas estão em execução respetivamente entre 3 e 5 anos e entre 5 e 10 anos, a percentagem de projetos que partilha essas médias é menor (13,6% e 11,9%). Também, nenhum projeto esteve em execução durante mais de sete anos, pois nenhum foi iniciado antes de 2008; entretanto há projetos com datas de início anteriores (até de 2001) que permitem inclusivamente identificar programas cuja execução se iniciou há mais de 10 anos (12,8% dos 39 programas registados em 2014 face a nenhum projeto).

IV.2 PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NA CHSS REGIONAL EM 2014

O Gráfico IV.2 ordena os 22 países ibero-americanos de maior para menor participação no conjunto dos 98 programas e projetos de CHSS Regional mantidos em execução em 2014. Da sua observação depreende-se o seguinte:

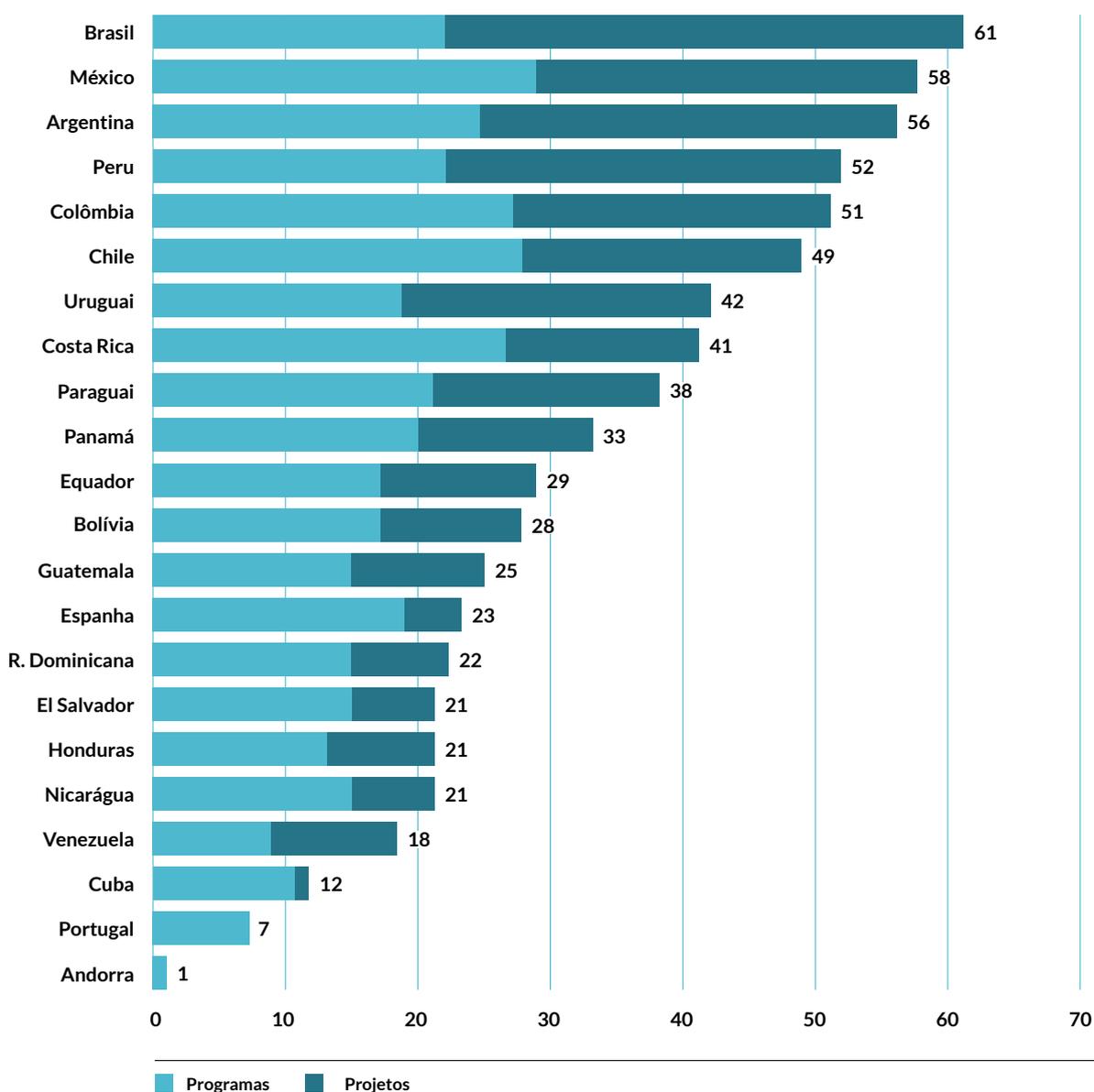
- a) Em 2014, o Brasil foi o país que participou num maior número total de programas e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional (61). Seguiram-se, por ordem de importância relativa, cinco países que quase chegaram ou ultrapassaram os cinquenta programas e projetos: tratou-se do México (58), Argentina (56), Peru (52), Colômbia (51) e Chile (49). Dentro dos respetivos totais, podemos mencionar as diferenças verificadas em termos da proporção registada entre projetos e programas: superior à unidade para três dos quatro países mais ativos (Brasil, Argentina e Peru, com razões respetivas de 1,8, 1,3 e 1,4); igual à unidade (México, que participou no mesmo número de projetos que de programas - 29 e 29); e inferior a um (maior presença relativa em programas para a Colômbia -0,9 e Chile -0,8).
- b) Por sua vez, quatro países sul-americanos (Uruguai, Paraguai, Equador e Bolívia), juntamente com dois centro-americanos (Costa Rica e Panamá), participaram num conjunto de programas e projetos cujo intervalo se situou em torno das 30 ou 40 iniciativas: dos 28 programas e projetos nos quais a Bolívia participou até aos 42 associados ao Uruguai. O Uruguai foi também o único país deste grupo cuja proporção entre projetos e programas foi favorável aos primeiros (1,2); para os restantes, os programas foram relativamente mais importantes.
- c) Entretanto, quatro países centro-americanos (Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua), acompanhados pela República Dominicana a partir do Caribe e de Espanha a partir da Península Ibérica, formaram um bloco cuja participação se situou num intervalo de 21 a 25 programas e projetos de CHSS Regional. Além disso, todos partilharam um padrão de comportamento, na medida em que a sua participação nesta modalidade se instrumentalizou maioritariamente através

⁴Dispomos de informação relativa às datas de início de atividade de 81,8% dos projetos cujo ano de início corresponde a 2014.

Participação dos países nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014

GRÁFICO IV.2

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

dos programas (dos 1,5 programas por projeto da Guatemala até um máximo de 4,8 programas por projeto no caso de Espanha).

- d) Um grupo diferente foi constituído pelos países que participaram num menor volume de iniciativas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional: tratou-se de Andorra (presente num programa); Portugal (7 programas); Cuba (11 programas e um projeto); e Venezuela, país este com um padrão diferente dos restantes, pois participou num número total de iniciativas superior (18) e em proporções semelhantes através de programas (9) e de projetos (outros 9).

Igualmente, e numa análise da CHSS Regional por país, é interessante abordar outro aspeto complementar: saber quem foram os principais parceiros de cada país. A resposta que se obtiver é importante pois ilustra uma questão que não é menor: até que ponto, na altura de participar com outros parceiros num mesmo programa ou projeto de cooperação, o facto de que estes sejam por sua vez membros de um mesmo esquema comercial, económico ou de integração, ou de um mesmo bloco de concertação os influencia (Aliança do Pacífico, MERCOSUL ou UNASUL, apenas para nomear alguns a título de exemplo). Uma resposta afirmativa poderia significar que as relações fomentadas pela pertença a um desses esquemas permeia a cooperação, independentemente de que esse esquema a ampare.

“ O Brasil foi o país que participou num maior número total de programas e projetos. Seguiram-se, México, Argentina, Peru, Colômbia e Chile ”

Para identificar e ilustrar o atrás mencionado, elaboraram-se os Mapas IV.1 (no texto) e A.IV.1 (em anexo). Esses mapas referem-se a uma série de países selecionados (México e Argentina, nos primeiros mapas; Brasil, Peru, Colômbia e Chile, nos segundos)⁵ e mostram, para cada um desses países, quão intensa foi a relação com o resto dos parceiros medida em termos de percentagem do total dos programas e projetos desse país nos quais o outro parceiro também participou. O grau de coincidência com esse outro parceiro situa-se entre

quatro intervalos de valores aos que se atribui uma cor cuja intensidade aumenta à medida que a percentagem de programas e projetos partilhados é menos de 25%, de 25 a 50%, deste último a 75% ou se situa acima de 75% do total das iniciativas de CHSS Regional participadas pelo país selecionados. Da sua leitura depreende-se o seguinte:

- a) No caso do México (Mapa IV.1.A), o Chile foi o país com que coincidiu num maior número de programas e projetos (em 74,1% dos 58 totais). Igualmente, teve como parceiros importantes o Peru, Argentina e Brasil, com os quais tendeu a coincidir em dois de cada três programas e projetos de CHSS Regional nos quais esteve presente em 2014. Por sua vez, a Colômbia coincidiu com o México em cerca de 60% das ocasiões. Todos estes dados revelam a importância que teve para a CHSS Regional do México a sua pertença à Aliança do Pacífico, cujos parceiros (Chile, Peru e Colômbia) foram três dos cinco países com os que mais programas e projetos partilhou. De forma complementar, também foram importantes as relações com os países centro-americanos (com os quais coincidiu menos vezes em 25% dos programas e projetos - Honduras, El Salvador, Guatemala e Nicarágua - e mais, entre 40% e 50% das ocasiões - Panamá e Costa Rica), bem como com os sul-americanos (pois aos já mencionados, devemos acrescentar a Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai, parceiros referenciados entre 30% e 40% das iniciativas). Outros dois parceiros importantes foram Espanha e a República Dominicana, com os quais coincidiu em uma de cada três ocasiões.
- b) Por sua vez, a Argentina (Mapa IV.1.B), coincidiu na maior parte das ocasiões com parceiros com que faz fronteira, destacando-se entre eles, aqueles com que também partilha a adesão ao MERCOSUL. Com efeito, o México (coincidiram em 71,4% dos 56 programas e projetos em que a Argentina participou) seria o único dos seus principais parceiros com que nem limita nem partilha a participação no mencionado esquema de concertação comercial. Entretanto, tem fronteira com o Brasil (89,3%), Chile (67,9%), Uruguai (62,5%) e Paraguai (60,7%), três dos quais são além disso seus parceiros tradicionais no MERCOSUL. Outro parceiro importante, o Peru (62,5%), contribuiu, por sua vez, para

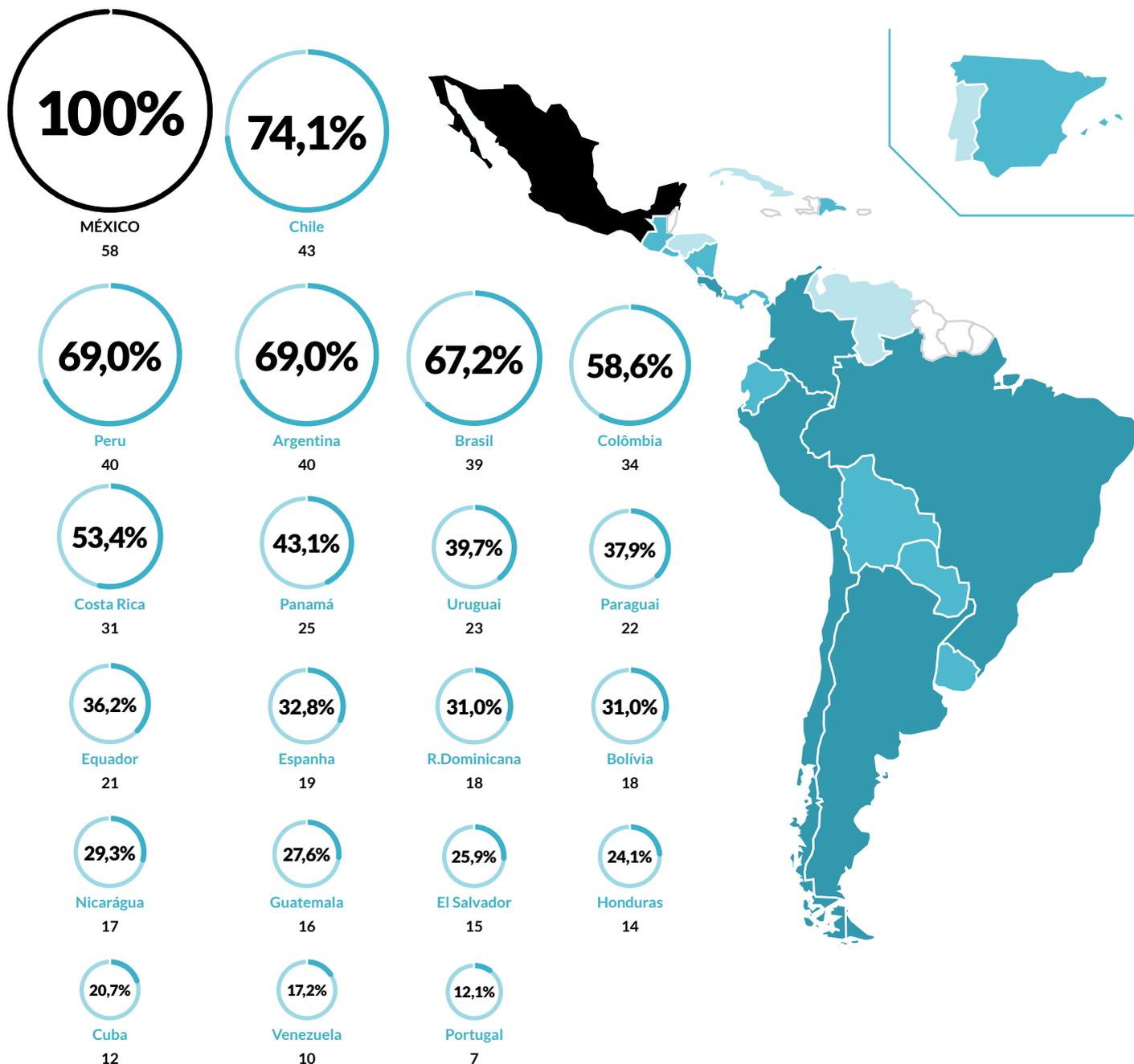
⁵Para que o exercício produza resultados significativos, tomam-se só os países cujo total de programas e projetos chega ou ultrapassa o valor de 50.

Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014

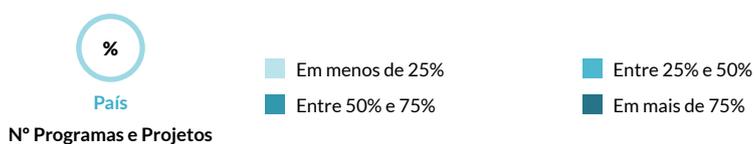
MAPA IV.1

Programas e projetos nos quais o país participa juntamente com outro parceiro, em percentagem

IV.1.A. México



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

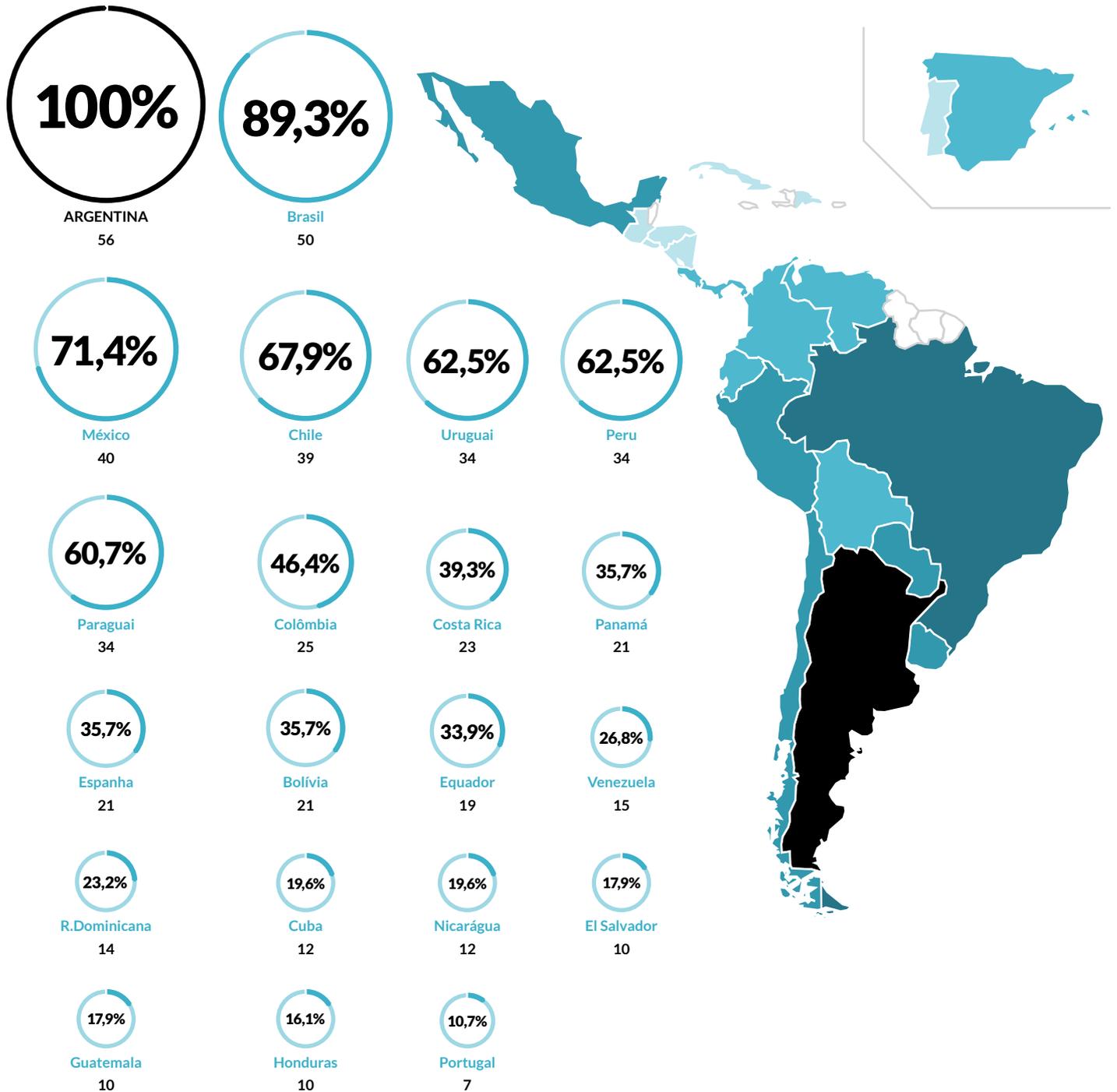


Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014

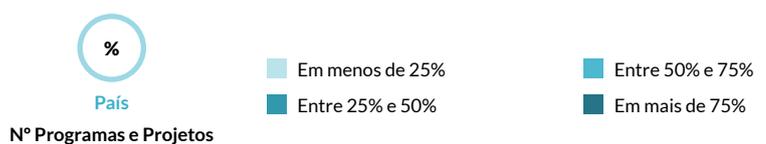
MAPA IV.1

Programas e projetos nos quais o país participa juntamente com outro parceiro, em percentagem

IV.1.B. Argentina



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação



alargar a área de colaboração que se visualiza no Mapa IV.1.B, ao ser este país limítrofe do Chile. Outro bloco importante é o integrado pelo último dos países com os quais tem fronteira (Bolívia, presente em 35,7% dos programas e projetos) juntamente com o resto dos parceiros andinos (Colômbia, Equador e Venezuela,⁶ com participações respetivamente de 46,4%, 33,9% e 26,8%). Devemos também sublinhar a relação com dois países centro-americanos (Costa Rica e Panamá) e com Espanha, com cada um dos quais tendeu a coincidir em praticamente 4 de cada 10 programas e projetos.

“ Argentina coincidiu na maior parte das ocasiões com parceiros com que faz fronteira, destacando-se entre eles, aqueles com que também partilha a adesão ao MERCOSUL ”

c) O Brasil (Mapa A.IV.1.A, com 61 programas e projetos) reproduziu parte do perfil argentino, pois combinou um padrão de relações muito associado à sub-região sul-americana e à sua fronteira, com a marca de pertença ao MERCOSUL. De facto, a Argentina, com quem limita e simultaneamente partilha associação, foi o parceiro com o qual coincidiu num maior número de programas e projetos (82,0%). Acompanharam-no, como principais parceiros, outros três países limítrofes, dois dos quais são também membros do mercado comum: Peru, Paraguai e Uruguai, cada um dos quais coincidiu com o Brasil entre 57% e 62% das vezes. O resto dos países sul-americanos quebraram este padrão, pois os que registam percentagens de coincidência superiores são os não fronteiriços (Chile e Equador, com participações relativas de 62,3% e 37,7%, respetivamente), enquanto que a Bolívia e a Venezuela (ambos países limítrofes do Brasil e o segundo, além disso, parte do MERCOSUL)⁷ coincidiram em menos ocasiões (em 37,7% e 26,2%, em cada caso). A exceção mais significativa, como já aconteceu com a Argentina, foi também a do México, segundo parceiro mais importante depois de ter coincido

em 63,9% das ocasiões. Do resto dos países, destacaram-se as colaborações com a Costa Rica (41%), Espanha (32,8%) e Panamá (31,1%).

- d) No que se refere ao Peru (presente em 52 programas e projetos em 2014), a observação do Mapa A.IV.1.B sugere de novo a influência de dois tipos de fatores: um geográfico (a pertença à sub-região sul-americana) e outro económico (a associação na Aliança do Pacífico). Com efeito, dos cinco países com os quais o Peru coincidiu em mais ocasiões, três são também seus parceiros na Aliança do Pacífico: Chile (76,9%), México (outros 76,9%) e Colômbia (63,5%). Igualmente, o primeiro e o terceiro, juntamente com o seu terceiro parceiro mais importante (o Brasil, com o qual coincidiu em praticamente três de cada quatro programas e projetos), partilham fronteira com o país andino. Na verdade, o resto dos parceiros com os quais coincidiu num maior volume de iniciativas são todos países sul-americanos: por um lado, Equador e Bolívia (46,2% e 44,2%, respetivamente) com os quais partilha fronteira; e por outro lado, descendo para o sudeste, a Argentina (com que coincidiu em dois de cada três programas e projetos), Paraguai (em 40,4% das vezes) e Uruguai (outros 40,4%).
- e) Para a Colômbia (Mapa A.IV.1.3), as relações no quadro da Aliança do Pacífico foram determinantes, pois os seus três principais parceiros, com os quais coincidiu em mais de 60% dos 51 programas e projetos de CHSS Regional nos quais participou em 2014, foram os seus também parceiros no mencionado esquema comercial: México (66,7%), Peru (64,7%) e Chile (60,8%). Este fator combinou-se de novo com outro de carácter geográfico, apresentado no mapa, dada a importância relativa que todos os países tiveram na sua cooperação (para além do Peru e à exceção da Venezuela), com os países com que partilham fronteira e/ou a condição andina: Brasil (parceiro em 54,9% das iniciativas), Panamá juntamente com o Equador (em 47,1% em cada caso) e Bolívia (43,1%). Outros países muito presentes na CHSS Regional da Colômbia, mas sem relação com o padrão anterior, foram a Costa Rica e a Argentina, os quais coincidiram com a Colômbia em mais de metade das iniciativas nas quais esta participou.

⁶ Ao longo de 2014, a Venezuela incorporou-se no MERCOSUL como membro de pleno direito. Nesse sentido, e para efeitos deste exercício, o facto da sua incorporação praticamente coincidir com o período de análise faz com que o possível impacto dessa associação nas relações com os parceiros tradicionais não se considere tão determinante como no resto dos casos.

⁷ Ver nota anterior.

f) Por último, sobre o padrão das relações do Chile (Mapa A.IV.1.4), também teve influência a pertença à Aliança do Pacífico, pois três dos seus cinco principais parceiros partilham associação no mencionado esquema: O México e o Peru (os dois países com os quais mais coincidiu, em 87,8% e 81,6% das ocasiões, respetivamente), juntamente com a Colômbia (quinto principal parceiro, com o qual participou em dois de cada três programas e projetos). Este fator combinou-se com uma dupla orientação geográfica, primeiro para a sub-região sul-americana e depois, em menor medida, para a centro-americana. Em concreto, entre os países

com mais importância relativa para a CHSS Regional do Chile, destacaram-se, por um lado, a Argentina, Brasil (em mais de três de cada quatro iniciativas), Paraguai, Uruguai, Equador (entre 42% e 46% das coincidências) e Bolívia (36,7%); e, por outro lado, embora num intervalo de percentagens progressivamente menor, Costa Rica (em 46,9% das iniciativas), Panamá (38,8%), Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Honduras (entre um máximo de 24,5% e um mínimo de 18,4% das coincidências). Por sua vez, Espanha participou num de cada três programas e projetos através dos quais o Chile cooperou em 2014.

IV.3 ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL EM 2014

Parte da lógica subjacente à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, reside na possibilidade que esta oferece aos países participantes de unirem esforços para responderem de forma conjunta a problemas comuns. Neste sentido, a análise setorial dos 98 programas e projetos promovidos na Ibero-América ao longo de 2014, identifica quais foram as problemáticas às quais se deu prioridade, bem como o tipo de capacidades fortalecidas para lhes dar resposta. Para este efeito, elaboraram-se os Gráficos IV.3.A e B, que distribuem os programas e projetos de 2014, respetivamente conforme a sua dimensão e setor de atividade.

Da observação conjunta de ambos os gráficos depreende-se que:

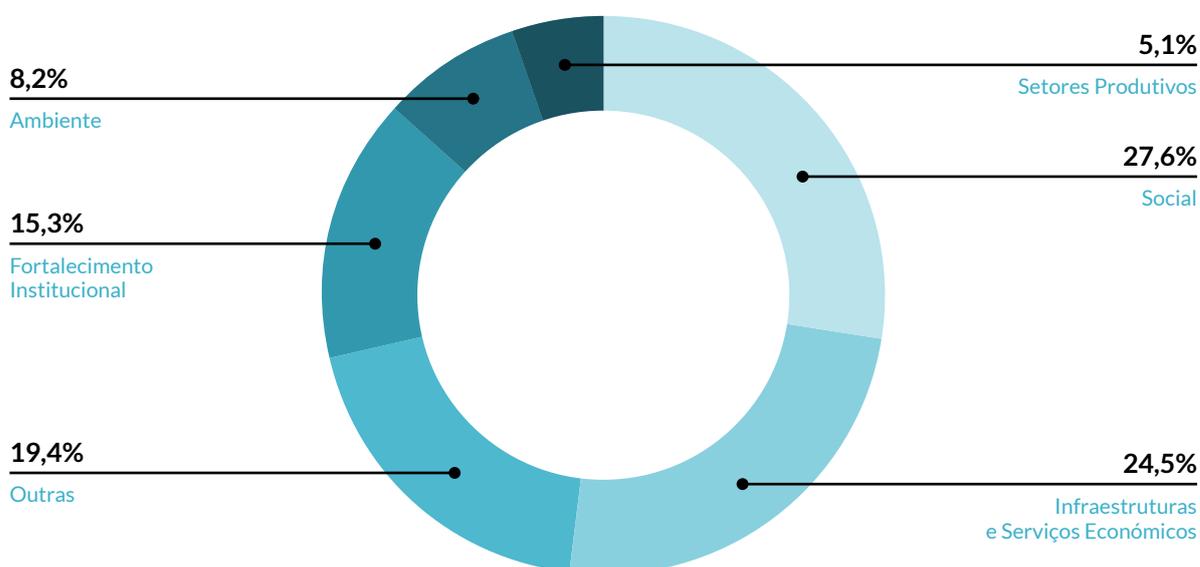
a) A distribuição por dimensões de atividade da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional realizada pelos países ibero-americanos ao longo de 2014, esteve altamente diversificada. Assim, pouco mais de metade dos 98 programas e projetos (52,0%) responderam a uma orientação socioeconómica que deu primazia, por um lado, ao fortalecimento de capacidades no âmbito Social (27,6% do total) e, por outro lado, à criação de Infraestruturas e serviços económicos (24,5%). Entretanto, praticamente outra metade das 98 iniciativas (48,0%) orientaram-se em torno de quatro objetivos de diferente natureza: por ordem de importância relativa, o apoio às Outras dimensões de atividade (um de cada cinco programas e projetos); o Fortalecimento institucional (15,3%); o Ambiente (8,2%); e, uma vez mais no âmbito económico, o desenvolvimento dos Setores produtivos (os últimos 5,1%).

Distribuição dos programas e projetos de CHSS Regional, por dimensão e por setor de atividade. 2014

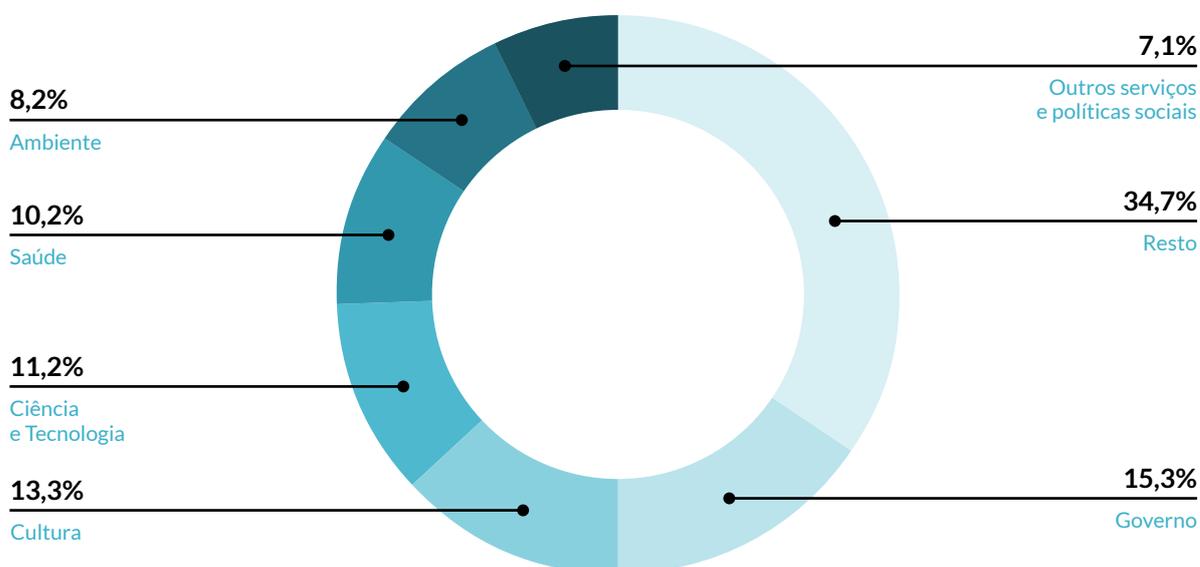
GRÁFICO IV.3

Participação, em percentagem

IV.3.A. Por dimensão de atividade



IV.3.B. Por setor de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

b) No âmbito Social (27,6%), foram maioritários (um de cada três destes, equivalentes a um de cada dez do total), os programas e os projetos que procuraram fortalecer certos aspetos relativos à área da Saúde. Em concreto, tratou-se de uma cooperação muito orientada para a gestão da informação (inquéritos nacionais, observatórios, desenvolvimento de histórias clínicas e de sistemas) que, por sua vez, gerou melhorias em termos de prevenção e de diagnóstico precoce de determinadas doenças, especialmente de algumas associadas a grupos populacionais mais vulneráveis, tais como as crianças e os idosos. De forma complementar, 7,1% do total dos programas e projetos de 2014 tiveram por objetivo intercambiar experiências relativas a Outros serviços e políticas sociais, que combinaram os cuidados a idosos, primeira infância e jovens com uma especial incidência nas zonas fronteiriças e de pobreza extrema. Destacaram-se os relativos ao fomento do voluntariado, participação em parlamentos juvenis e diplomacia desportiva, como instrumentos de luta contra a exclusão. Outro conjunto significativo da CHSS Regional de 2014 (6,1%), esteve relacionada com a Educação e, dentro desta, com o fomento da alfabetização, ensino superior e mobilidade académica, esta última um tipo de atividade para a qual se identificaram programas relacionados com a Aliança do Pacífico, MERCOSUL e Ibero-América. O último bloco de iniciativas orientou-se para a gestão dos recursos hídricos e para a regulamentação de serviços públicos de abastecimento de água (3,1%) e saúde reprodutiva (1%).

c) Por sua vez, e no quadro da CHSS Regional que em 2014 apoiou a criação de Infraestruturas e serviços económicos (24,5% do total), destacaram-se (cerca de 60%) as iniciativas que foram orientadas, por um lado, para o fomento da aplicação dos progressos de Ciência e tecnologia a vários âmbitos da atividade económica (45,8%) e, por outro lado, para a Energia (12,5%). Estes programas e projetos são abordados em conjunto, pois muitos deles estiveram, por sua vez, relacionados com o Programa ARCAL-OIEA (ver Quadro IV.1) e com tudo o que respeita quer à prevenção de riscos na gestão de técnicas nucleares, quer ao seu uso e aplicação, não só económica (irradiação de alimentos), mas também médica (capacitação em radioterapia), ambiental (conservação de solos e água) e elétrica (quadros jurídicos nacionais adequados para a aplicação dos usos seguros e pacíficos da energia nuclear). De forma complementar, cerca de um terço do resto dos programas e projetos promovidos no âmbito das Infraestruturas e serviços, esteve relacionado com a promoção do empreendimento e Micro e PME e com as alternativas profissionais para os jovens (setores do Emprego e Empresa, com 4,1% e 3,1% do total das iniciativas de 2014, respetivamente). Com um carácter mais pontual, identificaram-se intercâmbios de experiências nos âmbitos das Comunicações (digitais e audiovisuais, 2,0%) e dos Transportes e armazenamento (apenas 1,0%).

d) Entretanto, o conteúdo de quase 20% dos programas e projetos de 2014 relacionado com as Outras dimensões de atividade, manteve-se sobretudo em torno do fomento da Cultura (13,3% do total das iniciativas de CHSS Regional registadas na região), dos Outros modelos de desenvolvimento (5,1%) e, de forma pontual, das questões de Género (1,0%). Mais especificamente, a importância da Cultura foi determinada pelo elevado peso relativo de vários programas relacionados com dois espaços multilaterais: o ibero-americano (apoio ao artesanato, artes cénicas, música, bibliotecas, orquestras juvenis e memória sonora e audiovisual, apenas para nomear alguns); e o interamericano ou da OEA, onde se implementaram dois projetos para a promoção de uma rede juvenil de intercâmbio criativo e de produção artística, bem como o

“ Em 2014, mais de metade dos 98 programas e projetos (52,0%) responderam a uma orientação socioeconómica ”

Acerca do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe: o Programa ARCAL-OIEA

QUADRO IV.1

O denominado Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe (ARCAL), auspiciado e patrocinado pelo Organismo Internacional da Energia Atômica (OIEA), surgiu no início da década de oitenta. Com a sua promoção, o OIEA deu resposta a uma iniciativa do Grupo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), que tinha pedido a este organismo o seu apoio para atividades de cooperação em questões nucleares de interesse mútuo. O posterior apoio da

Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, representou o impulso formal do ARCAL na sede do organismo patrocinador em Viena, em 1984. Após quase três décadas de atividade e sucessivas novas adesões, a partir de 2012, o Programa ARCAL-OIEA associa 20 países: os 19 ibero-americanos da América Latina (à exceção das Honduras), e o Haiti e Jamaica (a última incorporação).

Sempre de acordo com o espírito que o impulsionou, o Programa ARCAL-OIEA (baseado numa cooperação horizontal,

tanto técnica quanto económica), promove entre os seus países membros o intercâmbio de experiências e a expansão de todos os avanços que favoreçam a promoção "do uso de diversas técnicas nucleares e da sua aplicação com fins pacíficos".¹ De facto, a sua atividade centra-se nos progressos que afetam as seguintes áreas temáticas: Energia; Saúde Humana; Segurança alimentar; Segurança radiológica; Ambiente; e Tecnologia com radiação.

Projetos de CHSS Regional no quadro do Programa ARCAL-OIEA. 2014

Título do projeto	Área temática
Apoio ao diagnóstico e tratamento de tumores em pacientes pediátricos	Saúde humana
Apoio ao desenvolvimento de radiofármacos terapêuticos produzidos regionalmente para terapias de câncer através do intercâmbio de capacidades, conhecimentos, melhoria de instalações, formação e trabalho em redes regionais	Saúde humana
Melhoria da qualidade de vida dos idosos através do diagnóstico precoce da Sarcopenia	Saúde humana
Fortalecimento da capacitação dos Recursos Humanos em Radioterapia	Saúde humana
Fortalecimento da infraestrutura nacional para que os utentes finais cumpram a regulamentação com os requisitos de proteção radiológica	Segurança radiológica
Fortalecimento da infraestrutura nacional e regulatória na área da segurança para responder aos requisitos dos novos padrões básicos de segurança do OIEA	Segurança radiológica
Fortalecimento das capacidades nacionais para responder a emergências radiológicas	Segurança radiológica
Estabelecimento de enquadramentos jurídicos nacionais adequados para a aplicação dos usos seguros e pacíficos da energia nuclear para cumprir as suas obrigações internacionais e os requisitos fundamentais dos instrumentos e normas legais pertinentes	Segurança radiológica
Melhoria das estratégias de conservação dos recursos dos solos e da água ao nível das bacias usando isótopos estáveis e técnicas relacionadas	Ambiente
Fortalecimento do quadro regulamentar nacional e capacidades técnicas para a gestão de resíduos radiativos	Ambiente
Incremento das aplicações comerciais dos aceleradores de elétrons e de raios X para o processamento de alimentos	Tecnologia com radiação
Fortalecimento da planificação, conceção e revisão do programa de apoio à implementação de atividades estratégicas na área nuclear	Várias

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, ao longo de 2014, registaram-se na região ibero-americana 12 projetos de CHSS Regional enquadrados no Programa ARCAL-OIEA. Participaram neles, principalmente, a Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e, pontualmente, a Colômbia. Tal como se observa na tabela elaborada para este efeito, a qual relaciona cada um dos projetos com as áreas temáticas de atividade que afetam, não se registou, ao contrário do que se poderia esperar quando se abordou a questão nuclear e, pelo menos, em 2014, nenhum projeto relacionado com a produção de energia elétrica. Prevaleceram, no entanto (quatro de doze), os projetos orientados

para o uso das técnicas nucleares na Saúde: diagnóstico e tratamento de tumores e outras doenças, tais como a sarcopenia, que afetam, respetivamente, crianças e idosos; desenvolvimento de fármacos radioterapêuticos e do uso da radioterapia também no combate ao câncer. Outros quatro projetos relacionaram-se com o âmbito da Segurança radiológica. Tratou-se de uma cooperação centrada no fortalecimento dos quadros jurídicos nacionais e nas capacidades regulamentares dos Estados conforme os padrões internacionais, bem como na resposta face a possíveis emergências. Também se registaram outros dois projetos de índole

ambiental, cujo propósito radicou, por um lado, na gestão de resíduos radioativos e, por outro lado, na aplicação de técnicas nucleares a estratégias de conservação de recursos como a água e o solo. Identificou-se também um projeto relacionado com as Tecnologia de radiação, orientado para a capacitação no uso dessas tecnologias e para favorecer o processamento e a comercialização de determinados alimentos; e, um último, de caráter mais multissetorial, relacionado com a transferência de instrumentos de planificação, conceção e avaliação de determinadas atividades estratégicas na área nuclear.

desenvolvimento de uma conta satélite que contribua para a medição da cultura andina. O resto dos programas e projetos também procuraram, por um lado, conjugar os modelos de desenvolvimento sustentável com a integração económica e, por outro lado, criar estatísticas de género para uma melhor conceção, monitorização e avaliação das políticas públicas que neste âmbito se possam promover na região.

- e) No âmbito do Fortalecimento institucional, 15,3% do total das iniciativas de CHSS Regional registadas em 2014 foram orientadas para o desenvolvimento das capacidades dos Governos. Com efeito, registaram-se programas e projetos com múltiplos objetivos finais, entre os quais se destacaram os relativos à gestão territorial; administração e melhor gestão dos serviços públicos; transferência de ferramentas e técnicas de avaliação e desempenho; produção de estatísticas e gestão de classificações internacionais que orientem para a tomada de decisões; fortalecimento da própria cooperação (especialmente da Sul-Sul), bem como o intercâmbio de técnicas de monitorização e avaliação relativas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM); de promoção de um acesso à justiça com garantias; e de segurança nacional, em especial em questões de interdição de áreas que reforcem a região na luta contra o tráfico de drogas.
- f) Finalmente, os últimos 13,3% dos programas e projetos registados em 2014 resultaram da agregação de 8,2% da CHSS Regional dedicada a enfrentar coletivamente os desafios Ambientais e dos 5,1% que tiveram por objetivo o apoio a determinados Setores produtivos. Neste sentido, os países ibero-americanos uniram os seus esforços para melhorar a administração e proteção das áreas naturais, bem como a gestão de recursos (especialmente hídricos) e de resíduos (sobretudo radioativos). Promoveu-se também a troca de experiências em âmbitos próprios da investigação e dos sistemas de dados e informação sobre o ambiente, que permitam melhores respostas nacionais e regionais para os desafios das alterações climáticas. Por sua vez, e de novo no âmbito económico, a CHSS Regional de 2014 impulsionou programas e projetos pontuais relacionados com os setores da Indústria (2,0%), Comércio (2,0%) e Pescas (1,0%).

IV.4 PARTICIPAÇÃO E PAPEL DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA CHSS REGIONAL EM 2014

Conforme a definição de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional acordada no espaço ibero-americano, uma condição necessária é a participação de, pelo menos, três países em desenvolvimento. No entanto, a definição não estabelece nada quanto à presença dos organismos multilaterais, apesar de que, na maior parte das vezes, também estão presentes. Na verdade, se tomarmos como referência os 98 programas e projetos de CHSS Regional mantidos em execução em 2014, só um de cada cinco (21,4%) foi exclusivamente participado por países; nas 78,6% restantes iniciativas, os países ibero-americanos estiveram acompanhados com, pelo menos, um organismo de caráter multilateral.

O acordado estabelece que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional também se define pela existência de um mecanismo institucional que regula as relações de cooperação e intercâmbio entre os países participantes. Quando não se verifica a participação de um organismo multilateral, esse mecanismo responde à conceção decidida e estabelecida pelos países para essa cooperação específica. No entanto, quando um organismo multilateral se une às iniciativas de CHSS Regional costuma facilitar a tarefa, pois contribui para enquadrar os programas e os projetos de acordo com as regras estabelecidas pelo sistema de cooperação associado a esse mesmo organismo.

Desta forma, a presente secção quer refletir sobre o impacto que os organismos de caráter multilateral tiveram na CHSS Regional participada pelos países em 2014. Isso conduz, em primeiro lugar, à identificação de que organismos e com que intensidade participaram nos 98 programas

e projetos de 2014; e, em segundo lugar, a aprofundar alguns dos casos expostos para assim analisar o esquema de cooperação de que dispõem e o impacto que este tem no intercâmbio que os países ibero-americanos mantêm nesse contexto.

IV.4.1. OS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA CHSS REGIONAL EM 2014

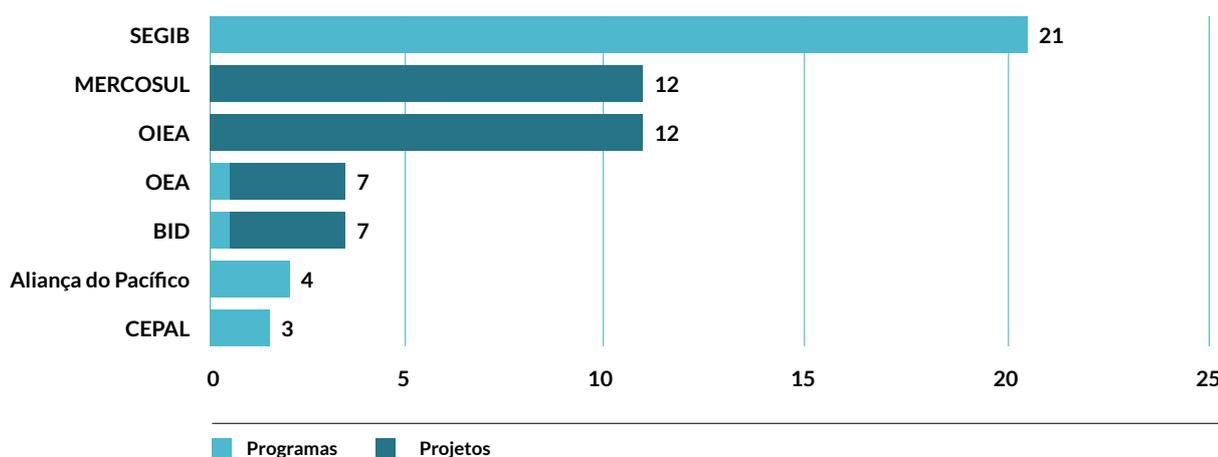
Tal como já se referiu, ao longo de 2014, os organismos de caráter multilateral estiveram também presentes em cerca de 80% dos 98 programas e projetos finalmente registados. O Gráfico IV.4 apresenta o total das iniciativas nas quais participaram alguns destes organismos.

Neste sentido, a SEGIB, em conjunto com outros organismos do espaço ibero-americano, tais como a COMJIB, o próprio Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) ou a OEI, apenas para citar alguns, esteve presente e/ou acompanhou a atividade promovida por 21 dos 39 programas de CHSS Regional de 2014. Entretanto, outros dois organismos de diferente natureza como são o MERCOSUL e a Organização Internacional para a Energia Atômica (OIEA), estiveram presentes, em cada caso, em 12 projetos de CHSS Regional. Por seu lado, a Organização de Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acompanharam os países ibero-americanos em 7 iniciativas cada um, em ambos os casos instrumentalizadas através de 1 programa e 6 projetos. Finalmente, a Aliança do Pacífico e a CEPAL, foram parte integrante de 4 e 3 programas de CHSS Regional, respetivamente.

Participação dos organismos nos Programas e Projetos de CHSSR 2014

GRÁFICO IV.4

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Houve outros organismos que também participaram na CHSS Regional de 2014, mas que não foram incluídos no Gráfico IV.4. Trata-se de organismos que registaram intervenções muito pontuais (no máximo, em uma ou duas ocasiões). Destacaram-se vários organismos internacionais de caráter setorial (FAO - alimentação e agricultura; FMI - sistema financeiro; OIT - Trabalho; e UNESCO - cultura); esquemas comerciais e económicos de alcance regional (ALADI e UE); vários esquemas regionais e setoriais, por sua vez relacionados com outros esquemas superiores (CENPROMYPE - empresas e SICA; IICA - agricultura e OEA; OPS - saúde e OMS); bem como outros organismos de natureza intergovernamental surgidos para associar os países face a problemas setoriais concretos, caso do CIAT - administrações tributárias; CLAD -

administração para o desenvolvimento; OLACEFS - entidades fiscalizadoras superiores; e OTCA - Organização do Tratado da Cooperação Amazónica.

Outra informação interessante refere-se aos países com os quais estes organismos coincidiram na hora de cooperar, pois nem sempre houve uma plena correspondência entre os parceiros cooperantes e os membros do organismo em questão. Neste sentido e para efeitos de analisar este aspeto, elaborou-se a Tabela A.IV.4 (em anexo), que identifica os países e os agentes que foram parceiros dos organismos multilaterais que tiveram uma maior presença relativa na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em 2014 (Gráfico IV.4). A sua observação sugere que:

- a) Nos programas e projetos acompanhados pela SEGIB, MERCOSUL, OEA e Aliança do Pacífico, estiveram sempre presentes todos os países membros que simultaneamente são ibero-americanos. Em concreto, participaram na CHSS Regional associada ao espaço ibero-americano os seus 22 países membros; na realizada no quadro do MERCOSUL, estiveram a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela; na auspiciada pela OEA, os 19 ibero-americanos da América Latina que, por sua vez, integram o organismo interamericano; e no caso da cooperação realizada no âmbito da Aliança do Pacífico, estiveram o Chile, Colômbia, México e Peru. Nalgumas iniciativas estes organismos também se puderam associar com outros países (não membros) e inclusivamente com outros parceiros multilaterais. Foi o caso do MERCOSUL com a UE e da OEA com Espanha.
- b) No entanto, nas iniciativas registadas para 2014 e acompanhadas pela OIEA, BID e CEPAL, nem sempre houve plena participação de todos os países ibero-americanos que são simultaneamente membros destes organismos. De facto, só tenderam a participar uma parte dos que têm adesão plena: 5 dos 18 ibero-americanos possíveis (Argentina, Brasil, Chile, Peru e Colômbia), nos projetos da OIEA; 16 dos 19 da América Latina (faltaram a Argentina e a Venezuela, para além de Cuba, que não é país membro) nos programas e projetos do BID; 18 países dos 19 (todos à exceção da Nicarágua), no caso das atividades de CHSS Regional que em 2014 foram promovidas pela CEPAL. No entanto, registaram-se de novo associações com outros países não membros ou organismos, entre outros, o caso da Alemanha, CENPROMYPE, CIAT e OLACEFS com o BID, e o da OIT com a CEPAL.

Devemos finalmente acrescentar que a contribuição dos organismos multilaterais para a Cooperação Sul-Sul não se limita nem à participação na implementação de programas e projetos, nem, tal como se verá de forma pormenorizada na seguinte secção, a oferecer um quadro institucional que regule as relações entre os países participantes. Por vezes, a sua contribuição chega através do estabelecimento de alianças estratégicas entre esses mesmos organismos, que por sua vez geram sinergias e fortalecem a CSS. A modo de ilustração, a aliança estabelecida entre 2015 e 2016 pela SEGIB e a OPS. Criada para aproveitar os pontos fortes de ambos os organismos, esta aliança beneficiou da capacidade de sistematização da Cooperação Sul-Sul da SEGIB e da reconhecida experiência da OPS no setor que a define (Saúde). Fruto da cooperação entre a SEGIB e a OPS surgiu um documento (em edição) que permitiu aprofundar, identificar tendências e conhecer com um alto nível de pormenor como foi a Cooperação Sul-Sul que os países da região intercambiaram em 2013 no âmbito da Saúde (ver Quadro IV.2).

“ A contribuição dos organismos multilaterais para a Cooperação Sul-Sul não se limita nem à participação na implementação de programas e projetos, nem a oferecer um quadro institucional. Por vezes, a sua contribuição chega através do estabelecimento de alianças estratégicas ”

Sinergias e fortalecimento da Cooperação Sul-Sul: o caso da SEGIB-OPS

QUADRO IV.2

Em 2015, a SEGIB e a OPS manifestaram interesse em promover uma colaboração que permitisse aproveitar os respetivos conhecimentos e know-how, como forma de otimizar recursos e partilhar esforços em áreas de interesse para ambos os organismos. Essa colaboração formalizou-se em 2016, quando a SEGIB e a OPS assinaram um Acordo de colaboração. No quadro desse Acordo, decidiu-se trabalhar conjuntamente na análise setorial da Cooperação Sul-Sul e mais especificamente no setor da saúde, aproveitando para isso a informação que os países ibero-americanos enviam periodicamente para a SEGIB. Nesse sentido, a colaboração entre ambos os organismos permitia:

a) Aproveitar a experiência da SEGIB, não só como um agente com experiência na implementação de CHSS Regional (através dos Programas e Projetos da Cooperação Ibero-Americana) mas

também, e sobretudo, pelos progressos já sentidos pelos países ibero-americanos em matéria de definição de uma metodologia de registo da Cooperação Sul-Sul acordada e pelas melhorias alcançadas no registo e análise da informação da Cooperação Sul-Sul, que se viram principalmente refletidos nas diferentes edições deste *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*.

b) Aproveitar o conhecimento acumulado no quadro da OPS, por um lado, como agente relevante no apoio à cooperação entre países para o desenvolvimento da saúde (CCHD), através da sua participação em iniciativas de cooperação triangular, programas sub-regionais de cooperação técnica e do apoio permanente às redes de saúde pública; e, por outro lado, pelo seu conhecimento específico do setor da saúde, um capital acumulado ao longo dos mais de 100 anos da organização.

Fruto deste trabalho, na XV Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde, realizada nos passados dias 4, 5 e 6 de setembro de 2016, em Cartagena das Índias, a SEGIB e a OPS apresentaram o documento *A cooperação Sul-Sul e triangular no setor da saúde na Ibero-América*. Esse documento de trabalho, perseguia os seguintes objetivos:

- a) Aprofundar e enriquecer a análise setorial da CSS.
- b) Dar visibilidade ao trabalho e aos progressos dos diferentes agentes estatais envolvidos no fortalecimento de capacidades no âmbito da Saúde.
- c) Confirmar o potencial da CSS como instrumento essencial para o desenvolvimento.
- d) Ser uma ferramenta útil para os responsáveis pela tomada de decisões, tanto de cooperação, quanto de políticas de saúde.

Resumo das Categorias e Áreas programáticas de trabalho da OPS (2014-2019)

Categorias da OPS	Áreas programáticas o subsetores
I. Doenças transmissíveis	1.1. VIH/sida e infeções de transmissão sexual 1.2. Tuberculose 1.3. Malária e outras doenças transmitidas por vetores 1.4. Doenças desatendidas, tropicais e zoonóticas 1.5. Doenças evitáveis mediante vacinação (incluindo a poliomielite)
II. Doenças não transmissíveis e fatores de risco	2.1. Doenças não transmissíveis e fatores de risco 2.2. Saúde mental e transtornos devidos ao consumo de substâncias psicoativas 2.3. Violência e traumatismos 2.4. Deficiências e reabilitação 2.5. Nutrição
III. Determinantes da saúde e promoção da saúde ao longo de todo o ciclo de vida	3.1. Saúde da mulher, mãe, recém-nascido, criança, adolescente e adulto, e saúde sexual e reprodutiva 3.2. Envelhecimento e saúde 3.3. Género, equidade, direitos humanos e etnicidade 3.4. Determinantes sociais da saúde 3.5. Saúde e ambiente
IV. Sistemas de saúde	4.1. Governação e financiamento no âmbito da saúde; políticas, estratégias e planos nacionais de saúde 4.2. Serviços de saúde integrados, centrados na pessoa e na qualidade 4.3. Acesso a produtos médicos e fortalecimento da capacidade regulamentar 4.4. Informação e evidência no apoio aos sistemas de saúde 4.5. Recursos humanos para a saúde
V. Preparação, vigilância e resposta	5.1. Capacidade de alerta e resposta 5.2. Doenças epidémicas e pandémicas 5.3. Gestão de emergências, riscos e crises 5.4. Segurança dos alimentos 5.5. Resposta a surtos e crises

Fonte: SEGIB a partir da OPS (2013)

Sinergias e fortalecimento da Cooperação Sul-Sul: o caso da SEGIB-OPS

QUADRO IV.2

→ (continuação)

Para isso, tomou-se como ponto de partida toda a informação sobre programas, projetos e ações contida no *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2015*. Desta, selecionou-se toda (um total de 264 iniciativas pertencentes às três modalidades consideradas no espaço ibero-americano: CHSS Bilateral, CSS Triangular e CHSS Regional) a que estava relacionada com o setor da Saúde. A seguir, os 264 programas, projetos e ações foram reclassificados conforme o conjunto de categorias e áreas programáticas definidos pela OPS no seu Plano Estratégico 2014-2019 (ver resumo das referidas categorias e áreas na tabela incluída neste quadro).

Tendo em conta todos estes elementos, o documento elaborado apresenta importantes resultados. Destacam-se:

- a) No ano 2013 e no âmbito ibero-americano, a maior parte da cooperação no setor da saúde dirigiu-se ao fortalecimento dos determinantes da saúde e à promoção da saúde ao longo de todo o ciclo de vida. Isto é, à melhoria das capacidades em matéria de respostas e atendimento dos serviços de saúde, onde se destacaram os temas de saúde da mulher, saúde materno infantil, infância, juventude e idosos.
- b) Fazendo uma comparação entre a Cooperação Sul-Sul e outras formas de cooperação, como a APD, viu-se que esta última, em contraposição com a primeira,

mostrou uma tendência para se dirigir maioritariamente à luta e prevenção das doenças transmissíveis, como a malária, VIH/SIDA, etc. Esta constatação confirma a complementaridade de ambas as formas de cooperação, dadas as diferentes problemáticas que enfrentam.

- c) Finalmente, verifica-se uma contribuição efetiva da Cooperação Sul-Sul promovida na região para a melhoria das condições de vida da sua população; uma melhoria que se tem verificado em múltiplos âmbitos, pois os países contam com numerosas instituições especializadas, com valiosas aprendizagens e experiências, dignas de serem replicadas noutros países da região.

Fonte: SEGIB a partir da OPS e SEGIB (2016), OPS (2013) e das Agências e Direções Gerais de Cooperação

IV.4.2. OS ORGANISMOS MULTILATERAIS COMO QUADRO INSTITUCIONAL E REGULAMENTAR

Tal como já se referiu, a participação dos organismos multilaterais na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional contribui para dotar esta modalidade de cooperação de um quadro institucional e, com ele, de um esquema de regulamentação das relações entre os países. Neste sentido, e tal como se tem vindo a fazer nas edições anteriores deste capítulo, é interessante aprofundar o funcionamento de alguns casos selecionados. Para cada um desses casos, caracterizam-se uma série de aspetos associados a esse funcionamento:

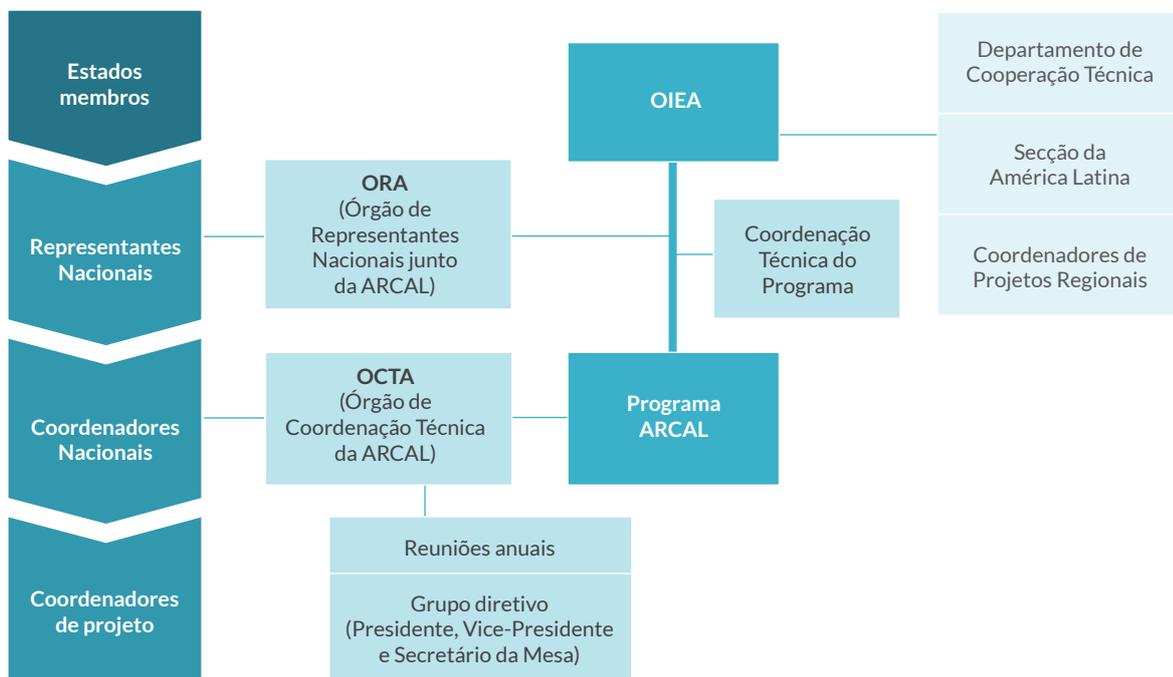
- a) Os quadros institucionais, sublinhando os instrumentos jurídicos com que se dotam.
- b) A estrutura dos seus órgãos de gestão e governo.
- c) A forma como tudo isso incide na regulamentação do processo de execução da cooperação.
- d) A fórmula com que se financia.

Assim, e dado que parte dos enquadramentos e esquemas associados a alguns dos organismos que maior participação tiveram na CHSS Regional de 2014 (SEGIB, MERCOSUL, OEA e Aliança do Pacífico) já foram caracterizados com pormenor noutras edições deste Relatório (ver Tabela A.IV.4 do anexo), nesta edição optou-se por aprofundar o funcionamento da cooperação associada ao Programa ARCAL-OIEA, na qual em 2014 se identificaram 12 projetos.

Para entender o funcionamento do Programa ARCAL, bem como a sua relação com o Organismo Internacional para a Energia Atómica (OIEA) que o auspicia a partir da assinatura constitutiva em 1984 e com os países que participam nos seus projetos, é ilustrativo o Esquema IV.1, elaborado para mostrar quais são os órgãos de gestão e de direção em torno dos quais a ARCAL se estrutura.⁸ Neste sentido, distinguem-se vários níveis de gestão e de direção:

Órgãos de gestão e de governação do Programa ARCAL-OIEA

ESQUEMA IV.1



Fonte: SEGIB a partir da ARCAL (2015).

⁸ Ver <http://www.arcal-lac.org>

a) No nível hierárquico e de decisão máximo, encontra-se o Órgão de Representantes Nacionais (ORA) dos Estados membros da ARCAL e OIEA. Os seus membros, de nível político-diplomático, reúnem-se anualmente em Viena, sede da OIEA, coincidindo com a Conferência Geral do organismo multilateral. Entre as suas funções destacam-se as de determinar as relações da ARCAL com outros atores, marcar as linhas político-estratégicas, examinar e aprovar programas e projetos, bem como incluir as respetivas atribuições de recursos.

c) A um nível técnico-administrativo, a coordenação regional do Programa recai no denominado Órgão de Coordenação Técnica da ARCAL (OCTA). Trata-se de um órgão constituído pelos Coordenadores Nacionais (altos funcionários também nomeados pelos Estados membros, mas que hierarquicamente se situam, tal como se observa no Esquema IV.1, abaixo dos Representantes Nacionais). O OCTA reúne-se anualmente num dos países da região e encarrega-se de coordenar os países na execução dos programas e projetos. Também executa as decisões aprovadas pelo ORA, assessora-o em aspetos técnicos, submete os programas e projetos da ARCAL a essa instância e avalia a sua execução para recomendar ao ORA a sua continuidade, modificação ou finalização.

d) Para agilizar o funcionamento do OCTA, a partir desse órgão constituiu-se um Grupo diretivo, rotativo e integrado por três Coordenadores Nacionais que, por sua vez, assumem as funções de Presidente,⁹ Vice-Presidente e Secretário da Mesa nas correspondentes reuniões, até à nomeação da nova equipa. A maioria dos seus trabalhos correspondem a propostas, assessorias e recomendações técnicas e/ou políticas que se revistam de interesse para a ARCAL, normalmente em resposta a pedidos do ORA e do OCTA.

e) Finalmente, e no que respeita à coordenação do Programa em cada Estado membro e tal como já se observou, o país tem de designar, a um nível hierárquico superior, o seu Representante Nacional no ORA e, a um segundo nível, o Coordenador Nacional que o representará no OCTA. Igualmente, para cada projeto haverá um terceiro representante, um Coordenador de Projetos com um perfil próprio de um profissional com vastos conhecimentos técnicos na área específica do trabalho, que terá sido designado pelo Coordenador Nacional, a figura com a que mais colaborará durante o projeto.

“ Nesta edição optou-se por aprofundar o funcionamento da cooperação associada ao Programa ARCAL-OIEA, na qual em 2014 se identificaram 12 projetos ”

b) A um nível mais técnico, encontra-se a Coordenação Técnica do Programa. Na realidade, a OIEA tem um Departamento de Cooperação Técnica no qual se localiza uma Secção para a América Latina. Para esse Secção, a OIEA, conforme o que estabelece um documento importante (Manual de Procedimentos da ARCAL), designa um Coordenador de Projetos Regionais. É esta a figura que por sua vez assume a Coordenação Técnica da ARCAL. Entre as suas funções, destaca-se a de supervisionar os projetos; uma tarefa que partilha com oficiais técnicos da OIEA e representantes dos países participantes.

⁹ A partir de 1993, este é também o Presidente do Programa e responsável por representar a ARCAL em todas as atividades nas que participa (<http://www.arcal-lac.org/index.php/es/que-es-arc>).

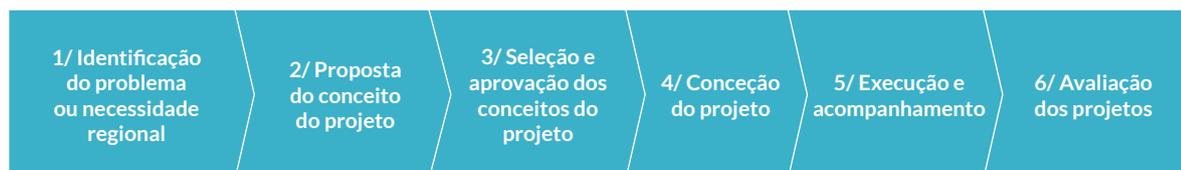
Esta estrutura organizativa, bem como o papel que cada um destes órgãos desempenha tanto na gestão do Programa ARCAL em geral quanto nos projetos de cooperação em particular, responde ao estabelecido nos documentos e instrumentos jurídicos que a suportam. Assim, e a par do acordo-quadro que regulamenta e constitui o próprio Programa ARCAL (1984), foram surgindo vários documentos determinantes para ambas as questões. Destacam-se, a um nível superior, o Regulamento orgânico da ARCAL e o Manual de procedimentos (cujas últimas versões datam de 2015) e o Perfil Estratégico Regional para a América Latina e o Caribe (PER) (2016-2019); e a um nível mais técnico-operacional, o Formulário de projetos da ARCAL, o Guia de resultados e impactos e a Metodologia de Avaliação de Impacto dos Projetos, apenas para nomear alguns.

Tal como já se avançou, a sua aplicação também determina a forma como os projetos de cooperação se executam. O Esquema IV.2 resume o ciclo de execução de um projeto ARCAL, cujos principais passos são:

- 1) Para cada ciclo de projetos, o OCTA publica um concurso. O Coordenador Nacional do país solicitante apresenta uma proposta que atende algum problema ou necessidade nos termos das prioridades temáticas estabelecidas no Perfil Estratégico Regional (PER).
- 2) Novamente de acordo com os critérios determinados pelo PER (pertinência, oportunidade e participação), o OCTA seleciona e dá prioridade às propostas que submeterá ao ORA para a sua aprovação.
- 3) Após esta primeira aprovação, o Coordenador de Projetos do país proponente (agora Coordenador Líder do Projeto), elabora uma primeira versão. Depois de uma revisão coletiva com peritos da região e o próprio OIEA, a versão ajusta-se e apresenta-se ao resto dos países, para que estes manifestem o seu interesse a uma possível adesão. A seguir às adesões, concebe-se a proposta definitiva, que inclui os participantes e uma estimativa dos recursos necessários para a sua execução e das possíveis contribuições dos países (em dinheiro, em espécie e/ou com apoio logístico). Esta volta a ser submetida ao ORA para aprovação final.

Ciclo de um projeto ARCAL

ESQUEMA IV.2



Fuente: SEGIB a partir de ARCAL (2015)

4) A execução do projeto inicia-se após a sua aprovação definitiva e depois de comunicada aos Coordenadores Nacionais pertinentes, devendo aproveitar ao máximo a infraestrutura, instituições e experiência disponíveis na região. Semestralmente, o Coordenador Líder do Projeto também preparará um relatório de acompanhamento que, através do Coordenador Nacional, será enviado ao OCTA. Tal como já se referiu, este órgão será o encarregado de avaliar a execução do projeto para recomendar ao ORA, na sua decisão final, a sua continuidade, modificação ou finalização.

Deve acrescentar-se que o OIEA atribui parte do seu orçamento a um fundo para a execução de projetos de cooperação técnica do qual o próprio Programa ARCAL se alimenta. Esse fundo pode receber contribuições de outras organizações e instituições (públicas ou privadas) envolvidas no fomento do desenvolvimento. Assim, e para cada projeto específico, observa-se a possibilidade de que os países participantes complementem os recursos necessários para a sua execução com contribuições próprias (financeiras, logísticas ou em espécie). Nos casos em que os fundos não têm como origem exclusiva o OIEA, os países participantes assumem o compromisso de dar visibilidade aos doadores, bem como de prestar contas de um uso efetivo e eficiente dos recursos.

ANEXO IV

Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional 2014

TABELA A.IV.1

Sub-Região	Nome do Programa de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
Mesoamérica	Estratégia Mesoamericana de Sustentabilidade Ambiental
	Estratégia Regional SICA Empreende
	Fortalecimento do Sistema Único de Informação de Serviços Públicos
	Iniciativa para a Eliminação da Malária na Mesoamérica e na Ilha Espanhola (Iniciativa EMMIE)
	Programa Regional de Cooperação com a Mesoamérica (Componente Serviços Públicos)
	Programa Regional de Cooperação com a Mesoamérica (Componente Segurança)
América Latina	Rede de Investigação Científica em matéria de Alterações climáticas (Aliança do Pacífico)
	Grupo de Trabalho sobre Classificações Internacionais
	Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Género da Conferência de Estatísticas das Américas
	Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Género da Conferência de Estatísticas das Américas
	Plataforma de Mobilidade Estudantil e Académica da Aliança do Pacífico
	Programa Agricultura (projetos regionais em sistemas fitoossanitários com países do CARICOM)
	Rede Latino-Americana e Caribenha para o Fortalecimento dos Sistemas de Informação da Saúde (RELACISIS)
	Voluntariado Internacional da Aliança do Pacífico
	CYTED (Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento)
	IBERARQUIVOS (Programas de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos)
Ibero-América	IBERARTESANATOS (Iniciativa Ibero-Americana para a Promoção dos Artesanatos)
	IBERBIBLIOTECAS (Programa Ibero-Americano de Cooperação em Matéria de Bibliotecas Públicas)
	IBERCULTURA VIVA E COMUNITÁRIA:
	IBERCENA (Programa de Desenvolvimento no Apoio à Construção do Espaço Cénico Ibero-Americano)
	IBERGOP (Programa Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas)
	IBERMÉDIA (Programa de Apoio à Criação de um Espaço Audiovisual Americano)
	IBERMEMÓRIA SONORA E AUDIOVISUAL
	IBERMUSEUS
	IBERMÚSICAS
	IBERORQUESTRAS JUVENIS
	IBER-ROTAS
	PIA (Plano Ibero-Americano de Alfabetização)
	PIAJ (Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça)
	Programa de Formação e Transferência Tecnológica em Matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. (Programa Ibero-Americano da Água)
	Programa Ibero-Americano da Rede de Bancos de Leite Humano
	Programas de Mobilidade Académica Pablo Neruda
	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
	Programa Ibero-Americano sobre Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento
	Programa Ibero-Americano sobre a Situação dos Idosos da região
	PRÓ-TERRITÓRIOS (Programa Ibero-Americano de Cooperação para a Gestão Territorial)
RADI (Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos)	
TEIB (Televisão Educativa Ibero-Americana)	
Virtual Educa	

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2014

TABELA A.IV.2

Sub-Região	Nome do Projeto de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
Mesoamérica	Estratégia regional de desenvolvimento e fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas
	Desenvolvimento de Capacidades Institucionais dos Governos Mesoamericanos para a Monitorização e Cumprimento dos ODM
	Criação de capacidades institucionais e ajustes setoriais às autoridades de regulamentação, supervisão e controlo dos serviços públicos na Costa Rica, Honduras e Guatemala
	Criação de pontos fortes e capacidades institucionais dos países da Mesoamérica em Interdição aérea para lutar contra o problema mundial das drogas
Andina	Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas sobre a elaboração de inquéritos nacionais de saúde e políticas públicas
	Sistema Regional de Informação MYPIME da América Central e República Dominicana
	Elaboração e implementação da Conta Satélite da Cultura (CSC) nos países da área andina
	Formação intercultural para o desenvolvimento integral e cuidados da primeira infância indígena da Amazônia peruana
	Iniciativa Trinacional para o Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Áreas Naturais Protegidas na Colômbia, Equador e Peru
	Desenvolvimento de capacidades e infraestruturas para classificadores informais de resíduos em localidades do interior do Uruguai (PUC)
América do Sul	ECONORMAS - Programa de Fortalecimento do Processo de Integração Económica e Desenvolvimento Sustentável do MERCOSUL
	Interligação Elétrica de 500 Mw Uruguai-Brasil
	Internacionalização da especialização produtiva - desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de software, biotecnologia e eletrónica e respetivas cadeias de valor. 2ª etapa
	Intervenções múltiplas em assentamentos situados em territórios de fronteira com situações de extrema pobreza e emergências de saúde, habitat e ambientais (IMAF)
	Investigação, Educação e Biotecnologias aplicadas à Saúde
	MERCOSUL Audiovisual – Fortalecimento do Processo de Integração Cinematográfico e Audiovisual do MERCOSUL
	MERCOSUL Digital – Projeto de Apoio às Sociedades da Informação
	Parlamento Juvenil MERCOSUL
	PMM - Programa de Mobilidade do MERCOSUL no Ensino Superior
	Programa Cooperativo de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Agrícola para os Trópicos (PROCTROPICOS)
Rede Juvenil de Intercâmbio Criativo e Produção Artística	
Rede para o Desenvolvimento da História Clínica Eletrónica na América Latina e Caribe	
Reabilitação de Vias Férreas, linha Rivera: troço Pintado (Km 144) - Fronteira (Km 566)	
Sistemas de Informação Ambiental MERCOSUL (SIAM)	

Atualização do Modelo de Código Tributário do CIAT-2006	
Análise das Condições de Competência e concessão de um plano de ação setorial face ao Acordo Comercial com a União Europeia para o Setor dos Látexos	
Apio à implementação do Código Regional de Boas práticas	
Apio ao desenvolvimento de radiofármacos terapêuticos produzidos regionalmente para terapias de cancro através do intercâmbio de capacidades, conhecimentos, melhoria de instalações, formação e trabalho em redes regionais (ARCAL CXXXVII)	
Apio ao diagnóstico e tratamento de tumores em pacientes pediátricos (ARCAL CXXXIII)	
Auditoria Coordenada sobre Governação da Tecnologia da Informação	
Bolsas para cursos organizados pela Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP) do Centro Latino-Americano de Administração Pública (CLAD)	
Cooperação Sul-Sul para a promoção do Desenvolvimento Sustentável por um melhor trabalho decente e de proteção social	
Diplomacia desportiva (Aliança do Pacífico)	
Economia social de fronteira	
Fundo Latino-Americano para o Arroz de Rega (FLAR)	
Fortalecimento da infraestrutura nacional e regulatória na área da segurança para responder aos requisitos dos novos padrões básicos de segurança do OIEA	
Fortalecimento da capacitação dos Recursos Humanos em Radioterapia (ARCAL CXXXIV)	
Fortalecimento da cooperação regional na América Latina e no Caribe (ARCAL CXXXIII)	
Fortalecimento da infraestrutura nacional para que os utentes finais cumpram a regulamentação com os requisitos de proteção radiológica	
Fortalecimento das capacidades nacionais para responder a emergências radiológicas	
Fortalecimento dos Institutos Nacionais de Metrologia do Hemisfério, um elemento essencial para o desenvolvimento das infraestruturas nacionais de Qualidade	
Fortalecimento da planificação, conceção e revisão do programa de apoio à implementação de atividades estratégicas na área nuclear	
Incremento das aplicações comerciais dos aceleradores de eletrões e de raios X para o processamento de alimentos	
Melhoria das estratégias de conservação dos recursos dos solos e da água ao nível das bacias usando isótopos estáveis e técnicas relacionadas (ARCAL CXL)	
Melhoria da qualidade de vida dos idosos através do diagnóstico precoce da Sarcopenia	
Plano de Ação para o Desenvolvimento das Competências Cidadãs a partir da Escola	
Plano de Implementação Regional da Ferramenta para a Autoavaliação da Integridade na EFS (InfoSAINT)	
Programa de estímulo à entrada nos cursos de engenharia e científico-tecnológicos e para potenciar as competências dos estudantes relativamente às necessidades das Micro e PME	
Projeto Amazonas: Ação Regional na Área dos Recursos Hídricos	
Projeto de Ativação dos Serviços de Consolidação da Rede de Aquicultura das Américas (RAA)	
Rede de Convergência Científico-Tecnológica de FOCALEE	
Rede de Informação e Dados do Pacífico Sul para o apoio à Gestão Integrada da Área Costeira (SPINCAM- Fase II)	
Observatório de Sistemas de Saúde (Programa Espanha-MERCOSUL)	
Sistemas de Informação Ambiental	

América Latina

Ibero-
América

**Programas e Projetos
de CHSS Regional, com
disponibilidade de dados
relativos a datas e anos 2014**

TABELA A.IV.3

Programas e projetos, em unidades; participação, em percentagem

	PROGRAMAS		PROJETOS	
Data de aprovação	23	59,00%	31	52,50%
Data de início	8	20,50%	41	69,50%
Data de finalização	1	2,60%	37	62,70%
Datas de início e de finalização	1	2,60%	36	61,00%
Ano de início	39	100,00%	59	100,00%
Ano de finalização	9	23,10%	51	86,40%
Anos de início e finalização	9	23,10%	51	86,40%
Totais programas e projetos	39		59	

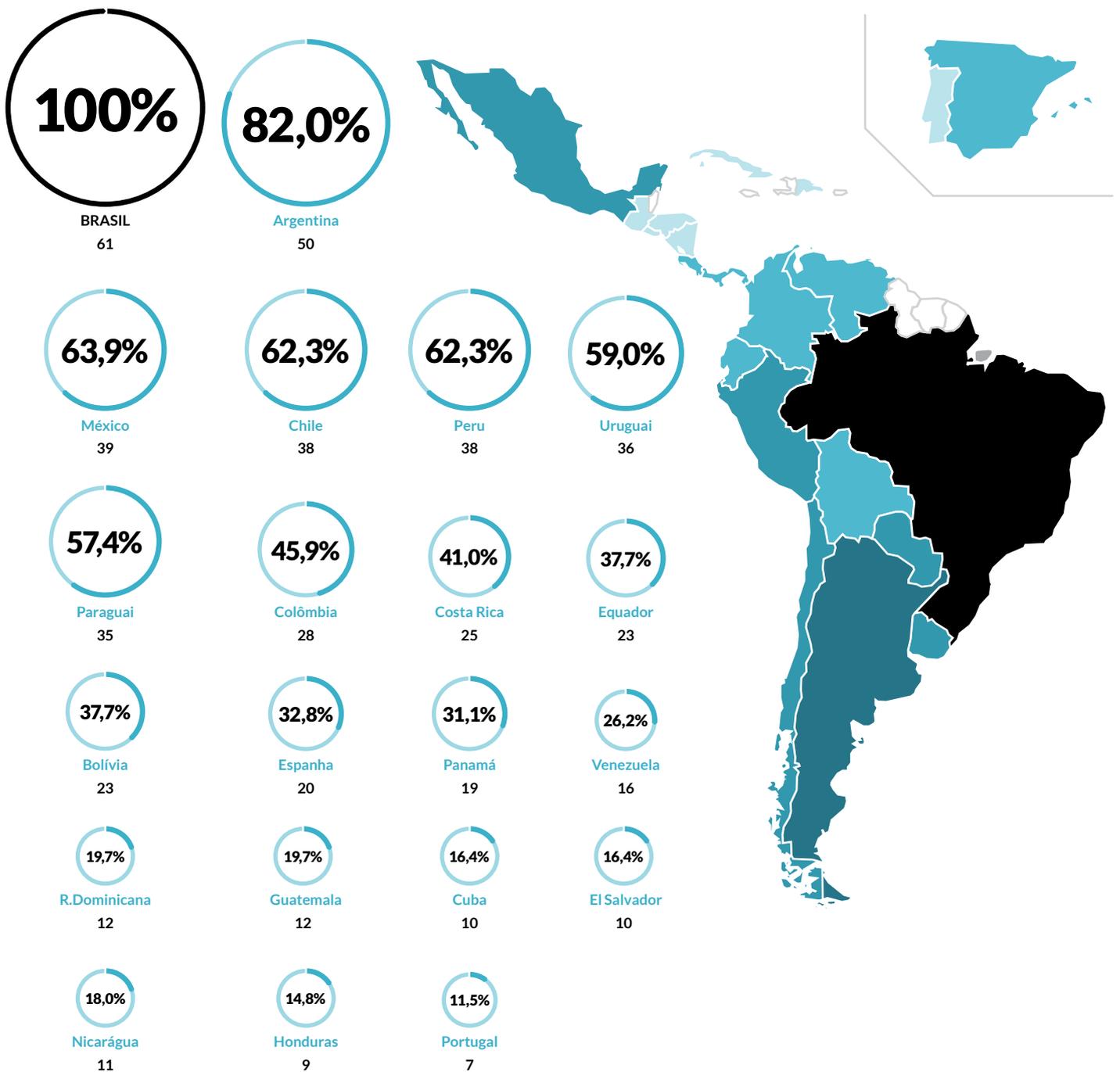
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014

MAPA A.IV.1

Programas e projetos nos quais o país participa juntamente com outro parceiro, em percentagem

A.IV.1.A. Brasil



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

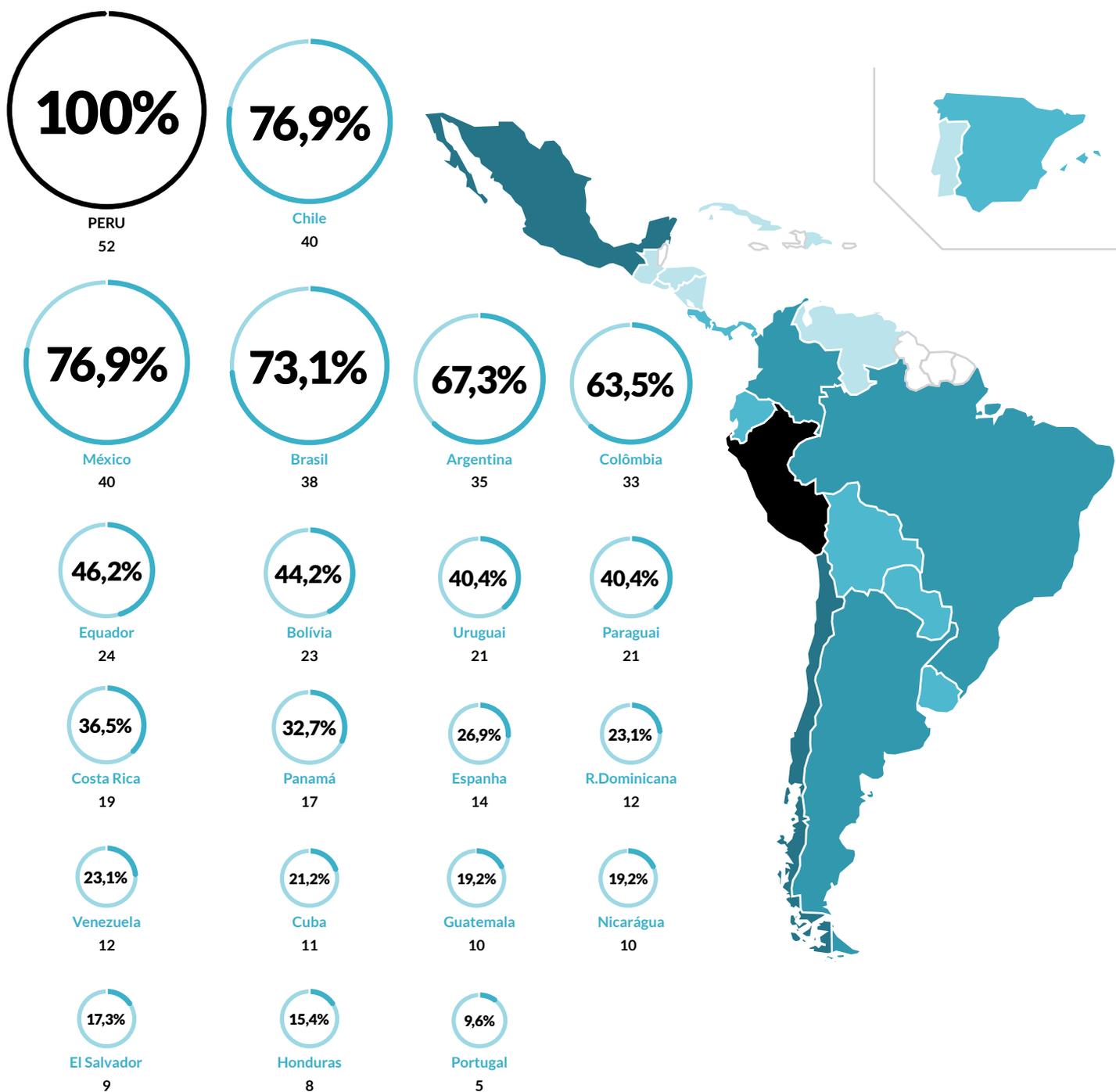
%
 País
 N°. Programas e Projetos

Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014

MAPA A.IV.1

Programas e projetos nos quais o país participa juntamente com outro parceiro, em percentagem

A.IV.1.B. Peru



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

%
 País
 N°. Programas e Projetos

Em menos de 25%

Entre 25% e 50%

Entre 50% e 75%

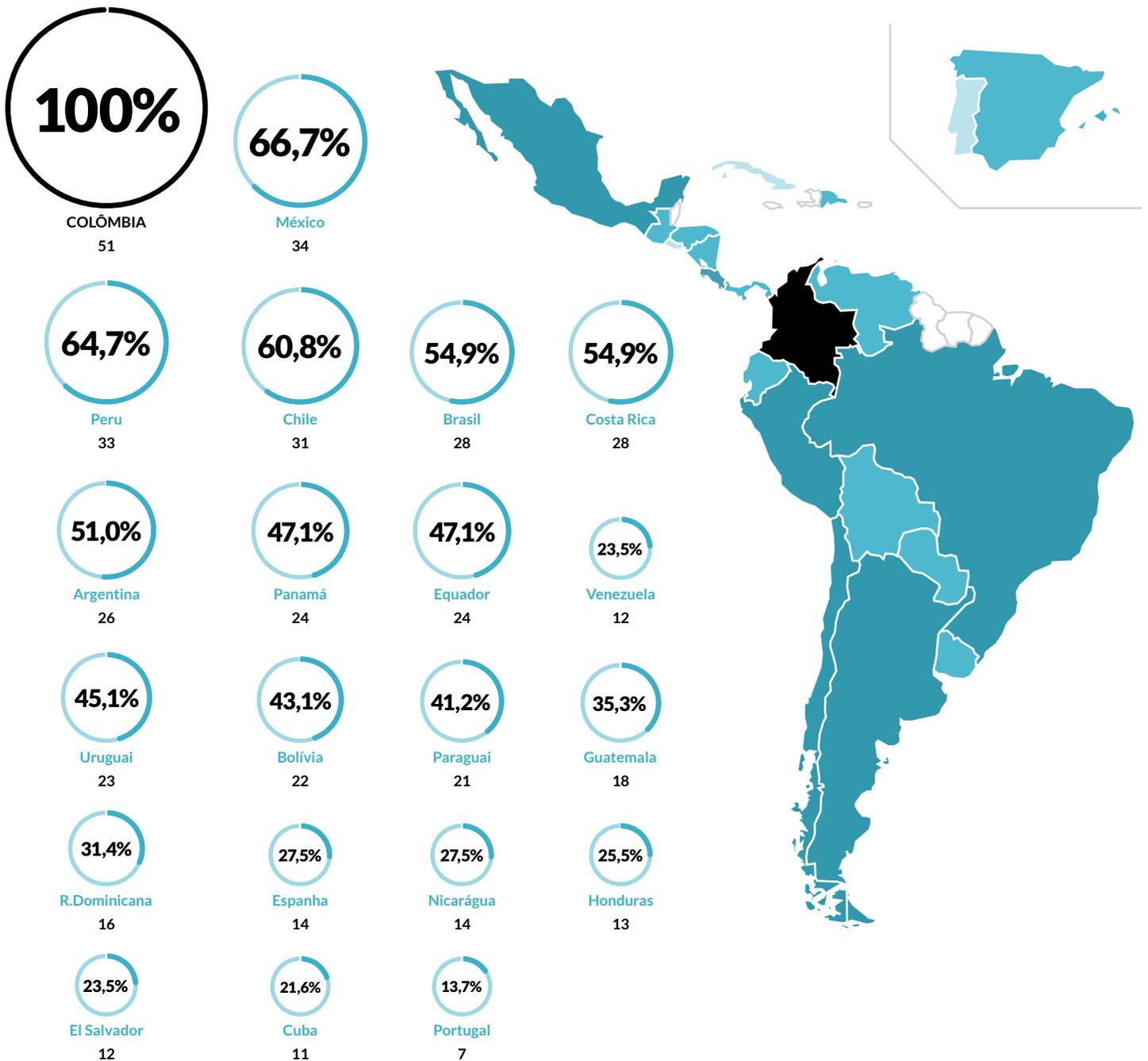
Em mais de 75%

Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014

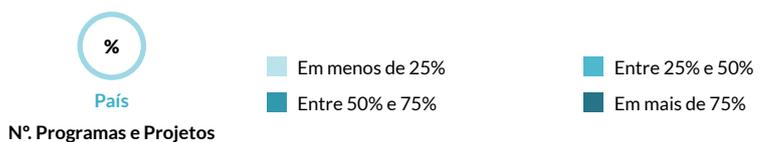
MAPA A.IV.1

Programas e projetos nos quais o país participa juntamente com outro parceiro, em percentagem

A.IV.1.C. Colômbia



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

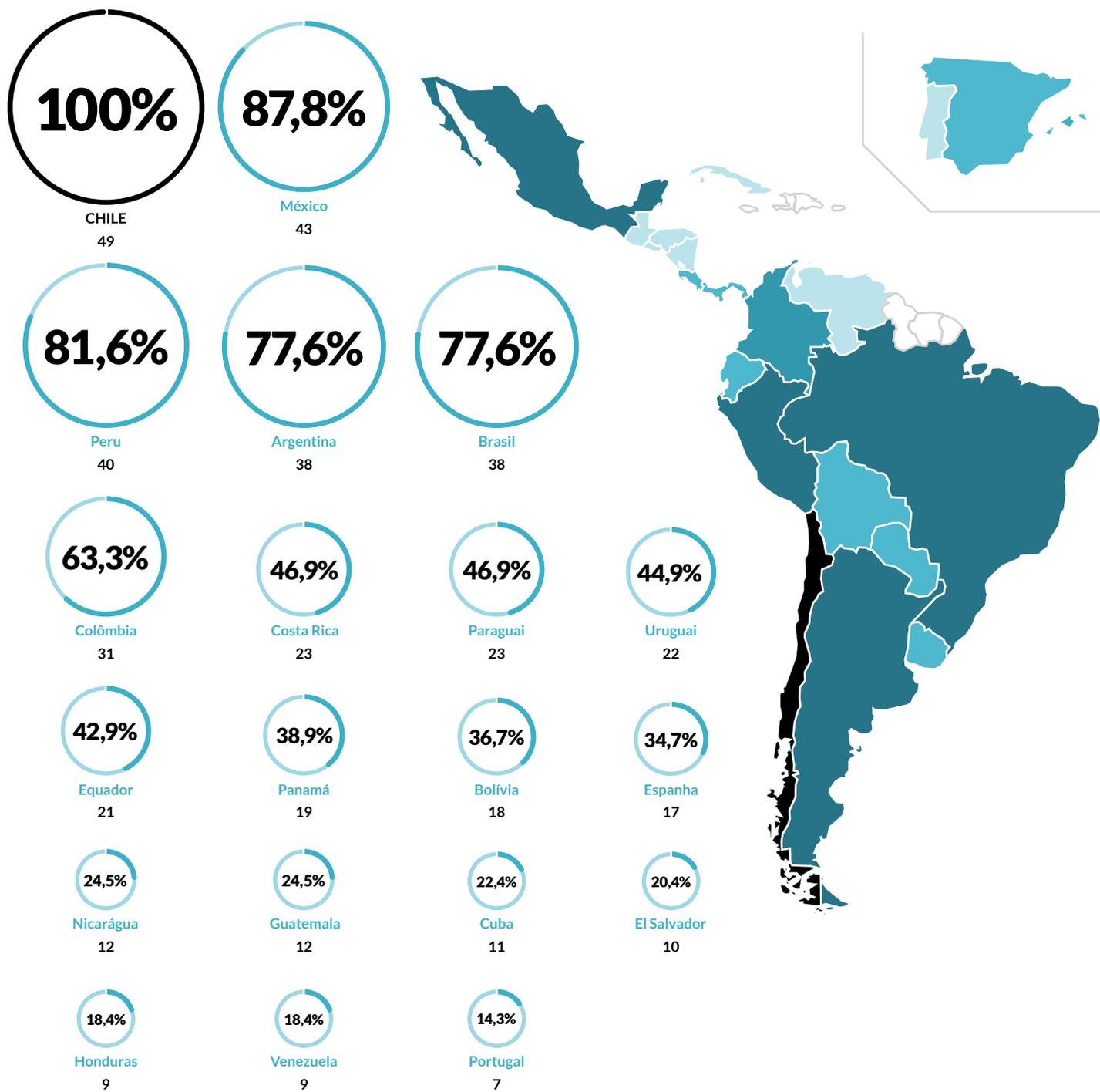


Principais parceiros dos países selecionados nos Programas e Projetos de CHSS Regional 2014

MAPA A.IV.1

Programas e projetos nos quais o país participa juntamente com outro parceiro, em percentagem

A.IV.1.D. Chile



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

⊙ %
País
Nº. Programas e Projetos

- Em menos de 25%
- Entre 25% e 50%
- Entre 50% e 75%
- Em mais de 75%

Participação dos países juntamente com organismos nos Programas e Projetos de CHSSR, conforme seleção. 2014

TABELA A.IV.4

	SEGIB	MERCOSUL	OIEA	OEA	BID	Aliança do Pacífico	CEPAL
Andorra							
Argentina							
Bolívia							
Brasil							
Chile							
Colômbia							
Costa Rica							
Cuba							
Equador							
El Salvador							
Espanha							
Guatemala							
Honduras							
México							
Nicarágua							
Panamá							
Paraguai							
Peru							
Portugal							
R. Dominicana							
Uruguai							
Venezuela							
Outros		UE		EUA Trindade e Tobago MERCOSUL	Alemanha Baamas Belize Jamaica Suriname CENPROMYPE CIAT OLACEFS		Baamas Guiana Haiti Jamaica Santa Lúcia OIT

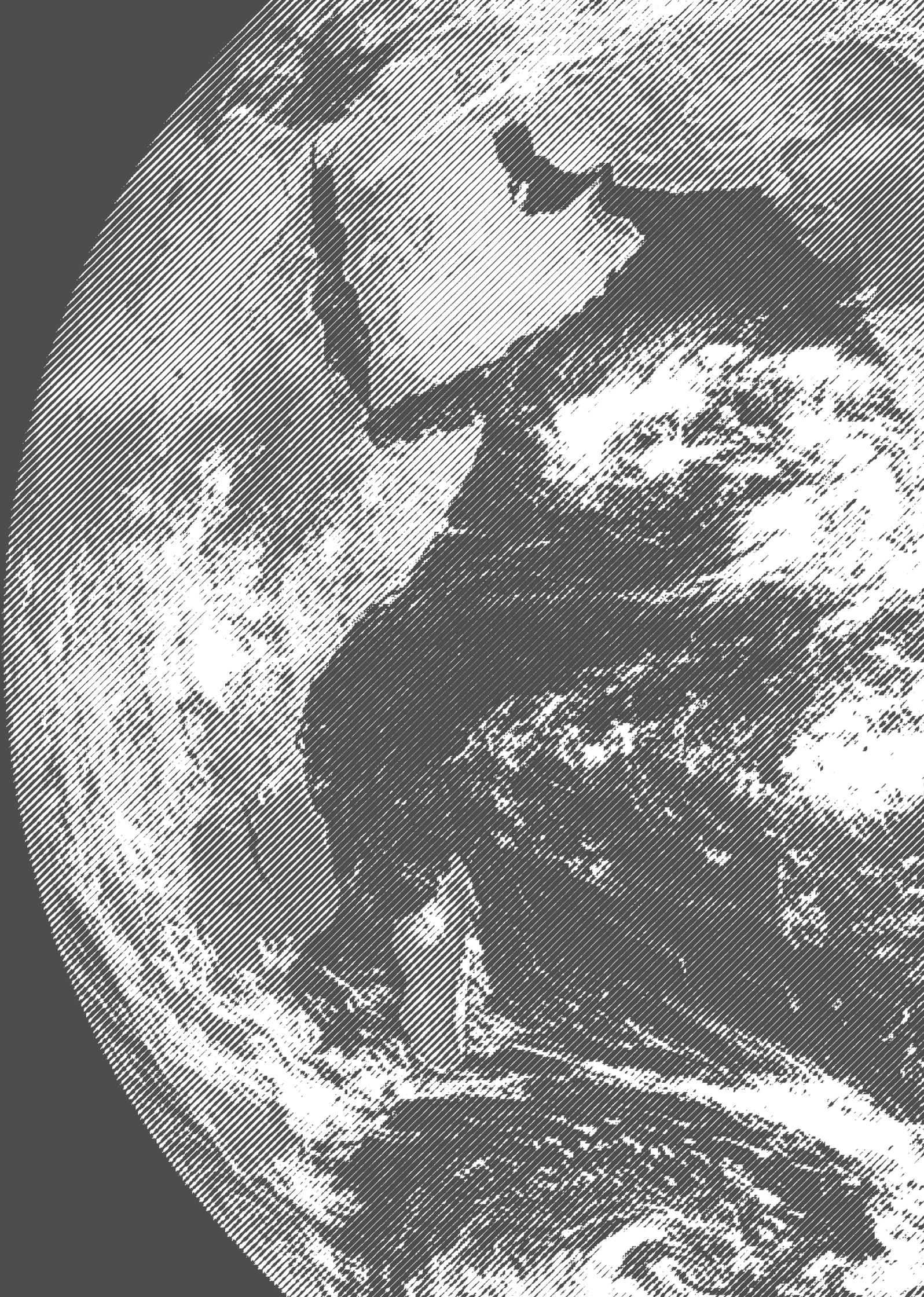
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

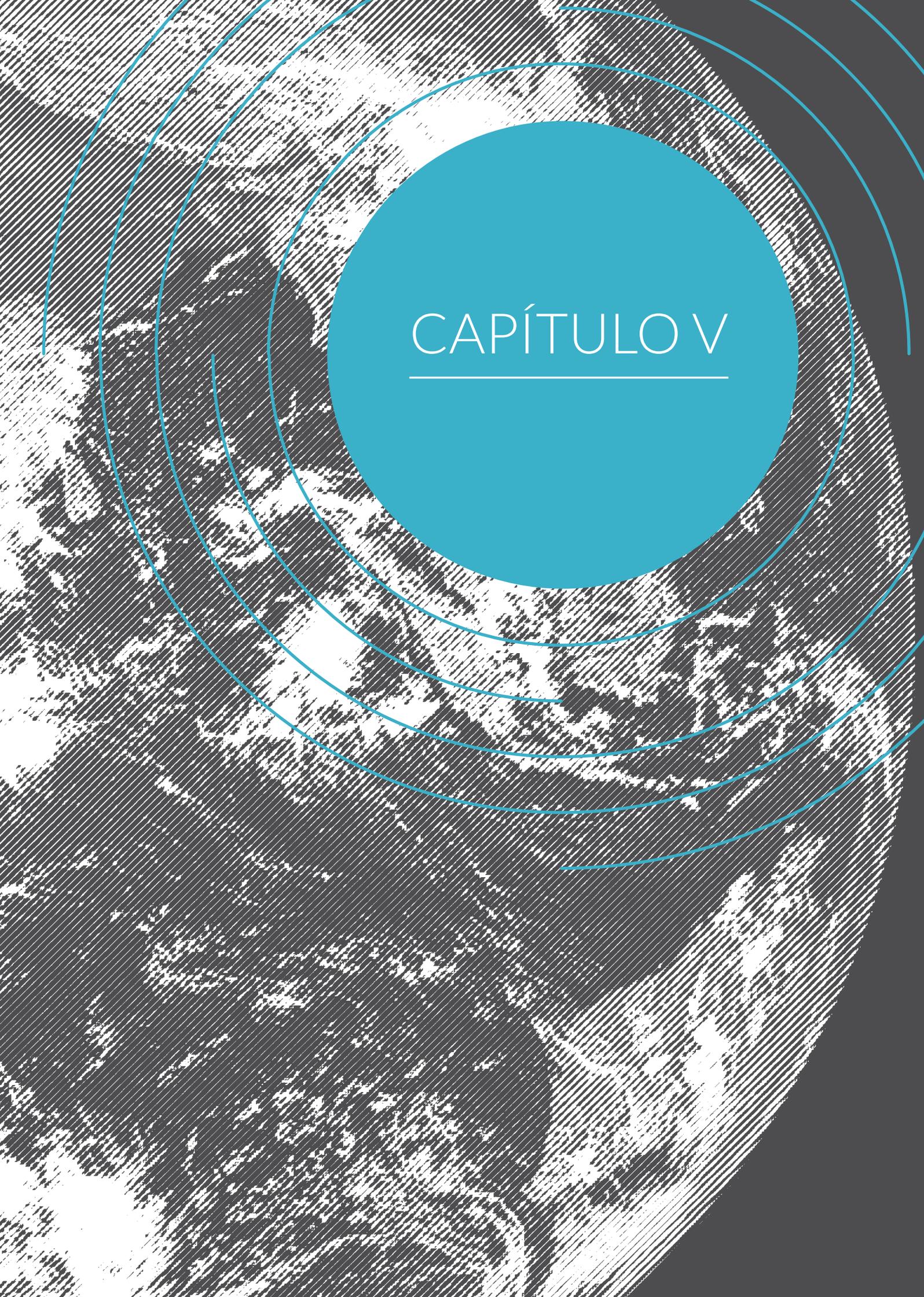
Edições do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América que abordaram em profundidade o funcionamento da CHSS Regional associada a alguns organismos multilaterais

TABELA A.IV.5

	2010	2011	2012	2013-2014	2015
Aliança do Pacífico					
CAN					
Cooperação Ibero-Americana					
MERCOSUL					
OEA					
Programa Mesoamericano					
UNASUL					

Fonte: SEGIB a partir da SEGIB (2010; 2011; 2012; 2014 e 2015).



The background features a dark grey field with a dense, white, textured pattern of fine, parallel lines. A large, solid teal circle is centered in the upper half of the image. Overlaid on this circle are several thin, white, concentric circular lines. The text 'CAPÍTULO V' is centered within the teal circle, with a thin white horizontal line positioned directly below it.

CAPÍTULO V

A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO SUL-SUL COM OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO

No Comité Técnico Intergovernamental do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) realizado em Cartagena das Índias (Colômbia) no passado mês de dezembro de 2015, os países ibero-americanos decidiram incorporar neste Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América um novo capítulo dedicado a sistematizar e conhecer a Cooperação Sul-Sul que os nossos países estão a realizar com outras regiões em desenvolvimento, tais como África, Ásia, Caribe não Ibero-Americano, Oceânia e Médio Oriente.

Na realidade, o Caribe não Ibero-Americano tem vindo a ser tratado desde a primeira edição deste Relatório (2007) e tornou-se particularmente relevante a partir da quarta (2010), pois essa edição coincidiu com o devastador terremoto que assolou Haiti. Neste sentido, a sua inclusão ano após ano foi uma manifestação do compromisso da Ibero-América para com a região irmã. A decisão tomada em dezembro de 2015 contribuiu para ratificar o referido compromisso e alargou-o a outras regiões em desenvolvimento com que os países ibero-americanos têm vindo a colaborar tradicionalmente, mas em torno dos quais não houve um exercício de sistematização que os envolvesse a todos e que conseguisse apresentar um panorama com um alcance o mais global possível.

O exercício que aqui começa é acompanhado de toda a boa vontade, mas parte, tal como seria de esperar no início, de um deficit da informação exigida para a sua elaboração. Nesta edição de 2016, todos os países ibero-americanos informaram sobre a Cooperação Sul-Sul em que participaram em 2014 juntamente com o Caribe não Ibero-Americano, mas apenas sete deles estiveram em condições de transmitir, a tempo e boa forma, os seus intercâmbios com o resto das regiões em desenvolvimento que aqui se pretendem considerar.

O resultado será assim imparcial e incompleto, mas tal como tem vindo a acontecer desde o início deste Relatório, servirá para mostrar o potencial de um exercício com estas características e, também, para estimular o progresso dos sistemas de informação dos nossos países, algo em que se tem vindo a trabalhar há anos e que, sem dúvida, no futuro trará novos frutos.

Neste sentido, e conforme mencionado, o presente capítulo aproxima-se da Cooperação Sul-Sul que os países ibero-americanos promoveram em 2014 juntamente com outras regiões em desenvolvimento. Por motivos de disponibilidade de dados, destacar-se-á a análise do que foi realizado juntamente com o Caribe não Ibero-Americano e, em menor medida, com a África e a Ásia e, de forma quase residual, com os países do Médio Oriente e da Oceânia. Para este efeito, o capítulo será dividido em três grandes secções, uma para cada uma das modalidades de Cooperação Sul-Sul consideradas no nosso espaço.

V.1 A IBERO-AMÉRICA E OUTRAS REGIÕES NA CHSS BILATERAL EM 2014

A presente secção dedica-se a entender o que aconteceu em 2014 juntamente com outras regiões em desenvolvimento, quanto à primeira das modalidades consideradas no nosso espaço: a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. O exercício permitirá dimensionar o volume de projetos e ações que a Ibero-América promoveu junto com estas e outras regiões, bem como o perfil das capacidades que foram fortalecidas. No entanto, e tal como já se avançou, condicionados pela diferente disponibilidade de informação conforme fazemos referência ao intercambiado com uma ou outra região, abordar-se-á primeiro o caso do Caribe não Ibero-Americano e posteriormente os restantes. Os dados de base que serão usados estão contidos nas Tabelas A.V.1 e A.V.2 do anexo, que distribuem o total dos projetos e das ações que a Ibero-América intercambiou com os países de outras regiões em desenvolvimento, distinguindo-se por sua vez o exercício do papel de ofertante do de recetor.

V.1.1. O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO

Tal como mostram as Tabelas A.V.1 e A.V.2 do anexo, ao longo de 2014, os países da região participaram, juntamente com o Caribe não Ibero-Americano e sempre a partir do papel de ofertante, num total de 57 projetos e 30 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. O Diagrama V.1 permite visualizar com rapidez como foram intercambiados os fluxos

dos projetos de cooperação: que países exerceram principalmente como ofertantes; como recetores; e quem se relacionou com quem e com que intensidade. A sua observação sugere o seguinte:

- a) No exercício de 2014, os registos disponíveis identificaram cinco países ibero-americanos no papel de ofertantes de projetos de CHSS Bilateral para o Caribe não Ibero-Americano. Destacou-se a Argentina, responsável por 6 de cada 10 dos projetos executados. Seguiram-se, por ordem de importância relativa, o Equador e o México, com 9 e 8 projetos cada; dois países que, juntamente com a Argentina, somaram cerca de 90% dos registos. Completaram este grupo a Colômbia e o Chile (4 e 2 projetos), cuja contribuição conjunta foi de outros 10%.
- b) Por sua vez e no exercício do papel de recetor, identificaram-se um total de 13 países do Caribe não Ibero-Americano. Destacaram-se o Haiti e São Vicente e Granadinas, que com 12 projetos cada um, justificaram mais de 40% dos registos finais. Acompanharam-nos, com cerca de metade dos projetos (7 e 6, em cada caso), Dominica e Santa Lúcia. Estes quatro países, com a Jamaica e Granada (5 e 4), somaram 8 de cada 10 registos finais. Entretanto, outros sete países participaram na receção dos restantes 20% dos projetos de CHSS Bilateral, mas fizeram-no com intervenções de carácter mais pontual: por um lado, Antígua e

Barbuda, Belize, Suriname e Trindade e Tobago (2 projetos cada um); por outro lado, Barbados, Guiana e São Cristóvão (1 em cada caso).

- c) O Diagrama V.1 também ilustra quais foram as relações bilaterais mais proeminentes. Neste sentido e tendo em conta que a Argentina foi responsável por mais de 60% da cooperação e de que foi a ofertante que se relacionou com mais países caribenhos (12 de 13 possíveis; os restantes fizeram-nos apenas com 1 ou 2, à exceção dos 5 do México), não é de estranhar que os intercâmbios mais intensos se tenham produzido, precisamente, entre a Argentina e quatro países que justificaram dois terços dos seus projetos com o Caribe: São Vicente e Granadinas (9 projetos, equivalentes a 75% do recebido pelo país caribenho); Dominica (5 projetos, 7 de cada 10 projetos recebidos); Santa Lúcia (outros 5 que significaram mais de 83,3% da cooperação que chegou ao país); e Granada (4 projetos que de facto representaram o total de todos os que recebeu). Também se destacaram os intercâmbios entre o Equador e o Haiti (8 projetos), que representaram 90% do oferecido pelo primeiro e 66,6% do recebido pelo segundo; juntamente como o correspondente à Colômbia e Jamaica, 3 projetos que, no entanto, representaram 75% do intercambiado pelo país andino com a região caribenha e 60% da cooperação recebida pelo país do Caribe.

Por sua vez, e no se se refere às 30 ações de CHSS Bilateral intercambiadas em 2014 pelos países da região com o Caribe não Ibero-Americano (Tabela A.V.2), devemos sublinhar que:

- a) No exercício do papel de ofertantes, registaram atividade seis países ibero-americanos. Destacou-se, com bastante diferença, a Colômbia, que explicou 22 ações equivalentes a cerca de 75% das totais. De facto, entre os restantes países, quatro (Argentina, El Salvador, México e Peru) participaram através de uma única ação. A exceção foi o Chile, que realizou 4 ações que contribuíram com outros 13,3% do total.

- b) Entretanto, a receção de ações entre os países do Caribe não Ibero-Americano foi muito diversificada. Destacaram-se Barbados (5 ações que representaram 16,7% do total) juntamente com Granada, Haiti e Suriname (10% de participação cada um); quatro países que explicaram cerca de metade (46,7%) do total das ações finais. Na verdade, o mais habitual foi que as ações tivessem sido simultaneamente participadas por vários países (uma de cada quatro); ou que recaíssem pontualmente num país (2 nos casos da Jamaica e Santa Lúcia; 1 nos da Dominica, São Cristóvão, São Vicente e Trindade e Tobago).

“ Ao longo de 2014, os países da região participaram, juntamente com o Caribe não Ibero-Americano e sempre a partir do papel de ofertante, num total de 57 projetos e 30 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. ”

- c) Dada esta estrutura de oferta e receção, não é de estranhar que os intercâmbios mais intensos tivessem no papel de ofertante a Colômbia, e, no de recetor, quer vários países simultaneamente (6 dos 30 registos finais), quer Barbados (80% das ações nas quais participou), Granada e Suriname (100% dos recebidos, em cada caso).

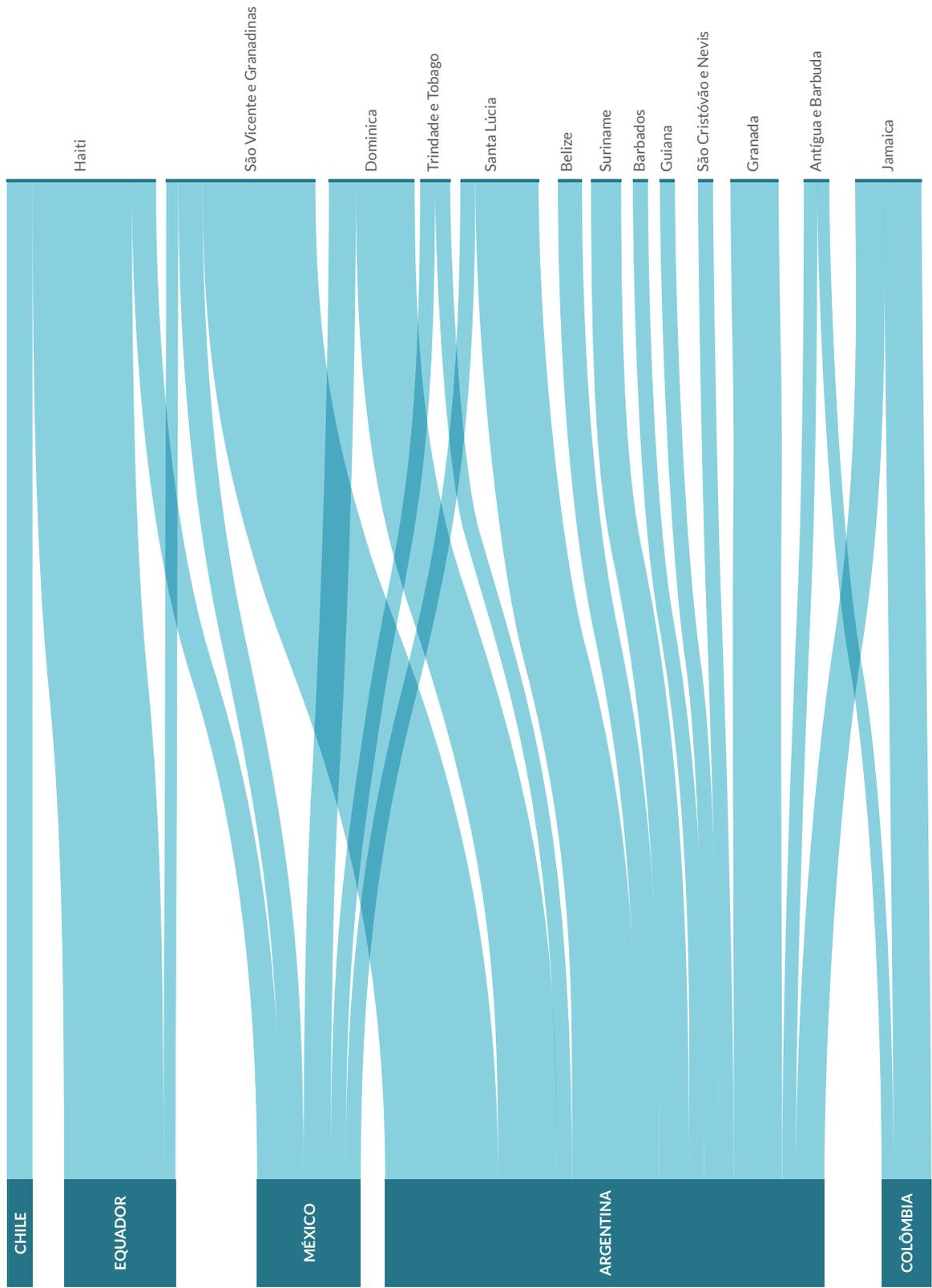
Além disso, e com o objetivo de complementar a análise do que ocorreu em 2014 entre a Ibero-América e o Caribe não Ibero-Americano, elaborou-se o Gráfico V.1. O gráfico distribui o total de projetos e ações intercambiados (87 iniciativas) conforme a sua dimensão e setor de atividade (Gráficos V.1.A e V.1.B, respetivamente).¹ A sua observação oferece uma aproximação ao perfil das capacidades fortalecidas em 2014 através da CHSS Bilateral. Mais especificamente:

¹ Na análise setorial, projetos e ações agregam-se para que os resultados que obtidos sejam o mais representativos possível.

Fluxos de projetos de CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com o Caribe não Ibero-Americano (papel receptor). 2014

DIAGRAMA V.1

Em unidades



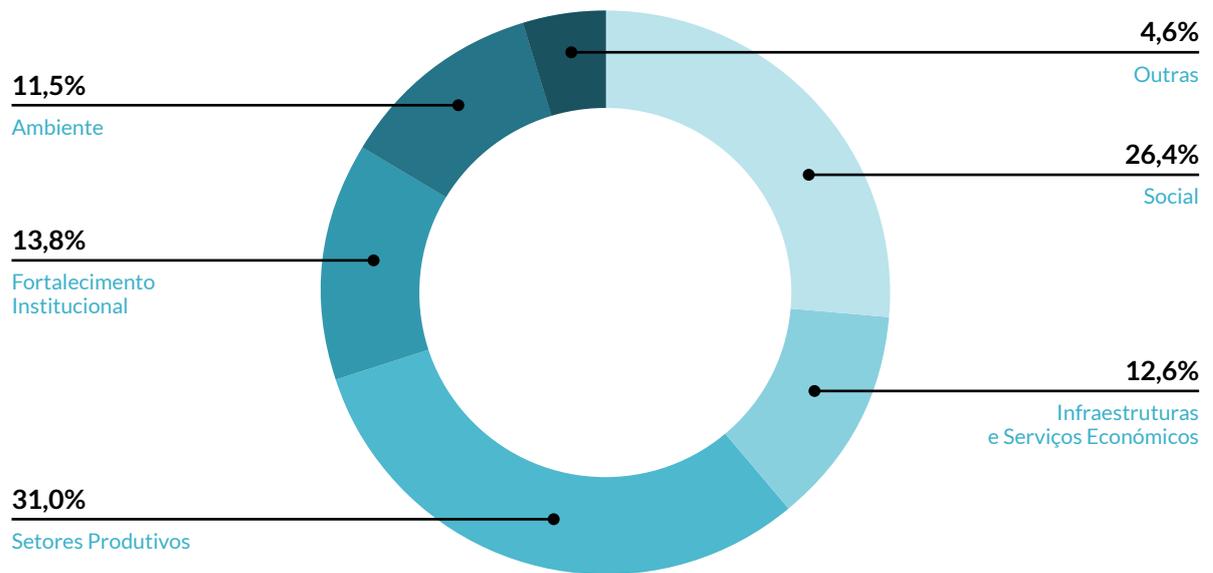
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição da CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e do Caribe não Ibero-Americano (papel recetor), por dimensão e por setor de atividade. 2014

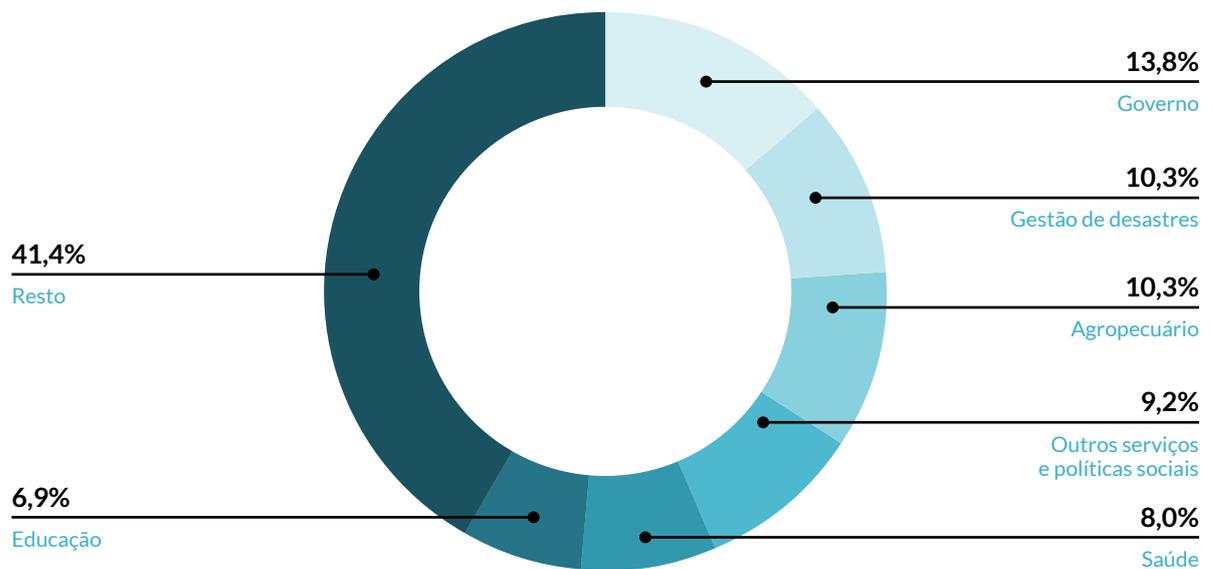
GRÁFICO V.1

Em percentagem

V.1.A. Por dimensão de atividade



V.1.B. Por setor de atividade



a) Uma de cada sete iniciativas mantidas em exercício em 2014, atenderam a um propósito socioeconómico: 31,0% destas estiveram dedicadas ao fortalecimento dos Setores Produtivos; 12,6% ao das Infraestruturas e serviços que apoiam o funcionamento das economias nacionais; e outros 26,4% ao âmbito Social. Particularmente:

- O apoio à atividade Agropecuária justificou um de cada 10 projetos e ações. Neste âmbito, destacou-se a cooperação relativa à gestão e proteção de cultura próprias da região caribenha (mandioca), bem como à questão fitossanitária (biofertilizantes e controlo de pragas). A CHSS Bilateral também fortaleceu capacidades para a exploração do Turismo em áreas protegidas (5,75%) e, de um modo mais pontual, da Indústria, Comércio, Pescas, Extração e Construção.
- De forma complementar, houve 12,6% das iniciativas que atenderam à promoção do Emprego (4,6% das totais), uma atividade que esteve muito presente na cooperação entre a Colômbia e Barbados (formação profissional e indústrias criativas). Seguiu-se, em termos de importância relativa, o fortalecimento do tecido empresarial e das atividades de Comércio, Energia e Transportes.
- Acompanharam estas atividades económicas as registadas no âmbito Social, onde se destacou o apoio a Outros Serviços e Políticas Sociais (quase 10%), à Saúde e à Educação (8,0% e 6,9%, em cada caso), dois setores estes últimos em que resultaram fortalecidos diferentes tipos de infraestruturas (entre outros, hospitais, serviços de neonatologia, assistência pré-hospitalar e centros de educação não formal com assistência parental).

b) Finalmente, e dentro dos restantes 30% das iniciativas, destacaram-se, com participações muito próximas, as orientadas para o Fortalecimento institucional dos governos caribenhos (13,8% do total das registadas), para o Ambiente (11,5%) e, em muito menor medida, as relativas às Outras dimensões de atividade (os últimos 4,6%). Em concreto e no que respeita aos Governos, tratou-se de ações e projetos que deram apoio a questões de segurança nacional, tais como a luta contra as drogas (controlo portuário e marítimo, guarda costeira e apreensão de substâncias proibidas), especialmente no Haiti, Granada e São Vicente; à administração de processos eleitorais; e ao desenvolvimento de ferramentas para uma melhor gestão das políticas públicas, especialmente a partir do âmbito da informação (levantamento de dados, sistemas de nomenclatura, informação cadastral e produção de indicadores de atividade económica, apenas para mencionar alguns). Iguamente, e sob a dimensão do Ambiente, o que na realidade se registou esteve relacionado com a Gestão de Desastres (uma de cada 10 iniciativas finais). Através destas, os países ibero-americanos responderam às emergências das chuvas torrenciais e das inundações que afetaram especialmente a Dominica, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas; algo que se complementou com o apoio a políticas de prevenção, sobretudo por meio da análise e gestão das ameaças e riscos e dos sistemas de dados para tal necessários. O último grupo de iniciativas teve um carácter pontual e respondeu a objetivos nos âmbitos da Cultura (3,5%) e do Género (apenas uma iniciativa).

“ Uma de cada sete iniciativas mantidas em exercício em 2014, atenderam ao fortalecimento dos Setores Produtivos, ao das Infraestruturas e ao âmbito Social ”

V.1.2. ÁFRICA E ÁSIA

Tal como já se referiu no início desta secção, as Tabelas A.V.1 e A.V.2 do anexo também fazem referência aos intercâmbios de projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que, ao longo de 2014, os países ibero-americanos intercambiaram com outras regiões em desenvolvimento: em concreto e para além do Caribe não Ibero-Americano, com a África, Ásia, Oceânia e Médio Oriente. Relativamente a cada uma destas outras regiões podemos referir o seguinte:

- a) Com base nos registos disponíveis, a CHSS Bilateral dos países ibero-americanos com África foi protagonizada por dois países: A Argentina, através dos projetos; e a Colômbia, no âmbito das ações. De facto, e tal como se depreende da observação combinada da Tabela A.V.1 e do Diagrama V.2, a Argentina foi o único ofertante de projetos à África (um total de 29). Estes distribuíram-se por Moçambique, Angola e Argélia (quase 6 de cada 10); Costa do Marfim, Namíbia e África do Sul (30,9%); e Botswana, Camarões e Marrocos (nestes três últimos casos, com projetos pontuais). Entretanto, das 10 ações que a Ibero-América intercambiou a partir do papel de ofertante com África, a Argentina foi responsável por uma (com a República Democrática do Congo) e a Colômbia por 9 (3 com vários países simultaneamente; 2 com o Gana; e uma em cada caso com o Quênia, Moçambique, República Democrática do Congo e África do Sul). Completou o intercâmbio entre ambas as regiões um projeto da África do Sul com a Argentina como recetora.
- b) De modo análogo a como se efetuou para o Caribe não Ibero-Americano, a análise setorial do total das iniciativas intercambiadas com esta região (39 agregando projetos e ações) permitiu elaborar o Gráfico V.2. A observação do referido gráfico sugere que a maior parte das iniciativas que a Argentina e a Colômbia

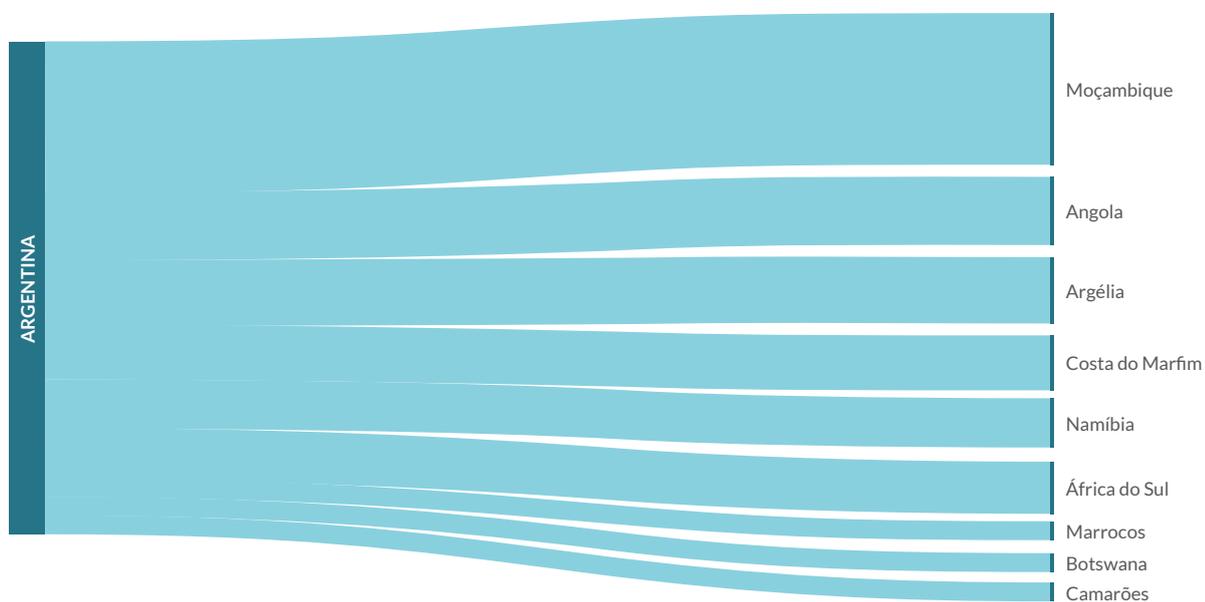
realizaram em África tiveram também um perfil socioeconómico, pois 70% destas foram orientadas para os Setores Produtivos (40,0%); Infraestruturas e Serviços Económicos (12,5%); e âmbito Social (outros 20,0%). Destacou-se aqui o apoio à Agropecuária (22,5% das iniciativas totais), especialmente no que se refere à melhoria do rendimento e da produtividade das culturas e ao fortalecimento do âmbito fitossanitário; à Indústria (17,5%), sobretudo das relacionadas com as cadeias produtivas da própria agropecuária e de outros produtos transformados como o couro; à Ciência e Tecnologia (7,5%); à Saúde (12,5%), especialmente no que respeita à segurança alimentar; e à gestão da Água e dos recursos hídricos (outros 5,0%). Entretanto, os restantes 30% das iniciativas dedicaram-se a fortalecer os Governos (17,5%), o Ambiente e Outras Dimensões (outros 5,0% em cada caso).

- c) Por sua vez, as Tabelas A.V.1 e A.V.2 resumem também o intercâmbio de CHSS Bilateral entre a Ibero-América e a Ásia. Assim, registaram-se 26 projetos (Diagrama V.3) e 13 ações em que os países ibero-americanos exerceram o papel de ofertantes, bem como outros 9 projetos e 12 ações nas que exerceram o papel de recetores. Tratou-se dos seguintes intercâmbios:
- Sob o ponto de vista da oferta, destacou-se de novo a Argentina (23 projetos equivalentes a cerca de 90% do total e uma ação) e a Colômbia (2 projetos e 12 ações das 13 finais), aos quais se acrescentou, com um projeto pontual, o Peru. Os parceiros da Argentina foram 6 países: Vietname (7 projetos equivalentes a 30,4% dos 23 finais e uma ação); Camboja (21,7%); Timor-Leste e Tailândia (os quais em conjunto com os dois anteriores justificaram mais de 80% desta cooperação); e a China e Filipinas (8,7% do total, em cada caso). Entretanto a Colômbia intercambiou as suas experiências com a Índia e Myanmar (através de projetos), bem como com o Azerbaijão, China, Filipinas, Indonésia,

**Projetos de CHSS Bilateral da
Argentina (papel ofertante) com
África (papel recetor). 2014**

DIAGRAMA V.2

Em unidades



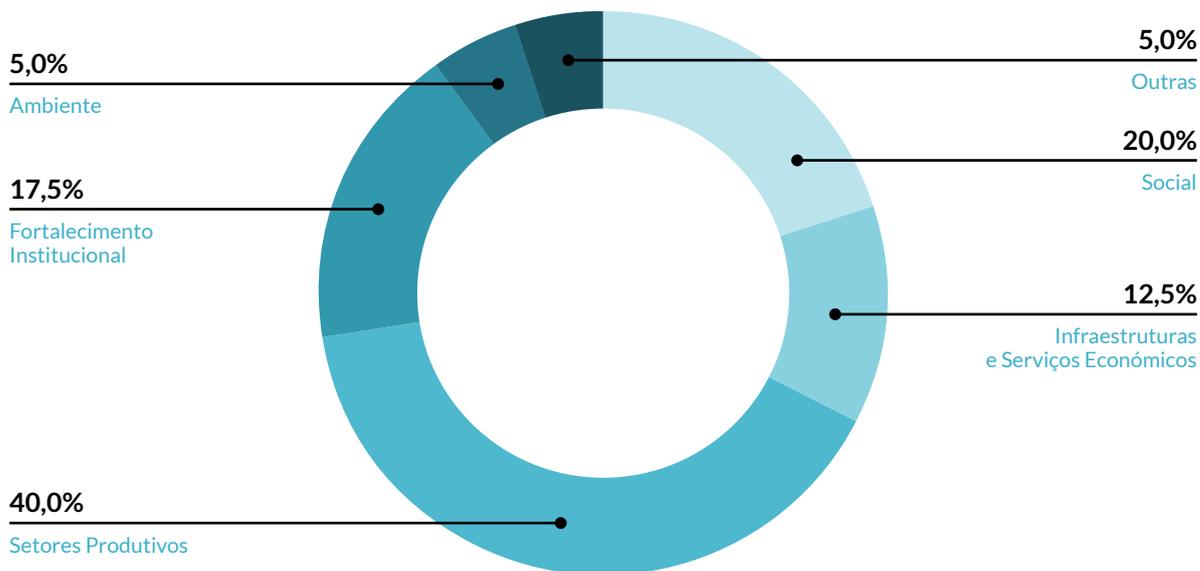
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição da CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e de África (papel recetor), por dimensão e por setor de atividade. 2014

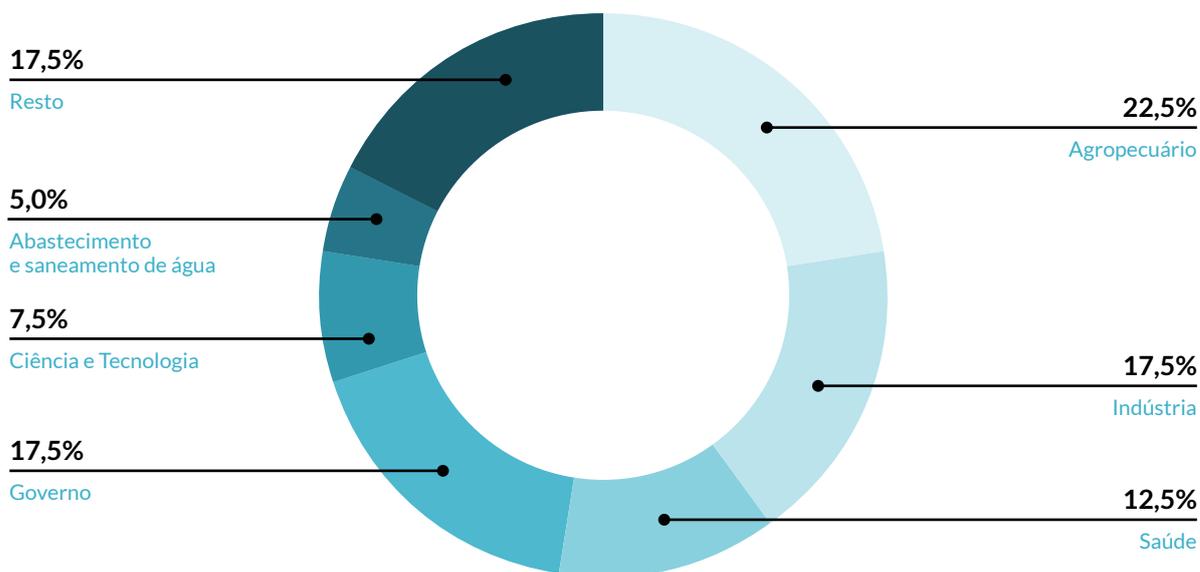
GRÁFICO V.2

Em percentagem

V.2.A. Por dimensão de atividade



V.2.B. Por setor de atividade



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Cazaquistão, Malásia, Myanmar, Rússia e Tailândia (através de ações). A Tailândia foi também parceira do Peru, o outro país ibero

- Sob o ponto de vista da recepção, os 9 projetos que se executaram na Ibero-América recaíram nos mesmos países antes ofertantes: 5 na Colômbia, 2 na Argentina e 2 no Peru. Tratou-se de projetos nos quais se destacaram a China e Tailândia, dois países que foram parceiros dos três países ibero-americanos, e a Índia e Indonésia, que executaram projetos com a Colômbia. Por sua vez, 11 das 12 ações finais apoiaram o fortalecimento da Colômbia e 1 o do Panamá. Essas iniciativas tiveram na sua origem dez países asiáticos diferentes, entre os que se voltaram a destacar a China e Tailândia, os únicos presentes em mais de uma iniciativa.

d) Ainda no que se refere à CHSS Bilateral com a Ásia, a análise setorial deve aplicar também uma dupla perspectiva, distinguindo entre o oferecido e o recebido. Neste sentido:

- O Gráfico V.3 distribui o total das 39 ações e projetos nos quais os países ibero-americanos exerceram o papel de ofertantes no seu intercâmbio com a Ásia. Neste caso, praticamente metade das iniciativas (48,7%) atenderam a um objetivo económico, baseado no fortalecimento dos Setores produtivos e especialmente do Agropecuário (quatro de cada dez iniciativas) e da Extração (uma de cada vinte). Houve aqui várias iniciativas de melhoramento genético aplicado ao rendimento das culturas; técnicas de engorda de gado; controlo e gestão de pragas; avanços em termos de segurança e qualidade dos alimentos; bem como de apoio a uma melhor exploração dos recursos mineiros. Por sua vez e dentro da outra metade das iniciativas, 3 de cada 5 tiveram por objetivo o Fortalecimento Institucional, primando aqui tudo o que se refere aos Direitos Humanos (capacitação em técnicas forenses para a identificação de vítimas e eliminação de minas antipessoal).

Finalmente, os restantes 20% das iniciativas estiveram muito diversificados em torno de Outras Dimensões de Atividade (12,8%), âmbito Social, Infraestruturas e Serviços e Ambiente, três dimensões estas últimas que conjuntamente apenas somaram 10,2%.

“ Ao longo de 2014, os países ibero-americanos intercambiaram com outras regiões em desenvolvimento: em concreto e para além do Caribe não Ibero-Americano, com a África, Ásia, Oceânia e Médio Oriente ”

- Por sua vez, as capacidades que os países ibero-americanos fortaleceram através da CHSS Bilateral recebida dos parceiros asiáticos responderam a diferentes naturezas. Mesmo assim, devemos destacar a importância das iniciativas orientadas a fortalecer a promoção do turismo colombiano baseando-se na experiência da Tailândia; a gestão das finanças panamenhas a partir das capacidades desenvolvidas pela Índia; a promoção de parques tecnológicos aproveitando a expertise da China; bem como várias doações de índole muito variada que incluíram, desde maquinaria agrícola e equipamento médico até aviões.
- e) Finalmente, identificaram-se alguns registos nos quais, uma vez mais a Colômbia, no duplo papel de ofertante e recetor, intercambiou pontualmente CHSS Bilateral com outras duas regiões em desenvolvimento: Médio Oriente e Oceânia. Mais especificamente, e sempre através de ações, a Colômbia intercambiou experiências com o Líbano na retirada de minas antipessoal; e atuou de emergência na resposta à crise humanitária de julho de 2014 na Palestina. Assessorou também Tuvalu em Outras Políticas Sociais, através do desporto.

Projetos de CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com a Ásia (papel recetor). 2014

DIAGRAMA V.3

Em unidades



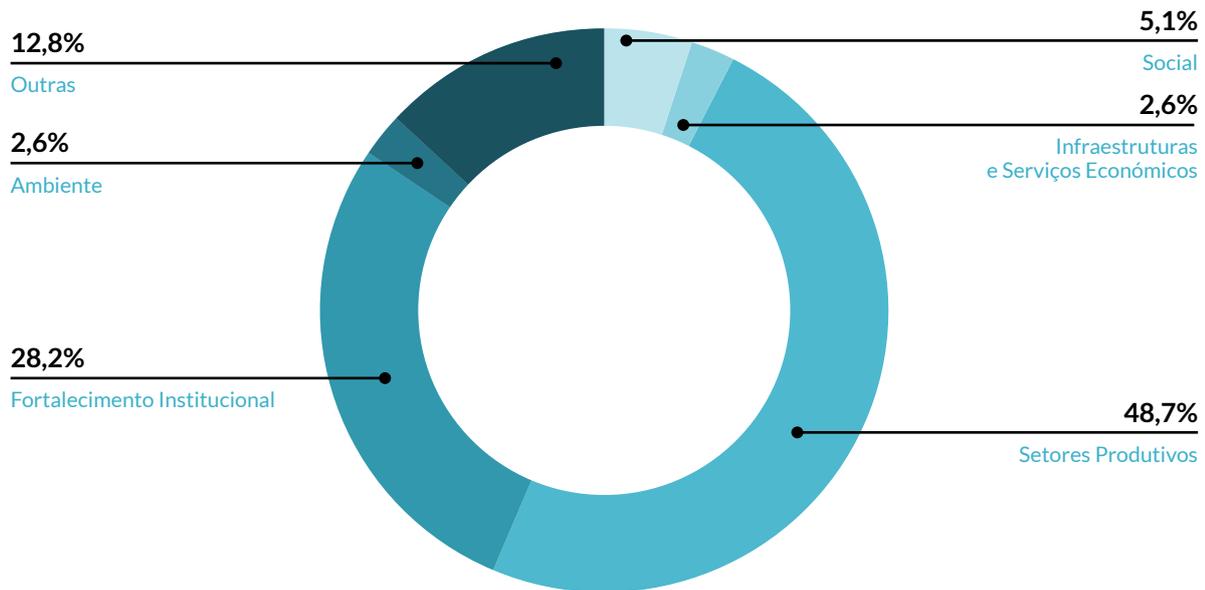
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Distribuição da CHSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e da Ásia (papel recetor), por dimensão e por setor de atividade. 2014

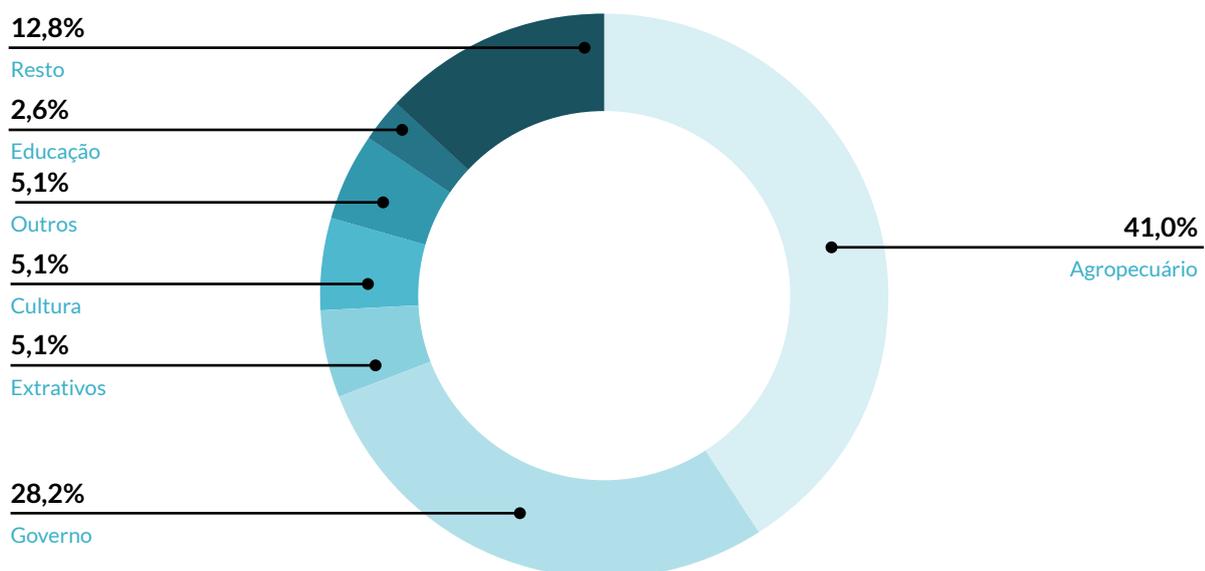
GRÁFICO V.3

Em percentagem

V.3.A. Por dimensão de atividade



V.3.B. Por setor de atividade



V.2 A IBERO-AMÉRICA E OUTRAS REGIÕES NA CSS TRIANGULAR EM 2014

A Tabela A.V.3 do anexo caracteriza os 12 projetos e as 7 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular que os países ibero-americanos promoveram em 2014 em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. Na referida tabela, as 19 iniciativas caracterizaram-se a partir do seu título, dos países não ibero-americanos que nelas participaram e do papel que desempenharam. De forma complementar, elaborou-se o Diagrama V.4, que identifica para cada um dos 12 projetos quem participou neles, no exercício de que papel e em associação com que outros parceiros.

Da observação combinada de ambas as figuras, destacam-se as seguintes questões:

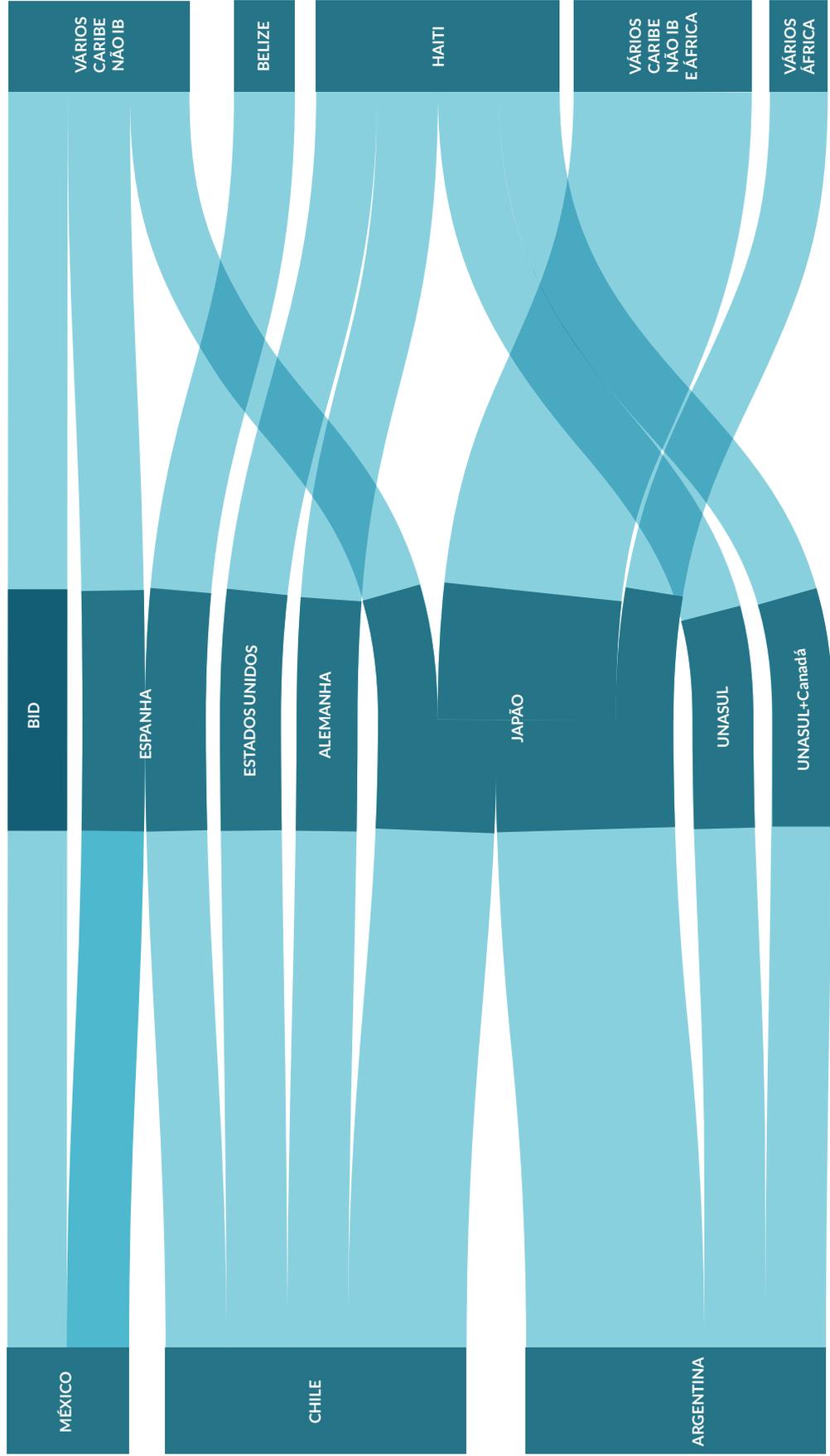
a) Na execução dos 12 projetos de CSS Triangular registados em 2014, três foram os países ibero-americanos que participaram neles no papel de primeiro ofertante: Argentina, Chile e México, com 5, 5 e 2 projetos, respetivamente. Estes três países associaram-se, por sua vez, com outros sete agentes (cinco países e dois organismos multilaterais) que participaram nestes projetos a partir do exercício do papel de segundo ofertante: tratou-se do Canadá, Japão e UNASUL (caso da Argentina); Espanha e BID (México); e Alemanha, Espanha, Japão e Estados Unidos (no que se refere ao Chile). O Caribe não Ibero-Americano também participou como recetor na maior parte das triangulações resultantes; algo que contrastou com a presença relativa dos países de África, significativamente menor. Em concreto:

- A CSS Triangular do Chile foi orientada para o fortalecimento de todos os países do CARICOM, destacando-se entre eles o Haiti, recetor em 4 dos 5 projetos.
 - Entretanto, Belize, Baamas, Jamaica e Suriname foram os quatro países do Caribe não Ibero-Americano registados como recetores dos 2 projetos do México.
 - Por seu lado, entre os recetores da Argentina destacaram-se vários países caribenhos (Belize, Haiti, Granada, São Cristóvão e São Vicente), bem como africanos (Angola, Benim e Moçambique). Todos eles puderam ser recetores únicos dos projetos, ou partilhar o seu papel com outros da mesma e até de outras sub-regiões.
- b) Entretanto e no que se refere às 7 ações de CSS Triangular registadas ao longo de 2014, devemos distinguir entre as cinco nas quais os países ibero-americanos participaram no papel de primeiros (e inclusivamente segundos) ofertantes e as duas nas quais quem exerceu esses papéis foram os países das outras regiões em desenvolvimento. Em concreto:
- A Colômbia, Peru e Uruguai participaram, respetivamente e como principais responsáveis da transferência de capacidades, em 2, 2 e 1 ação triangular. Os seus respetivos parceiros, no papel de segundos ofertantes, foram o BID e UNFPA (Colômbia); Alemanha e Brasil (Peru); e Países Baixos (Uruguai). Ainda na receção das ações participadas tanto pela Colômbia quanto pelo Uruguai, houve países da própria comunidade ibero-americana juntamente com outros do Caribe (Belize, Jamaica, São Cristóvão, Santa Lúcia e Suriname) e inclusivamente de África (Benim). Por seu lado, as triangulações participadas pelo Peru tiveram como objetivo último o fortalecimento de um país africano (Benim) e um caribenho (Trindade e Tobago).

Projetos de CSS Triangular da Ibero-América (papel ofertante) com outras regiões em desenvolvimento (papel receptor). 2014

DIAGRAMA V.4

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- Registraram-se também duas ações de CSS Triangular nas quais dois países ibero-americanos (El Salvador e Peru), exerceram o papel de recetor. O primeiro participou numa cooperação promovida pelo Vietname em associação com a FAO; e o segundo numa ação na qual a associação de ofertantes recaiu na Jamaica e no BID.

“ 7 de cada 10 iniciativas da CSS Triangular promovida entre a Ibero-América, Caribe, África e Ásia atenderam a um objetivo relacionado com o Fortalecimento institucional e com os Setores Produtivos ”

- c) Finalmente, a análise conjunta dos 12 projetos e 7 ações a partir da mesma perspectiva setorial, permite identificar que tipo de capacidades foram fortalecidas através da CSS Triangular promovida em 2104 entre a Ibero-América, Caribe, África e Ásia. Neste sentido, 7 de cada 10 iniciativas atenderam a um objetivo relacionado com o Fortalecimento institucional (36,8%) e com os Setores Produtivos (outros 36,8%). Destacaram-se aqui os projetos e ações relacionados com a segurança nacional e a transferência de instrumentos para uma melhor planificação, gestão, monitorização e avaliação das políticas públicas; bem como os orientados para o âmbito Agropecuário (15,8% das iniciativas), Pescas e Indústria (10,5% em cada caso). Os restantes 30% das iniciativas de 2014 atenderam a objetivos da área Social (Água, Saúde e outros Serviços e Políticas Sociais); bem como ao Ambiente (5,3%) e Gestão de Desastres (outros 5,3%), destacando-se nestas o apoio ao Caribe na gestão de situações de emergência face a possíveis terremotos e tsunamis.

V.3

A IBERO-AMÉRICA E OUTRAS REGIÕES NA CHSS REGIONAL EM 2014

Ao longo de 2014, os países ibero-americanos em conjunto com outras regiões em desenvolvimento participaram nos 11 programas e 7 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que se apresentam na Tabela A.V.4 do anexo. Na sua maioria (16 das 18 iniciativas), os parceiros foram países caribenhos que participaram nestes programas e projetos ao pertencerem às cooperações Mesoamericana (Belize) e Ibero-Americana (Haiti); ao CARICOM; ou a organismos multilaterais como a CEPAL e a OEA, as quais promoveram atividades que, tal como se observou

no quarto capítulo, envolveram os diferentes países membros da América Latina e Caribe. Entretanto, registaram-se dois projetos junto com a África e a Ásia: por um lado, a denominada II Rota de Aprendizagem do Empreendedorismo Juvenil, com a Argélia, Botswana, Egipto, Gana, Quênia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Tanzânia e Zâmbia; e por outro lado, a Rede de Convergência Científico Tecnológica, com a Índia e Myanmar, apoiado pelo FOCALAE (Fórum de Cooperação da América Latina e Ásia do Leste promovido em 1999 pelo Chile e Singapura).

Através da promoção desta cooperação, as regiões participantes encontrarão respostas coletivas para problemas comuns. Assim, e embora em termos setoriais a CHSS Regional tenha estado altamente diversificada, registaram-se vários programas e projetos orientados para o fortalecimento da saúde; impulso do empreendedorismo e das Micro e PME; apoio à cultura como instrumento de integração social; e produção de indicadores e metodologias estatísticas para orientar a gestão dos responsáveis pela tomada de decisões.

No futuro, espera-se que o número de programas e projetos de CHSS Regional em que a Ibero-América participe em conjunto com outras regiões em desenvolvimento possa ir crescendo. Contribuirão para isso, sem dúvida, iniciativas como as que Portugal está a promover juntamente com outros estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Quadro V.1 ilustra esse caso.

O apoio de Portugal à Cooperação Sul-Sul realizada no quadro da CPLP

QUADRO V.1

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um fórum multilateral integrado pelo conjunto de 9 países que partilham a língua portuguesa. As conversações iniciadas em 1983 entre os países membros para a constituição deste fórum culminaram em 17 de julho de 1996 com a realização da Primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, na qual se criou a CPLP através da aprovação da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade. Os países membros, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, representam assim quatro continentes e uma população de mais de 230 milhões de pessoas.

A CPLP tem por objetivos gerais a concertação política e a cooperação nas áreas social, cultural e económica. No âmbito da Cooperação entre os países membros, e coincidindo com a realização da VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, foi aprovado um dos seus documentos de referência: a “Estratégia Geral de Cooperação da CPLP”, complementado pela adoção em 2009 do documento “Cooperação na CPLP: uma visão estratégica pós-Bissau”. Desta forma,

consideram-se eixos prioritários para a cooperação entre os países membros, entre outros, os setores da Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Ambiente.

A partir do início da implementação dos programas regionais neste âmbito, Portugal prestou-lhes apoio financeiro e/ou técnico, destacando-se, entre eles, o apoio aos seguintes programas de CHSS Regional ou a atividades dos seus estados membros:

- Programa de cooperação Aduaneira no âmbito da CPLP, que tem por objetivo o reforço da capacidade de controlo e gestão das finanças públicas.
- Projeto Global, constituído por projetos de cooperação a aprovar no âmbito do Fundo Especial da CPLP.
- Apoio à Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE), surgida no quadro da CPLP com o objetivo de garantir a comunicação permanente entre os seus membros, transferência de experiências de sucesso, conhecimentos de boas práticas, ensino à distância, intercâmbio de docentes, assistência técnica, desenvolvimento curricular e distribuição da obtenção de financiamento externo.

- Bolsas CADAPI, dirigidas a apoiar funcionários da CPLP para que assistam aos Cursos de Altos Dirigentes da Administração Pública. Estas bolsas também estão disponíveis para os funcionários dos países da América Latina membros do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD).

Acresce a tudo isto o apoio de Portugal à execução de atividades triangulares juntamente com o Chile, e cujos destinatários são os próprios países da CPLP. Esta colaboração é abrangida pelo quadro do recentemente assinado Memorando de Entendimento entre Portugal e o Chile, formalizado por ambos os países em maio de 2016. O memorando tem por objetivo estabelecer as diretrizes de cooperação que contribuirão para o desenvolvimento económico, social e ambiental dos países da CPLP. Brevemente serão definidos os mecanismos de consulta e definidos os planos de trabalho de acordo com as necessidades dos países recetores, contribuindo assim para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ANEXO II

Projetos de CHSS Bilateral da Ibero-América com outras regiões em desenvolvimento. 2014

TABELA A.V.1

A.V.1.A. A Ibero-América no exercício do papel de ofertante

Outras regiões	PAÍSES IBERO-AMERICANOS						Total
	Argentina	Chile	Colômbia	Equador	México	Peru	
Antígua e Barbuda	1		1				2
Barbados	1						1
Belize	2						2
Dominica	5				2		7
Granada	4						4
Guiana	1						1
Haiti		2		8	2		12
Jamaica	2		3				5
São Cristóvão e Nevis	1						1
Santa Lúcia	5				1		6
São Vicente e Granadinas	9			1	2		12
Suriname	2						2
Trindade e Tobago	1				1		2
Caribe não Ibero-Americano	34	2	4	9	8		57
Angola	4						4
Argélia	4						4
Botswana	1						1
Camarões	1						1
Costa do Marfim	3						3
Marrocos	1						1
Moçambique	9						9
Namíbia	3						3
África do Sul	3						3
África	29						29
Camboja	5						5
China	2						2
Filipinas	2						2
Índia			1				1
Myanmar			1				1
Tailândia	3					1	4
Timor-Leste	4						4
Vietname	7						7
Ásia	23		2			1	26
Outras regiões em desenvolvimento	86	2	6	9	8	1	112

A.V.1.B. A Ibero-América no exercício do papel de recetor

Outras regiões	PAÍSES IBERO-AMERICANOS						Total
	Argentina	Chile	Colômbia	Equador	México	Peru	
África do Sul	1						1
África	1						1
China	2		2				4
Índia			1				1
Indonésia			1				1
Tailândia			1			2	3
Ásia	2		5		2		9
Outras regiões em desenvolvimento	3		5			2	10

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Ações de CHSS Bilateral da Ibero-América com outras regiões em desenvolvimento. 2014

TABELA A.V.2

A.V.2.A. A Ibero-América no exercício do papel de ofertante A.V.2.B. A Ibero-América no exercício do papel de recetor

Outras regiões	PAÍSES IBERO-AMERICANOS						Total
	Argentina	Chile	Colômbia	El Salvador	México	Peru	
Barbados			4	1			5
Dominica			1				1
Granada			3				3
Haiti		2			1		3
Jamaica			1			1	2
São Cristóvão e Nevis			1				1
Santa Lúcia		1	1				2
São Vicente e Granadinas			1				1
Suriname			3				3
Trindade e Tobago			1				1
Vários	1	1	6				8
Caribe não Ibero-Americano	1	4	22	1	1	1	30
Gana			2				2
Quênia			1				1
Moçambique			1				1
R.D do Congo	1		1				2
África do Sul			1				1
Vários			3				4
África	1		9				10
Azerbaijão			1				1
China			1				1
Filipinas			1				1
Indonésia			1				1
Cazaquistão			1				1
Malásia			1				1
Myanmar			1				1
Rússia			1				1
Tailândia			2				2
Vietname	1						2
Vários			2				2
Ásia	1		12				13
Tuvalu			1				1
Oceânia			1				1
Líbano			1				1
Palestina			1				1
Vários			1				1
Médio Oriente			3				3
Outras regiões em desenvolvimento	3	4	47	1	1	1	57

Outras regiões	PAÍSES IBERO-AMERICANOS						Total
	Argentina	Chile	Colômbia	Equador	México	Panamá	
Azerbaijão			1				1
China			2				2
Filipinas			1				1
Índia						1	1
Indonésia			1				1
Cazaquistão			1				1
Malásia			1				1
Myanmar			1				1
Rússia			1				1
Tailândia			2				2
Ásia			11			1	12
Líbano			1				1
Médio Oriente			1				1
Outras regiões em desenvolvimento			12			1	13

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

CSS Triangular em que a Ibero-América participou em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. 2014

TABELA A.V.3

	PROJETOS E AÇÕES	OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO/PAÍSES PARTICIPANTES	PAPEL
Projetos	Apoio para a avaliação de projetos de investimento público e público-privados	Caribe não Ibero-Americano: Baamas, Jamaica e Suriname	Recetor
	Auto Produção de Alimentos Frescos Pró-Horta	Caribe não Ibero-Americano: Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago	Recetor
	Autoprodução de Alimentos, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	Caribe não Ibero-Americano: Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago	Recetor
	Curso «Produção bovina sustentável para a pequena e média pecuária»	Caribe não Ibero-Americano: Haiti	Recetor
	Curso Aquicultura	Caribe não Ibero-Americano: Haiti	Recetor
	Desenvolvimento e Fortalecimento das estatísticas ambientais oficiais através da criação de um Quadro Regional na América Latina e no Caribe	Caribe não Ibero-Americano: Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trindade e Tobago	Recetor
	Fortalecimento da Agência Caribenha de Gestão de Desastres de Emergência (CDEMA) nas áreas técnicas de terremotos e tsunamis	Caribe não Ibero-Americano: Belize	Recetor
	Fortalecimento da Apicultura	África: Angola, Moçambique e Benim Caribe não Ibero-Americano: Granada, São Cristóvão e Nevis	Recetor
	Fortalecimento das competências e capacidades em Segurança Nacional, Crises e Inteligência dos responsáveis das instituições de segurança	África: Moçambique e Benim Caribe não Ibero-Americano: Belize	Recetor
	Gestão de Projetos de Cooperação Internacional (PCM)	Caribe não Ibero-Americano: Belize, Haiti e São Vicente e Granadinas	Recetor
	Imaginar o Futuro Juntos (Empregabilidade Juvenil)	Caribe não Ibero-Americano: Haiti	Recetor
	Tecnologias de Gestão da Produção de Pequenas e Médias Empresas	Caribe não Ibero-Americano: Haiti	Recetor
	Curso «Tecnologias aplicadas ao tratamento de águas e efluentes»	Caribe não Ibero-Americano: São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia	Recetor
	Ações	Fortalecimento institucional para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura marinha	Ásia: Vietname
Lançamento e Simpósio do Programa de Operador Económico Autorizado		Caribe não Ibero-Americano: Jamaica	Primeiro Ofertante
Oferta de Cooperação Técnica ao Bureau of Standards		Caribe não Ibero-Americano: Trindade e Tobago	Recetor
Estágio de funcionários do Ministério da Saúde		África: São Tomé e Príncipe	Recetor
Programa passe para o Desenvolvimento		África: Benim	Recetor
Seminário: Planificação Estatística e Gestão por Resultados		Caribe não Ibero-Americano: Belize, Jamaica e Suriname	Recetor

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

CSS Regional em que a Ibero-América participou em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. 2014

TABELA A.V.4

	PROGRAMAS E PROJETOS	PAÍSES/OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO			
Programas	Caribe não Ibero-Americano	Estratégia Mesoamericana de Sustentabilidade Ambiental (EMSA)	Belize		
		Estratégia Regional SICA Empreende	Belize		
		Grupo de Trabalho sobre Classificações Internacionais (CTGI)	Barbados, Haiti e Santa Lúcia		
		Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Género da Conferência de Estatística das Américas	Barbados, Belize, Guiana, Haiti e Jamaica		
		Grupo de Trabalho sobre os Indicadores do Mercado do Trabalho da Conferência de E. das Américas	Santa Lúcia		
		Iniciativa EMMIE para a Eliminação da Malária na Mesoamérica e na Ilha Espanhola	Belize		
		Programa de Agricultura em sistemas fitozoossanitários para países do CARICOM	Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago		
		Programa de Apoio à Constituição do Espaço Musical Ibero-Americano (IBERORQUESTRAS JUVENIS)	Haiti		
		Programa Regional de Cooperação com a Mesoamérica. Componente de Serviços Públicos do PCRM	Belize		
		Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI)	Haiti		
		Saúde Mesoamericana 2015	Belize		
		Projetos	África	II Rota de aprendizagem de empreendedorismo juvenil	Argélia, Botswana, Egito, Gana, Quênia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Tanzânia e Zâmbia
				Ásia	Rede de Convergência Científico-Tecnológica da FOCALAE
Caribe não Ibero-Americano	Apoio à implementação do Código Regional de Boas Práticas		Baamas, Belize, Jamaica e Suriname		
	Desenvolvimento de Capacidades Institucionais dos Governos Mesoamericanos para a Monitorização e Avaliação do Cumprimento dos ODM		Belize		
	Criação de pontos fortes e capacidades institucionais dos países da Mesoamérica em Interdição aérea para lutar contra o problema mundial das drogas		Belize		
	Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas sobre a elaboração de inquéritos nacionais de saúde e políticas públicas		Belize		
	Sistema Regional de Informação MIPYME da América Central e República Dominicana		Belize		

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação



Projeto do México com as Honduras sobre Sistemas Educativos Inclusivos
(Fotografia do Instituto Franciscano para a Capacitação de Não Videntes)



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (2015); *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para O Desenvolvimento Sustentável*; A/RES/70/1; UNGA; Nova Iorque; 35pp

----- (AGNU) (2012); *O futuro que queremos*, A/RES/66/288, 27 de julho de 2012; AGNU; Nova Iorque; 60pp

Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (2014); *Tendências e avanços da cooperação internacional para o desenvolvimento*; ECOSOC; Nova Iorque; 23 pp

Development Assistance Committee (DAC) (2016); "Triangular Co-operation – Findings from a 2015 Survey*"; DAC; Paris; 2 pp

Le Blanc, D. (2015); *Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets*; DESA Working Paper No. 141 ST/ESA/2015/DWP/141; DESA; Marzo 2015; 19 pp

Ministério da Indústria e do Comércio de República Dominicana (MIC) (2013); *Estratégia Nacional de Empreendedorismo*; MIC, Santo Domingo, 71 pp

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2013); *Relatório do Seminário-Workshop: Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013: Analisando o Tratamento das Cooperações Triangular e Regional*. Realizado em Buenos Aires de 20 a 22 de março de 2013. PIFCSS e SEGIB. Montevideo-Madrid. 34 pp

Secretaria-Geral Ibero-Americana e Organização Pan-Americana da Saúde (SEGIB e OPS) (2016); *A Cooperação Sul-Sul e Triangular no setor da saúde na Ibero-América*; 78 pp (em edição)

Organização das Nações Unidas (2015); *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Relatório de 2015*; Nações Unidas; Nova Iorque; 72pp

Organização Pan-Americana da Saúde (OPS,2013); *Plano Estratégico da OPS/OMS 2014-2019*; OPS; Washington, D.C.; 2013; 162 pp

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) (2015); *Guia orientador para a gestão da cooperação triangular na Ibero-América*; Documento de trabalho N° 8; PIFCSS; San Salvador; 72 pp

----- (PIFCSS) (2013); *Gerando Indicadores para a Cooperação Sul-Sul*. Documento de Trabalho N° 4. PIFCSS. Montevideo, 40 pp.

Secretaria-Geral Ibero-Americana (2015); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2015*. SEGIB, PIFCSS e AECID; Madrid; 225 pp

----- (SEGIB) (2014); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013-2014*. SEGIB, PIFCSS e AECID; Madrid; 206 pp

----- (SEGIB) (2012); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012*. SEGIB, PIFCSS e AECID. Madrid, 167 pp

----- (SEGIB) (2010); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID). Madrid, 163 pp

Principais páginas digitais consultadas

Alfândega Nacional da Bolívia (ABN) - www.aduana.gob.bo

Agencia Chilena de Cooperación Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) - www.agci.cl

Agencia Espanhola de Cooperación Internacional para o Desenvolvimento (AECID) - <http://www.aecid.es/>

Agencia Mexicana de Cooperación Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) - <http://amexcid.gob.mx/>

Agencia Peruana de Cooperación Internacional (APCI) - www.apci.gob.pe

Agencia Presidencial de Cooperación Internacional da Colômbia (APC) - www.apccolombia.gov.co

Agencia Uruguaia de Cooperación Internacional (AUCI) - www.auci.gub.uy

ARCAL - www.arcal-lac.org

Banco Mundial <http://datos.bancomundial.org>

Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperación e Desenvolvimento Económico (OCDE) - <http://www.oecd.org/dataoecd/idsoline> y <http://www.oecd.org/dac/stats/aid-at-a-glance.htm>

Cooperación Argentina - www.cooperacionarg.gob.ar

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - <http://www.cplp.org>

Fundo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGF) - <http://www.sdgfund.org/es/current-programmes>

Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) - <http://www.fao.org>

Serviço Nacional de Alfândegas do Chile - www.aduana.cl

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperación Sul-Sul - www.cooperacionsursur.org

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) - <http://www.segib.org>

Secretaria Técnica para a Cooperación Internacional (SETECI) do Equador - www.seteci.gob.ec/

O Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2016 representa o mais completo exercício intergovernamental de sistematização da Cooperação Sul-Sul para uma região em desenvolvimento. Tendo-se tornado numa referência a nível internacional num contexto marcado pela definição da nova Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, este Relatório, na sua novena edição, é, uma vez mais, um documento imprescindível para entender o papel da nossa região na evolução da Cooperação Sul-Sul.

Andorra :: Argentina :: Bolívia :: Brasil :: Chile :: Colômbia :: Costa Rica :: Cuba :: Equador :: El Salvador :: Espanha :: Guatemala :: Honduras :: México :: Nicarágua :: Panamá :: Paraguai :: Peru :: Portugal :: República Dominicana :: Uruguai :: Venezuela

www.informesursur.org

